

The background is a vibrant, stylized illustration of an Amazonian jungle. In the foreground, a leopard with orange and black spots is partially visible on the left. Three parrots (two yellow and blue, one red and blue) and a toucan are flying in the upper right. The background features large green leaves, a blue river, and a sunset or sunrise with orange and yellow stripes. A central green rectangle with a geometric pattern contains the title and authors.

SEGUNDA AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DE PROJETOS INDÍGENAS DO FUNDO AMAZÔNIA

Bem Viver Sustentável (Iepé)

Consolidando a Gestão Territorial e
Ambiental em Terras Indígenas (CTI)

Gestão das Terras Indígenas das
Bacias do Rio Negro e Xingu (ISA)

Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas (IEB)

**ANTONIO MANOEL TIMBÓ LIMA GOMES
PAULO CELSO DE OLIVEIRA**

SETEMBRO 2024

Relatório da Segunda Avaliação de Efetividade de Projetos Indígenas no Âmbito do Fundo Amazônia.

Esta avaliação temática foi realizada por consultores/as independentes sob a coordenação da cooperação técnica entre o BNDES e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade dos/as autores/as, não refletindo necessariamente a posição da GIZ ou do BNDES. As recomendações apresentadas não são prescritivas nem obrigatórias.

Equipe de Avaliação

Antônio Manoel Timbo Lima Gomes
Paulo Celso de Oliveira (Pankararu)

Fotografias

Antônio Manoel Timbo Lima Gomes
Paulo Celso de Oliveira (Pankararu)
Juliana Passos de Mello

Coordenação da Avaliação

*(Deutsche Gesellschaft für internationale
Zusammenarbeit - GIZ GmbH)*

Bernardo Anache
Juliana Passos de Mello

Diagramação e Projeto Gráfico

João Bosco Gouvea Ramos

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que a fonte seja citada.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.



Sumário

Resumo Executivo	5
1. Antecedentes.....	10
2. Introdução.....	12
3. Metodologia Aplicada	15
3.1. Coleta de Dados.....	17
3.2. Visita de Campo e entrevistas.....	17
3.3. Análise do desmatamento	20
4. Resultados.....	21
4.1. Objetivo Geral do Fundo Amazônia	23
4.2. Efeitos Indiretos - Produção Sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica nas TIs.....	27
4.3. Efeitos Indiretos - Ordenamento Territorial: TIs na Amazônia Legal com gestão territorial fortalecida, concentrando-se na gestão e proteção dos territórios indígenas	38
5. Gestão e Monitoramento nos Projetos	52
6. Conclusões	54
7. Recomendações e Lições Aprendidas	57
APÊNDICE 1 - Salvaguardas de Cancun (REDD+)	64
APÊNDICE 2 - Análise contrafactual: Comparação de indicadores entre as Terras Indígenas Caititu e Tenharim Marmelo	69
APÊNDICE 3 - Relatórios de avaliações individuais	75
I - Avaliação de Efetividade do Projeto Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas - Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	76
II - Avaliação de Efetividade do Projeto Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas - Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	97
III - Avaliação de efetividade do projeto Bem Viver Sustentável - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé)	113
IV - Avaliação de efetividade do projeto Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu - Instituto Socioambiental (ISA)	130
APÊNDICE 4 - Lista de Entrevista	147
ANEXO I - Conceituação dos Critérios e Perguntas Avaliativas	148
ANEXO II - Termo de Referência da Avaliação	149

Lista de Acrônimos

AIC	Apoio a Iniciativas Comunitárias
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATIX	Associação Terra Indígena do Xingu
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IFAP	Instituto Federal do Amapá
ISA	Instituto Socioambiental
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PFNM	Produtos Florestais Não-Madeireiros
PDA	Projeto Demonstrativo Amazônico
PDPI	Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI)
PGTAs	Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PIX	Parque Indígena do Xingu
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
SAFs	Sistemas Agroflorestais
SNVM	Sistema Nacional de Viveiros e Mudas
TIs	Terras Indígenas
UNIVAJA	União dos Povos Indígenas do Vale do Javari



Resumo Executivo

Este relatório apresenta a avaliação de efetividade *ex post* de projetos voltados para povos indígenas apoiados pelo Fundo Amazônia/BNDES.

Sendo o objetivo central do Fundo Amazônia a diminuição do desmatamento, foi feita nesta avaliação uma análise do desmatamento nas Terras Indígenas (TIs) onde os projetos apoiados atuaram. Para esta análise, consideraram-se três períodos distintos: antes do início dos projetos (2002-2015), durante a execução (2016-2022) e no período de conclusão (2022-2023).

No período de 2020 a 2023, houve, nas 16 TIs dos projetos, um aumento de 2% no desmatamento em comparação ao quadriênio anterior (97,3 km² contra 95,2 km²). Em contraste, nas TIs da Amazônia Legal, o aumento foi de 28% no mesmo período (1.244 km² contra 975 km²). Observa-se também que, em 2023, ano em que houve uma redução geral no desmatamento, ela foi ainda mais significativa nas TIs dos quatro projetos avaliados, com uma redução de 85% em relação a 2022 (5,6 km² contra 37,4 km²), enquanto no conjunto das TIs da Amazônia a redução foi de 59% (132 km² contra 325 km² em 2022).

Os projetos avaliados demonstraram impacto positivo na redução das taxas de desmatamento nas TIs abrangidas, mesmo em contextos políticos e econômicos adversos. Embora tenha ocorrido um aumento do desmatamento na Amazônia Legal, as TIs apoiadas pelos projetos apresentaram um incremento significativamente menor, evidenciando que o objetivo do Fundo Amazônia de diminuir o desmatamento tem sido parcialmente alcançado.

Os quatro projetos avaliados tiveram um investimento total de R\$ 46.953.837,87, abrangendo 16 TIs distribuídas nos estados do Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Pará. Os projetos apoiados foram:

- **Bem Viver Sustentável;**
- **Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas;**
- **Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu; e**
- **Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas.**

Esses projetos foram desenhados para estar em consonância com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Eles buscaram fortalecer a gestão territorial e ambiental das TIs, promovendo a implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), o que contribuiu para a redução do desmatamento e para o fortalecimento das organizações indígenas locais.

A metodologia utilizada na avaliação baseou-se nos critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), incluindo relevância, eficácia, eficiência, impacto/efetividade e sustentabilidade. A coleta de dados incluiu revisões documentais, visitas de campo e entrevistas com beneficiários e *stakeholders*.

Os projetos se concentraram principalmente em duas componentes centrais:

- 1. Produção Sustentável:** Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica nas TIs; e
- 2. Ordenamento Territorial:** TIs na Amazônia Legal com gestão territorial fortalecida.

No contexto dos projetos apoiados, desenvolveu-se formação de agentes ambientais e valorização dos conhecimentos tradicionais, diversos acordos focados em atividades produtivas sustentáveis, etnomapeamento, atividades agroecológicas de uso sustentável da biodiversidade, projetos de segurança alimentar e nutricional de comunidades indígenas, recuperação de áreas degradadas e fortalecimento institucional de organizações indígenas, visando fortalecer a governança dos povos indígenas sobre os seus territórios e o meio ambiente, contando com participação de anciãos, jovens e homens e mulheres indígenas. Também foi possível o fortalecimento de capacidades institucionais para as organizações indígenas, a implementação dos PGTA's e o fortalecimento da gestão territorial, vigilância e proteção territorial.

Aplicando os critérios de avaliação da OCDE como proposto no desenho metodológico desta avaliação, tem-se os resultados apresentados a seguir.

RELEVÂNCIA

Os projetos foram desenhados e planejados de forma a atender as necessidades e prioridades das TIs e suas organizações, contribuindo de maneira significativa para o alcance dos objetivos do Fundo Amazônia. Esse critério revelou que os projetos estavam alinhados com as necessidades das TIs, demonstrando sua relevância no contexto das políticas públicas e da gestão ambiental e territorial.

Ao alocar 70% dos recursos para a implementação dos PGTA's, a chamada garantia que as ações planejadas fossem efetivamente realizadas, promovendo a gestão sustentável dos territórios indígenas. A sinergia entre duas políticas, uma indígena e outra ambiental, PNGATI e PPCDAm, demonstrou ser essencial para a consolidação das estratégias de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo de maneira significativa para a resiliência e autonomia dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que alinhou os projetos às prioridades das TIs, reafirmando sua relevância no contexto das políticas públicas e da gestão territorial e ambiental.

EFICÁCIA

A avaliação do indicador de eficácia revela que os projetos atingiram seus principais objetivos, promovendo impactos positivos nas áreas de atuação. As atividades realizadas foram capazes de gerar resultados significativos, evidenciando a eficácia das estratégias adotadas para fortalecer as capacidades institucionais e promover a inclusão de diversos grupos, especialmente as mulheres e jovens.

As formações oferecidas resultaram em um aprimoramento das habilidades técnicas e na utilização de tecnologias avançadas, o que contribuiu para a proteção e o monitoramento eficaz dos territórios. Além disso, as intervenções nos projetos demonstraram ser eficazes na redução das ameaças ambientais nas áreas de atuação, mesmo diante de desafios de pressão e de invasões. A totalidade dos projetos desenvolveu estratégias de monitoramento de indicadores.

Esses resultados destacam a capacidade dos projetos em promover mudanças duradouras e sustentáveis, alinhadas com os objetivos estabelecidos.

EFICIÊNCIA

As organizações implementadoras desenvolveram atividades com foco em otimizar uma melhor eficiência e, para isso, foram desenvolvidos procedimentos administrativos e aprimoradas tecnologias e sistemas de gestão que facilitaram o monitoramento e a execução das atividades, além de práticas adaptativas para responder a desafios inesperados.

Os projetos utilizaram parcerias com organizações de base local para melhorar a eficiência na implementação das atividades. Essas parcerias foram fundamentais para a compreensão dos contextos locais e territoriais e para a mobilização de recursos locais, o que resultou em uma maior agilidade na execução das ações planejadas.

Foram usadas ferramentas de monitoramento contínuo com foco na melhoria da gestão dos projetos e da tomada de decisões. Essas ferramentas permitiram ajustes estratégicos em tempo real, garantindo que os recursos fossem alocados de forma otimizada e que as atividades dos projetos fossem executadas com máxima eficácia, minimizando desperdícios e respondendo rapidamente a mudanças nas condições de implementação.

Os projetos demonstraram uma forte capacidade de adaptação a desafios inesperados, como mudanças climáticas, questões logísticas e contextos políticos. A adaptação incluiu a reorganização das atividades em períodos mais propícios e o uso de abordagens flexíveis para manter a continuidade das operações, mesmo em condições adversas.

A relação custo-eficácia foi avaliada considerando a alocação estratégica de recursos para alcançar os resultados desejados. Em áreas remotas, por exemplo, o uso de transportes aéreos e a necessidade de negociações com órgãos ambientais para o uso de recursos naturais locais foram considerados, garantindo que as atividades fossem realizadas de forma eficiente e com o menor impacto possível.

EFETIVIDADE/IMPACTO

Os projetos avaliados demonstraram um impacto positivo na redução das taxas de desmatamento nas TIs abrangidas. O acesso a recursos de fundos comunitários e da cooperação internacional por organizações de base local foi outro impacto identificado, o que permitiu um acesso mais inclusivo aos recursos. Os investimentos resultaram em benefícios tangíveis para as comunidades, incluindo a melhoria das condições de vida, o aumento da capacidade produtiva e o fortalecimento das organizações locais.

No contexto de atividades produtivas sustentáveis, a elaboração de publicações, como um livro sobre meliponicultura, contribuiu para o impacto ao documentar e disseminar conhecimentos tradicionais e técnicos, promovendo a valorização cultural e a sustentabilidade das práticas produtivas. Já o manejo do pirarucu, por exemplo, foi um dos processos que envolveu acompanhamento constante, culminando na primeira comercialização bem-sucedida do peixe.

A estratégia de recuperação ambiental mostrou resultados notáveis, como a revitalização de nascentes com a implementação de sistemas agroflorestais, o que demonstra o impacto positivo das ações de reflorestamento na melhoria das condições ambientais do território e na segurança alimentar e nutricional.

O fortalecimento da gestão territorial foi outro impacto significativo. Através das atividades implementadas, as comunidades indígenas ganharam maior reconhecimento e fortaleceram seu poder de decisão sobre seus territórios, legitimando práticas tradicionais de manejo e promovendo uma gestão territorial mais inclusiva e sustentável. A capacitação tecnológica, incluindo o uso de GPS e drones, aumentou a eficiência das atividades de monitoramento e vigilância, resultando em impactos positivos na gestão territorial e na autonomia das comunidades.

As reformas de infraestrutura também desempenharam um papel importante ao facilitar a interação e a cooperação entre as organizações de base, especialmente no Vale do Javari. Isso resultou em uma maior coesão entre os povos da região, fortalecendo a defesa coletiva dos interesses territoriais e culturais.

SUSTENTABILIDADE

A implementação de mecanismos de governança eficazes, incluindo a negociação de novos fundos e a preparação de editais, foi fundamental para manter o apoio contínuo às comunidades beneficiadas, assegurando que as ações não fossem interrompidas após o término dos projetos.

As atividades desenvolvidas focaram na criação de sistemas autossuficientes, como bancos de sementes e viveiros de mudas, que permitiram a produção local de insumos necessários para a continuidade das práticas sustentáveis. Além disso, o fortalecimento das capacidades locais e a integração com políticas públicas, especialmente em áreas como segurança alimentar e controle do desmatamento, garantiram que os impactos positivos das intervenções fossem duradouros.

Com o término do financiamento dos projetos pelo Fundo Amazônia, há uma oportunidade e necessidade clara de integrar essas iniciativas bem-sucedidas em políticas públicas permanentes, promovendo assim a continuidade das ações e a replicação dos modelos em outras regiões. A institucionalização dessas práticas, através de políticas públicas, oferece uma estratégia essencial para a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável, consolidando um caminho promissor para a diminuição do desmatamento e o desenvolvimento econômico inclusivo.

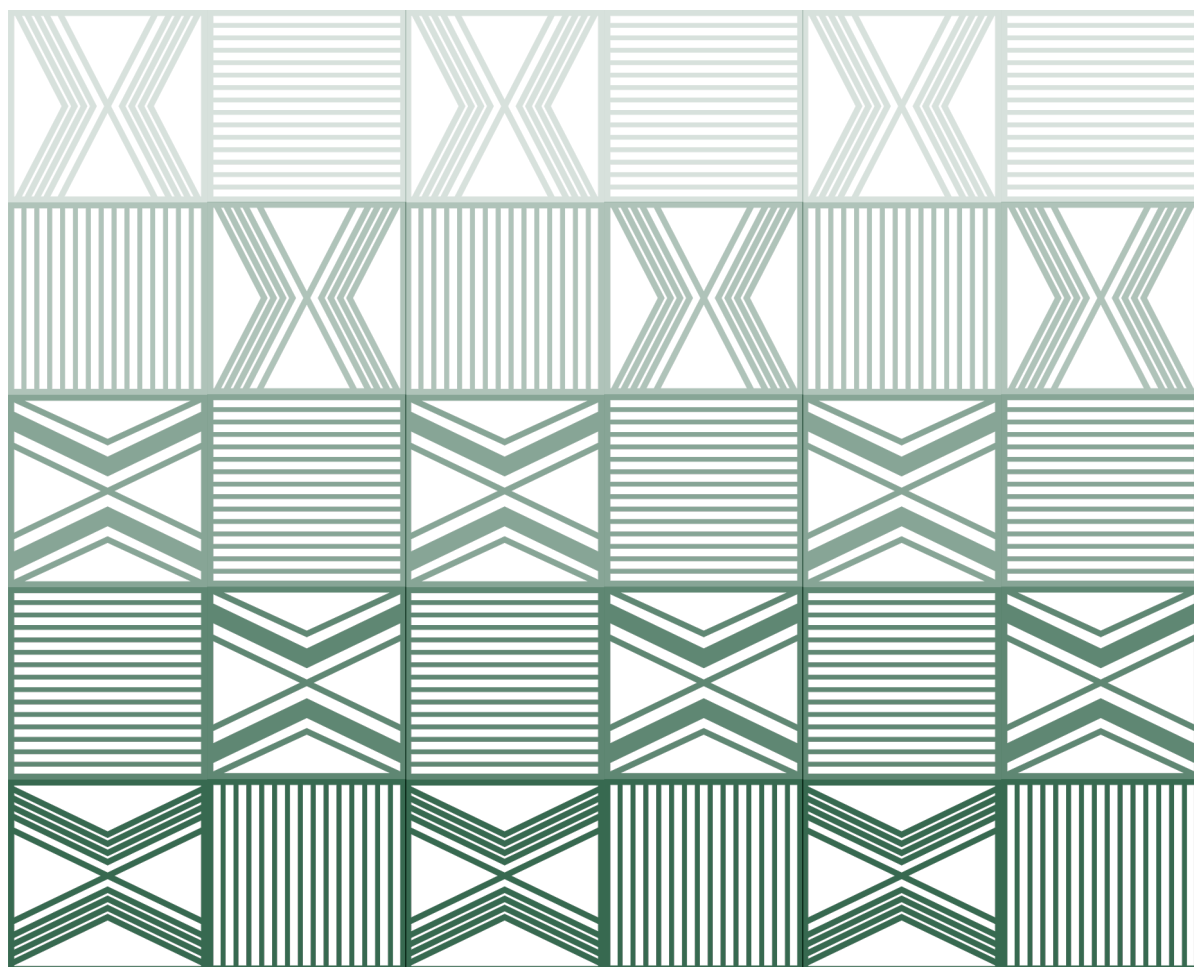
ASPECTOS TRANSVERSAIS: EQUIDADE DE GÊNERO

No tocante à equidade de gênero e à participação das mulheres, a abordagem transversal dos projetos incluiu a formação de mulheres em várias etapas, desde a produção até à gestão dos recursos naturais. A participação ativa das mulheres nas atividades dos projetos não só fortaleceu a resiliência das comunidades, mas também promoveu sua autonomia econômica e social.

As capacitações focadas em mulheres e jovens também garantiram que esses grupos pudessem participar plenamente das atividades econômicas sustentáveis, como a meliponicultura e os Sistemas Agroflorestais (SAFs). A criação de redes de mulheres indígenas, como a “Rede Entre Parentas”, exemplifica como a inclusão de gênero foi incorporada de forma estruturada, promovendo o empoderamento e a liderança feminina.

ASPECTOS TRANVERSAIS: REDUÇÃO DA POBREZA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

A melhoria da qualidade de vida e da renda foi potencializada pela introdução de atividades produtivas sustentáveis, como a venda de mel produzido a partir da meliponicultura, a comercialização de artesanato indígena e a venda do pirarucu manejado. Essas atividades não apenas proporcionaram uma nova fonte de renda para as famílias, mas também valorizaram o conhecimento tradicional e as práticas culturais das comunidades, reforçando sua identidade e coesão social.





1. Antecedentes

Em 2012, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) começou a atrair a atenção de diversos atores, dentre eles as agências e organismos da cooperação internacional interessados em apoiar sua implementação. No Ministério do Meio Ambiente (MMA) – atual Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima –, um setor específico estava mobilizado para essa causa, sendo a colaboração com o Ministério essencial para o avanço das discussões. Assim, a implementação da PNGATI começou a ganhar forma, ressaltando a importância das políticas públicas voltadas para os povos indígenas.

A chamada de projetos do Fundo Amazônia destinada às organizações indígenas foi desenhada e planejada com o objetivo de apoiar a “implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTAs em Terras Indígenas na Amazônia, os quais deveriam atender aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, bem como às finalidades, regras e diretrizes aplicáveis ao Fundo Amazônia. Devendo, ainda, contribuir para: a) a gestão ambiental, com ênfase na proteção, recuperação ambiental e combate ao desmatamento na Amazônia, e b) a promoção do etnodesenvolvimento, com uso e manejo sustentável dos recursos naturais, respeito aos modos de vida e manifestações culturais dos povos indígenas”.¹

A ideia para a Chamada Pública de Projetos Voltados ao Apoio de Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas surgiu no contexto de revisão do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Em sua terceira fase (2012-2015), uma das prioridades dentro do eixo de Ordenamento Territorial era apoiar e fomentar políticas públicas transversais para reduzir o desmatamento na Amazônia. Isso incluía estabelecer objetivos e metas para orientar ações governamentais em diversas áreas, com destaque para o apoio à PNGATI e a implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs).² Assim, PNGATI e PPCDAm formaram o pano de fundo para a discussão da Chamada.

Durante o período de concepção dessa chamada de projetos, o desmatamento na Amazônia estava baixo em comparação a década anterior, embora algumas terras indígenas estivessem sob pressão. Nesse contexto, a implementação dos PGTAs foi vista como uma contribuição fundamental para os eixos centrais do PPCDAm.³

O desenho da chamada destinada às organizações indígenas começou em 2013, tendo suas três primeiras aprovações de projetos em 2016⁴. Esse processo envolveu instituições governamentais, incluindo o MMA, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), BNDES e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e organizações não-governamentais que representam a sociedade civil, como o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

1. BRASIL. Chamada pública de projetos voltados ao apoio de Planos de Gestão Territorial e ambiental em terras indígenas. BNDES/Fundo Amazônia. 2014. <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/como-apresentar-projetos/chamadas-publicas/projetos-voltados-ao-apoio-a-PGTAs/>

2. BRASIL. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) – 3ª. Fase (2012-2015) pelo Uso Sustentável e Conservação da Floresta. Ministério do Meio Ambiente, 2013

3. Depoimento do diretor da FUNAI, coletado em entrevista realizada em março de 2024, sobre a discussão da chamada na época.

4. Projeto Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, executado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI); Projeto Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu, executado pelo Instituto Socioambiental (ISA) e o Projeto Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas, executado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).

O processo de consulta e envolvimento das comunidades e organizações indígenas foi amplo. Desde a discussão do edital, houve uma série de consultas regionais através de oficinas, que envolveram organizações indígenas locais, organizações não-governamentais indigenistas e outros *stakeholders*. As oficinas foram coordenadas pelo BNDES, MMA e Funai, contando ainda com apoio técnico e metodológico da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)*. Assim, foi garantida que as ações planejadas fossem as priorizadas pelos povos indígenas, além de capacitar as organizações para facilitar a escrita de projetos. Observa-se que um conjunto de perguntas e respostas foi criado a partir dessas oficinas.

Os objetivos principais da chamada incluíam a diminuição do desmatamento e garantir que as ações desenvolvidas fossem condizentes com a implementação da PNGATI e dos PGTA, verificando os objetivos de proteção das terras indígenas, fomentando atividades sustentáveis e fortalecendo as organizações indígenas regionais e locais. Outro elemento destacado era assegurar que as proponentes tivessem a capacidade de apoiar as organizações indígenas no fortalecimento de capacidades das organizações locais. Além disso, “garantir que 30% dos recursos seriam destinados à elaboração de novos planos, enquanto 70% seriam aplicados na implementação.”⁵

No desenho dessa chamada, foram incorporados os aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental, social e econômica conforme delineado pelo PPCDam e pelo Fundo Amazônia. Essas considerações estavam presentes desde a gênese da construção das chamadas de projetos, indicando uma visão holística e inclusiva para promover o desenvolvimento sustentável nas terras indígenas apoiadas.

5. FUNDO AMAZÔNIA. Coletânea dos Registros de Encaminhamentos e Temas (RET) das reuniões do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) entre os anos de 2008 e 2018. Rio de Janeiro: Fundo Amazônia, 2019.



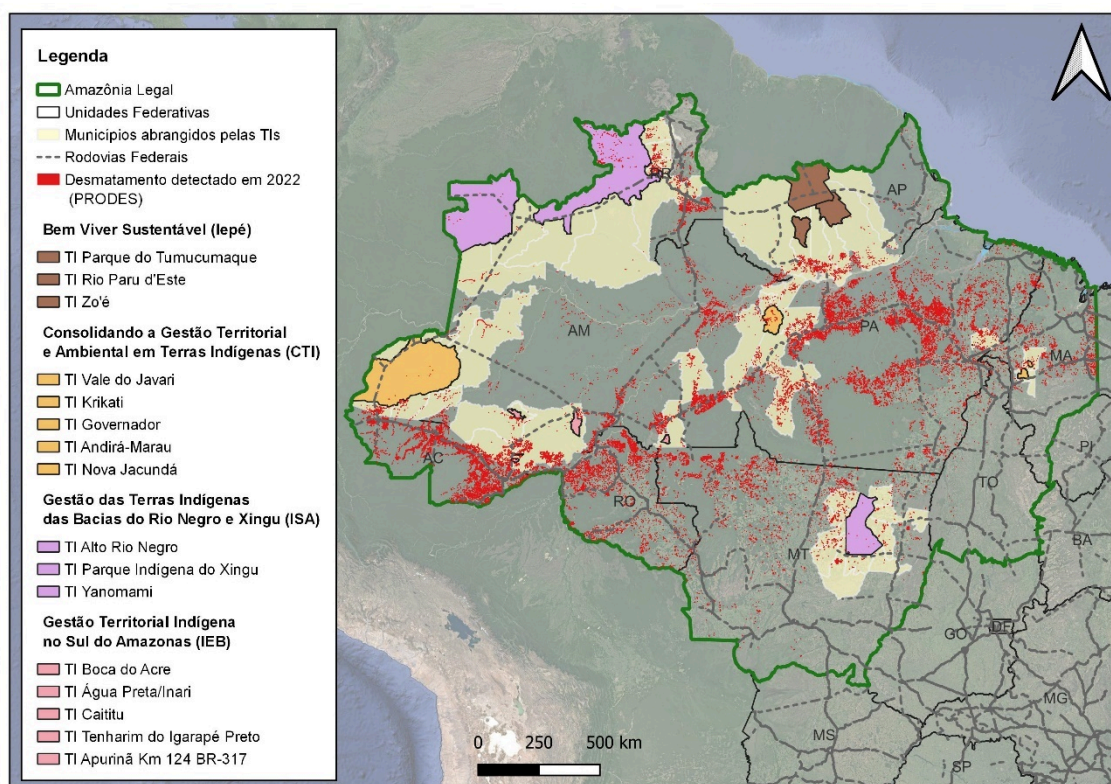
2. Introdução

Esta avaliação de efetividade temática tem como objetivo principal compreender como as iniciativas apoiadas pelo Fundo Amazônia alcançaram os resultados planejados e qual foi o impacto nos territórios indígenas envolvidos.⁶ Avaliar a efetividade envolve determinar os resultados dos projetos a partir do momento em que sua implementação foi estabilizada, as intervenções alcançaram maturidade e seus impactos estão consolidados e mensuráveis.⁷

A presente avaliação de efetividade se concentra em quatro projetos voltados para povos indígenas que totalizaram um apoio no valor de R\$ 46.953.837,87. O apoio focado nos territórios indígenas visou fortalecer a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), estando alinhado com os princípios e objetivo do Fundo Amazônia.

Na Figura 1, é possível verificar a localização das Terras Indígenas (TIs) onde os projetos apoiados atuaram.

Figura 1: Localização das TIs apoiadas pelo Fundo Amazônia



Fonte: Termo de Referência da Avaliação de Efetividade (2023). Fontes dos dados: Fundo Amazônia - BNDES; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); Projeto PRODES - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

6. GIZ. Termo de Referência da Avaliação temática de efetividade de projetos voltados a povos indígenas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES. 2023

7. LASSANCE, A. Análise ex ante de políticas públicas fundamentos teórico-conceituais e orientações metodológicas para a sua aplicação prática. Texto para Discussão, n. 2817, p. 1-112, 1 dez. 2022

O projeto **Bem Viver Sustentável** foi implementado, pelo Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) no período de 2016 a 2023, com o objetivo principal de contribuir para a implementação do PGTA das TIs Parque do Tumucumaque (Amapá e Pará) e Rio Paru d'Este (Pará), além de elaborar o PGTA para a TI Zo'é (Pará). O projeto foi executado com um orçamento total de R\$ 11.858.793,87. As atividades realizadas pela intervenção incluíram controle e proteção territorial, manejo e uso sustentável dos recursos naturais, capacitação e formação para gestão territorial e ambiental e governança do PGTA. Isso compreendeu a formação de lideranças indígenas, o fortalecimento de organizações indígenas, a articulação regional e a gestão compartilhada. Esses esforços visaram fortalecer a capacidade das comunidades indígenas gerirem e protegerem seus territórios.

Entre 2017 e 2021, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) executou o projeto **Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas**, com o objetivo de apoiar a implementação dos PGTA's da TI Vale do Javari (AM) e das TIs Krikati e Governador (MA). Além disso, o projeto apoiou a elaboração de dois PGTA's, da TI Andirá-Marau (PA e AM) e da TI Nova Jacundá (PA). O projeto contou com um investimento de R\$ 11.934.540,00 e abrangeu as seguintes TIs: Vale do Javari (AM), Krikati e Governador (MA), Andirá-Marau (PA e AM) e Nova Jacundá (PA). As atividades realizadas no âmbito da intervenção incluíram o manejo e a conservação de espécies nativas, a atualização de etnomapas, o manejo de áreas degradadas e a recuperação florestal, o apoio à produção de alimentos e o manejo e a conservação de recursos pesqueiros.

O Instituto Socioambiental (ISA) executou o projeto **Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu** entre 2017 e 2022, com o objetivo de apoiar a implementação do PGTA do Parque Indígena do Xingu (PIX) e a elaboração de PGTA's para as TIs Yanomami e da região do Alto Rio Negro. O projeto visou à sistematização do conhecimento e ao fortalecimento das estruturas de governança locais e das organizações indígenas. Essas atividades contribuíram para o fortalecimento das comunidades indígenas e a preservação de seus territórios. O projeto teve um investimento total de R\$ 11.712.000,00.

O projeto **Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas**, executado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) entre 2016 e 2022, teve como principais objetivos apoiar a implementação dos PGTA's das TIs localizadas nas bacias dos rios Purus e Madeira e elaborar o PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto, na bacia do rio Madeira. As TIs abrangidas no projeto incluíram Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari, Caititu, Jiahui, Nove de Janeiro e Ipixuna.

Durante a execução do projeto do IEB, uma série de atividades foram realizadas com o intuito de fortalecer a gestão territorial e promover a produção sustentável nas TIs. Entre as principais atividades, destacam-se a promoção de capacitações em diversos temas, fornecendo assistência técnica e extensão rural (ATER) às comunidades indígenas. Expedições foram realizadas para monitorar os territórios, além de excursões de etnomapeamento, que contribuíram para uma compreensão mais detalhada das áreas indígenas. O projeto também incluiu a aquisição de equipamentos eletrônicos e maquinário, a instalação de internet nas TIs e a construção de infraestrutura essencial, como casas de vigilância e barracões para armazenamento de castanha. Essas ações visaram melhorar a capacidade de gestão e produção das comunidades indígenas, promovendo a sustentabilidade e a autonomia. Para a realização dessas atividades, o projeto contou com um investimento total de R\$11.448.505,00.

Esse conjunto de projetos foram avaliados a partir de uma abordagem temática que permitirá se ter uma visão integrada dos resultados alcançados pelos projetos financiados pelo Fundo

Amazônia. Buscou-se identificar os impactos agregados das iniciativas, gerando recomendações e sistematizando aprendizados que possam orientar futuros projetos e políticas públicas voltadas à gestão territorial e à produção sustentável em áreas indígenas. Assim, esta avaliação tem como objetivo específicos:⁸

- Auxiliar o Fundo Amazônia na prestação de contas aos seus doadores;
- Possibilitar a aprendizagem institucional do Fundo, contribuindo para melhorar a qualidade de projetos e a priorização dos investimentos (tomadas de decisões);
- Verificar a observância dos projetos sobre as Salvaguardas de Cancun acordadas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change) para ações de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal + conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal (REDD+);
- Verificar o alinhamento dos projetos com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e os respectivos planos estaduais;
- Analisar as fortalezas e fragilidades dos projetos (pontos positivos e desafios);
- Constatar em que medida cada projeto é relevante, eficiente, eficaz, sustentável e gera impactos; e
- Identificar desafios e lições aprendidas.

8. GIZ. Termo de Referência da Avaliação temática de efetividade de projetos voltados a povos indígenas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES. 2023



3. Metodologia Aplicada

Todo o processo metodológico desta Avaliação de Efetividade seguiu as diretrizes e critérios detalhados no documento "Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia"⁹, assim como seu respectivo Adendo¹⁰, garantindo uma abordagem sistemática e alinhada com os critérios e metas do Fundo Amazônia. Na Figura 2, é apresentado o modelo da cadeia de resultados, o modelo descrito na cadeia de resultados.

Figura 2: Metodologia da Avaliação



Fonte: Adaptado pelos consultores de modelo descrito no Marco Conceitual (2024)

Com essa metodologia, baseada nos critérios de avaliação propostos pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi analisado não apenas se os objetivos dos projetos foram atingidos, mas também como eles puderam ser aprimorados. Além disso, buscou-se entender como garantir a sustentabilidade dos resultados, que, segundo a OCDE, "se refere à capacidade dos benefícios de um projeto continuarem após a cessação do apoio ao desenvolvimento".¹¹ Portanto, o foco na sustentabilidade é essencial para assegurar que os impactos positivos se mantenham além do período de implementação dos projetos.

9. GIZ. https://www.giz.de/en/downloads/Marco_Conceitual_Avaliacao.pdf – acesso em 08 de dezembro de 2023

10. Fundo Amazônia. <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/> - acesso em 08 de dezembro de 2023

11. OECD. Applying Evaluation Criteria Thoughtfully. Paris: OECD Publishing, 2021.

Os critérios estão divididos em um conjunto de valores avaliativos que contemplam os conceitos de relevância, eficácia, eficiência, sustentabilidade e efetividade¹². Eles propiciam um olhar complementar e holístico das intervenções e seus resultados. No Quadro 1, é apresentada a conceituação dos critérios (no anexo desse relatório, encontram-se as perguntas avaliativas dos critérios).

Quadro 1: Conceituação dos critérios e perguntas avaliativas

CRITÉRIOS	DESCRIÇÃO CONCEITUAL
Relevância	Avalia até que ponto os objetivos das políticas respondem às necessidades dos beneficiários, assim como a sintonia com outras políticas e prioridades nacionais e internacionais
Eficácia	Avalia em que medida uma política alcançou seus objetivos e seus resultados, levando em consideração a importância relativa dos objetivos. Critério mais usado como medida geral de sucesso de uma intervenção
Eficiência	Critério que mensura o quanto os recursos são transformados em resultados da forma mais econômica e oportuna
Impacto/ Efetividade	Efeitos a longo prazo. Mede as consequências globais da política pública sobre os indicadores locais de desenvolvimento social, econômico, ambiental e outros
Sustentabilidade	Avalia o quanto os benefícios de uma política continuam ou continuarão

Fonte: Adaptação realizada pelos consultores a partir do modelo dos critérios OCDE (2021) e do Termo de Referência (2023).

O uso de um conjunto de critérios avaliativos, numa avaliação de efetividade, ajuda a determinar se os objetivos de longo prazo (impactos) foram alcançados e se podem ser atribuídos às ações do programa¹³. Ao aplicar esse conjunto de critérios, compromete-se com uma avaliação que vai além da superfície, explorando a profundidade e o alcance dos projetos de forma integrada e coerente.

No caso desta avaliação de efetividade, o uso desses critérios também foi útil para entender, por exemplo, a transversalidade das políticas públicas e alguns temas, assim como esses projetos conseguiram contribuir para a implementação da PNGATI e dos seus instrumentos nas Terras Indígenas (TIs).

Considerou-se ainda as Salvaguardas de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), incorporando temas transversais essenciais, como gênero, redução da pobreza, fortalecimento de políticas públicas e organizacional e acesso a fundos comunitários indígenas. Essa abordagem transversal garantiu uma avaliação abrangente e integrada, levando em conta múltiplas dimensões essenciais para o sucesso dos projetos e a consecução dos objetivos do Fundo Amazônia. A Figura 3 apresenta um conjunto de elementos importantes e que foram considerados nesta avaliação de efetividade.

12. *Ibidem*

13. VEDUNG, E.; PEDONE, L. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: Fundamentos e modelos. Rio de Janeiro: Luzes - Comunicação, Arte & Cultura, 2021

Figura 3: Temas transversais a serem considerados na avaliação



Fonte: Elaboração própria dos consultores (2024)

3.1. Coleta de Dados

A coleta inicial de dados foi realizada a partir da revisão documental, com foco nos documentos disponibilizados pelo BNDES. Essa seleção incluiu um conjunto de Relatórios de Consulta Prévia, Notas Técnicas, Relatórios de Desempenho (RED), Relatórios de Monitoramento da execução dos projetos, Relatórios de Avaliação Final e documentos que compõem as bases de referência sobre a execução dos projetos (*memorandum* da avaliação).

Essa análise foi complementada por uma revisão da literatura acadêmica e de documentos produzidos pelo governo federal, no âmbito da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), e subnacionais com foco em políticas para povos indígenas, como as Secretarias Estaduais de Povos Indígenas. Também foram considerados documentos de literatura cinza, como publicações elaboradas pelas organizações implementadoras, incluindo os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de Terras Indígenas (TIs), entre outros. O propósito dessa coleta de dados foi fornecer um pano de fundo detalhado para o relatório de avaliação de efetividade, além de definir objetivos claros e uma metodologia robusta.

3.2. Visita de Campo e entrevistas

Para garantir a inclusão e acessibilidade de todos os parceiros na avaliação, foram realizadas entrevistas presenciais e online. A opção presencial foi essencial para uma imersão completa e interação direta, especialmente em locais onde as intervenções foram implementadas.

No Vale do Javari, foram realizadas duas reuniões: uma na sede do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), em Tabatinga/AM, e outra na sede da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA), em Atalaia do Norte/AM, com cerca de 15 indígenas e representantes do CTI. Não foi possível ingressar na TI Vale do Javari devido à longa viagem e ao alto custo envolvido para uma visita. (Figura 4)

Figura 4: Reunião com lideranças indígenas na sede UNIVAJA em Atalaia do Norte/AM



Fonte: Imagens realizadas pelos consultores nas visitas de campo (2024)

Também foi realizada uma visita ao município de Humaitá, no sul do Amazonas, onde realizou-se uma reunião com aproximadamente 30 indígenas e a equipe do IEB, além de uma visita de campo à TI Jiahui.

Figura 5: Visita de Campo à TI Jiahui – Amazonas



Fonte: Imagens realizadas pelos consultores nas visitas de campo (2024)

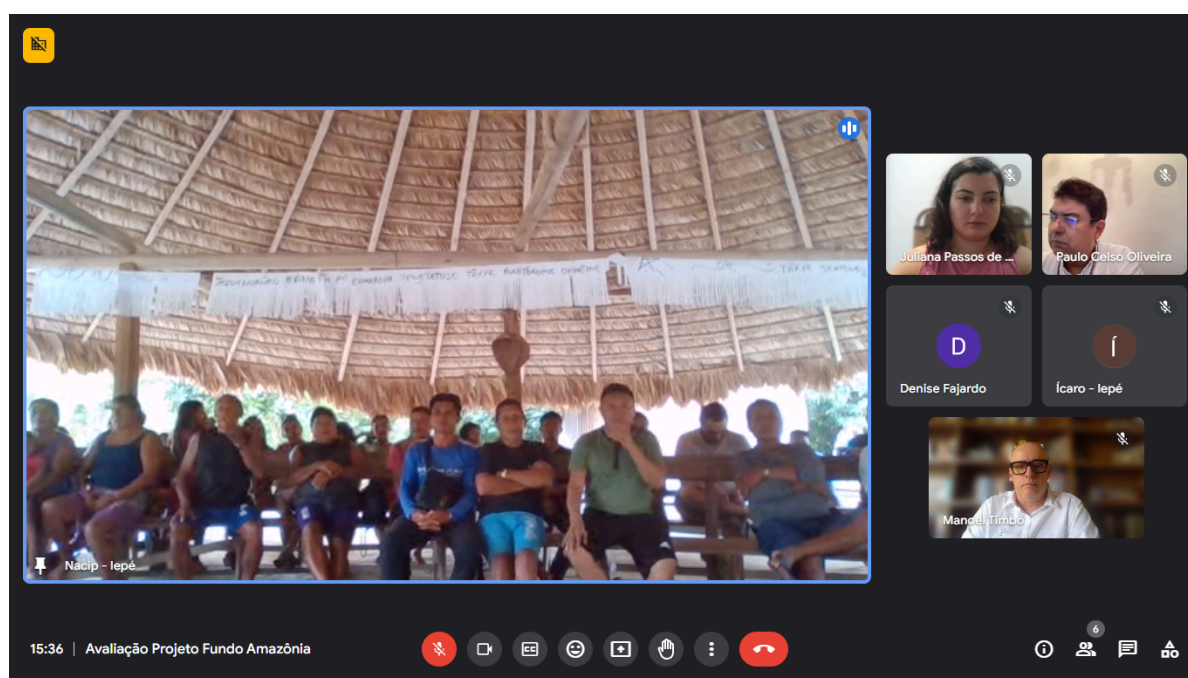
No entanto, reconhecendo os desafios logísticos e práticos das viagens de campo, também foram realizadas entrevistas virtuais utilizando ferramentas *online*. Essa abordagem híbrida assegurou a participação efetiva de todos os *stakeholders*, independentemente de barreiras físicas ou geográficas.

Em todo o processo, utilizou-se como referencial metodológico as perguntas avaliativas descritas no Quadro 1, assim como as árvores de objetivos e os quadros lógicos dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

A avaliação incluiu a participação de beneficiários, equipe técnica e gestores dos projetos, equipe técnica do BNDES/Fundo Amazônia e outros *stakeholders*, considerando seus pontos de vista para possibilitar um processo de reflexão e aprendizagem de todos os envolvidos. Foram utilizados diálogos e entrevistas abertas e dirigidas como métodos.

Destaca-se uma roda de conversa virtual com um conjunto significativo de aproximadamente 23 beneficiários indígenas na TI do Parque do Tumucumaque, no Amapá, e uma roda de conversa presencial no município de Humaitá, no Amazonas, com representantes de todas as TIs apoiadas: Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari, Caititu, Jiahui, Nove de Janeiro, Ipixuna e Tenharim do Igarapé Preto. (Figuras 6 e 7)

Figura 6: Oficina virtual com beneficiários do Projeto Bem Viver Sustentável



Fonte: Imagens realizadas pelos consultores (2024)

Figura 7: Encontro realizado com técnicos e beneficiários do Projeto Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas



Fonte: Imagens realizadas pelos consultores (2024)

3.3. Análise do desmatamento

O desmatamento nas áreas de abrangência dos projetos do Fundo Amazônia foi analisado com base em três períodos: antes do início dos projetos (2002-2015), durante a execução (2016-2022) e no período de conclusão (2022-2023). Um dos projetos, o projeto *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas*, executado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), foi concluído apenas em 2021.

A variação no tempo de implementação e nos resultados entre os projetos, concluídos em diferentes anos (2021, 2022 e 2023), foi considerada um risco médio para os resultados gerados nesta avaliação. No entanto, foi realizada uma análise detalhada dos projetos, identificando as causas dos desvios no tempo de implementação e nos resultados. Além disso, foi desenvolvida uma metodologia para garantir a consistência dos dados dos resultados, independentemente do ano de implementação.

Um importante apoio nesse sentido foi a aplicação de uma padronização dos indicadores, em que todos os indicadores utilizados para medir os resultados das intervenções foram revisados e padronizados. Essa padronização incluiu a definição clara de métricas, de unidades de medida e dos critérios de avaliação que deveriam ser aplicados uniformemente em todas as fases do projeto.

Ainda foi realizada uma análise contrafactual que observou a TI Caititu, apoiada pelo projeto Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas, e a Terra Indígena Tenharim Marmelos, que não foi incluída em nenhum dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. A escolha dessas TIs se deu pela localização, sul do Amazonas e por sofrerem a influência da Rodovia BR-230, com a expansão de atividades agropecuárias da região.

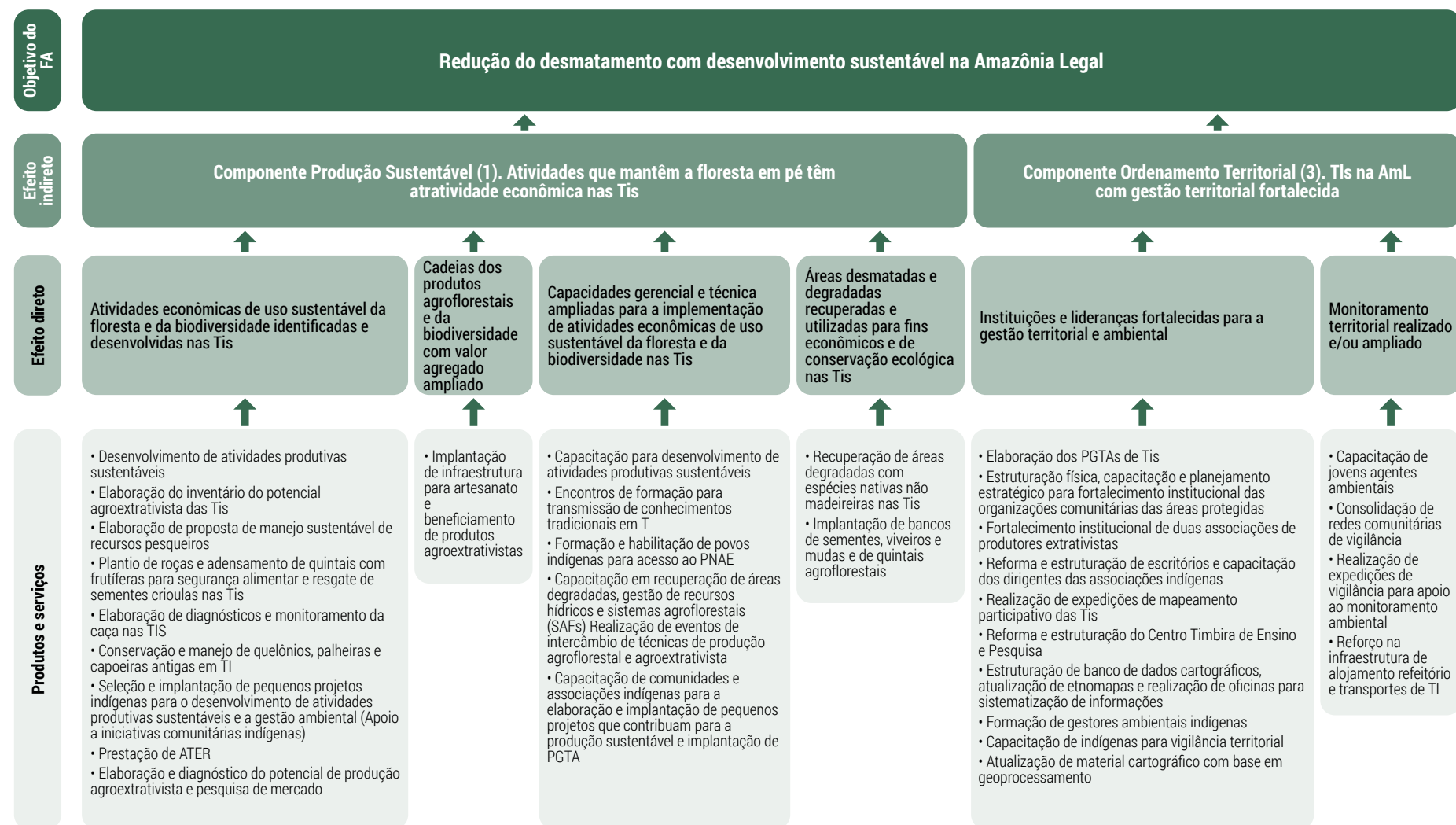


4. Resultados

A sistematização das árvores de objetivos do conjunto de projetos orientou as correlações para os resultados desta avaliação (Figura 8). Nesse processo, produtos e serviços foram agrupados com suas respectivas atividades, gerando efeitos diretos que, por sua vez, estão correlacionados aos efeitos indiretos vinculados a dois componentes do Fundo Amazônia. **Componente 1 - Produção Sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade nas TIs** – Foca em atividades econômicas que promovem a conservação da floresta ao mesmo tempo em que gera benefícios econômicos para as comunidades locais. Intervenções focadas em produção sustentável desempenham um papel crucial na conservação da floresta e no fortalecimento da resiliência das comunidades a partir do desenvolvimento sustentável.

Componente 3 - Ordenamento Territorial: TIs na Amazônia Legal com gestão territorial fortalecida – Concentra-se na gestão e proteção dos territórios indígenas. Uma das principais estratégias é a elaboração e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), que visam assegurar a proteção e o uso sustentável das Terras Indígenas (TIs). Assim como o fortalecimento institucional de organizações de base locais, com a implementação de um conjunto de capacitações, o monitoramento territorial. A implementação dos PGTAs é uma ação que se alinha tanto aos objetivos do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) quanto da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Figura 8: Sistematização das árvores de objetivos dos projetos da avaliação temática

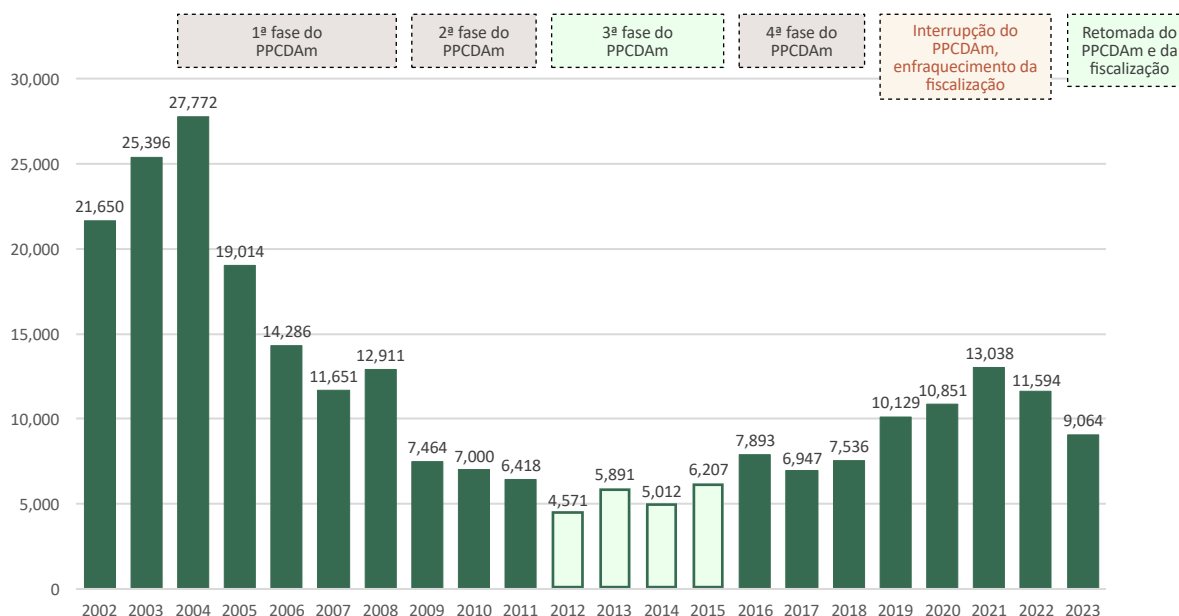


Fonte: Elaboração dos consultores a partir das árvores de objetivos dos Projetos (2024)

4.1. Objetivo Geral do Fundo Amazônia

Os projetos em avaliação abrangem 19 Terras Indígenas (TIs) e foram implementados no período de 2016 a 2023. Os quatro anos que antecederam o período de implementação dos projetos, ou seja, de 2012 a 2015, englobam as menores taxas de desmatamento da série histórica do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes) para a Amazônia (Gráfico 1).

Gráfico 1: Série histórica do desmatamento na Amazônia



Fonte: Elaboração própria dos consultores (2024)

Já entre 2019 e 2022, observam-se as maiores taxas de desmatamento desde 2008, que ocorrem em paralelo à interrupção do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e ao enfraquecimento da fiscalização e de capacidade de resposta, em especial de instituições como Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Dessa forma, a avaliação sobre a evolução do desmatamento precisa ir além da simples comparação do desmatamento ocorrido dentro da área abrangida por cada projeto, antes e durante sua implementação.

Outrossim, o contexto político e econômico também tem potencial de impacto de curto prazo. Um sinal político de enfraquecimento das fiscalizações pode gerar desmatamento imediato devido ao aumento da sensação de impunidade, como observado no período pós 2018.

Nesse contexto, é importante avaliar períodos diversos dos projetos (antes, durante e pós-implementação), além de observar a evolução do desmatamento dentro e fora das TIs. (Tabela 1 e Quadro 2)



Tabela 1: Comparação do desmatamento na área da Amazônia Legal e nas áreas dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

Área	Média de 2012 a 2015 (período que antecede os projetos)	Média de 2016 a 2023 (durante e após a execução dos projetos)	Variação (%)
TIs da AML	109 km ²	277,4 km ²	↑ 155%
4 Projetos (16TI)	11,7 km ²	24,1 km ²	↑ 105%

Fonte: Elaboração própria dos consultores (2024)

Quadro 2: Comparação do desmatamento na área da Amazônia Legal e nas áreas dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia nos períodos antes e durante a implementação dos projetos

Acumulado de 2012 a 2015 (antecede o início dos projetos):
- TIs da AML = 435,92 km² - TIs dos 4 projetos = 47 km² (10,7% do total)
Acumulado de 2016 a 2023 (durante e após a execução dos projetos):
- TIs da AML = 2.219 km² - TIs dos 4 projetos = 196,5 km² (8,8% do total)

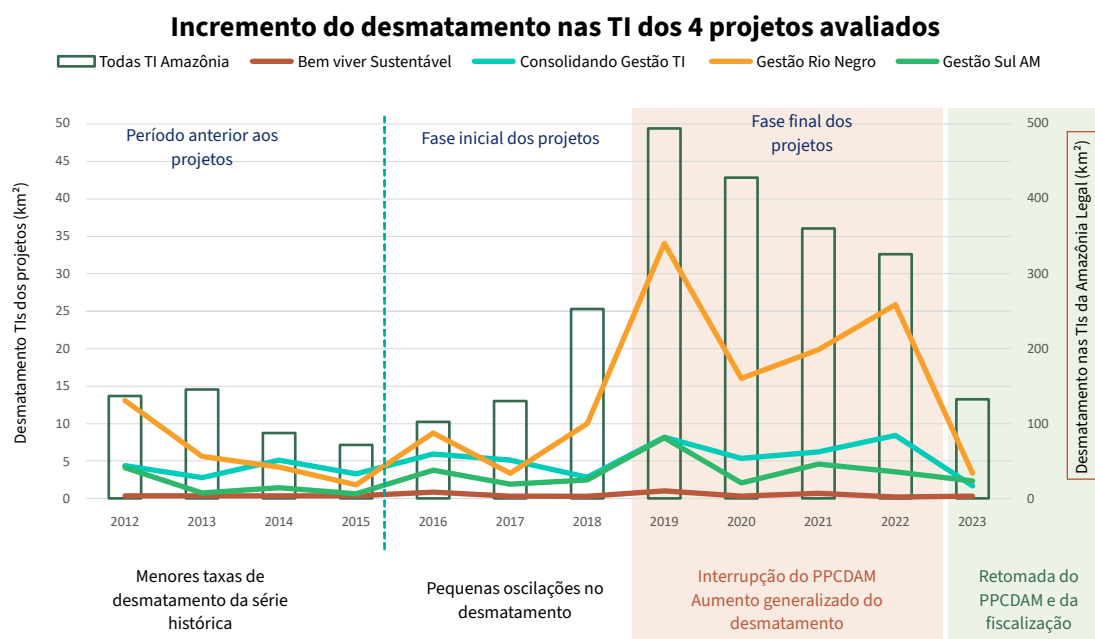
Fonte: Elaboração própria dos consultores (2024)

Embora tenha havido aumento em ambos os casos, o desmatamento foi significativamente menor nas TIs dos projetos avaliados com relação ao observado no conjunto das TIs da Amazônia Legal, apresentando uma diferença de 49%.

Entre 2012 e 2015, o desmatamento nas dezenove TIs dos quatro projetos apoiados pelo Fundo Amazônia representou 11% do total desmatado nas TIs da Amazônia Legal. Esta contribuição foi reduzida para menos de 9% entre 2016 e 2023.

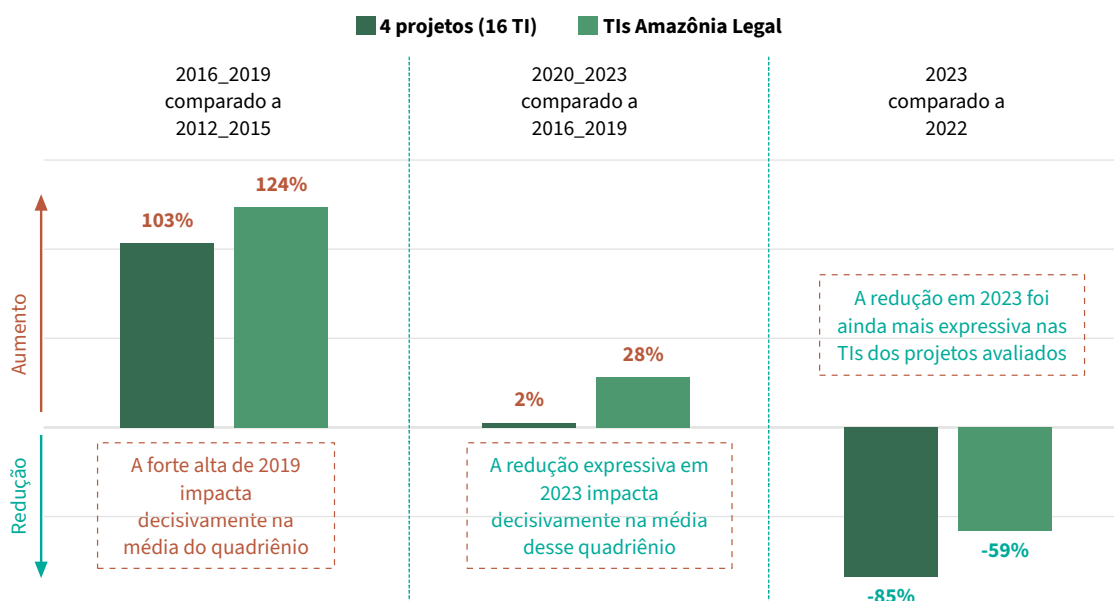
Nos gráficos 2 e 3, nota-se que o aumento do desmatamento observado nos dois quadriênios seguintes ao início dos projetos foi sempre menor no conjunto das TIs dos projetos avaliados do que no conjunto das TIs da Amazônia Legal.

Gráfico 2: Incremento do desmatamento nas TIs dos projetos avaliados



Fonte: Elaboração própria dos consultores (2024)

Gráfico 3: Variação do desmatamento entre os períodos de quatro anos, de 2012 – 2023.



Fonte: Elaboração própria dos consultores (2024)

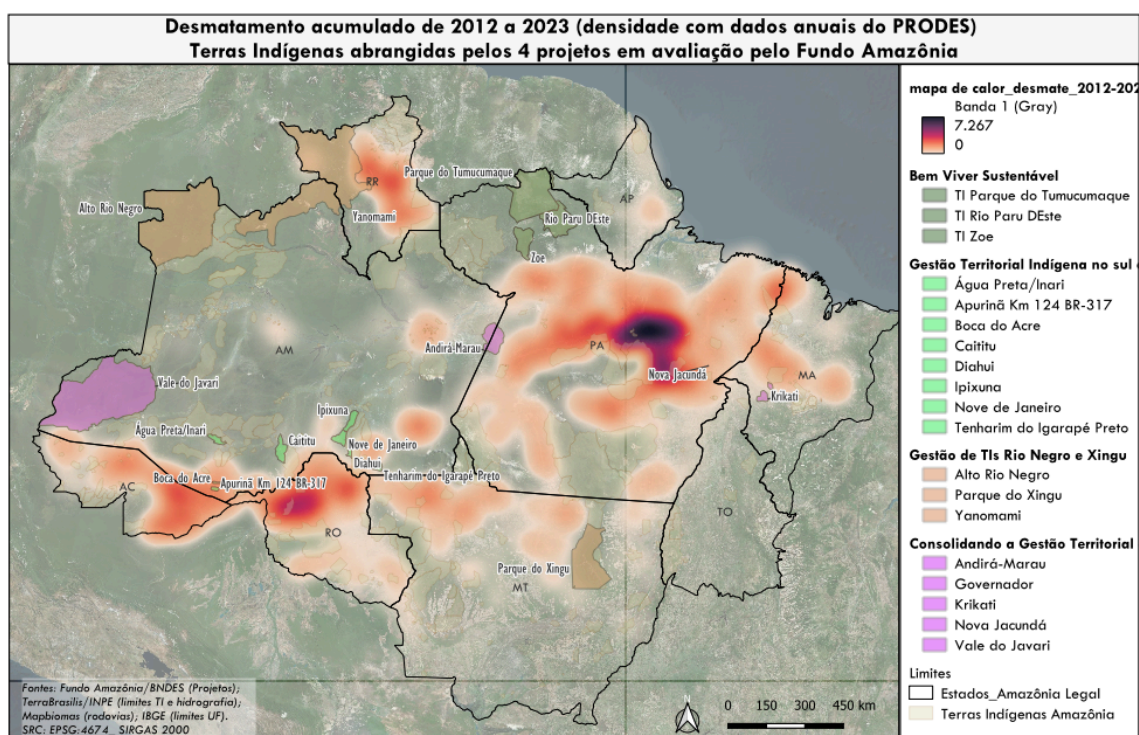
Entre 2016 e 2019, o desmatamento nas 19 TIs foi de 95,4 km², um aumento de 103% comparado aos 47 km² observados entre 2012 e 2015. Já no conjunto das TI da Amazônia, o aumento foi de 124% (975 km² em 2016-2019, contra 435,9 km² em 2012-2015).

No período 2020 a 2023, o aumento foi de 2 % com relação ao quadriênio anterior (97,3 km² contra 95,2 km²) nas TIs dos projetos avaliados. Já nas TI da Amazônia Legal, a alta foi de 28% na comparação dos mesmos períodos (1.244 km² contra 975 km²). Observa-se também que, em 2023, ano em que houve redução geral no desmatamento, esta foi ainda mais significativa nas TIs dos

quatro projetos avaliados, sendo 85% menor que 2022 (5,6 km² contra 37,4 km²), enquanto no conjunto das TI da Amazônia a redução foi de 59% (132 km² contra 325 km² em 2022).

A análise conjunta dos quatro projetos contribui significativamente para delinear o contexto geral em que eles estão inseridos, sendo possível ter ampla visão dos desafios enfrentados na Amazônia Legal. Por outro lado, há considerável heterogeneidade, uma vez que a realidade no sul do Amazonas é bastante distinta daquela observada no norte do Pará, como evidenciado na Figura 9, que ilustra os *hotspots* de desmatamento entre 2012 e 2023.

Figura 9: Desmatamento acumulado de 2012 a 2023 (densidade com dados anuais do PRODES) x Localização das Tis abrangidas pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia



Fonte: Elaboração própria dos consultores (2024)

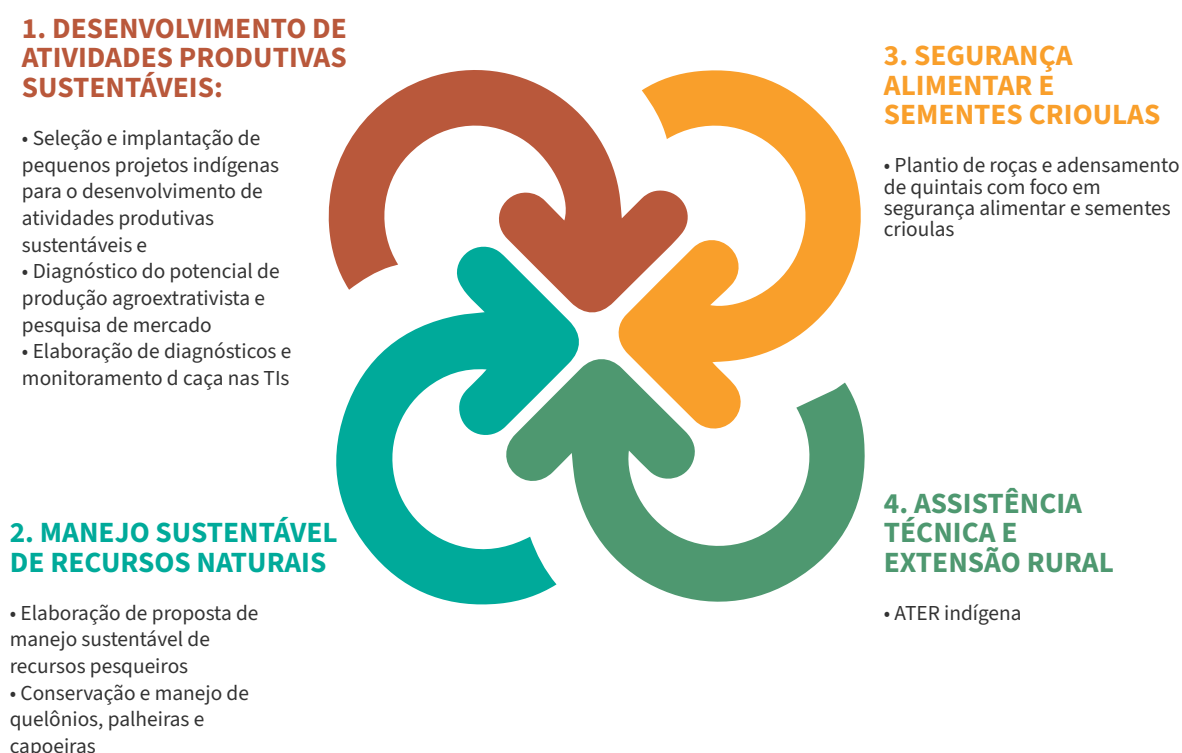
No interior dos projetos também há diferenças de contexto, atividades realizadas e desafios, como exemplo a Terra Indígena Yanomami, apoiada pelo projeto *Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu*. Essa foi a TI que mais sofreu desmatamento, respondendo por quase a metade de todo o desmatamento observado nas 19 TIs após 2016.

Em suma, os projetos apoiados têm demonstrado impacto positivo na redução das taxas de desmatamento nas TIs abrangidas, mesmo diante de contextos políticos e econômicos adversos. A análise dos dados revela que, embora tenha havido um aumento do desmatamento na Amazônia Legal, as TIs apoiadas pelos projetos do Fundo Amazônia apresentaram um incremento significativamente menor. Portanto, o objetivo geral do Fundo Amazônia de diminuir o desmatamento na região amazônica tem sido parcialmente alcançado, apesar dos desafios enfrentados.

4.2. Efeitos Indiretos - Produção Sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica nas TIs

A Componente Produção Sustentável (1) é essencial para promover atividades que mantêm a floresta em pé, garantindo sua atratividade econômica dentro das Terras Indígenas (TIs). A identificação e o desenvolvimento de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade nas TIs (efeito direto) são importantes para assegurar que as comunidades indígenas possam usufruir de benefícios econômicos enquanto preservam seus recursos naturais. Essas iniciativas serão avaliadas por categorias que agrupam atividades com objetivos e métodos semelhantes. (Figura 10)

Figura 10: Sistematização das atividades econômicas de uso sustentável da floresta



Fonte: Elaboração própria dos consultores (2024).

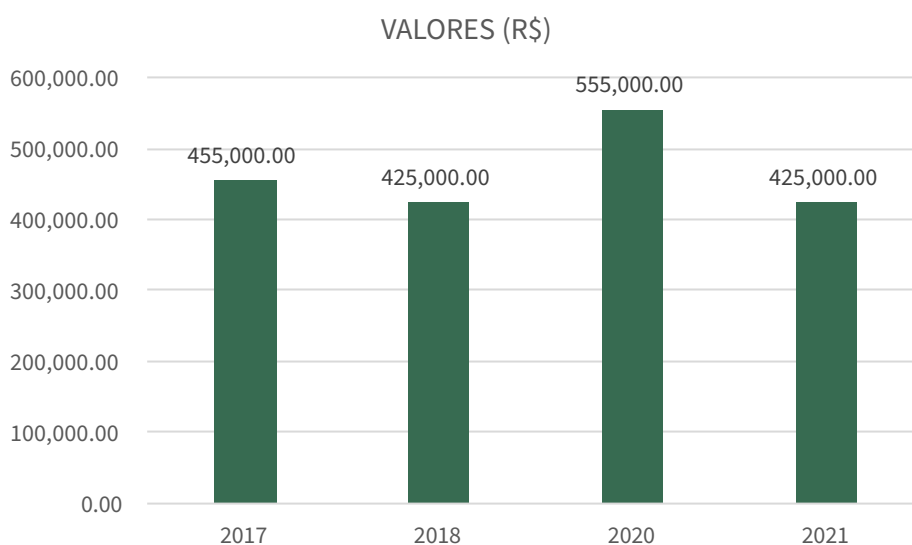
No âmbito do desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, tem-se a experiência Apoio a Iniciativas Comunitárias (AIC), um fundo para pequenos projetos financiado no âmbito do projeto *Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu*, que surgiu da necessidade de implementar ações específicas para os 16 povos e as 150 aldeias que vivem no Parque Indígena do Xingu e como suporte financeiro e complementar que possa apoiar a implementação do Plano de Gestão Territorial do Xingu.

A partir do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia, foram lançados dois editais: o primeiro em 2017 e o segundo em 2018. As propostas apresentadas pelas comunidades precisavam se relacionar com a temática de soberania alimentar, fortalecimento cultural e desenvolvimento de alternativas econômicas.

Em 2020, um terceiro edital foi aberto no âmbito do AIC, desta vez com recursos da Fundação Gordon e Betty Moore. Já em 2021, devido ao grande número de propostas apresentadas no edital anterior, foi lançada uma segunda chamada deste edital, sem um novo processo formal, contemplando iniciativas previamente aprovadas. Esta nova rodada foi financiada pela Embaixada Real da Noruega, dando continuidade ao apoio às comunidades.

No total, foram apoiados 65 projetos, beneficiando 75 comunidades e contemplando 12 povos indígenas, com um investimento total de R\$ 1,86 milhões.¹⁴ (Gráfico 4)

Gráfico 4: Valores dos editais apoiados pelo AIC (2017-2021).



Fonte: Elaboração própria dos consultores (2024).

Em 2023, já após a finalização do projeto do Fundo Amazônia, a gestão do AIC deixou de ser do ISA e foi transferida para a responsabilidade da Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX).

As iniciativas do AIC “destacaram-se pela significativa desburocratização dos processos, tornando os editais mais acessíveis e a prestação de contas mais simples. Um diferencial nestes editais foi a aceitação de apresentações de projetos de forma oral, acompanhadas de orçamentos manuscritos. Além disso, não se exige que as associações para apresentação de propostas sejam formalizadas”.¹⁵

O formato dos editais para que as organizações apresentassem propostas “permitiu que comunidades menores e grupos que pouco acessam editais, incluindo grupos de mulheres, tivessem acesso aos recursos. A abordagem inclusiva evitou o privilégio das aldeias centrais e maiores, promovendo uma distribuição equitativa dos fundos e fortalecendo a participação de comunidades frequentemente excluídas em programas de editais. Além disso, as propostas puderam ser enviadas por texto, como também por vídeo, respeitando a tradição de oralidade desses povos, desde que atendam aos critérios estabelecidos em cada edital”.¹⁶

14. ISA. <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/fundo-capilariza-recursos-e-fortalece-povos-do-territorio-indigena-do>

15. Depoimento de um dos coordenadores do projeto Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu, coletado em entrevista realizada em março de 2024.

16. Depoimento de um dos coordenadores da ATIX, coletado em entrevista realizada em abril de 2024.

O AIC “simplificou o acesso a recursos pelas comunidades e incentivou a formação dessas comunidades no processo de prestação de contas”.¹⁷. O impacto dessa iniciativa foi identificado primeiramente sobre a desburocratização e a simplificação dos processos, que permitiram um acesso melhorado e inclusivo aos recursos, beneficiando comunidades indígenas que, de outra forma, poderiam ser excluídas. Os investimentos resultaram em benefícios tangíveis para as comunidades, incluindo a melhoria de condições de vida, aumento da capacidade produtiva e fortalecimento das organizações locais. Além disso, a iniciativa demonstrou a importância de fundos que considerem as particularidades culturais e necessidades específicas das comunidades indígenas, proporcionando um modelo replicável para outras ações.

A sustentabilidade do AIC foi assegurada por um planejamento estratégico que tem garantido a continuidade dos recursos a longo prazo. A governança do fundo inclui a negociação de novos fundos e a preparação de editais, garantindo que o apoio contínuo às comunidades indígenas não seja interrompido.

A implementação de projetos indígenas voltados para atividades produtivas sustentáveis, como a meliponicultura e apicultura na TI Parque do Tumucumaque, tem gerado resultados expressivos na produção de mel e na geração de renda para as comunidades. Abaixo, é possível visualizar a evolução anual da produção e das receitas correspondentes, demonstrando a consolidação dessas atividades ao longo dos anos.

Quadro 3: Evolução Anual da Produção de Mel e Receita Gerada na TI Parque do Tumucumaque (2018-2024)

Ano	Produção de Mel (kg)	Receita Gerada (R\$)
2018	798 litros	39.900,00
2020	250 kg	12.500,00
2021	392 kg	19.600,00
2022	420 kg	21.000,00
2023	464 kg	23.200,00
2024*	362 kg	18.100,00

*Dados referentes ao primeiro semestre de 2024.

O processo de formação e capacitação dos jovens e das mulheres foi essencial para o sucesso e a manutenção dessas práticas. O engajamento de jovens e mulheres nas atividades foi uma estratégia relevante, pois criou nesses grupos um conjunto de capacidades para o exercício da atividade produtiva, sendo também importante para a formação de novas lideranças, promovendo um sentimento de valorização e empoderamento entre os participantes.

A criação de abelhas nativas sem ferrão de forma comunitária foi um dos avanços identificados, proporcionando uma estratégia de sustentabilidade e continuidade da atividade. Outro elemento relevante foi o da proteção territorial, pois, para a coleta do mel em algumas áreas, foram feitas expedições autônomas de proteção territorial.

17. INESC. **Quanto custa tirar um PGTA do papel? Possibilidades de financiamento para os Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos. 2023

Para a implementação da atividade, alguns desafios tiveram que ser superados tais como o licenciamento ambiental, havendo a necessidade de recorrer ao IBAMA para aprovação da extração de recursos naturais para atividades do projeto. Isso demandou tempo e esforços de articulação com os órgãos competentes, certificação e comercialização do mel, necessidade de estudar a certificação do mel e construir uma identidade visual para o produto, visando ampliar a comercialização.

Com o apoio do projeto, foi gerada a publicação *Wanë: o livro do mel*, na qual estão descritas atividades produtivas sustentáveis nas TIs Parque do Tumucumaque e Rio Paru d’Este, com foco na meliponicultura e apicultura. O livro aborda o conhecimento indígena sobre o extrativismo e uso do mel, destacando sua importância cultural, medicinal e econômica, além de iniciativas de fortalecimento das práticas de manejo das abelhas. A publicação teve por objetivo “divulgar a riqueza desses conhecimentos e reforçar a importância do diálogo intercultural e da sustentabilidade nas atividades produtivas.”¹⁸

Aplicando os critérios de avaliação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a elaboração de um livro no contexto de um projeto de atividade produtiva sustentável se relaciona principalmente com o critério de impacto. Essa publicação contribui para o impacto ao documentar e disseminar conhecimentos tradicionais e técnicos, promovendo a valorização cultural e a sustentabilidade das práticas produtivas.

A elaboração do diagnóstico do potencial de produção agroextrativista e a pesquisa de mercado em TIs no sul do Amazonas, apoiadas dentro do projeto *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas*, foram importantes para identificar e apoiar a organização da produção local. Esse diagnóstico propiciou a realização do mapeamento da produção de castanha e outros produtos florestais não madeireiros (PFNM), permitindo uma melhor estruturação social da produção. Os principais avanços da elaboração deste diagnóstico foram:

1. Organização das cadeias produtivas dos PFNM;
2. Introdução dos conceitos de cadeias de valor;
3. Potencial para ampliação da produção de um modelo local para uma abrangência territorial;
4. Identificação das possibilidades de inserção e/ou aumento dos produtos PFNM nas estratégias de comercialização em programas de compras governamentais; e
5. Identificação de outras atividades produtivas sustentáveis com potencial para comercialização.

Com base nos resultados do diagnóstico, foi elaborado um novo projeto focado em fortalecer as cadeias de valor e a produção territorial para dar escala às iniciativas. Esse novo projeto visa promover a geração de renda através da comercialização de produtos agroextrativistas e será apresentado em editais que apoiem atividades produtivas em TIs. Esse tipo de iniciativa é uma estratégia que visa proporcionar sustentabilidade e continuidade das atividades.

Em relação ao manejo sustentável dos recursos naturais, foram realizadas duas atividades: manejo sustentável dos recursos pesqueiros e manejo de quelônios, palheiras e capoeiras antigas. Elas faziam parte do projeto *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas* nas TIs do Vale do Javari. No entanto, devido à pandemia de covid-19, não foram concluídas conforme o planejado, sendo necessário realizar ajustes no projeto com o Fundo Amazônia/BNDES.

18. Neto, N. M. L. *Wanë: o livro do mel*. [s.l.] Iepé, 2019

O projeto previa a elaboração de dois acordos que foram realizados: um acordo de manejo de quelônios e junto ao povo Marubo do rio Ituí em 2019, resultado de um processo iniciado em 2006. Com o objetivo de “cuidar dos bichos de casco no alto e médio Ituí para manter as tradições, valorizar a cultura e transmitir conhecimentos para a atual e futuras gerações do povo Marubo, a elaboração deste acordo foi resultado de mais de uma década de discussões e ajustes, refletindo a complexidade e a profundidade dos processos de negociação e a importância de garantir o uso sustentável dos recursos naturais e culturais.”¹⁹ A elaboração de um acordo de manejo de quelônios, embora não tenha cumprido todas as metas do projeto, foi um passo importante para os Marubo. A experiência destaca a importância de considerar os tempos necessários para discussões e negociações em futuros projetos.

Inicialmente, a atividade de manejo do pescado previa a elaboração de três acordos de pesca, todos regulamentados pelos órgãos competentes. No entanto, devido a desafios operacionais e para garantir a eficácia e a viabilidade da iniciativa, o projeto precisou ser ajustado. Em vez de desenvolver três acordos simultaneamente, decidiu-se concentrar os esforços na criação de um único acordo, o Acordo do Pirarucu, realizado em parceria com o povo Kanamari e Matsés. Essa adaptação permitiu um foco mais intenso na qualidade e na implementação do acordo, embora tenha reduzido o escopo inicialmente planejado.

O manejo do pirarucu envolveu um acompanhamento constante para fortalecer e dar visibilidade ao processo, que culminou na primeira comercialização do peixe. O processo contou com a regulamentação e supervisão do IBAMA e intercâmbios com instituições não-governamentais, como o Instituto Mamirauá, demonstrando a importância da cooperação.

Recentemente, a primeira despesca²⁰ foi realizada com sucesso, e a comercialização local do pirarucu manejado se tornou uma realidade (impacto da implementação do acordo de pesca). Esse marco histórico já gerou, em setembro de 2023, a realização do 1º Festival da Pesca Manejada em Atalaia do Norte, organizado em parceria com a prefeitura de Atalaia do Norte e outros atores locais, o que insere o município na rota da pesca sustentável. Para o momento, foi autorizada pelo Ibama a pesca de 251 pirarucus, mas devido ao evento extremo de seca no Amazonas, atingiu-se apenas o volume de 140 peixes.

Mesmo após a primeira comercialização, o processo continua a evoluir, com atualizações contínuas nos acordos de pesca para assegurar a sustentabilidade e a eficácia do manejo. A prefeitura de Atalaia do Norte tem desempenhado um papel importante na inserção dessas práticas nas políticas locais, garantindo um acompanhamento para manter o manejo do pirarucu, assim como a sua inserção nos programas locais de alimentação escolar.

Destaca-se que o território do Vale do Javari possui desafios em relação a pesca ilegal do pirarucu. Nessa região, tem ocorrido, nos últimos anos, as maiores aplicações de multa devido a pesca irregular²¹. Porém, após o Acordo do Pirarucu, a quantidade de multas diminuiu, assim como o valor, conforme é apresentado na Tabela 2.

19. LADEIRA, M. E. **Os Marubo e os bichos de casco do rio Ituí**. Brasília-DF: Centro de Trabalho Indigenista (Série estudos socioambientais), 2021.

20. O termo despesca é utilizado para definir a operação de retirada do peixe do local onde foi cultivado, quando este atinge o tamanho comercial desejado. A despesca marca o fim do cultivo e o início da fase da comercialização. <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/1083560/1/cap.11.pdf> acesso em 22 de agosto de 2024

21. <https://www.acritica.com/amazonia/vale-do-javari-teve-multa-recorde-por-pesca-ilegal-de-pirarucu-1.272303> - acesso em junho de 2024.



Tabela 2: Número de multas e valores no período de execução do projeto e pós elaboração do acordo de pesca

Ano	Número de Multas	Valores (R\$)
Período do Projeto (Jul- 2017-Jan-2021)	8	1.540.520,00
Período pós-Acordo de pesca (fev-2023 - julho-2024)	4	22.100,00

Fonte: Elaboração própria dos consultores, a partir de sistematização de dados coletados no site: <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areaseembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php> (2024)

Para se ter uma estratégia do manejo do pirarucu bem-sucedida é necessário que se tenha o envolvimento das organizações locais, das comunidades ribeirinhas, dos órgãos de governo e da população em geral.²² Atualmente, a Funai é uma importante parceira, apoiando e fortalecendo o manejo sustentável do pirarucu no Vale do Javari. Para os dirigentes da Funai “o manejo do pirarucu tem gerado impactos significativos na recuperação ambiental da fauna aquática e na vigilância territorial. Este processo contribuir para a conservação ambiental e reforçar a governança territorial, o projeto impacta diretamente na soberania e segurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas.”²³

Outras atividades produtivas sustentáveis estavam relacionadas à segurança alimentar e nutricional, com destaque para a experiência de resgate de sementes crioulas e o adensamento de quintais produtivos com frutíferas nas TIs Krikati e Governador, no Maranhão. As atividades dos quintais produtivos integraram a produção de alimentos com a preservação de práticas tradicionais, contribuindo para a autonomia e a resiliência dessas comunidades. No desenho do projeto, estava previsto o resgate de dez variedades alimentares e medicinais tradicionais até o final do projeto, o que se consolidou em 26 espécies.

Os quintais produtivos foram implantados com foco em espécies frutíferas, proporcionando às famílias uma fonte contínua de alimentos frescos e nutritivos. “Até hoje são monitorados e continuam em pleno funcionamento. As árvores frutíferas nos quintais produtivos não só atendem às necessidades alimentares das famílias, mas também reforçam a segurança alimentar e nutricional dos que vivem nas comunidades.”²⁴

Junto à experiência dos quintais produtivos ocorreu a estruturação de viveiros com o objetivo de produzir mudas de espécies frutíferas, como limão, tanja e banana. Esses viveiros não apenas garantiram a disponibilidade contínua de mudas para os quintais, mas também envolveram significativo esforço de manutenção e estruturação ao longo do projeto.

No processo de implementação do projeto, houve uma articulação crescente entre os viveiros e as brigadas indígenas. Alguns agentes ambientais foram treinados e se tornaram brigadistas. Essas brigadas indígenas se uniram com o objetivo de produzir mudas para os quintais produtivos e viveiros.

22. INSTITUTO ESCOLHAS. **Assistência técnica na Amazônia: Estudo sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em cinco cadeias produtivas da bioeconomia na Amazônia – açaí, andiroba, cacau, castanha-do-brasil e pirarucu.** São Paulo: Instituto Escolhas (Relatório Técnico), 2023.

23. BRASIL. <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/funai-apoia-manejo-sustentavel-do-pirarucu-na-terra-indigena-vale-do-javari> - acesso em junho de 2024.

24. Depoimento de uma liderança indígena beneficiária do projeto coletado em entrevista realizada em abril de 2024.

Além da produção de mudas, o projeto também se dedicou ao resgate de sementes crioulas, que são variedades tradicionais adaptadas às condições locais e fundamentais para a segurança alimentar. O resgate e a utilização dessas sementes garantem a diversidade genética e a resistência das plantas a condições adversas, promovendo a sustentabilidade agrícola e a preservação de conhecimentos tradicionais.

O projeto previa “um incremento anual de pelo menos 10% em relação à linha de base de 29 hectares. Até o término do projeto, as áreas de roças indígenas plantadas e/ou quintais adensados alcançaram um total de 546,02 hectares.”²⁵

No tocante a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER Indígena, que fora desenvolvida a partir do projeto *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas*, as ações de ATER “não apenas fortalecem a produção sustentável e a segurança alimentar nas comunidades indígenas, mas também reforçam o alinhamento do projeto com políticas públicas que visam promover a agroecologia, a produção orgânica e a agricultura familiar.”²⁶ Essa integração é essencial para a construção de um modelo de desenvolvimento rural mais justo, inclusivo e sustentável. Quanto às metas, estavam previstas a realização de um total de 84 visitas de ATER prestadas ao final, mas o total a que se chegou foram de 100 visitas.

Duas atividades produtivas sustentáveis previstas não foram executadas: a elaboração de diagnóstico e monitoramento da caça nas TIs e a confecção do Inventário do Potencial agroextrativista das TIs. Essas atividades fazem parte do projeto *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas*, e não ocorreram devido ao impedimento de visita às comunidades no período da pandemia de covid-19.

Em relação ao efeito direto “cadeia dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado e ampliado”, foi desenvolvida uma única atividade que se relaciona ao projeto *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas*. A aquisição de kits de beneficiamento do artesanato para as Terras Indígenas (TIs) Apurinã e Boca do Acre foi uma iniciativa que buscou promover a produção sustentável e o beneficiamento de produtos artesanais, valorizando a cultura e o conhecimento tradicional das populações indígenas.

O impacto direto dessas ações pode ser observado no aumento do volume de produção artesanal gerado. A meta era se chegar a uma produção de até 800 peças com uma renda de R\$ 8.000,00. Ao final do projeto, foi gerada uma renda de R\$ 4.250,00 e, em março de 2024, já pós-projeto, conseguiu-se mensurar um volume total de venda de R\$ 9.250,00. Um outro dado quantitativo do projeto estava relacionado às estruturas para o beneficiamento dos produtos artesanais. A meta era de 18 estruturas, e, ao final do projeto (e contemporaneamente), tem-se um total de 41.

A implementação das estratégias para responder ao efeito direto de “áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica nas TIs” está inserida em dois projetos e duas atividades específicas. Os projetos *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas* e *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas*. Por meio deles, foram implantados o banco de sementes, viveiros e mudas e os quintais agroflorestais, além de haver recuperação de áreas degradadas com espécies nativas não madeireiras nas TIs.

25. BNDES. **Relatório de avaliação de resultados – Projeto Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas** - Centro de Trabalho Indigenista – CTI. Outubro de 2021

26. BNDES. **Relatório de avaliação de resultados – Projeto Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas** – Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB. Março de 2024

A atividade realizada no Sul do Amazonas teve o desafio de ser implementada durante a pandemia. Dessa forma, foram utilizadas ferramentas digitais, como videochamadas, para fornecer orientações e manter a comunicação com as comunidades.

Uma das estratégias implementadas foi o armazenamento de sementes em garrafas pet. Essa técnica, adaptada às condições locais, permitiu que as sementes fossem conservadas de maneira eficiente, evitando a deterioração. A facilidade dessa técnica permitiu a sua adoção pelas comunidades.

A criação de viveiros de mudas surgiu como iniciativa local, motivada pelo interesse das comunidades em utilizar sementes armazenadas para produzir suas próprias mudas. Isso reduziu a necessidade de comprar mudas e também possibilitou a substituição de espécies que haviam morrido. Os viveiros permitiram a produção de mudas nativas e frutíferas, essenciais para a recuperação e formação de novos sistemas agroflorestais (SAFs).

A partir daí, ocorreu a implementação dos quintais agroflorestais, com o uso de técnicas focadas nos SAFs, combinando culturas de curto, médio e longo prazo, proporcionando diversificação da produção e a gestão integrada dos recursos naturais. As mulheres tiveram papel fundamental na criação dos viveiros de mudas, assim como na implementação dos SAFs, demonstrando a importância da inclusão de gênero nas atividades do projeto. A combinação dessas estratégias resultou em uma significativa recuperação de áreas degradadas, melhoria da segurança alimentar e geração de renda para as famílias, permitindo o domínio de técnicas pelas comunidades apoiadas.

Para a implementação da recuperação de áreas degradadas nas Tis Krikati e Governador, no estado do Maranhão, houve a identificação de áreas estratégicas para intervenção e a implementação de práticas de restauração ecológica. A identificação baseou-se em dois critérios principais: a presença de recursos hídricos – dado o seu papel vital na sustentação dos ecossistemas e das comunidades locais – e a vulnerabilidade à pressão de invasores, tanto para a exploração de madeira quanto para arrendamento. Também foram priorizadas áreas com degradação ambiental, devido a exploração ilegal de recursos.

A criação de viveiros foi uma das primeiras ações implementadas, produzindo mudas destinadas ao enriquecimento de quintais produtivos e à restauração de áreas degradadas. Inicialmente, foi realizada uma tentativa de restauração que envolveu o plantio de mudas em áreas críticas, que foram impactadas por queimadas feitas por madeireiros ilegais. Isso, associado a incêndios florestais representaram um desafio constante, dificultando a regeneração natural e as atividades de plantio.

Além disso, a TI Krikati enfrentou o desafio adicional do soterramento de uma nascente devido a um projeto de uma empresa de energia, complicando os esforços de restauração hídrica. A criação de porcos nas proximidades das áreas de restauração também exigiu conversas e acordos com a comunidade para minimizar a invasão dos animais nas áreas plantadas. Apesar dos desafios, a meta inicial de restaurar 15 hectares foi superada, alcançando-se um total de 32 ao final. No entanto, o tempo de projeto não foi suficiente para garantir a recuperação completa das áreas degradadas.

A experiência obtida com a recuperação de áreas degradadas nas TIs Krikati e Governador demonstra a importância da gestão territorial ambiental integrada e da colaboração comunitária. Um exemplo de impacto gerado com a estratégia de recuperação foi na Aldeia Água Viva, onde uma nascente voltou a fluir, demonstrando uma ação positiva do reflorestamento.

As duas experiências de recuperação nas TIs dos pelos dois projetos (*Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas* e *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas*) utilizaram estratégias de implementação de viveiros e produção de mudas. Contudo, um desafio identificado foi a falta de articulação com políticas públicas, especificamente com o Sistema Nacional de Viveiros e Mudas (SNVM)²⁷. A ausência de integração com esse sistema pode limitar o acesso a recursos e, consequentemente, a expansão e sustentabilidade dos viveiros. Esse desafio demonstra a necessidade de maior sinergia entre os projetos locais de restauração e as políticas públicas nacionais, visando otimizar os esforços de recuperação ambiental, garantindo um suporte contínuo para as comunidades.

Já o efeito direto “capacitação para desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis” atendeu todos os projetos apoiados na chamada de projetos destinada às organizações indígenas. Esse efeito gerou um conjunto de capacitações que contemplou jovens, mulheres e beneficiários em geral.

Nas intervenções apoiadas pelo projeto *Bem Viver Sustentável*, um elemento a ser destacado foi a criação de duas turmas de jovens, representando todas as aldeias. As formações ocorreram intensivamente por seis semanas por ano, durante quatro anos. Os temas abordados nessas capacitações estavam focados nos seguintes tópicos: direitos indígenas; fortalecimento de governança; conhecimentos necessários para vigilância; e manejo e uso sustentável de recursos naturais.

Em todo esse processo, usou-se a metodologia da alternância, intercalando atividades práticas entre os módulos presenciais. Ter uma estratégia focada na pedagogia da alternância é uma conquista fundamental para povos e comunidades tradicionais, visto que é uma metodologia importante para projetos de etnodesenvolvimento, pois se adapta ao saber local de cada contexto de formação, promovendo um aprendizado relevante. A alternância entre períodos de formação na escola e na comunidade fortalece a autonomia e cultura, preservando as tradições desses grupos.²⁸

Ainda como estratégia de capacitação, ocorreu a inserção de representantes indígenas do Tumucumaque e Rio Paru d'Este no projeto Mosaico da Amazônia Oriental²⁹, o primeiro mosaico de áreas protegidas do Brasil que inclui terras indígenas.

Ao longo da execução do projeto do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), além das capacitações em temas específicos, foi possível implementar uma estratégia pedagógica com as associações locais. Essa estratégia envolvia a transferência de pequenos recursos para que as associações pudessem gerenciar seus custos básicos. As associações, com sede em Macapá, receberam apoio para sua estrutura física e para processos de capacitação. A partir dessa experiência, foram incentivadas a acessar editais de cooperação internacional para executar seus próprios projetos.

Para sistematizar a experiência de capacitação do *Bem Viver Sustentável*, tem-se o depoimento de um membro da coordenação do projeto: “durante as capacitações, as turmas participavam de

27. O SNVM é uma iniciativa que visa apoiar a produção e distribuição de mudas nativas em todo o país, fornecendo recursos técnicos e financeiros para fortalecer os viveiros locais.

28. OLIVEIRA A. DA C.; PARENTE, F. DE A.; DOMINGUES, W.C.L. Pedagogia da Alternância e(m) Etnodesenvolvimento: realidade e desafios. *Educação & Realidade*, v. 42, n.4, p. 1545-1565, 2017

29. O Mosaico da Amazônia Oriental, abrangendo parte do Planalto das Guianas, facilita a comunicação entre os moradores das áreas protegidas e seu entorno, incluindo agricultores familiares, gestores de unidades de conservação, povos indígenas (Wajãpi, Tiriyo, Katxuyana, Wayana, Aparai, Txikuyana), extrativistas, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais. Ele promove o direito e dever de todos na proteção do meio ambiente (<https://mosaico.eco.br/mosaico-da-amazonia-oriental/quem-somos/>)

expedições onde aprendiam técnicas práticas de proteção territorial e manejo sustentável dos recursos, aplicando esses conhecimentos ao retornarem para suas aldeias. A governança era experimentada nas grandes reuniões com os chefes de aldeias e no planejamento anual de cuidados do território. O manejo dos recursos naturais se dava a partir das experiências de agroecologia”.³⁰

No Relatório de Avaliação de resultados do projeto, um dos elementos transversais identificados com a estratégia de capacitação foi a promoção de intercâmbios relevantes. Esses intercâmbios incluíram experiências com a TI do Oiapoque, onde agentes socioambientais participaram de trocas de experiências. Houve também o curso “Diálogos Agroecológicos”, realizado na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Brasília, e o Encontro Regional de Mulheres Indígenas na Terra Indígena Wajãpi.³¹ Com base nessa experiência, foi formado um grupo com 67 jovens agentes ambientais indígenas.

O projeto *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas* desenvolveu duas estratégias principais dentro do efeito direto de ampliação das capacidades gerencial e técnica: focou na formação e transmissão de conhecimentos tradicionais em TI, promovendo a valorização e o fortalecimento das práticas culturais e ambientais ancestrais; e visou ampliar o acesso a políticas públicas, especificamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando que as comunidades indígenas possam participar ativamente do programa.

Os encontros para a compartilhamento de conhecimentos tradicionais foram relevantes. A meta inicial era contemplar 80 participantes, incluindo pelo menos 10% de mulheres, refletindo a importância de envolver as mulheres na preservação e disseminação dos saberes ancestrais. Porém, o projeto superou significativamente essa meta, com a realização dos quatro encontros com a participação de 678 indivíduos, sendo 263 mulheres. Esse resultado demonstra a eficácia das estratégias implementadas para promover a participação e a inclusão, especialmente das mulheres, que constituíram aproximadamente 39% do total de participantes.

Ter uma estratégia focada em disseminação dos saberes ancestrais desempenham um papel fundamental na sustentabilidade e resiliência das comunidades indígenas. Utilizando soluções baseadas na natureza, essas comunidades aplicam conhecimentos tradicionais para a gestão de recursos naturais, preservação da biodiversidade e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

A partir das atividades do projeto, os saberes tradicionais foram preservados e transmitidos através de vídeos produzidos por cineastas indígenas em colaboração com os mais velhos das aldeias. Esse trabalho audiovisual foi essencial para a manutenção cultural e para o engajamento dos jovens, mulheres e anciãos, promovendo o interesse e a valorização das tradições e dos conhecimentos.

O projeto proporcionou formações para indígenas das TIs Krikati e Governador visando o acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Foram treinados 49 indígenas, sendo 15 mulheres. Essa atividade teve como foco fortalecer práticas produtivas sustentáveis, como quintais produtivos e roças, já em implementação. Identificou-se, como processo formativo, o avanço na habilitação dos indígenas em articulação e parceria com a Funai para acesso futuro ao PNAE, conforme a produção apresentasse os excedentes necessários. Nesta avaliação, é importante destacar o depoimento de uma das coordenadoras do projeto sobre “que os apoios à

30. Depoimento de membro da coordenação do projeto coletado em entrevista realizada em abril de 2024.

31. BNDES. Relatório de avaliação de resultados – Bem Viver Sustentável – Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. Fevereiro de 2020



produção das roças e quintais estavam voltados para a subsistência, dada a situação de insegurança alimentar das famílias e a dificuldade de excedentes para comercialização, mesmo que voltada para a merenda escolar.”³²

O projeto implementado nas TIs do Sul do Amazonas focou na recuperação de áreas degradadas, tendo por base o desenvolvimento de capacidades em Sistemas Agroflorestais (SAFs). Como resultado dessa iniciativa, foram recuperados 63,05 hectares de áreas degradadas.

Além disso, a meta era capacitar 40 indígenas em recuperação de áreas degradadas, gestão de recursos hídricos e SAFs, número superado ao alcançar o total de 109 pessoas capacitadas. Essa foi uma iniciativa que se demonstrou eficiente, pois formou mais pessoas do que o previsto com os recursos disponíveis. A partir dessa atividade, foram geradas diversas sinergias que contribuíram significativamente para alcançar resultados complementares e atingir metas e indicadores previstos. Essas sinergias emergiram através da colaboração e integração entre diferentes iniciativas, possibilitando um efeito multiplicador dos impactos positivos.

O projeto *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas* promoveu a autossuficiência e a sustentabilidade através da criação de um banco de sementes e de dois viveiros de mudas e da capacitação de indígenas na produção e manejo de mudas para SAFs. Essas ações reduziram a dependência externa, fortaleceram a gestão territorial e melhoraram a segurança alimentar, substituindo alimentos industrializados por produtos locais nas merendas escolares das TIs Ipixuna e Água Preta/Inari. A comercialização dos produtos dos SAFs gerou renda para as famílias, enquanto a inclusão de gênero foi fortalecida com a formação da Rede Entre Parentas,³³ que capacita e empodera mulheres indígenas para a gestão sustentável e adaptação às mudanças climáticas.

O fortalecimento da gestão territorial indígena aumentou a visibilidade e o poder de decisão das comunidades sobre seus territórios, legitimando práticas tradicionais de manejo e conservação. A integração com políticas públicas, como o PNAE, e o foco na autossuficiência garantem a sustentabilidade e a continuidade dos impactos do projeto.

O projeto nas TIs do Sul do Amazonas demonstrou como a implementação de SAFs pode ser uma ferramenta de grande valia para a recuperação de áreas degradadas, combinando recuperação ambiental com outros temas transversais. Na Figura 11, é possível ver alguns registros de áreas recuperadas com a implementação de SAFs na região.

32. Depoimento de membro da coordenação do projeto coletado em entrevista realizada em abril de 2024

33. A Rede Entre Parentas é uma iniciativa voltada para o empoderamento das mulheres indígenas, especialmente no sul do Amazonas. Através de formações contínuas, apoiadas pelo Projeto Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas essas mulheres foram capacitadas como pesquisadoras para monitorar os efeitos das mudanças climáticas em seus territórios e desenvolver soluções para enfrentar esses impactos. A rede não apenas promove a inclusão de gênero, mas também fortalece a gestão territorial indígena, com as mulheres assumindo papéis de liderança e contribuindo ativamente para a sustentabilidade e resiliência de suas comunidades. A força e a participação dessas mulheres transformaram institucionalmente a abordagem dos projetos, garantindo um foco aprofundado e contínuo na equidade de gênero e na valorização dos saberes tradicionais.

Figura 11: Experiência de recuperação de áreas com implementação de SAFs.



Fonte: Imagens realizadas pelos consultores nas visitas de campo (2024).

Com o término dos projetos financiados pelo Fundo Amazônia, destaca-se a necessidade de integrar essas iniciativas bem-sucedidas para manutenção da floresta em pé e geração de atratividade econômica em políticas públicas permanentes, especialmente sob a gestão do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e da Funai e no contexto do PPCDAm com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), além dos programas e políticas de segurança alimentar e nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS).

A institucionalização dessas práticas geradas por meio de políticas públicas tem o potencial de oferecer uma estratégia de sustentabilidade e continuidade essencial para a preservação da Amazônia. Dessa forma, a sinergia entre os resultados dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia e as políticas públicas em desenvolvimento podem consolidar um caminho promissor para a diminuição do desmatamento, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento econômico inclusivo na região amazônica. A continuidade dessas iniciativas assegura que os benefícios se perpetuem e que as políticas públicas possam se adaptar e evoluir com base em experiências concretas e bem-sucedidas.

4.3. Efeitos Indiretos - Ordenamento Territorial: TIs na Amazônia Legal com gestão territorial fortalecida, concentrando-se na gestão e proteção dos territórios indígenas

A Componente 3, que trata do ordenamento territorial, contempla um conjunto de efeitos que possibilita o fortalecimento de instituições de base local para a gestão territorial e ambiental. Esse fortalecimento é fundamental para uma abordagem integrada de território, na qual a elaboração e a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental Sustentável (PGTAS) são centrais para esse processo, combinando instrumentos de gestão territorial local, monitoramento e proteção ambiental.

Além disso, na Componente 3 observou-se a capacitação das comunidades locais, voltadas para ferramentas para gerenciar e proteger territórios. Outro aspecto importante é a criação de mecanismos de governança participativa, que incentivam a colaboração entre diferentes atores locais, essencial para garantir que as decisões sobre o uso e a gestão do território reflitam as necessidades e prioridades das comunidades envolvidas.

Esses dois efeitos diretos – “monitoramento territorial realizado ou ampliado” e “instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental” – são complementares e proporcionaram um ambiente propício para um ordenamento territorial eficaz, em que as informações coletadas pelo monitoramento são utilizadas para guiar as decisões das instituições fortalecidas. Sem essa interrelação dificilmente se alcançaria um ordenamento e uma gestão territorial robustos e sustentáveis. A integração de ações garante que os esforços para proteger e gerir o território sejam coordenados e efetivos, maximizando os resultados para as comunidades envolvidas e o meio ambiente, além de fazer frente aos desafios da contínua grilagem e invasões.³⁴

A partir de uma estratégia de capacitação para jovens indígenas da TI Parque do Tumucumaque foram capacitadas 67 pessoas ao longo da implementação do projeto *Bem Viver Sustentável*. O processo de formação desses jovens contemplou governança e participação indígena, vigilância e proteção territorial, nutrição e saúde, fortalecimento cultural e conhecimentos sobre a PNGATI.

Ainda no projeto *Bem Viver Sustentável*, na TI do Parque do Tumucumaque, foi implementada uma estratégia de consolidação de redes comunitárias de vigilância. Durante a implementação do projeto, foi identificado que a Funai enfrentava dificuldades significativas para realizar adequadamente as atividades de vigilância e monitoramento das Terras Indígenas (TIs), incluindo limitações orçamentárias. Apesar dessas dificuldades, a Funai reconheceu a importância do projeto e o apoiou em estratégia de parceria. O engajamento da Funai no projeto, “foi importante para fortalecer as ações de vigilância e monitoramento, mas também promoveu um ambiente de cooperação e confiança entre a equipe do Iepé, as organizações indígenas e a própria Funai, e isso foi essencial para a execução das estratégias de gestão territorial.”³⁵

Assim, a partir do projeto, foi criada uma rede de comunicação via radiofonia, posteriormente aprimorada para comunicação via internet, que contemplou aproximadamente 60 aldeias, equipando-as com os meios necessários para a vigilância integrada. Foram construídas oito bases de controle e vigilância, superando a meta de quatro bases, que servem como pontos estratégicos para encontros, reuniões e cursos de formação de jovens, além de apoiar a atualização do monitoramento territorial e ambiental. Essa rede de comunicação facilitou o planejamento de ações integradas de vigilância e permitiu a fiscalização eficiente dos focos de garimpo e outras ameaças detectadas no território.

Com a rede de vigilância, “foi possível apoiar as estratégias de diminuição do desmatamento, mas também [houve] um efeito transversal que foi a inserção da temática de mitigação dos impactos das mudanças climáticas nas atividades do projeto. Essa meta não é alcançada por meio de uma ação direta, mas sim através de um conjunto de conquistas e estratégias que fortalecem a proteção territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.”³⁶ Atualmente, a rede de vigilância implementada no âmbito do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia encontra-se inserida nas estratégias de políticas públicas de monitoramento territorial da Funai.

34. NOBRE, C. A. *et al.* Nova Economia da Amazônia. São Paulo: WRI Brasil, 2023

35. Depoimento de beneficiário que participou de uma discussão online com beneficiários do projeto em abril de 2024

36. Depoimento de membro da coordenação do projeto coletado em entrevista realizada em abril de 2024



As redes comunitárias de vigilância territorial têm se mostrado eficazes na preservação ambiental e na promoção da sustentabilidade, engajando diretamente as comunidades locais na proteção de seus territórios.

No âmbito do projeto *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas*, a implementação de sistemas de proteção e monitoramento foi uma intervenção importante para a preservação desses territórios. Desde o início, o projeto teve uma abordagem integrada, combinando monitoramento ambiental, vigilância e proteção territorial com um conjunto de atividades produtivas.

Os agentes ambientais formados e capacitados pelo projeto do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) desempenharam um papel central, atuando diretamente nas TIs, executando atividades de vigilância, fiscalização e mobilização comunitária. Esses agentes ambientais foram capacitados em diversas tecnologias, como GPS e aplicativos móveis, para monitorar a produção, mas também para utilizar outras ferramentas tecnológicas complementares, como drones para monitoramento remoto, ampliando a eficácia das ações de vigilância. Esse desenvolvimento de capacidades foi essencial para a proteção territorial, permitindo que os próprios indígenas percorressem as terras e detectassem pontos sensíveis a desmatamentos e invasões.

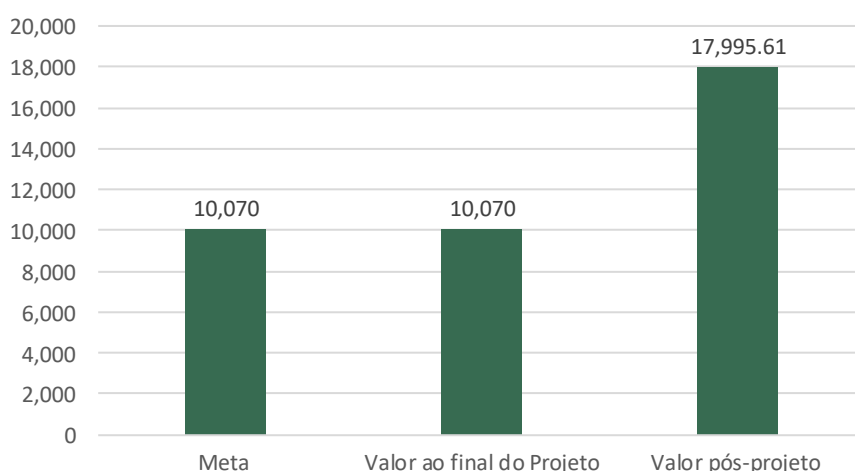
A execução de ações de proteção territorial e monitoramento, formulando denúncias e relatórios georreferenciados, aumentou a incidência política das associações locais das TIs de atuação do projeto. As informações georreferenciadas geradas *in loco* subsidiaram a atuação política dessas associações, que encaminharam denúncias qualificadas aos órgãos competentes.

As expedições de vigilância, além de identificarem pontos de desmatamento, promoveram a interação das comunidades, com a participação de jovens e anciões, por meio de um diálogo intergeracional, no qual foram promovidas trocas de conhecimentos e experiências. Os anciões compartilharam suas histórias e saberes sobre os territórios e lugares sagrados, enquanto os jovens, ao absorverem essas informações, contribuíram com novas perspectivas e vigor nas atividades de vigilância e proteção ambiental.

A capacitação tecnológica proporcionada pelo projeto gerou impacto. Observou-se que um dos beneficiários se tornou formador e capacitador em ferramentas de monitoramento para outros projetos e organizações indígenas.

Os resultados alcançados pelo projeto foram significativos, superando as metas estabelecidas. O Gráfico 5, que descreve a extensão das TIs do Sul do Amazonas sob proteção e vigilância comunitária em hectares, demonstra que, após a finalização do projeto, houve um aumento de 78,7% na área monitorada.

Gráfico 5: Extensão das TIs do Sul do Amazonas sob proteção e vigilância comunitária (ha)



Fonte: Elaboração própria dos consultores a partir da sistematização de dados coletados no Relatório de Avaliação de Efetividade do projeto (2024)

Na visita de campo realizada a esse território, foi identificado que os resultados gerados pelo projeto se encontram em nova fase, na qual o foco é organizar as informações e promover a governança em rede pelas associações indígenas. Estão sendo criadas condições para uma proteção territorial integrada e eficaz no Sul do Amazonas. Esse processo de governança coletiva é passo concreto para assegurar a proteção contínua e sustentável dos territórios indígenas.

Observa-se, portanto, que a infraestrutura e as capacitações realizadas durante o projeto proporcionaram uma base sólida para que as associações indígenas possam exercer um papel ativo e autônomo na proteção de seus territórios. Durante a pandemia de covid-19, por exemplo, a autonomia dos agentes ambientais se mostrou ainda mais importante, pois conseguiram dar continuidade as atividades de proteção e monitoramento, mantendo a segurança das comunidades.

No entanto, apesar dos avanços obtidos com o apoio do Fundo Amazônia, essa região ainda enfrenta intensa pressão do desmatamento. Isso ocorre, em parte, devido a tentativa, até 2022, de implementação de políticas voltadas para a criação de uma nova fronteira agrícola conhecida como AMACRO³⁷, que tem intensificado os desafios para a conservação ambiental e a defesa dos territórios indígenas. De acordo com um dos agentes ambientais indígenas entrevistados na avaliação:

temos a informação e fazemos uma vigilância nesse local para validar a informação. Produzimos as informações geográficas, identificamos por uma zona de perigo, podemos utilizar drones para filmagens a distância, evitando contatos e conflitos. Produzimos relatórios para, junto com as associações indígenas, tomar decisões sobre o território. Como agente ambiental, não posso denunciar algo em grande escala sozinho, pois pode me prejudicar. Então, tomamos decisões coletivas, junto com as associações, comunicando a comunidade sobre as situações. A associação, então, decide as medidas necessárias institucionalmente. Meu papel, como agente ambiental, é produzir e coletar todas as informações para que, junto com nossas associações, tomemos as medidas cabíveis.³⁸

37. AMACRO – termo que se refere a tríplice divisa entre Amazonas, Acre e Rondônia

38. Depoimento de beneficiário do projeto coletado na missão de campo realizada ao município de Humaitá/AM em abril de 2024

No projeto *Bem Viver Sustentável*, também foram realizadas expedições de vigilância com foco no monitoramento territorial. O foco foi a elaboração de um Plano Integrado de Vigilância e Proteção Territorial das duas TIs: Parque do Tumucumaque e Rio Paru d’Este. Essa experiência, juntamente com as expedições realizadas (oito) e com a implantação de quatro bases de controle e vigilância, teve como um dos resultados gerados a melhoria da vigilância, monitoramento, proteção territorial nas TIs com redução de invasões, desmatamento ilegal e extração ilegal de recursos naturais.

Nas expedições na TI Zo’é, o projeto “serviu como base para a atuação da Funai, com o apoio da Polícia Federal e o Exército, para garantir o fechamento de um garimpo no rio Erepecuru, localizado nos limites da TI. Expedições ao sul da TI também foram importantes para monitorar invasões e extração de castanha por invasores.”³⁹

Já no projeto *Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu*, as estratégias de vigilância e monitoramento geraram a criação de um grupo de trabalho de vigilância e proteção, instituído pela Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX) com a participação das comunidades e da Funai. Isso foi essencial para o planejamento e a execução da vigilância e monitoramento territorial. Esse grupo se reuniu cinco vezes durante o período do projeto para conduzir ações executivas e, adicionalmente, realizou três oficinas de capacitação sobre o uso e domínio de diversas ferramentas tecnológicas de monitoramento e georreferenciamento. Além disso, forneceu assessoria técnica para a elaboração de cartas temáticas para as expedições e para a espacialização das informações derivadas dos planejamentos desenvolvidos. Após a finalização do projeto, o grupo de trabalho permanece atuante no território sob a coordenação da ATIX, o que indica um impacto positivo nas práticas de gestão territorial e, consequente, fortalecimento das capacidades locais para monitoramento e vigilância territorial.

Foram realizadas 22 expedições de vigilância indígena a partir do projeto do Instituto Socioambiental (ISA), cobrindo uma extensão de 27.974 km² do Parque Indígena do Xingu (PIX). Essas expedições se dividiam em três tipos: “de verificação, que ocorriam após denúncias para confirmar e levantar informações; de limpeza de picadas e monitoramento dos limites, que verificavam atividades suspeitas e mantinham a delimitação territorial; e expedições acompanhando agentes de órgãos públicos federais.”⁴⁰

O projeto também possibilitou o apoio logístico às brigadas do ICMBio e às comunidades da região nas atividades de manejo do fogo, incluindo a prevenção e combate a incêndios florestais, o que demonstrou sinergia e fortaleceu a implementação de uma política pública.

No âmbito dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, a extensão total das áreas nas TIs sob proteção e vigilância comunitária é de 45.969,61 km². Dentre os três projetos que realizavam expedições de vigilância, foi possível mensurar o tamanho das áreas em dois, os de gestão das TIs realizados no Sul do Amazonas nas Bacias do Rio Negro e Xingu). Já no projeto *Bem Viver Sustentável*, não foi identificado o quantitativo da área monitorada nas estratégias de vigilância.

A vigilância indígena, no âmbito das ações de proteção territorial, promove a participação da comunidade indígena em atividades de apoio e incentivo à proteção territorial. Elas incluem o acompanhamento da Funai. Essas ações visam a prevenção de ilícitos e promovem o pleno

39. BNDES. Relatório de avaliação de resultados – Bem Viver Sustentável - Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. Fevereiro de 2020

40. BNDES. Relatório de avaliação de resultados – Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu. Junho de 2021

usufruto dos recursos naturais das terras pelos povos indígenas, permitindo que tenham um conhecimento amplo sobre os limites das TIs e seu entorno.⁴¹

No projeto implementado no Parque Indígena do Xingu (PIX), foram realizadas reformas significativas em quatro polos – Leonardo, Diauarum, Wawi e Pavuru – que incluíram melhorias na infraestrutura de transporte, geração de energia, comunicação e acomodações e dois auditórios equipados com cozinha e escritório foram construídos. Além disso, a sede da ATIX em Canarana recebeu apoio para sua construção, sendo inaugurada em julho de 2024. Atualmente, o espaço, serve como um centro de apoio e coordenação, consolidando a presença institucional da ATIX e ampliando sua capacidade de articulação e defesa dos direitos indígenas.

Essas melhorias na infraestrutura visaram fortalecer os processos de formação e mobilização política, além de atender às demandas específicas de cada polo. Essas infraestruturas estão em pleno funcionamento e são amplamente utilizadas para capacitações em políticas públicas, reuniões com órgãos governamentais e treinamentos voltados para atividades produtivas sustentáveis. Isso reflete um impacto positivo no fortalecimento da capacidade organizacional e operacional da ATIX e das comunidades do Xingu, criando um horizonte promissor para o crescimento e a sustentabilidade dessas ações. (Figura 12)

Figura 12: Situação em que se encontram equipamentos apoiados pelo projeto no PIX.



Fonte: Fotografias publicadas na rede social da ATIX.

A Componente 3 também possui o efeito direto que objetiva fortalecer as instituições indígenas e suas lideranças para a gestão territorial e ambiental, fornecendo as ferramentas e conhecimentos necessários para uma gestão eficaz dos territórios. Considerando que a organização temática facilita uma análise detalhada, focada nos principais eixos de atuação, as atividades, produtos e serviços gerados pela implementação dos quatro projetos dentro dessa componente serão avaliados com base em categorias analíticas. Essas categorias agrupam atividades com objetivos e métodos semelhantes, permitindo uma avaliação mais estruturada e eficiente dos resultados. (Quadro 4)

41. BRASIL. Manual de Proteção: Atuação em terras indígenas. FUNAI: Brasília, 2013.



Quadro 4: Sistematização das atividades por organização temática

1. Fortalecimento Institucional, Planejamento Estratégico e Apoio a Infraestruturas	2. Capacitação e Formação	3. Mapeamento e Cartografia	4. Elaboração de PGTA's
• Estruturação física, capacitação e planejamento estratégico para fortalecimento institucional das organizações comunitárias das áreas protegidas • Fortalecimento institucional de duas associações para a gestão territorial e ambiental • Reforma e estruturação de escritórios e capacitação dos dirigentes das associações indígenas • Reforma e estruturação do Centro Timbira de Ensino e Pesquisa	• Formação de gestores ambientais indígenas • Capacitação de indígenas para vigilância territorial	• Atualização de material cartográfico com base em geoprocessamento • Estruturação de banco de dados cartográficos, atualização de etnomapas e realização de oficinas para sistematização de informações • Realização de expedições de mapeamento participativo das TIs	• Elaboração de PGTA's

Fonte: Elaboração própria dos consultores (2024).

No grupo temático “Fortalecimento Institucional, Planejamento Estratégico e Apoio a Infraestruturas”, tem-se dois projetos: *Bem Viver Sustentável* e *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas*.

Ao longo do desenvolvimento do projeto *Bem Viver Sustentável*, ocorreu o fortalecimento de duas associações indígenas: a Associação dos Povos Indígenas Wayana e Apalai (Apiwa) e a Associação dos Povos Indígenas Tiriýó, Kaxuyana, Txikuyana (Apitikatxi).

Desde o início do projeto do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), houve esforço para capacitar as organizações em direitos indígenas, o que culminou na elaboração de seu protocolo de consulta e ajudou a estruturar e organizar as associações no âmbito da governança do território. Assim, as associações foram vistas como instâncias fundamentais, integradas organicamente às estruturas locais.

Um aspecto fundamental desse projeto foi a estratégia pedagógica de gerenciamento de recursos, que envolveu repasses para que as associações pudessem cobrir seus custos básicos. Elas receberam apoio para suas estruturas físicas, com a construção de espaços multiuso nas aldeias Bona e Missão Tiriýó.

O projeto apoiou a criação de articulações de mulheres às organizações existentes, resultando em uma representatividade capilarizada dentro do território, consolidando a inserção da temática de gênero no âmbito decisório nas associações. As mulheres demonstraram interesse em formar suas próprias associações, porém se integraram às já existentes, e se destacaram na elaboração de projetos e captação de recursos.

Um desdobramento positivo desse contexto foi a criação de um núcleo técnico de implementação do PGTA, que permitiu uma execução participativa do orçamento do projeto. Desde o período da implementação do projeto, as associações foram incentivadas a acessar editais da cooperação internacional diretamente para executar seus projetos. Embora o projeto tenha terminado, o núcleo técnico continua ativo, utilizando recursos captados anualmente pelas próprias organizações indígenas.

No período pós-projeto, uma das associações conseguiu acessar, em 2024, um orçamento de R\$ 1,2 milhão proveniente de dois projetos: Floresta+ e um edital do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá. Além disso, as associações também obtiveram recursos adicionais através de um edital financiado pela Embaixada da Noruega. Esse foi o primeiro financiamento direto acessado pelas associações, marcando significativo avanço em sua autonomia financeira e capacidade de gestão de recursos.

Desde 2022, em parceria com a Nia Tero e o Iepé, as organizações indígenas têm trabalhado na criação do Fundo Indígena Pacará, que tem previsão de lançamento para 2024. Com governança indígena, ele visará garantir a sustentabilidade financeira contínua do território, baseado nas estratégias já discutidas no PGTA e no protocolo de consulta.

No âmbito do projeto *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas*, ocorreu a reforma e estruturação de escritórios e capacitação dos dirigentes das associações indígenas. Foram reformados sete dos oito escritórios de organizações locais e territoriais no Vale do Javari no Amazonas.

Todas essas infraestruturas foram realizadas nos escritórios sede da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari - UNIVAJA, que abriga os escritórios de outras associações: Associação Kanamari do Vale do Javari (AKAVAJA), Organização das Aldeias Marubo do Rio Ituí (OAMI), Organização Geral Mayuruna (OGM), Associação Indígena Kulina do Vale do Javari (AIKUVAJA), Associação Desenvolvimento Comunitário Alto Rio Curuçá (ASDEC), Coletivo de Mulheres Indígenas Artesãs (MAI) e a E a Cooperativa de Manejo dos Kanamari (COPEAKA)

As reformas e melhorias de infraestrutura implementadas tiveram um impacto a longo prazo, facilitando a interação das organizações de base e fortalecendo a comunicação entre elas. Essa interação resultou em maior cooperação e união entre os povos do Vale do Javari. Um dos dirigentes da UNIVAJA destacou que “o principal avanço decorrente dessas reformas foi a capacidade de unir todas as organizações de base enquanto povos do Vale do Javari.”⁴² Esse fortalecimento das relações entre as organizações contribuiu para a coesão e a defesa coletiva dos interesses territoriais e culturais na região.

Um outro apoio de infraestrutura que estava previsto era a reforma e estruturação das sedes das organizações indígenas timbira. Porém, essa atividade não foi realizada, “considerando que tais espaços já haviam sido alvo de melhorias e outros apoios durante o período de execução do projeto, (...) os recursos financeiros foram redirecionados para outras atividades do projeto, conforme pactuação com a gerência do Fundo Amazônia.”⁴³

42. Depoimento de dirigente da Univaja coletado na missão de campo realizada ao município de Atalaia do Norte/AM em março de 2024

43. BNDES. **Relatório de avaliação de resultados – Projeto Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas** - Centro de Trabalho Indigenista – CTI. Outubro de 2021

Ainda no projeto *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas*, foi desenvolvido um programa de capacitação para as lideranças indígenas que coordenam essas associações. Assim foram capacitados 142 indígenas, sendo 26,7% mulheres.

Essas capacitações geraram um fortalecimento institucional e a criação de capacidades para as organizações locais acessarem novos fundos e implementarem outras estratégias. Atualmente, a UNIVAJA apoia demandas no Vale do Javari, acessando recursos de editais como os do Instituto CESI e o Fundo Casa Socioambiental. Nos últimos dois anos, oito projetos de organizações indígenas de base da UNIVAJA foram apoiados pelo Fundo Casa Socioambiental, com assessoria do CTI como parte do processo formativo dessas organizações. A organização atualmente possui capacidade administrativa e apoia outras organizações em temas como contabilidade e prestação de contas.

No último dia 16 de agosto de 2024, a UNIVAJA recebeu, no Equador, um prêmio, concedido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a “povos indígenas e comunidades locais de várias partes do mundo sob o tema “Natureza para Ação Climática”. A premiação se deu pela implementação do Projeto de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, que é uma iniciativa que usa tecnologia digital para monitorar e rastrear incursões no segundo maior território indígena do Brasil.”⁴⁴

Os efeitos a longo prazo do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia incluem o fortalecimento político e institucional, a capacidade de captar e gerir grandes recursos. As formações contínuas e a integração das organizações de base são essenciais para garantir a autonomia e a sustentabilidade das iniciativas indígenas no Vale do Javari.

O projeto apoiado pelo Fundo Amazônia também apoiou formações para agentes e gestores ambientais indígenas nas TIs Vale do Javari (AM) e nas TIs Krikati e Governador (MA). Foram capacitados 87 indígenas, sendo 18 mulheres. Essa foi uma atividade que passou por adaptações e apoio de consultorias médicas, por ter sido realizada durante a pandemia de covid-19, havendo um esforço constante para ajustar os métodos de formação e garantir o andamento do projeto. Esses agentes, além de participarem dos processos formativos, tiveram papéis importantes no período da pandemia, com a articulação de parcerias e apoio no planejamento com as organizações de base local. Também realizaram atividades de monitoramento, coletando e analisando dados relacionados aos cultivos e produção em cada ciclo agrícola. Muitos dos agentes capacitados agora fazem parte das equipes de vigilância da UNIVAJA, demonstrando a eficácia das formações em geolocalização e geoprocessamento e outras tecnologias de monitoramento territorial.

Complementando o que foi apresentado sobre a temática “Capacitação e Formação, na Tabela 3 é possível observar os resultados das capacitações para os projetos de gestão de TIs no Sul do Amazonas e nas Bacias do Rio Negro e Xingu.

44. ONU. https://news.un.org/pt/story/2024/08/1836216?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=2a2ad45a10-EMAIL_CAMPAIGN_2024_08_16_04_23&utm_medium=email&utm_term=0_98793f891c-2a2ad45a10-%5BLIST_EMAIL_ID%5D – acesso em agosto de 2024.

Tabela 3: Número indígenas capacitados e envolvidos em vigilância territorial no âmbito dos projetos

Indicadores	Meta	Total ao final do projeto	Total Pós-Projeto (março de 2024)
Projeto Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas			
Nº de indígenas capacitados em vigilância territorial	70	73	109
Nº de indígenas capacitados em Sistemas de Informações Geográficas (SIG)	12	73	99
Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu			
Nº de indígenas participando da vigilância e monitoramento territorial no PIX	2	150	150

Fonte: Elaboração própria dos consultores, a partir de sistematização de dados coletados nos relatórios de avaliação de efetividade do Fundo Amazonia apresentado pelas organizações implementadoras (2024)

Em relação à temática “Mapeamento e Cartografia” as atividades realizadas no projeto *Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu* resultaram na atualização de material cartográfico com base em geoprocessamento. No entanto, tanto nas entrevistas quanto no site do Fundo Amazônia, não foram identificados resultados específicos para essa atividade. Somente no relatório de avaliação de efetividade apresentado ao BNDES em agosto de 2020, há referência a resultados: a atualização do material cartográfico do PIX com base em geoprocessamento. A meta era produzir 300 novos mapas, e, ao final do projeto, foram produzidos 312 mapas, alcançando 330 mapas no período pós-projeto.

Ainda sobre “Mapeamento e Cartografia”, o projeto *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas* possui duas intervenções que estão relacionadas à temática. As atividades do projeto incluíram a estruturação de bancos de dados cartográficos, a atualização de etnomapas e a realização de oficinas para sistematização de informações. Como resultado, foi elaborado um banco de dados para apoiar o controle e monitoramento territorial e atualizados 16 etnomapas, ultrapassando a meta de 12, os quais são utilizados para complementar informações cartográficas e acervo de informações socioambientais e territoriais.

Na segunda intervenção, relacionada às expedições de mapeamento participativo para monitoramento e controle territorial das TIs Krikati e Governador, foram elaborados 20 mapas, passando a meta de 12. O mapeamento participativo incluiu visitas a áreas antigas de capoeira, envolvendo jovens, anciãos e mulheres, aumentando assim o interesse da comunidade. Durante essas experiências, foi possível mapear regiões de nascentes e áreas de importância socioambiental.

Ainda nesse efeito direto, observou-se o fortalecimento de instituições e lideranças para a gestão territorial e ambiental no âmbito do Componente 3, tem uma avaliação da elaboração dos PGTAs. Sobre a temática Elaboração de PGTAs, destaca-se que, nas décadas de 1990 e 2000, houve um avanço significativo na demarcação de terras no Brasil, especialmente na Amazônia, onde se concentra a maioria das TIs. Com o progresso na demarcação, surgiu um novo período de discussões sobre etnodesenvolvimento.

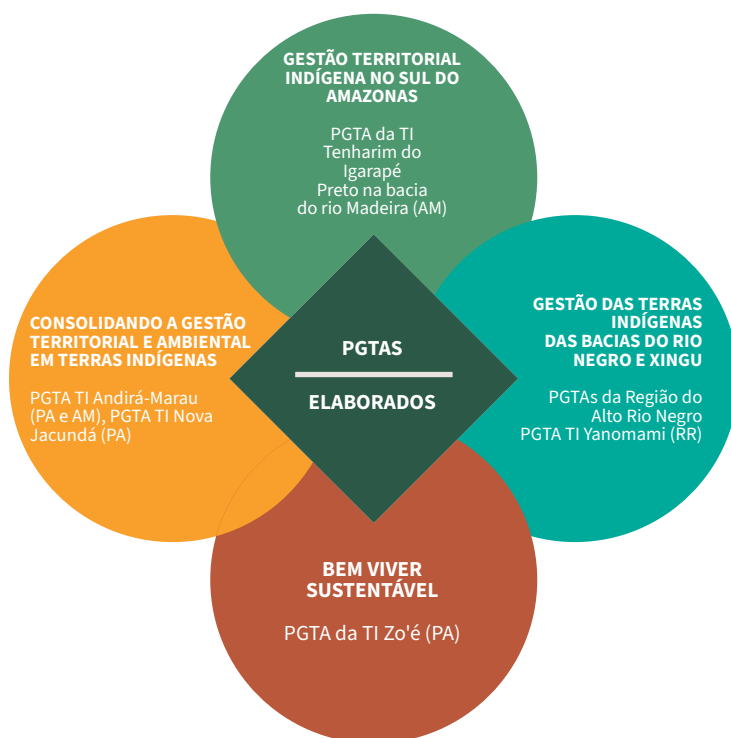
As lideranças indígenas argumentaram que, embora as terras estivessem demarcadas, faltava apoio para o desenvolvimento econômico próprio, além de enfrentarem invasões contínuas e exploração de recursos naturais por terceiros. Em resposta às demandas dos povos indígenas, foram estabelecidos programas e políticas para a proteção e gestão territorial e ambiental das TIs. Um marco importante foi a criação da PNGATI, que resultou nos PGTAs, instrumentos essenciais para a proteção das terras e o incentivo ao etnodesenvolvimento.

Os PGTAs têm o potencial de alcançar diversos objetivos, como a valorização do conhecimento tradicional dos povos indígenas sobre seus territórios, e facilitar a transmissão desse conhecimento entre gerações. Além disso, os planos contribuem para a redução de conflitos internos, estabelecendo acordos que favorecem a gestão das TIs. Eles auxiliam na defesa e proteção do território e de seus recursos naturais, promovendo a utilização sustentável desses recursos e gerando alternativas econômicas e de geração de renda.⁴⁵

Os quatro projetos apoiados pelo Fundo Amazônia que são objeto desta avaliação contribuíram para a gestão territorial e ambiental em TIs. Esses projetos apoiaram a implementação de PGTAs em 14 TIs e a elaboração de PGTAs para 12 TIs específicas. Na Figura 13, tem-se a descrição dos projetos e das TIs que foram objeto de elaboração de PGTAs.

No âmbito do projeto implementado no Alto e Médio Rio Negro, foram elaborados um conjunto de PGTAs com base na lógica territorial de atuação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Entre esses planos, o PGTA Wasu⁴⁶ é o mais abrangente, cobrindo todo o território de atuação da FOIRN. Além disso, foram elaborados PGTAs específicos para sete TI com o apoio do Fundo Amazônia: TI Alto Rio Negro, TI Balaio, TI Cué-Cué Marabitanas, TI Médio Rio Negro I, TI Médio Rio Negro II, TI Rio Téa e TI Rio Apapóris.

Figura 13: PGTAs elaborados pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia



Fonte: Elaboração própria dos consultores (2024).

45. INESC. **Quanto custa tirar um PGTA do papel? Possibilidades de financiamento para os Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas.** Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2021.

46. O termo Wasu significa "grande" na língua Nheengatu, que é amplamente falada pelos povos indígenas da região do Rio Negro. No contexto do PGTA Wasu, o termo reflete a abrangência e a importância do plano, que envolve uma vasta área territorial e a participação de diversas comunidades indígenas do Alto e Médio Rio Negro, consolidando um grande esforço coletivo para a gestão e governança desses territórios.

Para avaliar a atividade de elaboração desse conjunto de instrumentos, foram utilizados como referência os elementos descritos na publicação “Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração”, elaborado pela Funai em 2013. A partir dessas orientações, foi criado um conjunto de elementos e categorias que serão utilizados na avaliação.

O processo de avaliação buscará identificar similaridades e assimetrias entre os documentos analisados, considerando as especificidades de cada TI. É fundamental reconhecer que cada TI possui suas próprias peculiaridades. Algumas podem ter uma experiência consolidada em planejamento, uma organização de base local fortalecida e maturidade política para discutir e influenciar políticas públicas. Outras, entretanto, podem estar em estágios iniciais de desenvolvimento institucional, com menos experiência em participação comunitária e menor capital político.

O Quadro 5 sintetiza os principais aspectos contemplados nos PGTA's elaborados.

Quadro 5: Síntese dos aspectos contemplados nos PGTA's de TIs apoiados pelos projetos

Aspectos Avaliados	TIs com PGTA's elaborados					
	TI Zo'é	TI Andirá-Marau	TI Nova Jacundá	TI Alto e Médio Rio Negro ⁴⁷	TI Yanomami	TI Tenharim do Igarapé Preto
Participação e Consulta Prévia	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Diagnóstico socioambiental	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Mapeamento Territorial	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Eixos estratégicos	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Atividades e ações		✓	✓	✓	✓	✓
Estratégias focadas em gênero e juventude		✓	✓	✓	✓	✓
Fortalecimento Institucional e Governança do Plano		✓		✓	✓	✓
Riscos e Mitigações	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Mapeamento de atores e possíveis parceiros	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Articulação de políticas públicas		✓		✓	✓	✓
Monitoramento e avaliação			✓			

Fonte: Elaboração própria dos consultores (2024).

Todos os planos analisados incorporaram elementos essenciais, como a participação e consulta prévia, o diagnóstico socioambiental, o mapeamento territorial, a definição de eixos estratégicos,

47. O PGTA Wasu foi selecionado como objeto de análise na matriz de avaliação devido à sua relevância no contexto da abrangência territorial e a profundidade das ações previstas.

o mapeamento de riscos e estratégias de mitigações e o mapeamento de atores e possíveis parceiros. Isso demonstra um comprometimento com a inclusão das comunidades indígenas no processo de elaboração dos planos, garantindo que as ações propostas sejam contextualizadas e adaptadas às realidades locais. Além disso, a identificação e gestão de riscos foram abordadas de forma abrangente, refletindo uma preocupação em assegurar a viabilidade das ações.

Por outro lado, a análise revela que nem todos os instrumentos de planejamento contemplam aspectos como atividades e ações específicas, fortalecimento institucional e governança e articulação de políticas públicas. Esses são temas essenciais a serem contemplados em um plano. Essas lacunas são preocupantes, pois tais elementos são fundamentais para a implementação efetiva e sustentável dos PGTA's. A ausência de estratégias claras para o fortalecimento institucional, por exemplo, pode comprometer a governança e a capacidade de execução dos planos a longo prazo.

Outra questão importante é a falta de uma estratégia de monitoramento e avaliação em quase todos os PGTA's avaliados, exceto o PGTA Wasu Alto e Médio Rio Negro, que dedica um capítulo específico para esse tema. A inexistência de um mecanismo estruturado para acompanhar o progresso e ajustar as ações conforme necessário limita a capacidade de resposta dos projetos às dinâmicas locais e territoriais, podendo impactar negativamente os resultados esperados.

As experiências mostram que o monitoramento e avaliação das ações previstas nos PGTA's ainda são uma lacuna a ser superada. Esses planos não são autossuficientes nem atingem seus objetivos apenas com sua elaboração, eles demandam ações contínuas dos povos indígenas, do Estado e dos organismos apoiadores. Os PGTA's são, ainda, instrumentos estratégicos para a articulação e coordenação das diversas políticas públicas voltadas aos povos indígenas, tanto no âmbito federal, quanto subnacional.⁴⁸

Os PGTA's possuem o potencial de fortalecer diretamente as instituições indígenas, servindo também como subsídios fundamentais para orientar a execução de políticas públicas voltadas para os povos indígenas. Além disso, os PGTA's podem ampliar e referenciar o diálogo e as ações de governo e de seus parceiros da sociedade civil, contribuindo para a implementação eficaz de políticas públicas indígenas e ambientais.⁴⁹

Box 1. Avanços e Desafios na Elaboração de PGTA's: Experiências com Povos de Recente Contato e a Integração das Mudanças Climáticas

A elaboração do PGTA para o povo Zo'é, foi fundamental devido à particularidade desse povo ser um grupo indígena de recente contato, com uma pequena população de aproximadamente 350 pessoas. Dada a situação específica dos Zo'é, que não falam português, não frequentam cidades e não têm escolas, foi indispensável adotar abordagem diferenciada. O projeto incluiu o mapeamento participativo de toda TI Zo'é, com o envolvimento direto da comunidade na identificação de aldeias, acampamentos áreas de roça, e locais de caça e coleta.

Os principais resultados gerados com as atividades junto a povo ZO 'é foram:

- **Letramento na Língua Indígena:** Para assegurar que o PGTA fosse um documento representativo, foi realizada uma atividade de letramento na língua Zo'é. Essa ação permitiu que seis jovens Zo'é fossem alfabetizados e redigissem o PGTA em sua própria língua. O documento foi posteriormente traduzido. Essa iniciativa, não prevista originalmente, foi importante para garantir a autonomia dos Zo'é na elaboração do plano.

48. FUNAI. Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração: Brasília: Funai, 2013

49. COIAB. **PGTA's na Amazônia**. Manaus. COIAB, 2016

• **Sustentabilidade e Governança:** A governança do PGTA incluiu a promoção de reuniões regulares entre os Zo'é para discutir questões territoriais. Essas reuniões continuam sendo realizadas, mesmo após a finalização do projeto, reforçando a organização interna e a capacidade de autogestão da comunidade.

• **Proteção Territorial:** Nas estratégias de elaboração do PGTA, incluiu-se a instalação de sistemas de comunicação via rádio em todas as principais aldeias, permitindo que os Zo'é informassem rapidamente sobre possíveis invasões. Equipamentos de transporte, como canoas e motores de popa, também foram fornecidos, facilitando a circulação pela TI e aumentando a capacidade de vigilância. Essa infraestrutura foi essencial para que os Zo'é identificassem e rapidamente resolvessem uma invasão por castanheiros que ocorreu em 2019, após o término formal do projeto. Sem esse apoio, invasores teriam se estabelecido e explorado os recursos naturais da TI.

A elaboração de um PGTA para uma população indígena de recente contato é um processo complexo e multifacetado, que vai muito além da simples assessoria técnica ou da coleta de informações para sistematização. Para esses povos, o PGTA representa um instrumento vital para a manutenção da sua territorialidade, modos de vida, cultura e autodeterminação.

Embora o PGTA tenha gerado resultados significativos, a disseminação dessa experiência como modelo para outras TIs com povos de recente contato foi limitada por dificuldades políticas, especialmente a falta de apoio da FUNAI em Brasília.

Os PGTA também têm desempenhado um papel relevante na incorporação das questões relacionadas às mudanças climáticas nas TIs. No PGTA da TI Alto Rio Negro, por exemplo, o eixo relacionado ao meio ambiente inclui um subeixo específico que aborda as "Mudanças no clima e nas estações, como cheias e secas fora de época, que já estão impactando a vida e a sustentabilidade das comunidades". Esse subeixo também menciona o surgimento de novas pragas, que têm atacado as roças, representando uma ameaça adicional à segurança alimentar e à economia local. Para enfrentar esses desafios, o plano propõe estratégias, medidas e ações necessárias para mitigar os impactos das mudanças climáticas, adaptando as práticas agrícolas e fortalecendo a resiliência das comunidades.

Avaliando a experiência de inserção de atividades de elaboração de PGTA nos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia e sua sinergia com as estratégias do fortalecimento da PNGATI, destaca-se que quase a totalidade dos PGTA elaborados contemplou a participação e propôs ações ou atividades com foco em gênero e juventude. E isso é uma estratégia importante, pois fortalece a inclusão social, promove a equidade de gênero e empodera as novas gerações, garantindo que as perspectivas e necessidades de mulheres e jovens sejam integradas nas decisões e ações comunitárias, o que contribui para a sustentabilidade a longo prazo dos planos.

Destaca-se que os PGTA expressam o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação indígena. Esses planos vêm sendo construído, nos últimos 13 anos, com a participação de diversos representantes indígenas, dentre eles mulheres e jovens.⁵⁰ Esses processos têm apoiado o fortalecimento das organizações e o envolvimento de jovens.⁵¹

50. GRUPIONI, L.D.B. et al. Em busca do bem viver: Experiências de elaboração de planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas. São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica – RCA, 2020.

51. FUNAI. Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração: Brasília: Funai, 2013



5. Gestão e Monitoramento nos Projetos

A gestão e o monitoramento são essenciais para assegurar a implementação eficaz e a consecução dos objetivos planejados dos projetos. Destaca-se que, nos projetos apoiados que são objeto desta avaliação, houve desafios significativos durante suas implementações, durante a pandemia de covid-19. O monitoramento contínuo e o apoio do Fundo Amazônia/BNDES foram fundamentais para avaliar o progresso e planejar estrategicamente as próximas etapas dos projetos e as reuniões foram momentos-chave para essa avaliação.

As equipes do BNDES mostraram-se especialmente sensíveis à situação causada pela pandemia, compreendendo as restrições de acesso a terras indígenas e outras áreas remotas. A equipe técnica do Fundo apoiou as organizações implementadoras na adaptação às novas circunstâncias. Esses esforços colaborativos e adaptativos foram essenciais para assegurar que os projetos pudessem continuar avançando e alcançassem os objetivos planejados.

Em alguns projetos, foram desenvolvidas estratégias próprias de monitoramento com a participação dos beneficiários das intervenções, tais como:

- 1. Processo participativo e governança:** esse processo foi essencial para garantir o alinhamento das atividades com os objetivos do projeto e promover a transparência e a colaboração entre todos os envolvidos, mas também para estabelecer um modelo de governança inclusivo e eficaz. Através de reuniões e oficinas, coordenadores e beneficiários puderam monitorar continuamente as atividades, identificando o que estava funcionando e ajustando o que precisava ser melhorado. As prestações de contas, por sua vez, fortaleceram a transparência e a confiança entre os parceiros, assegurando o uso eficiente dos recursos. Esse modelo de governança se destacou pelo envolvimento direto das comunidades apoiadas, que se inseriram ativamente nesses momentos de monitoramento dos projetos. Elas contribuíram significativamente para apoiar as organizações implementadoras nas decisões sobre os próximos passos;
- 2. Colaboração com FUNAI e organizações indígenas parceiras:** a realização de reuniões semestrais foram essenciais para o planejamento e monitoramento. O modelo participativo garantiu uma execução alinhada com as necessidades dos envolvidos e possibilitou ajustes rápidos e eficientes;
- 3. Reuniões online:** a estratégia de monitoramento durante a pandemia focou na realização de reuniões *online* frequentes para manter a comunicação e a coordenação entre as equipes;
- 4. Consultorias especializadas:** ocorreu contratação de consultorias especializadas em planejamento e avaliação. Isso ajudou equipes a se adaptarem às novas demandas diante dos desafios da pandemia e a continuarem com o monitoramento eficaz das atividades;
- 5. Avaliações periódicas:** as avaliações permitiram identificar e corrigir rapidamente qualquer desvio em relação aos objetivos dos projetos;
- 6. Criação de ferramentas de gestão e monitoramento:** a integração de ferramentas, como a elaboração dos relatórios de monitoramento e de avaliação do Fundo Amazônia, foi importante para sistematizar informações e facilitar a avaliação dos projetos.

A experiência acumulada na gestão e monitoramento de projetos, especialmente em contextos adversos como a pandemia, destaca a importância de estratégias adaptativas e participativas. O sucesso dos projetos depende da capacidade de implementar processos contínuos de avaliação, envolver todos os *stakeholders* e utilizar ferramentas de gestão eficientes.

Um importante achado nesta avaliação foi a experiência do Apoio a Iniciativas Comunitárias (AIC) no âmbito do projeto *Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu*. A experiência do AIC destacou-se no monitoramento e apoio a pequenos projetos, com a realização de visitas de acompanhamento para avaliar a gestão e execução das propostas. Essas visitas eram conduzidas por equipes mistas, compostas por profissionais indígenas e não-indígenas, garantindo um acompanhamento eficaz e integrado.

Um exemplo de efeito não esperado, mas positivo, no monitoramento foi a realização de reuniões de avaliação de um dos projetos, que acabaram fortalecendo uma rede de oito associações indígenas participantes. Essas reuniões semestrais permitiam o planejamento e monitoramento das ações e análise do orçamento do projeto. Esses encontros voltados para o monitoramento do projeto eram realizados conjuntamente com todas as associações, o que gerou boa integração e fortalecimento de parcerias entre as organizações. Assim, a gestão e o monitoramento adaptativos demonstraram ser fundamentais para a resiliência e o sucesso dos projetos.





6. Conclusões

Os projetos destinados às organizações indígenas apoiados pelo Fundo Amazônia que foram avaliados demonstraram resultados positivos em relação a proteção ambiental das Terras Indígenas (TIs) abrangidas, evidenciado pela redução das taxas de desmatamento nessas áreas. Embora o desmatamento tenha aumentado na Amazônia como um todo, as TIs com projetos implementados tiveram um incremento significativamente inferior, comprovando a eficácia das intervenções na proteção desses territórios.

Os projetos contribuíram substancialmente para a implementação e o fortalecimento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Isso incluiu a execução de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em 16 TIs e a elaboração de outros seis planos. Historicamente, a implementação de PGTAs possui custo elevado, mas os projetos mostraram que é possível obter resultados significativos, até mesmo em momentos políticos críticos, como quando se teve governos em que não tinham vontade política de priorizar a pauta dos povos indígenas, e com questões na própria estrutura do estado e suas dificuldades de concretizar políticas em benefício direto das comunidades indígenas.

Os PGTAs implementados e elaborados pelos projetos podem servir como base para políticas públicas futuras, particularmente no Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). As capacidades construídas e as experiências acumuladas na implementação desses instrumentos de execução da PNGATI representam uma oportunidade para continuidade e expansão das políticas de gestão territorial e ambiental. Os projetos deixaram um legado de capacidades fortalecidas nas organizações indígenas locais, capacitando-as a incidir politicamente em políticas públicas, implementar novos projetos em parceria com organizações indigenistas e defender seus territórios. Esse fortalecimento criou um protagonismo indígena e abriu caminhos para o acesso a projetos financiados por fundos comunitários indígenas e a cooperação internacional.

A partir dos projetos apoiados, ocorreu a formação de agentes ambientais indígenas que, mesmo pós-projetos, continuam desempenhando um papel importante, não apenas no ordenamento territorial, proteção e vigilância, mas também em momentos de crises climáticas, como secas e incêndios. Os agentes podem contribuir substancialmente na implementação de políticas públicas indígenas e ambientais em seus territórios.

Os projetos priorizaram a inclusão de mulheres e jovens, assegurando sua participação ativa em todas as fases da implementação. Essa abordagem promoveu a equidade de gênero e o engajamento das novas gerações nas questões de gestão territorial e ambiental.

Apesar dos avanços, a sustentabilidade das iniciativas de PGTAs permanece um desafio, observando-se a dependência de cooperação internacional para o apoio à implementação dos planos. A Funai, embora fortalecida, enfrenta limitações orçamentárias que prejudicam a gestão ambiental e territorial. A continuidade e sustentabilidade das políticas públicas, como a PNGATI, requerem apoio estatal contínuo e políticas permanentes que superem a atual dependência de recursos externos.

Outro aspecto importante identificado nos projetos, foi a promoção de atividades produtivas sustentáveis que, não apenas mantêm a floresta em pé, mas também geram benefícios

econômicos para as comunidades indígenas. Iniciativas como o Apoio a Iniciativas Comunitárias (AIC) no Xingu demonstraram o potencial dessa atividade. Algumas atividades focadas em produtos florestais não madeireiros geraram renda para as comunidades, ao mesmo tempo em que promoveram a sustentabilidade ambiental, reforçando a atratividade econômica das TIs e fortalecendo a resiliência das comunidades.

Apesar dos sucessos alcançados, os projetos avaliados enfrentaram desafios significativos. A pandemia de covid-19 impôs obstáculos que impediram a realização de certas atividades planejadas. Alguns projetos tiveram que ser ajustados para superar os desafios. A receptividade do Fundo Amazônia/BNDES diante desses desafios foi importante para o sucesso das implementações.

Por fim, ainda persiste um desafio em relação à articulação com outras políticas públicas no âmbito dos projetos. A maioria dos projetos apoiados focou em políticas de compras governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programas da Funai que se articulam com as estratégias de formação de agentes ambientais indígenas e no contexto do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). No entanto, atividades relacionadas à recuperação de áreas degradadas, implementação de bancos de sementes e viveiros não conseguiram estabelecer uma sinergia eficaz com as políticas públicas correlatas.

Essa lacuna destaca a importância de uma abordagem mais integrada no planejamento de futuros projetos, considerando a articulação com uma variedade mais ampla de políticas públicas como uma estratégia de saída no pós-projeto. Com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, há uma oportunidade única de reforçar essa integração e assegurar que ela seja contemplada desde o início nos próximos projetos, potencializando o impacto e a sustentabilidade das ações implementadas.

Aplicando os critérios avaliativos recomendados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi possível alcançar os resultados da avaliação dos projetos, os quais estão detalhados no Quadro 6.

Quadro 6: Aplicação dos critérios de avaliação da OCDE aos resultados dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

CRITÉRIOS	RESULTADOS
Relevância	Os projetos foram desenhados e planejados de forma a atender às necessidades e prioridades das TIs e suas organizações, contribuindo de maneira significativa para o alcance dos objetivos do Fundo Amazônia. Esse critério revelou que os projetos estavam alinhados com as necessidades das TIs, demonstrando sua relevância no contexto das políticas públicas e da gestão ambiental e territorial. Ao alocar 70% dos recursos para a implementação dos PGTA's, a chamada garantiu que as ações planejadas fossem efetivamente realizadas, promovendo a gestão sustentável dos territórios indígenas. A sinergia entre duas políticas, uma indígena e outra ambiental, PNGATI e PPCDAm, demonstrou ser essencial para a consolidação das estratégias de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo de maneira significativa para a resiliência e autonomia dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que alinhou os projetos às prioridades das TIs, reafirmando sua relevância no contexto das políticas públicas e da gestão territorial e ambiental.
Eficiência	O conjunto dos quatro projetos definiu processos e práticas de gestão que contribuíram para uma maior eficiência na implementação das atividades, destacando-se a adaptação dos projetos frente a desafios inesperados, como a pandemia de covid-19, que exigiu ajustes para manter a eficiência das intervenções. A utilização de parcerias locais também foi fundamental para melhorar a eficiência na execução das atividades, resultando em uma gestão de recursos que potencializou os impactos obtidos pelos projetos.
Eficácia	O critério de eficácia demonstrou que os projetos conseguiram alcançar os resultados esperados em grande parte, embora alguns ajustes tenham sido necessários para manter o foco nos objetivos iniciais e garantir o sucesso das intervenções.
Efetividade/ Impacto	A avaliação dos projetos conclui que os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia tiveram impactos substanciais, como a redução das taxas de desmatamento nas TIs abrangidas, mesmo em um contexto de aumento geral do desmatamento na Amazônia Legal. Além disso, a capacitação de agentes ambientais indígenas contribuiu significativamente para a proteção territorial e para a gestão sustentável dos recursos naturais. Os impactos agregados dos projetos incluem a criação de capacidades locais e a implementação de sistemas de vigilância e monitoramento, que continuam a beneficiar as comunidades indígenas mesmo após a conclusão dos projetos.
Sustentabilidade	A sustentabilidade dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia foi alcançada em grande parte pela implementação de mecanismos de governança eficazes e pela criação de sistemas autossuficientes, como bancos de sementes e viveiros de mudas. Esses sistemas garantem a continuidade das práticas sustentáveis mesmo após o término dos projetos. A integração com políticas públicas, especialmente nas áreas de segurança alimentar e controle do desmatamento, contribuiu significativamente para que os impactos positivos fossem duradouros.



7. Recomendações e Lições Aprendidas

A presente avaliação se junta à realizada em dezembro de 2021 com foco no fortalecimento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e dos seus instrumentos, revelando um conjunto de lições valiosas que podem guiar futuras iniciativas voltadas para os povos indígenas. Elas sublinham a importância de processos adaptáveis e de uma abordagem integrada, que contemple tanto a proteção territorial quanto o desenvolvimento sustentável das Terras Indígenas (TIs). A experiência acumulada nesses projetos fornece subsídios para a formulação de estratégias eficazes na atuação do Fundo Amazônia e que também atendam às necessidades específicas das comunidades indígenas.

Esse acervo, resultante de experiências práticas, destaca a necessidade de um enfoque que valorize a resiliência dos povos indígenas e a preservação de seus saberes tradicionais. Além disso, as lições aprendidas apontam para a relevância de um diálogo contínuo e colaborativo com os parceiros financeiros e institucionais, como o Fundo Amazônia, que transcende o papel de financiador para atuar como parceiro estratégico no processo de implementação e acompanhamento dessas iniciativas. Assim, as lições aprendidas com a implementação desses projetos oferecem uma base sólida para o aprimoramento das ações futuras.

Para sistematizar as principais lições aprendidas com a implementação dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, é importante organizar as informações em blocos que reflitam os temas centrais abordados.

LIÇÕES APRENDIDAS

Fase de desenho das propostas

- 1. Construção participativa:** No processo participativo de elaboração das propostas, ter tido o envolvimento de múltiplos atores, como Funai, Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, organizações indígenas, BNDES e instituições ambientalistas contribuiu para um resultado robusto e adequado às necessidades das comunidades indígenas.
- 2. A experiência das oficinas regionais:** Durante a elaboração das propostas, as oficinas regionais desempenharam um papel fundamental. A construção colaborativa e a capacitação das organizações foram essenciais para o sucesso do processo. A realização dessas oficinas em diferentes estados (Pará, Amazonas, Acre e Distrito Federal) facilitou a escrita dos projetos. Além disso, um conjunto de perguntas e respostas, criado com base nas oficinas, serviu como orientação valiosa.
- 3. O tempo entre o desenho das propostas e a liberação dos recursos:** A demora entre a elaboração das propostas e a implementação foi um desafio, destacando a necessidade de equilibrar a participação sem perder o momento adequado para a execução.

4. **Diagnóstico preciso:** No processo de desenho das propostas dos projetos, a realização de diagnóstico detalhado e preciso das necessidades e dos desafios das TIs foi fundamental para direcionar os recursos de forma eficaz. Isso garantiu que as ações fossem estruturantes e impactantes, evitando a pulverização dos recursos.

Fase de implementação das propostas

5. **Importância dos processos adaptáveis:** A possibilidade de adaptação dos projetos foi fundamental para garantir a continuidade das ações, especialmente durante desafios imprevistos como a pandemia.
6. **A priorização de processos sobre produtos:** Focar na construção de processos robustos gerou resultados duradouros e impactantes nos projetos apoiados pelo Fundo. A ênfase em processos, como a formação contínua de agentes ambientais, fortaleceu as instituições e garantiu a sustentabilidade das ações a longo prazo. Esse enfoque gerou uma base sólida que sustentou a continuidade das iniciativas, além de ampliar os impactos além dos produtos imediatos.
7. **Aprendizados operacionais com o BNDES:** A experiência com o sistema do BNDES revelou que, apesar dos desafios iniciais, o Fundo Amazônia atuou mais como um parceiro estratégico do que como um financiador tradicional. Esse papel facilitou a comunicação e o bom funcionamento dos projetos. A relação baseada em cooperação mútua permitiu superar a curva de aprendizado inicial, destacando a importância de um financiador que colabora ativamente em todo o processo, em vez de apenas fornecer recursos.
8. **Aperfeiçoamento das organizações:** Algumas organizações implementadoras se aperfeiçoaram, em parte, impulsionadas pelas exigências e demandas estabelecidas pelo BNDES. A necessidade de atender a essas demandas levou as organizações a aprimorarem suas metodologias, ferramentas de trabalho e processos internos, resultando em uma maior eficiência na execução dos projetos.
9. **Instrumentos de implementação:** A utilização de instrumentos do processo de implementação, como os protocolos de consulta, a criação de redes, os encontros de planejamento e prestação e transparência de contas e os espaços de discussão dos PGTA's, foi essencial para inserir e organizar as associações de base local como instâncias fundamentais dentro das estruturas locais de governança. Esses instrumentos facilitaram a participação ativa dessas associações, permitindo que se acoplassem de maneira eficaz nas instâncias de governança discutidas ao longo do projeto. A abordagem não só promoveu uma maior inclusão, mas também fortaleceu o papel das comunidades na gestão de seus territórios e recursos dos projetos.
10. **Projetos apoiados pelo Fundo Amazônia e as políticas públicas:** Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia contribuíram para integrar as necessidades das comunidades indígenas nas estruturas das políticas públicas existentes, promovendo uma maior articulação entre as demandas locais e as ações governamentais. As iniciativas dos projetos complementaram e fortaleceram as ações de políticas públicas em TIs, proporcionando recursos e apoio adicionais, os quais ampliaram o alcance e a eficácia dessas políticas. Um aprendizado foi o impulso ao diálogo entre as comunidades indígenas e órgãos governamentais, como a Funai, especialmente em áreas onde a presença do Estado era mais limitada.

11. Atividades focadas em implementação de infraestrutura: Durante a implementação dos projetos, foi percebido que os recursos alocados para infraestrutura eram significativamente menores do que o necessário para atender às demandas reais. A infraestrutura nas TIs, ao contrário de outras políticas públicas, enfrenta uma carência substancial e uma falta de investimentos adequados por parte do Estado. Isso resultou em um subdimensionamento dos custos, subestimando as necessidades financeiras para a execução eficaz das ações planejadas. Essa lição ressalta a importância de uma avaliação mais precisa e realista dos custos de infraestrutura em projetos futuros, garantindo que os recursos sejam proporcionais às necessidades e às expectativas de impacto.

12. Articulação de políticas ambientais com políticas indígenas: A implementação dos projetos destacou a importância da articulação entre políticas ambientais e indígenas. Essa coordenação foi essencial para criar sinergias que beneficiaram as TIs e seus povos. Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia demonstraram que associar as duas políticas pode gerar impactos significativos.

13. Criação de fundos comunitários para a sustentabilidade e manutenção de equipamentos coletivos: Um importante aprendizado durante a implementação dos projetos foi a criação de fundos comunitários ou locais com o objetivo de gerenciar e manter os equipamentos coletivos instalados. A criação desses fundos, voltados à reposição de equipamentos quebrados ou danificados, é essencial para garantir a sustentabilidade das ações a longo prazo. Esse mecanismo assegura a continuidade do uso dos recursos implementados e fortalece a autonomia e a capacidade de gestão das comunidades envolvidas, criando uma estratégia de sustentabilidade.

RECOMENDAÇÕES

Para o BNDES

- **Diminuição do intervalo entre o desenho dos projetos e a Implementação:** Reduzir o tempo entre o desenho e a implementação dos projetos garante que as ações sejam mais alinhadas às necessidades emergentes das comunidades e ao contexto socioambiental dinâmico, aumentando a eficácia e o impacto das iniciativas. Um processo mais ágil ajuda a manter o engajamento das comunidades beneficiárias, que frequentemente perdem interesse ou confiança quando há atrasos entre a fase de planejamento e a execução prática das ações.
- **Manutenção das oficinas de elaboração de projetos:** Com base na experiência bem-sucedida das oficinas regionais durante a elaboração das propostas para projetos apoiados, recomenda-se a continuidade dessas oficinas em futuras chamadas de projetos. Elas desempenharam papel crucial na capacitação das organizações envolvidas e na construção colaborativa das propostas, resultando em projetos mais bem estruturados e alinhados às realidades locais.
- **Tempo dos projetos:** Os projetos deveriam ter no mínimo cinco anos, considerando que o tempo de implementação não é suficiente. Um período maior seria desejável e benéfico para garantir a consolidação das iniciativas.

- **Projetos focados na temática de restauração florestal:** Considerando a complexidade e o tempo necessário para alcançar resultados efetivos em projetos de restauração florestal, é fundamental que tais iniciativas contem com um prazo de execução longo. Sugere-se que a agenda de restauração florestal seja planejada com uma duração mínima de cinco anos. Essa extensão de tempo permitirá não apenas a implementação adequada das atividades de restauração, mas também a consolidação dos resultados a longo prazo, assegurando que os processos ecológicos necessários para a recuperação das áreas degradadas possam ocorrer de forma contínua e sustentável. Além disso, um período mais extenso favorecerá a adaptação das estratégias e técnicas empregadas, considerando as variáveis ambientais e sociais inerentes a cada projeto.
- **Fundo Amazônia adote como estratégia prioritária a inserção dos eixos e instrumentos da PNGATI em suas chamadas de projetos:** Estabelecer um percentual financeiro específico dentro do Fundo Amazônia destinado às chamadas para a implementação da PNGATI. Essas chamadas seriam utilizadas para apoiar diretamente a elaboração, revisão e implementação dos PGTA e outras ações prioritárias da política, garantindo assim um fluxo contínuo de recursos.
- **Fortalecimento de fundos comunitários indígenas:** A experiência bem-sucedida do Apoio a Iniciativas Comunitárias (AIC), no âmbito do projeto *Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu*, evidencia a necessidade de criar fundos comunitários inclusivos, que sejam acessíveis e considerem as particularidades e as necessidades das comunidades indígenas. Assim, em relação aos fundos comunitários e o Fundo Amazônia, sugere-se:
 - O fortalecimento dos fundos comunitários já existentes, dado o grande potencial de impacto positivo. Nesta avaliação, mapeou-se um total de seis fundos, os quais desempenham um papel importante na autonomia e sustentabilidade dos projetos indígenas;
 - A criação de uma chamada específica no Fundo Amazônia dedicada ao apoio de fundos comunitários indígenas. Essa iniciativa permitirá que as comunidades indígenas possam acessar recursos de forma ágil e alinhada às suas necessidades e particularidades culturais, e
 - Produzir editais e condições que fomentem fundos indígenas de projetos comunitários, iniciativas de fortalecimento da governança indígena em TIs, bem como as práticas culturais relacionadas à gestão ambiental e territorial.
- **Remuneração de alguns grupos de indígenas nos projetos:** Permitir a remuneração dos povos indígenas e dos anciões envolvidos na implementação dos projetos, com foco na valorização dos saberes tradicionais, é um ponto importante. Isso reconhece a importância desses conhecimentos para o sucesso das iniciativas e valoriza o papel dessas comunidades na preservação e transmissão de suas tradições culturais.
- **Apoio a projetos de médio porte:** Projetos de médio porte, precisam ser pensados estrategicamente, sendo necessário levar em conta indicadores de empoderamento não-políticos, como transferir tecnologias diversas para as comunidades indígenas.
- **Criação de editais aglutinadores para fortalecimento das organizações indígenas:** Propõe-se a criação de editais aglutinadores no âmbito do Fundo Amazônia, os quais contemplem uma organização maior responsável por aglutinar e fortalecer organizações menores de base local ou territorial. Esses editais devem incentivar a formação de redes e parcerias, nas quais uma organização centralizada possa coordenar e apoiar tecnicamente as demais, facilitando o acesso aos recursos.

● **Sugestão de temas para as próximas chamadas do Fundo Amazônia que têm sinergia com os resultados desta avaliação:**

1. Chamada focada em recuperação de áreas degradadas: Com base na crescente necessidade de restaurar ecossistemas vulneráveis, sugere-se que o Fundo Amazônia lance uma chamada específica voltada para a recuperação de áreas degradadas. Essa iniciativa deve priorizar a implementação de práticas agroecológicas e de manejo sustentável, envolvendo comunidades locais e organizações indígenas, promovendo a resiliência ambiental e social dessas áreas.
2. Chamada exclusiva para organizações indígenas: dado o fortalecimento das organizações indígenas observado nesta avaliação, é estratégico lançar uma chamada exclusiva para essas entidades. Essa iniciativa permitirá que as organizações indígenas, agora mais capacitadas e estruturadas, desenvolvam novos projetos focados em suas necessidades e prioridades. Ao criar essa oportunidade, o Fundo Amazônia reforçará a autonomia das organizações indígenas e ampliará o impacto positivo em suas comunidades.
3. Continuidade do investimento no fortalecimento das organizações: esta avaliação demonstrou a importância de investir no fortalecimento das organizações comunitárias e indígenas. Portanto, é recomendável que o Fundo Amazônia continue a apoiar projetos que tenham como foco principal o fortalecimento institucional dessas organizações, garantindo que elas permaneçam resilientes e capazes de implementar ações de longo prazo.
4. Expansão do alcance para outros biomas: para maximizar o impacto dos recursos do Fundo, sugere-se a ampliação do seu escopo para além da Amazônia, incluindo ações em outras TIs e biomas. Essa expansão pode incentivar sinergias entre diferentes biomas, focando em estratégias de recuperação ambiental e manejo agroecológico, permitindo uma abordagem mais integrada e eficaz para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

A sugestão apresentada a seguir foi contemplada na avaliação de Efetividade de Projetos Indígenas no âmbito do Fundo Amazônia⁵², realizada em dezembro de 2021. Agora, quase três anos depois, essa recomendação foi revisada e atualizada para refletir as necessidades e desafios atuais. Esse processo de revisitação permitiu identificar sugestões que ainda são pertinentes e essenciais para o fortalecimento contínuo das iniciativas apoiadas pelo Fundo Amazônia.

- Um desafio que ainda permanece em relação a articulação dos projetos apoiados com os governos subnacionais. Recomenda-se ao BNDES que inclua, nos editais, a exigência de as organizações implementadoras realizarem parcerias locais, seja com entes públicos ou privados, para assegurar a sustentabilidade do projeto após sua conclusão. Dessa forma, poderia se obter maior articulação dos projetos apoiados com o setor privado e com o poder público, garantindo uma transferência de expertise e uma maior articulação para obtenção de futuros projetos, uma vez que os projetos tiveram um papel pedagógico para as organizações indígenas.

Para proponentes/executores de projetos

- **Equilíbrio entre grandes projetos e iniciativas menores:** É importante que as organizações proponentes e executoras dos projetos também explorem a possibilidade de apoiar iniciativas menores com o potencial de alcançar comunidades mais remotas, que muitas vezes ficam à margem dos projetos de maior escala.

52. GOMES, A. M. T. L.; BANIWA, G.; CALDAS, R. *Avaliação de Efetividade de Projetos Indígenas no âmbito do Fundo Amazônia*. BNDES/GIZ. 2021

- **Expansão das experiências do Fundo Amazônia para outros fundos:** Recomenda-se que as experiências adquiridas com a implementação de projetos do Fundo Amazônia sejam compartilhadas e adaptadas para outros fundos, como o FUNBIO. Essa transferência de conhecimento e boas práticas pode ampliar o impacto positivo das iniciativas, atingindo um público mais amplo e diversificado.

Para o governo federal

- **Avaliação e apresentação dos PGTAs ao Comitê Gestor da PNGATI:** Incentivar que as organizações indígenas que elaboraram seus PGTAs apresentem esses planos ao Comitê Gestor da PNGATI. É importante destacar que os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia viabilizaram a elaboração de seis PGTAs, que agora se configuram como importantes instrumentos de planejamento. Esses PGTAs não apenas estruturam a gestão territorial e ambiental, mas também podem ser utilizados como mecanismos estratégicos para o acesso às políticas públicas oferecidas pelo Ministério dos Povos Indígenas.
- **Fortalecimento dos sistemas públicos de gestão territorial:** Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia têm deixado um legado significativo em termos de infraestruturas e capacitação de pessoas para a gestão territorial e ambiental. Esses avanços representam um passo importante para a promoção de políticas públicas voltadas para a gestão territorial indígena. No entanto, para assegurar que esses resultados sejam sustentáveis e continuem a beneficiar as comunidades indígenas, é importante que, no período pós-projeto, o Governo Federal apoie ativamente as estratégias de continuidade. Isso inclui a integração dessas ações com as políticas do Ministério dos Povos Indígenas, garantindo que os investimentos feitos se traduzam em impactos duradouros e que as infraestruturas e capacidades desenvolvidas sejam plenamente aproveitadas para fortalecer a gestão territorial nas TIs.
- **Fortalecimento dos fundos comunitários indígenas:** Recomenda-se que o governo federal possa apoiar os fundos comunitários indígenas, todos atualmente dependentes da cooperação internacional. A criação de mecanismos de financiamento público nacional pode assegurar a continuidade e ampliação dessas iniciativas, fortalecendo a autonomia das comunidades.
- **Regulamentação da profissão de agentes ambientais indígenas:** Apoiar a tramitação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei que regulamenta a profissão dos agentes ambientais indígenas. Dado o impacto positivo e a quantidade significativa desses profissionais formados por meio dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, é fundamental que essa regulamentação avance para garantir a formalização e valorização dessa profissão, essencial para a gestão ambiental em TIs.
- **Diálogo com o Ministério dos Povos Indígenas:** É fundamental estabelecer um diálogo contínuo com o MPI para identificar e alinhar os projetos direcionados aos povos indígenas, garantindo que eles sejam desenhados de maneira a criar um legado duradouro para essas comunidades. Esse diálogo deve focar em compreender as prioridades atuais do MPI, os projetos em andamento e planejados e como esses projetos contribuirão para o fortalecimento das comunidades indígenas em termos de sustentabilidade, autonomia e preservação cultural.

Para os governos subnacionais

- **Criação de mecanismos para transferência de recursos:** Desenvolver e implementar mecanismos eficientes para a transferência de recursos financeiros diretamente para as organizações indígenas e fundos comunitários indígenas. Esses mecanismos são essenciais para fortalecer a autonomia dessas organizações, permitindo que elas gerenciem e implementem projetos de forma mais eficaz. Ao criar estruturas que facilitem essa transferência, os governos subnacionais podem apoiar diretamente o fortalecimento das capacidades locais e a sustentabilidade das iniciativas indígenas.
- **Pagamento por Serviços Ambientais:** Os governos subnacionais que já possuem programas de pagamento por serviços ambientais poderiam beneficiar diretamente as comunidades e indivíduos que participam dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. Esses programas reconheceriam e recompensariam as práticas sustentáveis e a conservação ambiental realizadas pelas comunidades indígenas, contribuindo para a continuidade dessas atividades e incentivando a preservação dos recursos naturais.
- **Sustentabilidade e dependência dos projetos apoiados por agentes financiadores externos:** Fortalecer as políticas públicas voltadas para a sustentabilidade dos projetos indígenas. É crucial que os governos subnacionais assumam um papel mais ativo na continuidade e expansão das políticas e projetos iniciados com apoio externo, garantindo a perenidade das ações e o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas. Isso inclui a criação de fundos regionais e estaduais que possam complementar e eventualmente substituir os recursos internacionais, garantindo a autonomia e resiliência das iniciativas locais.



APÊNDICE 1 - Salvaguardas de Cancun (REDD+)

Salvaguarda	Atende	Observação
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes		
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	SIM	Encontra-se em sintonia com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), visto que uma das políticas públicas que norteou a chamada para esses projetos foi a revisão do plano de ação do PPCDAm.
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	SIM	Encontra-se alinhados as seguintes políticas: • Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm); • Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI); • Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); • Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG); • Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA); • Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	SIM	Os resultados demonstram que, no período da implementação e alguns momentos após a finalização dos projetos, foi possível contribuir com estratégias que apoiaram a diminuição do desmatamento. Parte dos projetos apoiados possuía ações focadas em recuperação de áreas degradadas.
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional		
Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	EM PARTE	Foram identificadas estratégias mais pontuais de articulação com órgãos do governo federal como a Funai, Ibama e ICMBio. Em relação aos governos dos estados, ocorreu pouca articulação. Já com organizações não governamentais que têm atuação nas áreas de implementação dos projetos, isso ocorreu de maneira efetiva.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	SIM	A partir desses projetos, foram elaborados um conjunto de nove Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), assim como ocorreu a implementação de PGTAs em Terras Indígenas (TIs) que são fundamentais para a gestão dos territórios indígenas
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas		
Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	SIM	Com a elaboração e da implementação dos PGTAs, se influenciará na efetivação de um conjunto de direitos constitucionais. Os PGTAs são ferramentas de planejamento estratégico que visam a gestão sustentável das TIs, considerando os aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais. Um dos benefícios desses planos é que, a partir deles, se poderá chegar à segurança jurídica que garante a conservação ambiental das áreas demarcadas

Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	SIM	Em todos os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia identificou-se atividades produtivas sustentáveis com foco na manutenção da floresta em pé. Foram gerados os seguintes resultados relacionados à gestão integrada de recursos naturais: mapeamento e organização da produção agroextrativista, realização de pesquisa de mercado, estruturação social da produção da sociobiodiversidade, identificação de novas atividades produtivas sustentáveis, realização de acordos de pesca e manejo de quelônios e implementação de quintais agroflorestais e viveiros de mudas.
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	SIM	Os projetos tiveram como beneficiários diretos os povos indígenas. Seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram não apenas considerados, mas ativamente respeitados e integrados ao longo de todas as fases dos projetos. Isso é evidenciado de diversas maneiras: • estratégia focou em valorizar e fortalecer as práticas culturais e ambientais ancestrais. • No projeto Bem Viver Sustentável, um dos produtos gerados foi a publicação de um material culturalmente relevante, o livro Wanê: o livro do mel. Essa publicação documenta e dissemina conhecimentos indígenas sobre meliponicultura e apicultura nas TIs Parque do Tumucumaque e Rio Paru d'Este. • De maneira geral, os projetos buscaram inserir nas suas estratégias soluções baseadas na natureza a partir dos saberes ancestrais dos povos indígenas.
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	SIM	O conjunto de projetos apoiaram de forma positiva o fortalecimento institucional das organizações de base para acessarem projetos e a capacidade para implementação de projetos. Além disso, as TIs apoiadas estão hoje com beneficiários capacitados para a implementação de sistemas agroecológicos e o uso de sistemas de georreferenciamento para a proteção territorial.

4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16

De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	SIM	Todas as atividades implementadas pelos quatro projetos foram desenvolvidas em conjunto com os povos indígenas beneficiários. Durante a implementação, todas as decisões foram tomadas com o consentimento desses povos, garantindo sua participação ativa. Desde a elaboração dos projetos apresentados ao Fundo Amazônia, houve envolvimento e consentimento dos povos indígenas, assegurando que suas necessidades e perspectivas fossem consideradas.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	SIM	Foram realizados diversos encontros com foco em planejamento e monitoramento dos projetos. Nesses encontros, a metodologia usada era focada na participação dos beneficiários.
Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	SIM	Em todos os projetos foram atendidas as salvaguardas.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	SIM	Os projetos garantiram que os benefícios econômicos fossem acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando a concentração de recursos.
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	SIM	As estratégias de monitoramento estiveram focadas para as demandas do Fundo Amazônia, assim como uma estratégia de pactuação com os beneficiários.

5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16 ⁵³ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais		
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	SIM	Todos os projetos foram implementados em TIs na Amazônia (16 no total). A maioria das ações visou a consolidação desses territórios, incluindo a implementação de PGTAs, que são instrumentos de gestão eficientes.
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	SIM	A partir dos projetos <i>Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas e Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas</i> , foram implementadas estratégias de recuperação de áreas degradadas. Com isso, chegou-se a um total de 95,05 hectares recuperados. Além da recuperação, foi gerado nas TIs apoiadas um conjunto de capacidade técnica para os povos indígenas com foco em recuperação de áreas.
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	SIM	Em todos os projetos que tiveram inseridos o componente de restauração e reflorestamento, as espécies usadas foram as nativas. Os projetos estão deixando, nas TIs, viveiros com capacidade para apoiar as TI com mudas.
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?	EM PARTES	Há espécies com grande potencial de uso econômico, mas não foi identificada esse tipo de discussão entre os gestores dos projetos com foco na restauração. Porém, foram elaborados modelos econômicos e fortalecimento de cadeias produtivas de produtos da sociobiodiversidade.
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?	SIM	Os principais fatores que constituem riscos à permanência de resultados de REDD+ incluem invasões às TIs, garimpos ilegais, danos ao patrimônio ambiental e mudanças do clima. Para enfrentar esses desafios, os projetos investiram em melhorias de infraestrutura, estabeleceram parcerias locais, implementaram PGTAs e desenvolveram estratégias de vigilância e proteção territorial com a participação das comunidades indígenas. A fiscalização e a aplicação da lei foram reforçadas para combater garimpos ilegais, enquanto práticas sustentáveis de uso da terra e estratégias de recuperação ambiental, como a criação de viveiros de mudas e sistemas agroflorestais (SAFs), foram promovidas para mitigar danos ao patrimônio ambiental. Além disso, os projetos incorporaram estratégias de adaptação climática, como a diversificação de cultivos e o fortalecimento da resiliência das comunidades indígenas às mudanças climáticas. Essas ações proativas mitigaram ameaças significativas e aumentaram a probabilidade de permanência dos resultados positivos de REDD+.
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	NÃO	Não foi identificado a partir das ações dos projetos o deslocamento de emissões evitadas para outras áreas.

Critérios Transversais

Critérios transversais		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	SIM	Todos os projetos apoiaram atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade.

53. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.

Redução da pobreza	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	SIM	Foram identificadas atividades que contribuíram e ainda contribuem para a redução da pobreza, por exemplo: 1. Produção Sustentável: Desenvolveu-se práticas como meliponicultura, apicultura, manejo sustentável de recursos pesqueiros, manejo de quelônios, criação de quintais agroflorestais e implementação de viveiros de mudas. Essas atividades mantêm a floresta em pé, garantindo atratividade econômica dentro das Terras Indígenas (TIs). 2. Fortalecimento de Cadeias Produtivas: O desenvolvimento de cadeias de valor para produtos florestais não-madeireiros (PFNM), como castanha, sementes e outros produtos da sociobiodiversidade. Esse componente inclui a estruturação da produção local e o fortalecimento das capacidades de comercialização, promovendo a sustentabilidade econômica e ambiental. 3. Experiência do Apoio a Iniciativas Comunitárias (AIC): Foram lançados editais que financiaram pequenos projetos focados em soberania alimentar, fortalecimento cultural e desenvolvimento de alternativas econômicas. No total, foram apoiados 65 projetos, beneficiando 75 comunidades e contemplando 12 povos indígenas, com um investimento total de R\$ 185 milhões
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	SIM	Foi realizado um inventário sobre produtos da sociobiodiversidade, assim como o fortalecimento e a estruturação da cadeia produtiva desses produtos.
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	SIM	No projeto <i>Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas</i>, o Movimento de Mulheres Artesãs do Vale do Javari funcionou como um coletivo e foi inserido nas discussões dos projetos, incluindo a participação no Assentamento Terra Livre (ATL) e posicionamentos políticos. Desde a implementação dos projetos financiados pelo Fundo Amazônia, foi estabelecido um quantitativo mínimo para a participação de mulheres, garantindo sua inclusão nas atividades. O projeto <i>Bem Viver Sustentável</i> promoveu o empoderamento feminino que resultou na articulação de mulheres vinculadas a associações representativas já existentes no território. Essas articulações possibilitaram a elaboração de novos projetos liderados por mulheres dentro dessas associações. No projeto <i>Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas</i>, foi criada a Rede Entre Parentas, que trabalha com questões relacionadas às mudanças climáticas. O projeto <i>Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu</i> também gerou avanços no tocante a participação feminina. No Território Indígena do Xingu, houve inclusão das mulheres nas discussões de governança. No Rio Negro, houve uma atenção especial para integrar as mulheres nos grupos de pesquisa para a elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), assegurando sua participação ativa e inclusiva.

Equidade de gênero	Como os projetos contribuiu para a equidade de gênero?	SIM	No projeto <i>Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas</i>, o Movimento de Mulheres Artesãs do Vale do Javari funcionou como um coletivo e foi inserido nas discussões dos projetos, incluindo a participação no ATL e posicionamentos políticos. Desde a implementação dos projetos financiados pelo Fundo Amazônia, foi estabelecido um quantitativo mínimo para a participação de mulheres, garantindo sua inclusão nas atividades. No projeto <i>Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas</i>, foi criada a Rede Entre Parentas, que trabalha com questões relacionadas às mudanças climáticas. O projeto <i>Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu</i> também gerou avanços no tocante a participação feminina. No Território Indígena do Xingu, houve inclusão das mulheres nas discussões de governança. No Rio Negro, houve uma atenção especial para integrar as mulheres nos grupos de pesquisa para a elaboração dos PGTA's, assegurando sua participação ativa e inclusiva.
Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	EM PARTES	No tocante a políticas públicas, isso ficou evidenciado no âmbito nacional. Porém, ainda persistiu um hiato em relação as políticas dos governos subnacionais.
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	SIM	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários de várias maneiras: 1. Quintais Produtivos e Resgate de Sementes Crioulas: Os projetos promoveram o adensamento de quintais produtivos com espécies frutíferas e o resgate de sementes crioulas em TIs, como Krikati e Governador, no Maranhão. Essas ações garantiram uma fonte contínua de alimentos frescos e nutritivos para as famílias, reforçando a segurança alimentar e nutricional das comunidades; 2. Produção e Manejo Sustentável: O fortalecimento de práticas produtivas sustentáveis, como a meliponicultura, a apicultura e os sistemas agroflorestais (SAFs), não apenas contribuiu para a geração de renda, mas também melhorou o acesso a alimentos saudáveis; 3. Capacitação e Inserção em Programas Públicos: Os beneficiários foram capacitados para acessar programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que incentiva a produção local e a valorização de produtos tradicionais, garantindo a segurança alimentar dos estudantes indígenas; e 4. Editais do AIC: As chamadas contemplavam, como eixo prioritário a ser atendido, iniciativas focadas em segurança alimentar.
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	SIM	Um exemplo foi o projeto <i>Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas</i>, que capacitou organizações para acesso ao PNAE. Esse mesmo projeto deixa uma oportunidade de inserção de uma de suas atividades no Programa Quintais Produtivos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

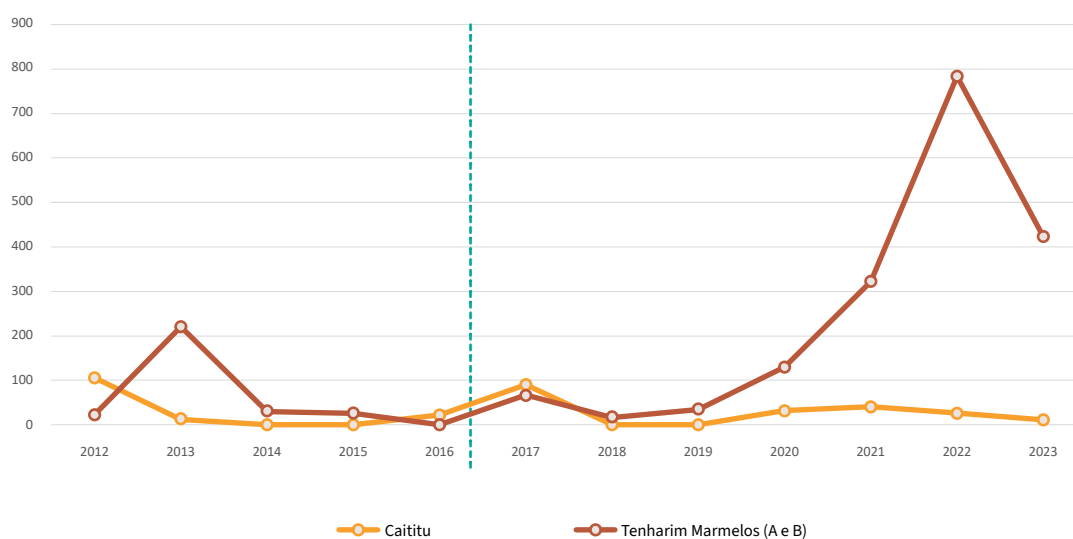


APÊNDICE 2 - Análise contrafactual: Comparação de indicadores entre as Terras Indígenas Caititu e Tenharim Marmelo

Para contribuir com esta avaliação de efetividade de projetos direcionados para Terras Indígenas (TIs), foi realizada uma análise contrafactual que observou a TI Caititu, apoiada pelo projeto *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas*, e a TI Tenharim Marmelos, que não foi incluída em nenhum dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

A escolha das duas terras se justifica pois ambas estão localizadas no sul do Amazonas e sofrem com a influência da Rodovia BR-230 e com a expansão de atividades agropecuárias da região, a exemplo da criação de uma zona especial de desenvolvimento, a AMACRO⁵⁴. Além disso, os dois territórios tinham oscilações e valores de desmatamento similares até 2016, quando o projeto *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas* executado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) passou a ser efetivamente implementado na TI Caititu. A partir de 2019, observou-se um descolamento entre as duas tendências, com aumento significativo do desmatamento na TI Tenharim Marmelos, em especial no norte da gleba B. (Gráfico 1)

Gráfico 1: Evolução do Desmatamento nas TIs Caititu e Tenharim Marmelos

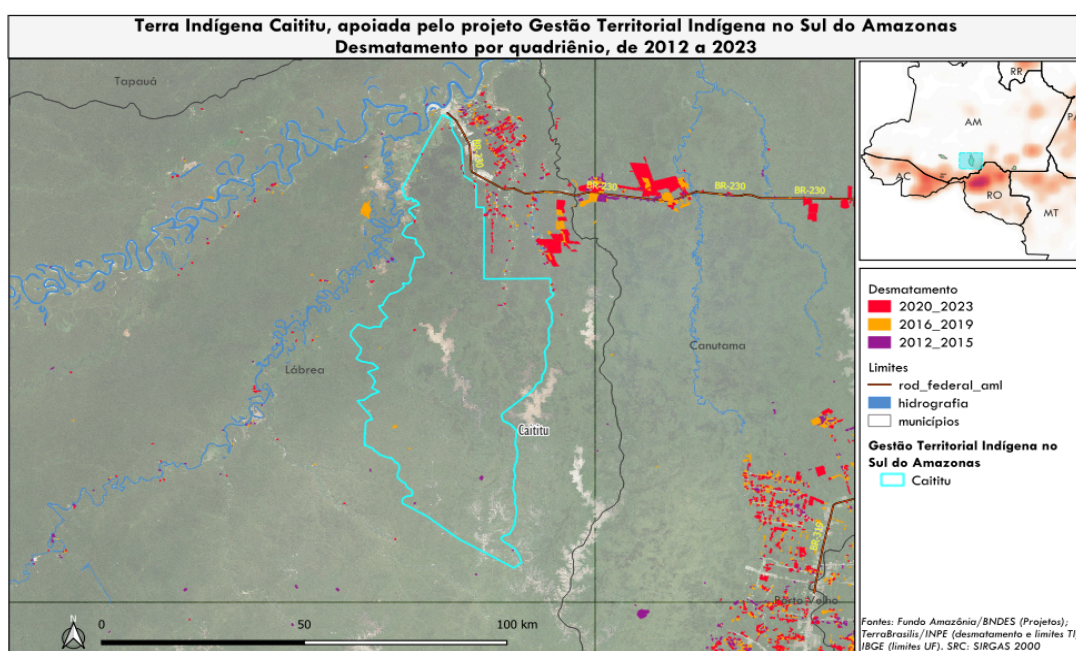


Fonte: Elaboração própria da consultoria (2024)

54. O termo AMACRO se refere à tríple divisa entre Amazonas, Acre e Rondônia.

A TI Caititu tem cerca de 3.080 km² e está totalmente inserida no município de Lábrea, no sul do Amazonas, contando com mais de mil indígenas distribuídos em 20 aldeias. A TI enfrenta pressão da expansão agrícola que vem do sul do município e a sua proximidade da área urbana aumenta sua vulnerabilidade. O Parque Nacional da Serra do Divisor, que antes ajudava a protegê-la, tem sido invadido e é uma área com grandes pressões, inclusive com propostas de rebaixá-lo à categoria de área de proteção ambiental, evidenciando a baixa presença do Estado para conter o desmatamento. Em 2016 e 2017, parecia haver uma tendência de alta do desmatamento, chegando a 0,88 km². Entretanto, em 2018 e 2019, não houve desmatamento e, entre 2020 e 2022, oscilou entre 0,30 e 0,40 km², até cair ao patamar próximo dos 20 hectares em 2023. (Figura 1)

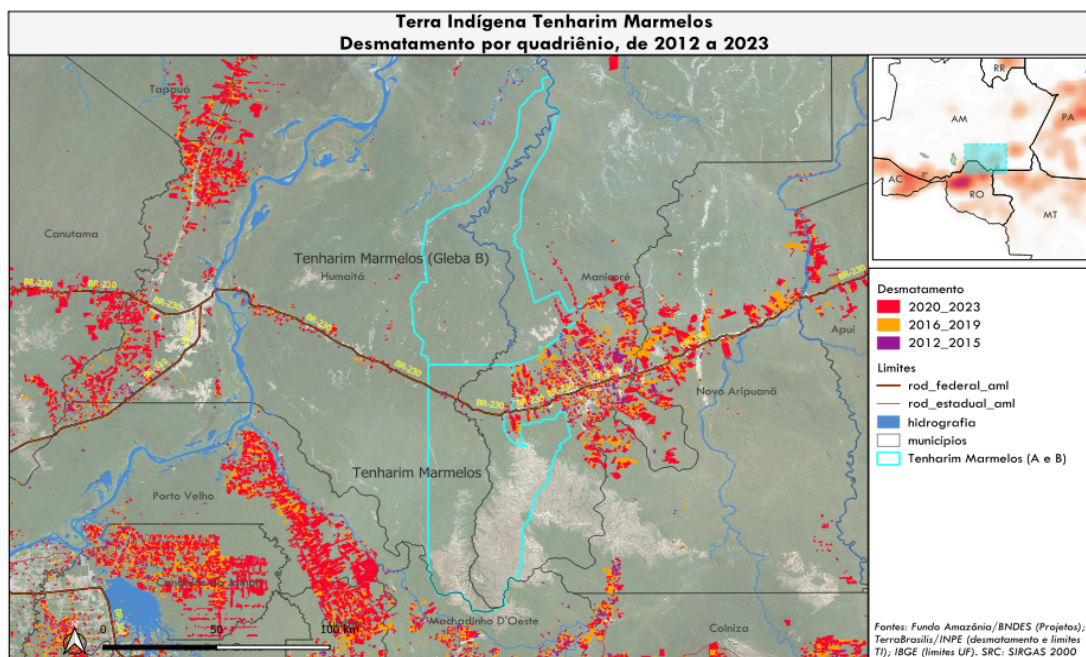
Figura 1: Desmatamento na TI Caititu no período de 2012 a 2023.



Fonte: Elaboração própria da consultoria (2024).

A TI Marmelos, somadas as glebas A e B, tem cerca de 9730 km², divididos entre os municípios de Humaitá e Manicoré, também no sul do Amazonas. A TI conta com cerca de 700 indígenas, sendo que a gleba B não abriga nenhuma das aldeias. Essa TI tem constantes altas de desmatamento na gleba B, principalmente devido à influência da rodovia BR-230 e a presença de invasores que planejam plantar soja em cerca de 15 fazendas dentro da TI. A expansão do município de Santo Antônio do Matupi (AM), com muitos madeireiros, aumenta a pressão sobre a área, que já enfrenta incêndios frequentes devido à presença de campos amazônicos, que são suscetíveis ao fogo. Em 2018, extensas áreas foram degradadas por um grande incêndio. (Figura 2)

Figura 2: Desmatamento na TI Tenharim Marmelos no período de 2012 a 2023



Fonte: Elaboração própria da consultoria (2024).

Foi observada a variação do desmatamento médio para as duas TIs objeto desta análise contrafactual entre os períodos antes da implementação do projeto na TI Caititu (2012 a 2016), durante (2017-2022) e após (2023). E, para efeitos de comparação, a mesma avaliação foi feita para o conjunto das TIs da Amazônia.

Observa-se que, na TI Caititu, essa variação foi sutil, com menos de 5% de alta entre o período prévio e durante a implementação. Já na TI Tenharim Marmelos, a alta foi de 314%, inclusive superior a taxa encontrada para conjunto das TI na Amazônia, que foi de 182% para o mesmo período.

Cabe observar que os o período de 2012 a 2015 englobam as menores taxas de desmatamento da série histórica do Prodes/INPE para a Amazônia. Além disso, entre 2019 e 2022, observam-se as maiores taxas de desmatamento desde 2008, que ocorrem em paralelo à interrupção do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), enfraquecimento da fiscalização e de capacidade de resposta, em especial de instituições como Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em 2023, o conjunto das TI da Amazonia teve redução de 56% do desmatamento em comparação a média de 2017 a 2022.Redução similar ocorreu na TI Caititu; já na Tenharim Marmelos, houve alta de 67% (Tabela 1). Esses dados corroboram com a hipótese de que a TI que conta com apoios estruturantes e de longo prazo fica menos suscetível às ameaças de desmatamento. Além disso, também tem maior potencial para experimentar reduções do desmatamento, após contextos que impactam o desmatamento da Amazonia como um todo e, consequentemente, o conjunto das TIs.

Tabela 1: Variação do desmatamento médio (hectares) entre períodos – Comparação com TIs da Amazônia Legal (2012 -2023)

Terras Indígenas	Média 2012_2016	Média 2017_2022	Var (%)	2023	Var (%)
Caititu	28,9	30,0	↑ 4%	13,6	↓ -55%
Tenharim Marmelos (A e B)	61,8	255,7	↑ 314%	426,0	↑ 67%
Todas as TI da Amazônia	10731,2	30264,1	↑ 182%	13214,0	↓ -56%

Fonte: Elaboração própria da consultoria (2024)

Em seguida avaliamos, para as duas TIS, alguns indicadores relacionados com os objetivos da chamada pública para apoiar a implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAS) em TIs no âmbito do Fundo Amazônia, que foi originada como uma das iniciativas prioritárias no âmbito do PPCDAm 3ª fase (2012-2015).

Percebe-se que há um grande esforço por parte da população local e de suas associações em promover parcerias e realizar atividades de proteção e gestão do seu território. O acesso a fundos comunitários, as parcerias com atores públicos e privados e o protagonismo das mulheres são destaques positivos e que corroboram tal esforço. Por outro lado, os diversos projetos de pequeno porte não são suficientes para dar a escala necessária às atividades de forma a incidir diretamente na proteção territorial.

São necessárias ações estruturantes, como manter o pessoal a longo prazo, infraestrutura e compra de equipamentos, o que tem um custo elevado, geralmente mais caro do que os pequenos e médios projetos podem financiar. O PGTA é um instrumento fundamental para orientar os investimentos e promover maior alinhamento entre os projetos. A falta desse instrumento e de recursos robustos para sua implementação parecem ter sido fatores determinantes para que o desmatamento tenha sido maior na TI Tenharim Marmelos do que na TI Caititu.

A seguir, é possível observar a análise das ações realizadas, com sua descrição e a indicação de como se deu o seu cumprimento (não cumprimento, parcial ou efetivo).



Ações	Situação da Terra Indígena Caititu	Não	Parcial	Efetivo	Não	Parcial	Efetivo	Situação da Terra Indígena Tenharim Marmelos (Glebas A e B)
PGTAS								
Elaboração de Plano de Gestão Territorial e Ambiental	A TI Caititu já conta com PGTA elaborado desde 2011							A elaboração do PGTA da Tenharim Marmelos só foi iniciada em 2022 e finalizada em 2024. Ou seja, a TI não contava com PGTA elaborado durante a maior parte do período avaliado (2012-2023)
Implementação de Plano de Gestão Territorial e Ambiental	A implementação do PGTA foi alavancada com a implementação do projeto <i>Gestão Territorial no Sul do Amazonas</i> . Diversas ações estruturantes foram realizadas, como manutenção e fortalecimento das estruturas de comunicação e de vigilância; manutenção de roçados e viveiros; construção de infraestrutura de boas práticas de manejo de produtos indígenas; aquisição de embarcações e equipamentos, como fornos de farinha, motores estacionários, roçadeiras etc.							O PGTA foi finalizado em meados de 2024, logo sua implementação ainda não fora iniciada. Ainda que existam diversas ações em curso que coadunam com as prioridades do PGTA, ele não está formalmente implementado. As associações têm participado da elaboração de projetos para captar recursos para esse fim, entre eles um novo projeto do IEB junto ao Fundo Amazônia.
FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL DE ORGANIZAÇÃO INDÍGENA								
Inserção e protagonismo de mulheres em espaços institucionais das organizações indígenas	Na última década, ou desde a elaboração do PGTA, viu-se que as atividades implementadas proporcionaram maior inserção das mulheres nos diferentes espaços, inclusive na organização social da TI e nas associações existentes. Atividades como SAFs, canteiros medicinais, manejo de pesca e artesanato foram fortemente influenciadas pela participação das mulheres indígenas.							As mulheres têm um papel de destaque na liderança. O principal exemplo está na Associação dos Povos Indígenas Tenharim Morogitá (APITEM), atualmente coordenada por Daiane Tenharim e uma equipe de mulheres. Muitas outras mulheres são preponderantes em diversas ações, algumas são agentes ambientais e outras participam ativamente de atividades produtivas e colaboraram no processo de elaboração do PGTA.
Inserção e protagonismo de jovens em espaços institucionais das organizações indígenas	Observa-se que os jovens têm sido envolvidos nos diálogos e em diversas das atividades implementadas na TI, como nas unidades de produção, na formação de agentes ambientais etc.							Não foi identificada uma iniciativa específica liderada pela juventude Tenharim, mas se observa uma presença de jovens nas diversas atividades, como na coordenação da APITEM.
Acesso das organizações indígenas a projetos de fundos comunitários	A APITIC foi fortalecida ao longo da implementação do projeto SULAM Indígena e tem acessado recursos de fundos como o Fundo CASA e o Programa Raízes do Purus.							A APITEM tem se fortalecido politicamente e acessado recursos de projetos, como o Fundo Casa e o Fundo Indígena da Amazônia Brasileira (Podáali)
Acesso das organizações indígenas a projetos da cooperação internacional	A APITIC tem se habilitado a acessar uma variedade de fontes de recursos, como o Programa Copaibas, implementado pelo FUNBIO com recursos do NICFI da Noruega.							Há projetos recentes que, no entanto, dependem do intermédio de organizações como a WWF e o IEB. Este, por exemplo, coordena e acompanha o financiamento junto a USAID/Brasil.
Organizações indígenas com banco de projetos elaborados	Existem diversos projetos que já apoiaram ações na TI Caititu, entretanto não foi identificado um banco de projetos organizado							Não foi identificada uma iniciativa para organizar um banco de projetos propriamente, embora existam diversos projetos de pequena escala que já apoiaram ações na TI.



Parcerias com atores públicos para políticas públicas e/ou privados	Os indígenas da TI Caititu e suas associações, em especial a APITC, participam ativamente de diálogos e parcerias com as diversas organizações indígenas e indigenistas da região, como a OPIAN, FOCIMP, COIAB e IEB. O contato com instituições governamentais é pontual e, apesar da proximidade com a CR Purus da Funai, a fiscalização não é constante. Há uma parceria com o município de Lábrea para o fornecimento de alimentos para escolas, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), coordenado pelo governo federal. Também há diálogos referentes à manutenção de ramais utilizados para o escoamento da produção.						As associações que agregam indígenas da TI Tenharim Marmelos mantem diálogo e parcerias com as diversas organizações indígenas e indigenistas da região, como a OPIAN, COIAB e IEB. Também há parcerias com setor do turismo para, por exemplo, a atividade de pesca esportiva, permitidas em algumas épocas do ano. Não se identificou relação com atores públicos e com políticas públicas
ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS							
Experiência com recuperação de áreas degradadas	A principal ação para recuperação de áreas degradadas é por meio da implantação de SAFs, que tem sido apoiada pelos diversos projetos. Em especial no projeto SULAM Indígena, foram realizados mutirões agroflorestais para enriquecimento de capoeiras, adensamento de áreas produtivas e implantação de quintais agroflorestais.						Há experiências pontuais de recuperação em áreas atingidas por incêndios, por exemplo, mas sem um acompanhamento e registro das áreas recuperadas. As principais áreas degradadas estão na gleba B. Faz parte do PGTA a ideia de recuperar e ocupar produtivamente esta área, o que depende da desintrusão das terras e da captação de novos recursos.
Desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis	Há pelo menos 22 unidades de SAFs, além de hortas, roçados e pesca, formando um conjunto de atividades produtivas necessárias para atender uma população superior aos 1000 indígenas, distribuídos em 20 aldeias. Além da segurança alimentar, as atividades contribuem para a geração de renda, por exemplo o fornecimento de alimentos para o PNAE e o beneficiamento da castanha. Esta última atividade foi extremamente fortalecida pelo projeto SULAM Indígena, que apoiou a construção de um entreposto de armazenamento e secagem da castanha, com capacidade para 1.200 latas de castanha.						Com uma população superior aos 700 indígenas, há a necessidade de produzir, coletar e caçar uma diversidade de alimentos. Entre eles estão a banana, a farinha, a castanha, peixes e animais como a anta. Embora haja um alta produção, faltam apoios mais robustos para estruturar as cadeias produtivas.
TIs com vigilância territorial implementada	A TI dispõe de sistema de monitoramento do avanço do desmatamento, instalado no âmbito do projeto SULAM Indígena. Conta ainda com diversos Agentes Ambientais Indígenas, entre mulheres, homens, jovens, adultos e anciãos, que foram capacitados para realizar o monitoramento de ameaças no território e para alimentar o SIG. Com a aquisição equipamentos, como celulares, embarcações, rádios e sistema de informação geográfica, é possível realizar excursões de vigilância. A manutenção dos equipamentos e das ações agora dependerão da continuidade de outros projetos, como os que estão em curso junto a FOCIMP.						Alguns dos projetos que já incidiram na TI Tenharim Marmelos apoiaram ações de vigilância. Foram capacitados diversos Agentes Ambientais Indígenas, que realizam o monitoramento de ameaças no território. Houve aquisição e manutenção de equipamentos, como rádios e sistema de informação geográfica. No entanto, tais ações não são suficientes para combater desmatamento.

The background is a stylized illustration of a jungle. It features large, dark green leaves at the top, a central rectangular area with a repeating geometric pattern, and various tropical plants and trees at the bottom. Three birds are depicted: two parrots in flight near the top left and a toucan perched on a branch to the left of the central text box.

APÊNDICE 3 - Relatórios de avaliações individuais

The background is a vibrant, stylized illustration of a tropical jungle. In the bottom left corner, a leopard with a detailed spotted pattern is sitting and looking towards the viewer. To the right, a toucan with a large, colorful beak is perched on a branch. Above it, two parrots are shown in flight. The background is filled with various types of tropical plants, including large, broad-leafed trees and smaller shrubs. The overall color palette is dominated by shades of green, with some yellow and orange accents. The text is centered in the middle of the image, overlaid on a semi-transparent dark green rectangular area.

**I - Avaliação de
Efetividade do
Projeto Gestão
Territorial Indígena
no Sul do Amazonas
- Instituto
Internacional de
Educação do Brasil
(IEB)**

Ficha do Projeto

Título do projeto:	Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas
Entidade responsável:	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)
Período do projeto:	Dezembro de 2016 – maio de 2023
Abrangência territorial:	Oito TIs do sul do Amazonas, contemplando 1.095.169 hectares nas TIs Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari, Caititu, Jiahui, Nove de Janeiro, Ipixuna e Tenharim do Igarapé Preto
Beneficiários:	2.179 indígenas residentes nas oito TIs do Sul do Amazonas abrangidas pelo projeto
Objetivo:	1. Implementar os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) das Terras Indígenas (TIs) na bacia do rio Purus (Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari e Caititu) e na bacia do rio Madeira (Jiahui, Nove de Janeiro e Ipixuna), no sul do Amazonas; e 2. Elaborar o PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto na bacia do rio Madeira
Valor total do projeto:	R\$ 11.448.505,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	R\$ 11.042.796,11

Fonte: Adaptado pelos consultores a partir de informações coletadas no site do Fundo Amazônia: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Gestao-Territorial-Indigena-no-Sul-do-Amazonas/>

1. Resumo do Projeto

O projeto *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas* teve como objetivo principal fortalecer a gestão territorial das Terras Indígenas (TIs) no sul do Amazonas, promovendo a sustentabilidade ambiental e melhorando a qualidade de vida das populações indígenas.

Iniciado em 2017, atuou em oito TIs, criando uma rede colaborativa entre diferentes organizações indígenas. As ações desenvolvidas incluíram a implementação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e práticas sustentáveis de gestão de recursos naturais, atendendo às necessidades locais e promovendo a visibilidade e o reconhecimento da gestão indígena na região.

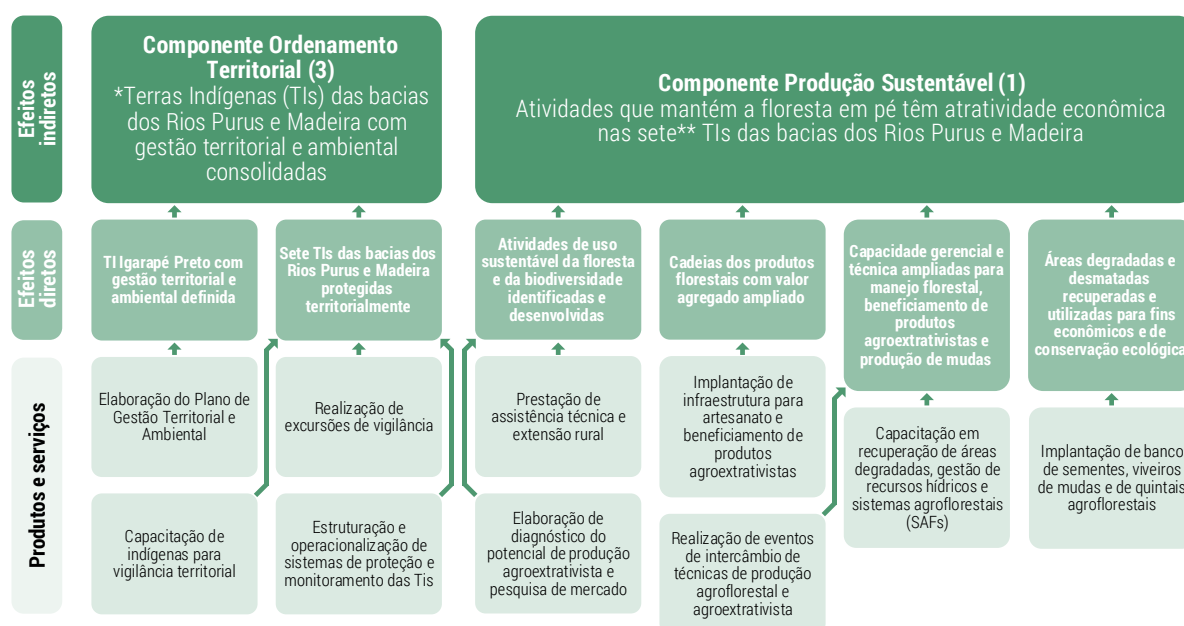
O projeto apoiou diretamente a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em TIs das bacias dos rios Purus e Madeira, abrangendo comunidades como Boca do Acre, Apurinã, Jiahui e Tenharim do Igarapé Preto, entre outras. Além disso, foi elaborado o PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto na bacia do rio Madeira.

Outras ações apoiadas incluíram capacitações em temas diversos para fortalecer a gestão territorial e a produção sustentável, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), expedições para monitoramento dos territórios, excursão de etnomapeamento, aquisição equipamentos eletrônicos e maquinário, instalação de internet em TIs e construção de casa de vigilância e barracões para armazenamento de castanha.

2. Lógica da Intervenção

No Quadro Lógico do Fundo Amazônia, o projeto encontra-se inserido nas componentes Produção Sustentável (1) e Ordenamento Territorial (3). (Figura 1)

Figura 1: Árvore de objetivos do projeto *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas* (IEB)



* TIs no Rio Purus: Apurinã Km 124 BR 317, Boca do Acre, Água Preta/Inari, Caititu; TIs no Rio Madeira: Ipixuna, Jiahui, Nove de Janeiro e Igarapé Preto.

** Todas as TIs mencionadas acima, exceto a TI Igarapé Preto.

Fonte: Termo de Referência da Avaliação temática de efetividade de projetos voltados a povos indígenas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES (2023)

3. Metodologia

A metodologia para a avaliação deste projeto teve como elemento norteador o conjunto de critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), já descritos no item 4 do relatório da avaliação temática de projetos indígenas.

Visando obter informações e responder às perguntas avaliativas, procedeu-se a análise dos documentos apresentados à consultoria. Foram realizadas reuniões *online* com a participação de representantes da executora – Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) – e visita numa missão de campo realizada no período de 05 a 06 de abril de 2024.

Na missão foi feita uma reunião na sede do IEB, em Humaitá (AM), com a participação da equipe técnica responsável pela implementação e representantes das oito TIs apoiadas pelo projeto. Cerca de 30 pessoas participaram dessa discussão. Além da reunião, realizou-se uma visita de campo à TI Jiahui, que contou com a presença de beneficiários do projeto, muitos dos quais são atualmente agentes agroflorestais indígenas, além de lideranças locais e a presidente da associação local. (Figura 2)

Figura 2: Visita de campo à TI Jiahui – Amazonas

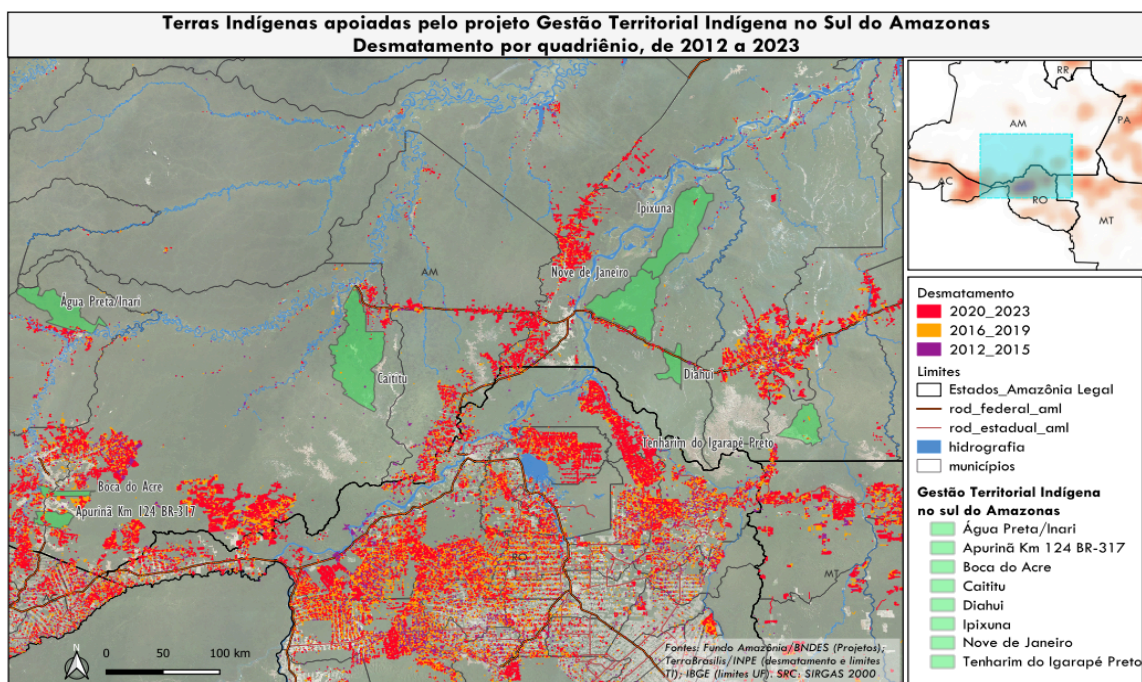


Fonte: Imagem realizada pelos consultores na visita de campo (2024).

4. Avaliação dos Resultados

O projeto *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas* foi implementado em uma área com forte pressão do desmatamento, da mineração e do aumento da fronteira agrícola. Nessa região, tem sido crescente os casos de grilagem de terras e desmatamento ilegal. Há ainda, a pressão do desmatamento e da criminalidade ambiental organizada em áreas até então mais preservadas de floresta.⁵⁵ (Figura 3)

Figura 3: TIs apoiadas pelo projeto x desmatamento por quadriênio, de 2012 a 2023



Fonte: Elaborado pelos consultores (2024)

55. WAISBICH, L. T.; HUSEK, T.; SANTOS, V. **Territórios e caminhos do crime ambiental na Amazônia brasileira: da floresta às demais cidades do país**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé Rio, 2022.

A TI Apurinã, localizada próxima à tríplice fronteira Amazonas-Acre-Roraima, enfrentou oscilações no desmatamento tanto no período que antecede o projeto quanto pós-implementação. Em 2012, 2016, 2019 e 2021 observou-se mais de 2 km² de corte raso de florestas, sendo que, em 2019, atingiu quase 6 km². A TI sofre forte influência da BR-319, que, apesar de precária, é utilizada como via de acesso para a expansão agropecuária desordenada e por grileiros na região dos municípios de Boca do Acre e Lábrea. As condições de acesso à região também dificultam e tornam mais complexa a tarefa dos órgãos de fiscalização. Ainda assim, em 2023, houve uma significativa redução do desmatamento, que caiu para 0,16 km², o menor incremento anual nos 12 anos analisados.

A TI Boca do Acre é influenciada pelos mesmos fatores da TI Apurinã, mas tem sido melhor protegida, como observa-se pelos baixos incrementos de desmatamento antes de 2016. Os principais picos ocorreram em 2019 e 2022, com 1,58 e 0,93 km² desmatados. Similar ao cenário da TI Apurinã, a TI Boca do Acre também viu o desmatamento ser reduzido bruscamente em 2023.

A TI Água Preta/Inari, inserida no município de Pauini, vinha de incrementos muito baixos no desmatamento até 2016, mas passou a ter pequenas oscilações até 2019, até que, em 2020 e 2021, teve picos de 0,54 e 0,78 km² respectivamente. O município de Pauini tem sofrido forte pressão da expansão agropecuária, mineração ilegal e grilagem. A proximidade da TI Água Preta com os rios Pauini e Purus é um dos fatores que facilitam as invasões e o escoamento de produtos ilegais extraídos nas imediações.

A TI Caititu, inserida no município de Lábrea, teve seu pico de desmatamento em 2012 (considerando os últimos 12 anos), superando os 1 km². Após este período viu-se o corte raso da floresta quase zerar, até que, em 2017, houve uma nova onda de desmatamento, chegando a 0,88 km². Em 2018 e 2019, não houve desmatamento e, entre 2020 e 2022, novas oscilações, com entre 0,3 e 0,4 km² desmatados, principalmente na parte norte da TI, próximo a zona urbana de Lábrea e da BR-230.

A TI Tenharim do Igarapé Preto, localizada na parte sul de Novo Aripuanã, está próxima de algumas áreas sob pressão, como Manicoré e a fronteira com Mato Grosso. Entretanto, a TI está inserida num mosaico de áreas protegidas que incluem o Parque Nacional dos Campos Amazônicos e o Parque Estadual Tucumã, por exemplo. É provável que, por isso, a TI não tenha sido tão afetada pelo desmatamento no período analisado. Entre 2012 e 2016, não chegou a 10 hectares, tendo os valores mais altos em 2016 e 2018, com 0,26 e 0,44 km² desmatados. Em seguida, o desmatamento voltou a cair para abaixo de 0,1 km², chegando a zero em 2023.

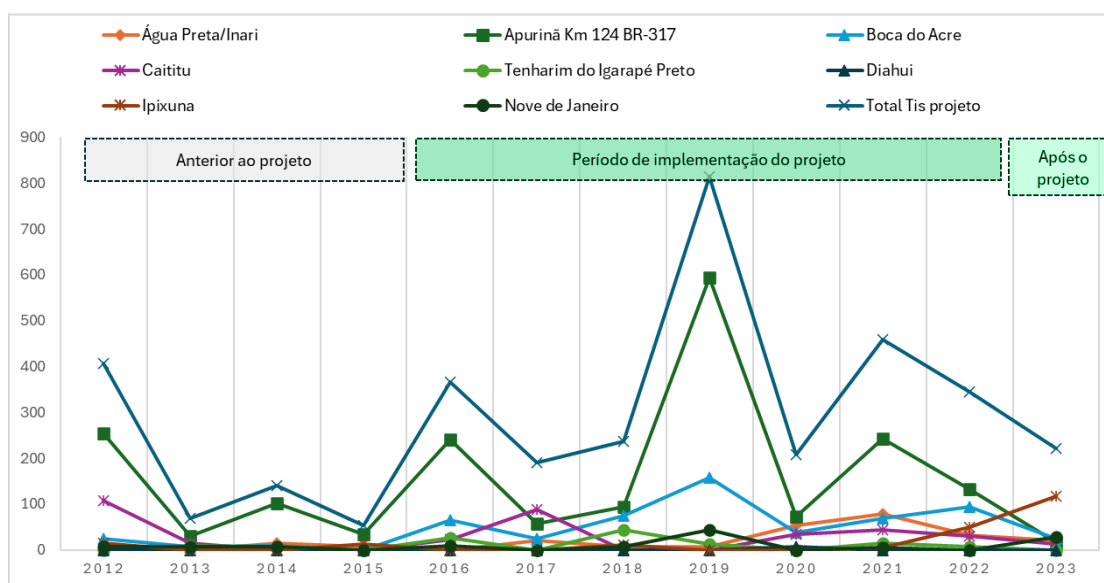
A TI Diahui, localizada na parte centro-sul do município de Humaitá, apesar de ser cortada ao norte pela rodovia BR-230, praticamente não sofreu desmatamento entre 2012 e 2023. O único ano em que houve registro foi em 2020, ainda assim com apenas 0,07 km² desmatados. No entanto, não foi confirmada uma tendência de aumento, sendo que nos anos seguintes o incremento foi novamente nulo.

A TI Ipixuna, localizada na parte norte de Humaitá é cortada pelo Rio Ipixuna, e está a poucos quilômetros a leste do Rio Madeira. Historicamente esta terra não sofre intensas pressões e o incremento do desmatamento é pouco significativo, próximo de zero, na maioria dos anos avaliados. As exceções são os anos mais recentes, sendo em 2022, com 0,49 km² e em 2023 o maior valor da série, com 1,18 km². Este desmatamento recente é observado principalmente na parte norte da TI e em alguns trechos centrais próximos do rio Ipixuna.

A TI Nove de Janeiro, localizada na parte sul de Humaitá e faz parte do mosaico de terras que incluem a TI Ipixuna, a Diahui, a Tenharim Marmelos, entre outras. No entanto em sua parte sul a TI está muito próxima da BR-230, o que gera alguma pressão, em especial no que tange a exploração madeireira. Entretanto, o desmatamento no interior da TI tem sido relativamente baixo ao longo dos 12 anos analisados, embora mais alto do que nas terras Ipixuna e Diahui. Ao longo destes anos o desmatamento oscilou entre 0 e 0,1 km². Os anos fora da curva foram 2019, com 0,49 km² e 2023, com 0,28 km². O ano de 2019 foi aquele em que houve aumento generalizado do desmatamento em Terras indígenas, já 2023, apesar de uma redução generalizada, a TI Nove de Janeiro sofreu com o mesmo contexto de alta que a vizinha TI Ipixuna.

O Gráfico 1 apresenta a evolução do desmatamento nas TIs atendidas pelo projeto *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas* de 2012 a 2023.

Gráfico 1: Desmatamento anual nas TIs do projeto *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas*.



Fonte: Elaborado pelos consultores (2024).

Considerando a soma do desmatamento nas 8 TI do projeto, a média do desmatamento no período de implementação do projeto foi 124% superior aos 4 anos anteriores, enquanto no conjunto das TI da Amazonia, o aumento foi de 174% no mesmo período. A redução do desmatamento após a implementação do projeto foi menos significativa nas 8 TI apoiadas, redução de 41%, contra 56% no conjunto das TI da Amazonia. Isto se deve exclusivamente ao aumento do desmatamento na TI Ipixuna, que registrou um incremento de 1,2 km² em 2023, um aumento de 1152% comparado à média de 2016 a 2022, de apenas 0,09 km². Apesar do valor percentual impressionante, este desmatamento de cerca de 1 km² ainda é considerado de baixa intensidade. As variações percentuais mais significativas costumam ser observadas em casos em que o desmatamento era próximo de zero, já que qualquer incremento gera uma diferença significativa, como neste caso.

Tabela 1: Variação do desmatamento médio km² entre períodos – Comparação com TIs da Amazônia Legal

Terras Indígenas	Média 2012_2015	Média 2016_2022	Var (%)	2023	Var (%)
Tis Projeto Gestão TI Sul do Amazonas	1,67	3,75	↑ 124%	2,21	↓ -41%
Todas TIs da Amazônia Legal	10,9	29,8	↑ 174%	13,2	↓ -56%

Fonte: Elaborado pelos consultores (2024)

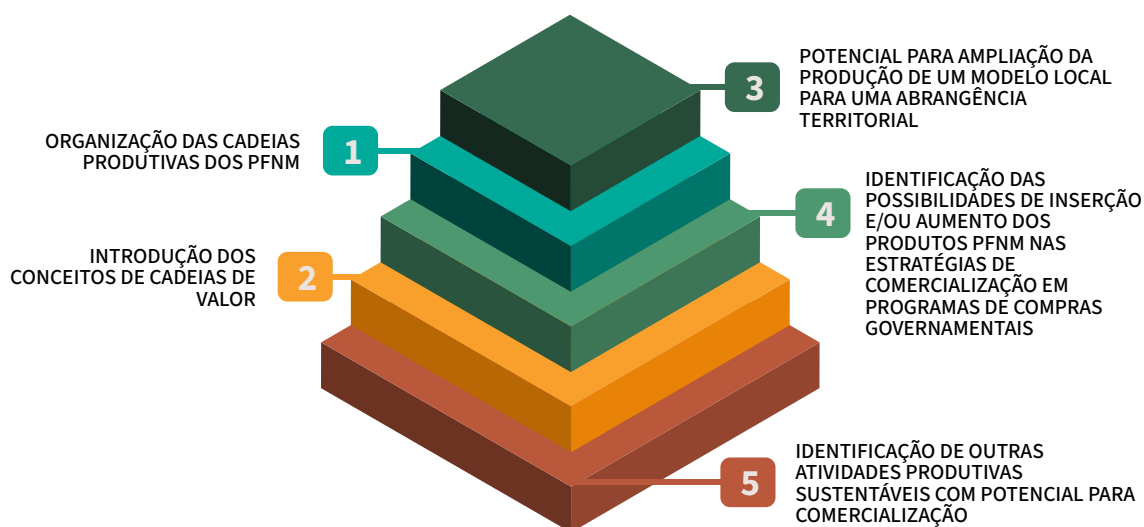
4.1. Componente 1 - Produção sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica TIs das bacias dos Rios Purus e Madeira

A Componente 1 está focada na produção sustentável e se destaca pela promoção de atividades que preservam a floresta em pé e demonstram atratividade econômica, especialmente nas TIs das bacias dos Rios Purus e Madeira. Esses esforços criaram um cenário no qual práticas produtivas sustentáveis emergiram como alternativas viáveis e competitivas, com a valorização dos conhecimentos tradicionais e estabelecendo bases para uma estratégia que pode fortalecer a conservação da Amazônia e apoiar as economias locais.

Foram realizados diagnósticos detalhados do potencial de produção agroextrativista nas TIs que são beneficiárias do projeto. Esses diagnósticos foram essenciais para identificar e organizar a produção local de forma mais estruturada, abrangendo o mapeamento da produção de castanha e açaí. Além disso, foi conduzida uma pesquisa de mercado para esses produtos, o que permitiu a elaboração de estratégias de comercialização mais eficazes e adaptadas às necessidades do mercado.

Os principais impactos gerados a partir da elaboração do diagnóstico do potencial de produção agroextrativista estão descritos na Figura 4

Figura 4: Impacto na elaboração do diagnóstico da produção agroextrativista nas TIs beneficiárias.



Fonte: Elaborado pelos consultores (2024)

Com base nos resultados obtidos no projeto apoiado pelo Fundo Amazônia que está sendo analisado, foi desenvolvido um novo projeto focado no fortalecimento das cadeias de valor e na ampliação da escala de produção territorial. Esse novo projeto visa promover a geração de renda nas comunidades indígenas através da comercialização de produtos agroextrativistas e será apresentado em editais específicos que apoiam atividades produtivas sustentáveis em TIs. Essa abordagem busca garantir a sustentabilidade e a continuidade das atividades que foram iniciadas no âmbito do projeto *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas*.

A realização de uma atividade como essa tem relevância, pois diagnóstico e pesquisa de mercado estão diretamente ligados às necessidades das comunidades locais e às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à inclusão produtiva das TIs. O diagnóstico respondeu a uma demanda por organização e estruturação social da produção agroextrativista para o fortalecimento da economia local e a sustentabilidade das TIs. Dessa forma, o projeto mostrou-se pertinente ao atender diretamente as demandas dos povos indígenas por maior autonomia econômica e gestão sustentável de recursos naturais. Além disso, a realização de um mapeamento como o da produção de castanha e de outros produtos florestais não madeireiros (PFNM) foi realizado de forma a maximizar a relação custo-benefício, promovendo uma estrutura de produção mais eficiente.

No que se refere à ATER indígena, as ações foram implementadas para fortalecer a produção sustentável e melhorar a segurança alimentar nas comunidades indígenas. Essas iniciativas também alinham o projeto às políticas públicas voltadas para a promoção da agroecologia, produção orgânica e agricultura familiar, promovendo um modelo de desenvolvimento rural mais justo, inclusivo e sustentável. Inicialmente, o projeto previa a realização de 84 visitas de ATER. No entanto, superando as expectativas, foram realizadas 100 visitas, demonstrando um compromisso robusto com o apoio técnico contínuo às comunidades.

A atividade de implantação de infraestrutura para o artesanato teve como objetivo promover a produção sustentável e o beneficiamento de produtos artesanais, valorizando a cultura e o conhecimento tradicional nas TIs Apurinã e Boca do Acre. Para atingir esse objetivo, foram adquiridos kits de beneficiamento do artesanato, que incluíam ferramentas e equipamentos necessários para o processamento e valorização dos produtos artesanais.

Os impactos diretos dessas ações podem ser observados no aumento da produção artesanal e na renda gerada. Inicialmente, a meta era produzir até 800 peças artesanais e alcançar uma renda de R\$ 8.000,00. No final, o resultado foi de R\$ 4.250,00, sem especificação do volume de produção atingido. Após o término formal do projeto, houve continuidade das atividades e, em março de 2024, o volume total de vendas alcançou R\$ 9.250,00, superando a meta. Isso demonstra crescimento significativo da produção e um impacto econômico sustentável mesmo após o término do projeto.

A implantação de estruturas para o beneficiamento dos produtos artesanais também se destacou. A meta era implantar 18 estruturas, mas, ao final, foram implantadas 41 estruturas, superando amplamente a meta. Esse resultado indica um fortalecimento significativo da capacidade local para a produção e beneficiamento.

Essas ações combinadas – diagnóstico do potencial de produção, pesquisa de mercado e prestação de ATER especializada –, juntamente com a instalação de infraestrutura adequada, contribuem para um manejo sustentável dos recursos naturais e fortalecem a capacidade das comunidades indígenas de gerirem seus recursos de forma autônoma e sustentável.

Experiência de SAFs e recuperação de áreas degradadas

O projeto também contribuiu para a recuperação de áreas degradadas, utilizando como estratégia principal o desenvolvimento de capacidades em Sistemas Agroflorestais (SAFs). Como resultado dessa iniciativa, foram restaurados 63,05 hectares. Além disso, foram treinados 109 indígenas – superando a meta de 40 – em técnicas de recuperação de áreas degradadas, gestão de recursos hídricos e SAFs.

As ações do projeto também visavam cumprir o objetivo de “recuperar e utilizar áreas desmatadas e degradadas para fins econômicos e de conservação ecológica nas TIs”. Nesse contexto, foram implantados bancos de sementes, viveiros de mudas e quintais agroflorestais, além de recuperadas áreas degradadas utilizando espécies nativas não-madeireiras. A implementação dessas estratégias enfrentou o desafio da pandemia, o que levou ao uso de ferramentas digitais, como videochamadas, para manter orientações e comunicação com as comunidades.

Uma das técnicas implementadas foi o armazenamento de sementes em garrafas PET, que foi adaptada às condições locais para conservar as sementes de maneira eficaz e evitar sua deterioração, metodologia que foi rapidamente adotada pelas comunidades. A criação de viveiros de mudas surgiu como uma iniciativa local, incentivada pelo interesse das comunidades em utilizar as sementes armazenadas para produzir suas próprias mudas, diminuindo a necessidade de compras e possibilitando a reposição de espécies perdidas. Esses viveiros permitiram a produção de mudas de espécies nativas e frutíferas, essenciais para a recuperação de áreas e o estabelecimento de novos SAFs.

A partir dessa iniciativa, foram implementados quintais agroflorestais utilizando técnicas baseadas em SAFs, combinando cultivos de curto, médio e longo prazo, o que proporcionou diversificação produtiva e uma gestão integrada dos recursos naturais. As mulheres desempenharam papel crucial na criação dos viveiros de mudas e na implementação dos SAFs, evidenciando a importância da inclusão de gênero nas atividades do projeto. A combinação dessas estratégias resultou em uma recuperação significativa de áreas degradadas, aumento da segurança alimentar e geração de renda para as famílias, permitindo que as comunidades desenvolvessem e dominassem essas técnicas.

As atividades focadas em capacitações, implementação de SAFs e recuperação de áreas degradadas geraram diversas sinergias que contribuíram para alcançar resultados complementares e atingir metas e indicadores previstos. Essas sinergias emergiram através da colaboração e integração entre diferentes iniciativas, possibilitando um efeito multiplicador dos impactos positivos tais como:

- **Banco de sementes e viveiros:** A criação de um banco de sementes e viveiros de mudas permitiu a produção autossuficiente de plantas necessárias para os SAFs. Esse componente do projeto foi essencial para a sustentabilidade, reduzindo a dependência de compras externas e fortalecendo a capacidade local de manejo e recuperação ambiental. Foram implantados dois viveiros nas TIs atendidas pelo projeto.
- **Capacitação de mão de obra local:** Indígenas foram capacitados na produção e manejo de mudas, promovendo a autonomia das comunidades na gestão dos viveiros. O treinamento incluiu técnicas de plantio, cuidados com as mudas e estratégias para maximizar a taxa de sobrevivência das plantas.

- **Merenda escolar:** A produção dos SAFs fortaleceu o suprimento da merenda escolar, substituindo alimentos industrializados por produtos locais e saudáveis, o que contribuiu para a segurança alimentar dos estudantes nas TIs Ipixuna e Água Preta/Inari. Tinha ainda por objetivo expandir a compra desses produtos na política de alimentação escolar do município.
- **Geração de renda:** A comercialização dos produtos dos SAFs gerou renda para as famílias.
- **Fortalecimento da gestão territorial:** O projeto trouxe uma nova visibilidade à gestão territorial indígena na região, uma área que havia sido invisível por mais de uma década. Através das atividades implementadas, as comunidades indígenas não apenas ganharam maior reconhecimento, mas também fortaleceram significativamente seu poder de decisão sobre seus territórios. Essa visibilidade reforçou a legitimidade das práticas tradicionais de manejo e conservação, promovendo uma gestão territorial mais inclusiva e sustentável.
- **Sustentabilidade e continuidade:** A criação de um sistema de produção autossuficiente, o fortalecimento das capacidades locais e a integração com políticas públicas – a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – possibilita que os impactos do projeto sejam duradouros e sustentáveis.
- **Inclusão de gênero:** O projeto destacou-se pela inclusão significativa de mulheres em todas as etapas, desde a formação até a implementação dos SAFs. O projeto de formação de agentes ambientais no Sul do Amazonas teve um impacto significativo na promoção da igualdade de gênero e no fortalecimento das estratégias comunitárias. Um dos destaques foi a turma de agentes ambientais na região do Madeira, que contou com uma participação expressiva de mulheres indígenas, constituindo quase metade dos participantes. A formação de agentes ambientais e a interação com as organizações locais resultaram na criação de dois novos departamentos: o Departamento de Juventude e o Departamento das Mulheres.

O Departamento das Mulheres, em particular, reflete o fortalecimento das estratégias de gênero no projeto, oferecendo um espaço dedicado para abordar as preocupações e necessidades das mulheres nas comunidades. Essa estrutura permite uma abordagem mais focada para tratar dos desafios enfrentados pelas mulheres e promover sua participação ativa em todas as atividades comunitárias. A escolha das mulheres para a participação na formação de agentes ambientais foi feita pelas próprias associações locais, evidenciando um movimento orgânico de inclusão e valorização do papel feminino nas decisões comunitárias.

A formação e o empoderamento das mulheres resultaram em um impacto positivo nas comunidades, fortalecendo as estratégias de gestão integrada dos recursos naturais e promovendo maior autonomia e liderança feminina. Também foi constituída a “Rede Entre Parentas”⁵⁶, uma iniciativa focada na capacitação e empoderamento das mulheres indígenas, promovendo sua participação ativa na gestão territorial, na produção sustentável e na implementação de práticas adaptativas às mudanças climáticas.

56. A Rede Entre Parentas é uma iniciativa voltada para o empoderamento das mulheres indígenas, especialmente no sul do Amazonas. Através de formações contínuas, apoiadas pelo projeto, essas mulheres foram capacitadas como pesquisadoras para monitorar os efeitos das mudanças climáticas em seus territórios e desenvolver soluções para enfrentar esses impactos. A rede não apenas promove a inclusão de gênero, mas também fortalece a gestão territorial indígena, com as mulheres assumindo papéis de liderança e contribuindo ativamente para a sustentabilidade e resiliência de suas comunidades. A força e a participação dessas mulheres transformaram institucionalmente a abordagem dos projetos, garantindo um foco aprofundado e contínuo na equidade de gênero e na valorização dos saberes tradicionais.

O projeto no sul do Amazonas demonstrou, de maneira exemplar, como a implementação de SAFs pode servir como uma poderosa ferramenta para a recuperação de áreas degradadas, integrando práticas de restauração ambiental com objetivos sociais, econômicos e culturais. A abordagem holística do projeto não apenas recuperou a capacidade produtiva das terras, mas também promoveu uma série de benefícios adicionais, como a segurança alimentar, a geração de renda e o fortalecimento da gestão territorial pelas comunidades indígenas.

Essa experiência evidencia que a recuperação de áreas degradadas, quando associada a técnicas agroecológicas e ao fortalecimento das capacidades locais, pode gerar resultados sustentáveis e multiplicadores (Figura 5). Ao valorizar as práticas tradicionais de manejo e integrar conhecimentos locais com técnicas modernas, o projeto criou uma base sólida para a continuidade e expansão dessas iniciativas. Portanto, a implementação de SAFs se apresenta como uma solução viável para desafios ambientais e como vetor de desenvolvimento comunitário e de resiliência frente às mudanças climáticas, promovendo um modelo de gestão sustentável que pode ser replicado em outras regiões e contextos.

Figura 5: Experiência de recuperação de áreas com implementação de SAFs



Fonte: Imagens realizadas pelos consultores nas visitas de campo (2024)

4.2. Componente 3 – Ordenamento Territorial em TIs das bacias dos Rios Purus e Madeira com gestão territorial e ambiental consolidadas

No âmbito da Componente 3, o projeto visa oferecer um conjunto de atividades voltadas para a proteção territorial eficaz nas sete TIs das bacias dos rios Purus e Madeira, incluindo especificamente a TI Igarapé Preto com ênfase na elaboração do seu PGTA.

A implementação de sistemas de proteção e monitoramento, no âmbito do projeto, foi uma intervenção importante para a preservação das TIs beneficiárias. Os agentes ambientais formados e capacitados pelo projeto desempenharam um papel central, atuando diretamente nas TIs, executando atividades de vigilância, fiscalização e mobilização comunitária. Desde o início, o projeto teve uma abordagem integrada, combinando monitoramento ambiental, vigilância e proteção territorial com um conjunto de atividades produtivas.

Na parte de apoio a infraestrutura, foram adquiridos voadeiras, barcos, motores, geradores, GPS (Sistema de Posicionamento Global em inglês, *Global Positioning System*) e kits de vigilância. Tais

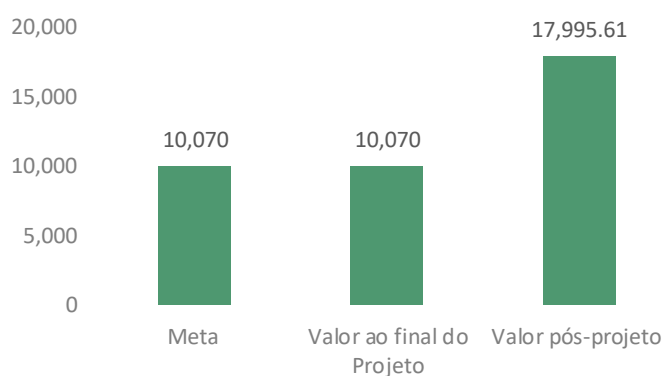
insumos foram fundamentais para a execução das atividades de monitoramento e proteção territorial. As ferramentas tecnológicas e a capacitação em Sistemas de Informações Geográficas (SIG) permitiram um monitoramento preciso e eficaz, com a geração de relatórios georreferenciados que subsidiaram as ações das associações indígenas junto aos órgãos governamentais.

O projeto promoveu o fortalecimento das capacidades dos agentes ambientais através da capacitação em diversas tecnologias, incluindo o uso de GPS, aplicativos móveis e drones. Essas ferramentas tecnológicas permitiram um monitoramento eficaz da produção e uma vigilância territorial mais ampla, resultando na formulação de denúncias e relatórios georreferenciados que aumentaram a presença política das associações locais. Esse desenvolvimento foi fundamental para a proteção dos territórios indígenas, capacitando as próprias comunidades a percorrerem suas terras e identificarem áreas vulneráveis ao desmatamento e invasão. As informações coletadas no local forneceram dados precisos que embasaram ações políticas, permitindo que denúncias qualificadas fossem encaminhadas às autoridades competentes.

As expedições de vigilância realizadas pelos agentes também promoveram a interação e a troca de conhecimentos entre diferentes gerações, envolvendo tanto jovens quanto anciões. Essa troca intergeracional foi fundamental para o fortalecimento das ações de proteção ambiental, com os anciões compartilhando suas histórias e saberes sobre os territórios e lugares sagrados, enquanto os jovens trouxeram novas perspectivas e energia para as atividades. Durante a pandemia de covid-19, a autonomia e a capacitação desses agentes se mostraram ainda mais essenciais, permitindo a continuidade das atividades de monitoramento e garantindo a segurança das comunidades.

Os resultados alcançados pelo projeto foram significativos, superando as metas estabelecidas. O Gráfico 2, que descreve a extensão das TIs do sul do Amazonas sob proteção e vigilância comunitária em hectares, demonstra que, após a finalização do projeto, houve um aumento de 78,7% na área monitorada.

Gráfico 2: Extensão das TIs do Sul do Amazonas sob proteção e vigilância comunitária (ha)



Fonte: Elaboração própria dos consultores a partir de dados coletados no Relatório de Avaliação de Efetividade (2024).

Na visita de campo realizada, foi identificado que os resultados gerados pelo projeto se encontram em nova fase, na qual o foco é organizar as informações e promover a governança em rede pelas associações indígenas. Estão sendo criadas condições para uma proteção territorial integrada e eficaz no Sul do Amazonas. Esse processo de governança coletiva é passo concreto para assegurar a proteção contínua e sustentável dos territórios indígenas.

A infraestrutura e as capacitações realizadas durante o projeto proporcionaram uma base sólida para que as associações indígenas possam exercer um papel ativo e autônomo na proteção de seus territórios. Um impacto identificado é que, a partir das capacitações em ferramentas tecnológicas, um dos beneficiários do projeto se tornou formador e capacitador em técnicas e métodos de monitoramento para outros projetos e organizações indígenas e hoje tem apoiado diversas organizações em estratégias de vigilância territorial.

Apesar dos avanços obtidos com o apoio do Fundo Amazônia, essa região ainda enfrenta intensa pressão do desmatamento. Isso ocorre, em parte, com a tentativa de implementação de políticas voltadas para a criação de uma nova fronteira agrícola conhecida como AMACRO⁵⁷, que tem intensificado os desafios para a conservação ambiental e a defesa dos territórios indígenas.

O PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto representa um marco significativo no fortalecimento da gestão territorial e ambiental pelos povos indígenas. O processo de elaboração envolveu a formação de pesquisadores indígenas que, além de mapear e documentar os recursos naturais e culturais, também adquiriram habilidades técnicas que fortalecem a autossuficiência da comunidade.

O PGTA aborda várias dimensões críticas, incluindo a preservação cultural, segurança alimentar, manejo sustentável dos recursos naturais e a proteção do território contra pressões externas, como o agronegócio e empreendimentos de grande escala. Esse enfoque integrado promove a sustentabilidade ambiental ao mesmo tempo em que assegura a continuidade das práticas culturais e a melhoria das condições socioeconômicas da comunidade.

Politicamente, o PGTA elaborado serve como uma ferramenta para a defesa dos direitos territoriais e ambientais dos Tenharim. Ele oferece um plano de ação concreto para enfrentar as ameaças socioambientais e as pressões econômicas, assegurando que as decisões sobre o uso do território sejam orientadas pelos próprios indígenas. Além disso, o PGTA fortalece a capacidade da comunidade de negociar e influenciar políticas públicas, ao mesmo tempo que promove a coesão social e o fortalecimento institucional dentro da comunidade Tenharim.

Essa abordagem permite que os Tenharim afirmem sua soberania e autonomia sobre suas terras, garantindo que o manejo dos recursos naturais e a preservação cultural sejam conduzidos de acordo com suas tradições e necessidades, ao mesmo tempo que se adaptam às novas realidades e desafios ambientais e sociais.

5. Gestão e Monitoramento

A experiência com a gestão de projetos e o monitoramento das ações foi marcada por uma abordagem sistemática e participativa. Desde o início, foi adotado um monitoramento contínuo que envolveu diversas partes interessadas, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), organizações indígenas parceiras e outras entidades envolvidas na execução das atividades. Essa abordagem participativa permitiu uma avaliação constante das ações, garantindo que o projeto permanecesse alinhado com os objetivos traçados e possibilitando ajustes conforme necessário.

Uma das estratégias que se destacou foi a realização de planejamentos conjuntos semestrais, somados às reuniões regulares de avaliação e monitoramento. Essas reuniões proporcionaram

57. AMACRO – termo que se refere a tríplice divisa entre Amazonas, Acre e Rondônia

um espaço importante para discutir o progresso das atividades, identificar desafios e oportunidades e ajustar os planos de ação. Essa prática colaborativa permitiu uma gestão eficiente dos recursos disponíveis e assegurou que as atividades estivessem sempre alinhadas com as metas estabelecidas pelo projeto.

No entanto, apesar dos resultados positivos alcançados com o monitoramento sistemático, essa prática também apresentou desafios significativos, especialmente em termos de custos e da energia requerida pela equipe para manter um acompanhamento tão rigoroso. A execução dessas estratégias de monitoramento demandou recursos financeiros e humanos consideráveis, o que tornou difícil replicar a mesma metodologia em outros projetos. Ainda assim, esse processo foi reconhecido como um dos elementos-chave para o sucesso do planejamento em rede e para a gestão integrada das atividades, contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos do projeto.

A colaboração estreita entre o IEB, Funai e outras organizações parceiras permitiu um alinhamento estratégico e operacional mais eficaz, fortalecendo a capacidade de monitorar o território e implementar ações adaptativas conforme necessário. Essa aliança estratégica reforçou a importância de uma abordagem colaborativa e integrada para a gestão de projetos em contextos complexos.

6. Conclusão

O projeto *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas* alcançou resultados significativos no fortalecimento da gestão territorial das TIs apoiadas, promovendo a sustentabilidade ambiental e melhorando a qualidade de vida das populações indígenas locais. Durante o período de execução, o projeto realizou capacitações em práticas sustentáveis e criou uma rede colaborativa entre diferentes organizações indígenas. Essas iniciativas foram fundamentais para consolidar práticas de manejo sustentável, proteger as TIs contra desmatamento e invasões e fortalecer a autonomia das comunidades indígenas.

Entre os avanços principais, destacam-se a promoção de SAFs e a recuperação de áreas degradadas como estratégias centrais, que resultaram na restauração de 6.305 hectares e na capacitação de 109 indígenas. A comercialização dos produtos provenientes dos SAFs também contribuiu para a geração de renda e a segurança alimentar das comunidades, evidenciando a atratividade econômica das atividades sustentáveis.

O projeto promoveu o fortalecimento das capacidades locais, com destaque para a inclusão significativa de mulheres em todas as etapas das atividades, desde a formação até a implementação dos SAFs. A criação de departamentos de juventude e de mulheres dentro das organizações indígenas refletiu um avanço importante na promoção da igualdade de gênero e no fortalecimento das estratégias comunitárias.

No tocante à proteção territorial, o uso de tecnologias como drones, GPS e aplicativos móveis para monitoramento e vigilância territorial permitiu um aumento de 787% na área monitorada pelas comunidades indígenas, fortalecendo a proteção das TIs e a capacidade de resposta a ameaças ambientais.

Apesar dos avanços, o projeto enfrentou desafios como as pressões externas. A intensificação das atividades de desmatamento e grilagem, especialmente em áreas próximas às fronteiras agrícolas

e vias de acesso, como a BR-319, representou um desafio contínuo para a preservação das TIs. Além disso a pressão dos produtores do agronegócio na região que compreende a AMACRO.

Aplicando os critérios da OCDE tem-se o seguinte quadro avaliativo para o projeto *Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas*.

CRITÉRIOS	RESULTADOS
Relevância	Alinhamento com necessidades locais: o projeto foi altamente relevante, pois atendeu diretamente às necessidades das comunidades indígenas por maior autonomia na gestão territorial e no uso sustentável dos recursos naturais. As capacitações em SAFs e a recuperação de áreas degradadas atenderam à demanda por práticas produtivas sustentáveis. O projeto também foi relevante no contexto das políticas públicas, alinhando-se a PNGATI e contribuindo para a preservação das TIs em consonância com a política nacional de conservação ambiental.
Eficácia	O projeto demonstrou eficácia ao superar diversas metas estabelecidas, como a implantação de 41 estruturas para beneficiamento de produtos artesanais (superando a meta inicial de 18) e a capacitação de 109 indígenas em práticas de SAFs (acima da meta inicial de 40) A ampliação do número de organizações parceiras não apenas consolidou as parcerias locais, mas também potencializou a eficácia das ações de proteção territorial, promovendo uma gestão integrada e sustentável dos recursos naturais.
Eficiência	O projeto utilizou recursos de maneira eficiente, conforme evidenciado pela superação das metas de capacitação e infraestrutura, sem exceder o orçamento total disponível. A utilização de ferramentas tecnológicas acessíveis, como drones e GPS para monitoramento territorial, demonstrou um uso otimizado dos recursos para alcançar os objetivos de vigilância e proteção
Impacto	O projeto teve um impacto positivo significativo, promovendo a inclusão de gênero e aumento da renda local através da produção sustentável. A criação da Rede Entre Parentas e os departamentos de juventude e de mulheres demonstram impactos duradouros na coesão social e na participação ativa das mulheres na gestão territorial. O projeto conseguiu ampliar a rede de organizações indígenas parceiras de seis para nove, o que evidencia a capacidade do projeto de fortalecer alianças estratégicas e expandir sua atuação para além das expectativas iniciais. A experiência dos agentes agroflorestais indígenas é outro impacto identificado. Esses agentes desempenharam um papel central na vigilância e proteção territorial, utilizando tecnologias avançadas para monitorar e proteger suas terras contra desmatamento e invasões. As expedições de vigilância não apenas reforçaram a segurança dos territórios indígenas, mas também promoveram uma boa troca de conhecimentos, envolvendo jovens na defesa e preservação de seus territórios.
Sustentabilidade	A sustentabilidade do projeto foi fortalecida pela capacitação contínua das comunidades em práticas de SAFs e pelo desenvolvimento de estruturas de governança, como a implementação de PGTAs. A continuidade das atividades, como a manutenção dos SAFs e a produção artesanal, após o término do apoio formal, indica que as comunidades adquiriram autonomia e capacidade para sustentar os benefícios alcançados. A integração com políticas públicas, como o PNAE, e o fortalecimento das capacidades locais são fatores que contribuem para a sustentabilidade de longo prazo das ações implementadas.

7. Lições Aprendidas e Recomendações

As principais lições aprendidas com a implementação do projeto foram:

- 1. Adaptação às regras de financiadores diferentes:** A implementação do projeto demonstrou a importância de adaptar-se às regras e exigências de diferentes financiadores. Isso foi particularmente desafiador para a equipe, acostumada com outros projetos da cooperação internacional, mas também proporcionou um aprendizado valioso sobre a gestão de projetos com novos parâmetros e expectativas.
- 2. Fortalecimento da relação direta com os territórios indígenas:** O projeto permitiu estabelecer uma conexão mais direta com os territórios indígenas, graças à presença contínua da equipe de campo, incluindo assessores do IEB. Essa presença constante foi fundamental para a implementação efetiva das atividades e para o estabelecimento de uma relação de confiança com as comunidades locais.
- 3. Base para expansão regional e fortalecimento de atividades em Territórios Indígenas:** O projeto foi estruturante para a ampliação da atuação em uma escala regional no sul do Amazonas. Ele serviu como base para fortalecer e expandir as atividades em territórios indígenas, mostrando o potencial de projetos bem-sucedidos para criar um impacto duradouro e sustentável.

Recomendações

Recomendação	Executores	Governos Subnacionais	Fundo Amazônia	Governo Federal	Doadores
Fortalecimento das redes de agentes ambientais indígenas	✓	✓	✓	✓	
Continuidade de chamadas focada na implementação da PNGATI			✓	✓	✓
Promover e apoiar a consolidação de redes de agentes ambientais indígenas, associações de mulheres e comunicadores indígenas para apoiar a proteção territorial, a troca de experiências e o fortalecimento do protagonismo indígena. Projetos que incentivem essas redes a se articularem e colaborarem devem ser incentivados.	✓	✓	✓	✓	✓
Apoio para projetos focados na recuperação de áreas degradadas	✓	✓	✓	✓	✓

Incentivar práticas que fortalecem a resiliência climática e a sustentabilidade a longo prazo é fundamental.		✓	✓	✓	✓
Apoiar projetos com foco em iniciativas que envolvam jovens indígenas na gestão e proteção territorial.	✓	✓	✓	✓	✓

8. Salvaguardas de Cancun (REDD+)

Salvaguarda	Atende	Observação
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes		
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	SIM	Encontra-se em sintonia com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), visto que uma das políticas públicas que norteou a chamada para estes projetos foi a revisão do plano de ação do PPCDAm.
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	SIM	Encontra-se alinhados as seguintes políticas: - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm); - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI); - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); - Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG).
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	SIM	O projeto foi implementado em uma área com forte pressão do desmatamento, da mineração e do aumento da fronteira agrícola. O projeto contribui para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal de forma direta e indireta. De forma direta, se deu por meio da implementação de sistemas agroflorestais (SAFs), restauração de áreas degradadas e capacitações em manejo sustentável de recursos naturais. Indiretamente, ao fortalecer organizações comunitárias e promover práticas sustentáveis que reduzem a pressão sobre as florestas.
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional		
Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	EM PARTE	- Setor Público: Funai. - Comunidades Locais: Associações indígenas das Terras Indígenas (TIs) apoiadas. - Instâncias de Governança Compartilhada: Rede de Agentes Ambientais Indígenas.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	SIM	Implementou um conjunto de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em oito TIs do sul do Amazonas, contemplando 1.095.169 hectares nas TIs Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari, Caititu, Jiahui, Nove de Janeiro, Ipixuna e Tenharim do Igarapé Preto. Além disso, elaborou o PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto na bacia do rio Madeira

3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	SIM	O projeto influenciou os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra ao: - Fortalecer a gestão territorial indígena, garantindo maior autonomia e controle sobre as TIs; - Promover a visibilidade e o reconhecimento da gestão indígena, reforçando a legitimidade dos direitos territoriais; - Apoiar a proteção e vigilância das TIs, ajudando a assegurar a posse e destinação formal da terra contra invasões e grilagem.
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	SIM	- Implementando SAFs e práticas sustentáveis de gestão de recursos naturais; - Capacitando comunidades em técnicas de recuperação de áreas degradadas e manejo de recursos hídricos; - Implementando viveiros de mudas e bancos de sementes para promover a regeneração florestal e a autossuficiência local; e - Promovendo atividades econômicas sustentáveis, como o artesanato e a comercialização de produtos agroextrativistas, que mantêm a floresta em pé.
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	SIM	Os sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais dos povos indígenas foram considerados e respeitados ao: - Integrar conhecimentos tradicionais nas práticas de manejo e recuperação de áreas degradadas; - Promover a valorização cultural através do artesanato e de outras atividades produtivas; e - Incluir a participação ativa de lideranças indígenas e mulheres nas etapas de implementação e gestão dos projetos.
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	SIM	1. Organização Social: ao fortalecer a governança local e a gestão territorial, promovendo maior autonomia e reconhecimento das comunidades. 2. Econômica: através da implementação de SAFs e outras práticas sustentáveis, que geram renda e promovem segurança alimentar. 3. Uso de Espaços e Recursos: em ambos, com a recuperação de áreas degradadas e o uso sustentável de recursos naturais, fortalecendo a resiliência e sustentabilidade ambiental. Esses efeitos interferem de forma mista, promovendo melhorias na gestão e uso sustentável dos recursos.

4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16

De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	SIM	- Realização de consultas prévias antes do início das atividades para assegurar o consentimento informado e a participação dos beneficiários; - Participação ativa com o envolvimento direto das lideranças indígenas e comunitárias no planejamento e implementação das atividades, assegurando que as escolhas refletissem a vontade das comunidades e o - Fortalecimento da governança local, a partir do apoio à criação e ao fortalecimento de instâncias comunitárias e organizações locais para legitimar a representatividade e garantir a continuidade do consentimento ao longo do projeto.
---	------------	---

Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	SIM	Os projetos aplicaram os seguintes instrumentos participativos de planejamento e gestão: • Reuniões comunitárias regulares para discutir o andamento do projeto, identificar necessidades e ajustar as atividades conforme o feedback dos beneficiários. • Expedições de etnomapeamento, como iniciativas realizadas para mapear e documentar o uso tradicional dos territórios, integrando o conhecimento local no planejamento. • Monitoramento participativo, com o envolvimento das comunidades no monitoramento e planejamento das atividades e governança do projeto garantindo que as decisões fossem baseadas na percepção das comunidades.
Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	SIM	Em todo o projeto foram atendidas as salvaguardas.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	SIM	Em todo o processo de implementação, ocorreu uma abordagem participativa com a realização de um monitoramento contínuo envolvendo as organizações indígenas beneficiárias. Foram realizados planejamentos semestrais e reuniões regulares para avaliar progresso, identificar desafios e ajustar planos.
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	SIM	O projeto estabeleceu um sistema de monitoramento contínuo, envolvendo diversas partes interessadas (Funai, organizações indígenas e outras entidades). Os resultados do projeto foram sistematicamente monitorados e discutidos em reuniões regulares de avaliação e planejamento semestral, permitindo ajustes e alinhamento com os objetivos.

5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16⁵⁸ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais

Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	SIM	O projeto contribuiu através da implementação de sistemas de proteção e monitoramento, capacitação de agentes ambientais e fortalecimento da governança territorial indígena. Houve aumento na área monitorada e na redução do desmatamento, além da recuperação de áreas degradadas com o uso de SAFs e outras práticas sustentáveis, promovendo a gestão autônoma e sustentável dos territórios indígenas
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	SIM	Com o projeto, foram restaurados 63,05 hectares de áreas anteriormente degradadas. Além disso, capacitaram 109 indígenas em técnicas de recuperação de áreas degradadas e gestão de recursos naturais
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	SIM	Em todo o projeto, as espécies usadas foram as nativas. O projeto está deixando, nas TIs, viveiros com capacidade para apoiar as TI com muda alimentícias e florestais
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?	EM PARTE	Há espécies com grande potencial de uso econômico, a exemplo da castanha. Para a cadeia desse produto, foi realizado um mapeamento das áreas de produção até a comercialização.

6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+

Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?	SIM	Os fatores que constituem riscos incluem desmatamento ilegal, grilagem de terras e expansão da fronteira agrícola. Os projetos abordaram esses riscos, fortalecendo a governança territorial indígena, capacitando agentes ambientais para monitoramento e vigilância e implementando tecnologias de monitoramento para detectar e reportar invasões, garantindo uma proteção mais eficaz das áreas florestais.
--	------------	---

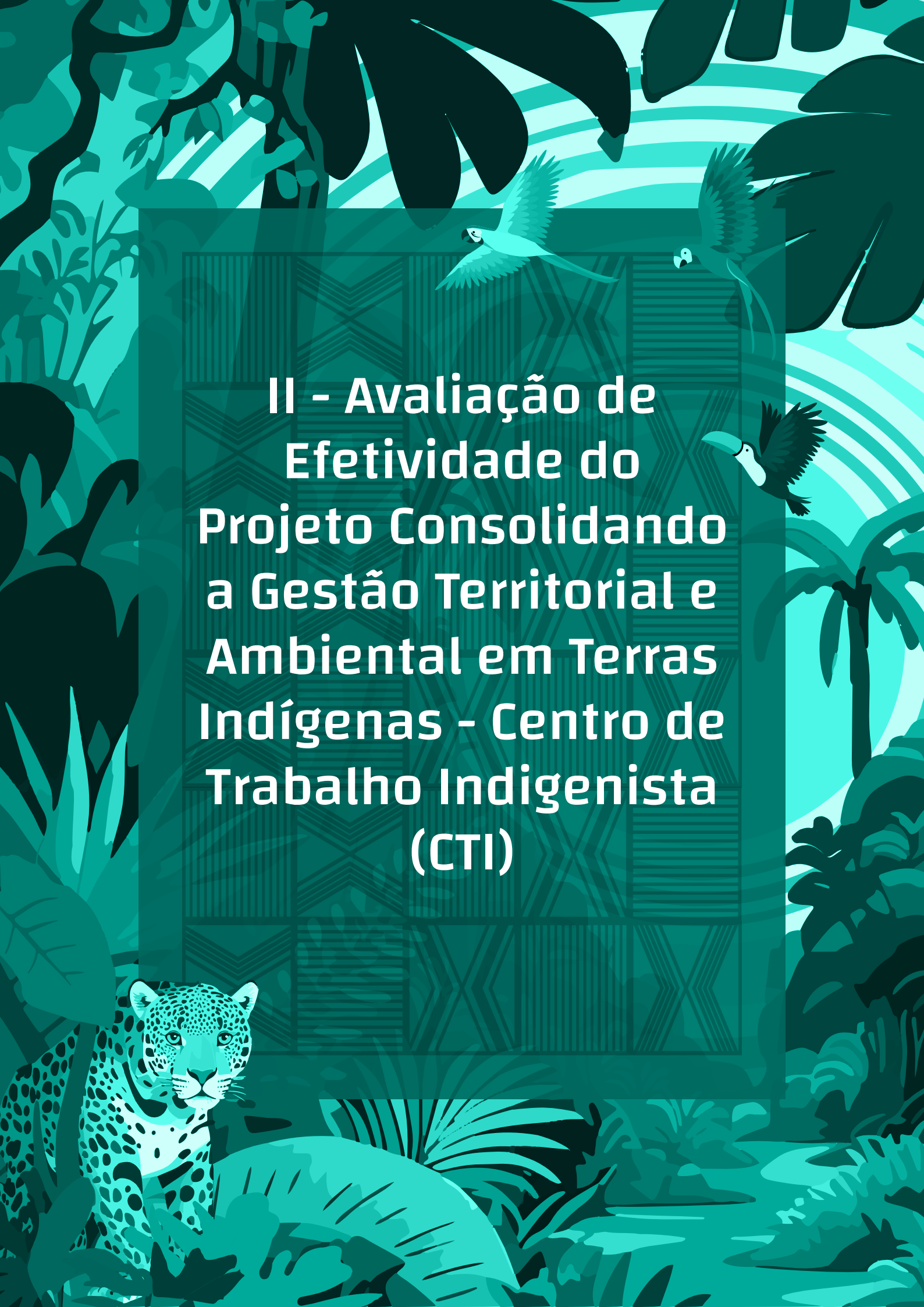
58. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.

7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	NÃO	Não foi identificado a partir das ações do projeto o deslocamento de emissões evitadas para outras áreas.

9. Critérios Transversais

Critérios transversais		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	SIM	Ao mapear e estruturar a cadeia produtiva da castanha e da produção artesanal.
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	SIM	Com a produção artesanal no período de implementação do projeto, gerou-se uma renda de R\$ 8.000,00 e a continuidade das atividades após o término formal do projeto levou a um crescimento significativo, atingindo R\$ 9.250,00 em março de 2024. Esse aumento na renda demonstra que os projetos proporcionaram oportunidades econômicas sustentáveis, incentivando o uso de recursos naturais de forma responsável, promovendo inclusão social e melhorando as condições de vida nas comunidades atendidas. Além disso, tem duas atividades que poderão continuar a gerar renda as comunidades: a castanha e a produção dos SAFs.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	SIM	Foi realizado um inventário sobre produtos da sociobiodiversidade, assim como o fortalecimento e estruturação de cadeia produtiva destes produtos.
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	SIM	O projeto trouxe resultados e impactos significativos nas questões de gênero ao incluir ativamente as mulheres em todas as etapas das atividades, desde a produção artesanal até a implementação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs). As mulheres desempenharam um papel crucial na criação de viveiros de mudas e na gestão dos SAFs, promovendo sua participação econômica e social. Essa inclusão resultou na formação da Rede Entre Parentas, uma iniciativa voltada para a capacitação e empoderamento das mulheres indígenas, fortalecendo sua atuação na gestão territorial e no uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo para a igualdade de gênero e a melhoria das condições de vida nas comunidades.
	Como os projetos contribuiu para a equidade de gênero?	SIM	O projeto trouxe resultados e impactos significativos nas questões de gênero ao incluir ativamente as mulheres em todas as etapas das atividades, desde a produção artesanal até a implementação dos SAFs. As mulheres desempenharam um papel crucial na criação de viveiros de mudas e na gestão dos SAFs, promovendo sua participação econômica e social. Essa inclusão resultou na formação da Rede Entre Parentas, uma iniciativa voltada para a capacitação e empoderamento das mulheres indígenas, fortalecendo sua atuação na gestão territorial e no uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo para a igualdade de gênero e a melhoria das condições de vida nas comunidades.

Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	EM PARTES	No tocante a políticas públicas no âmbito nacional, isso ficou evidenciado. Um exemplo foram as estratégias que se relacionam com o Programa Nacional de Alimentação Escolas (PNAE) e a Sistema Nacional de Sementes e Mudas. Porém ainda persistiu um hiato em relação as políticas dos governos subnacionais.
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	SIM	Ao implementar SAFs que diversificaram a produção agrícola local. Esses sistemas combinaram cultivos de curto, médio e longo prazo, promovendo a produção sustentável de alimentos, incluindo produtos florestais não-madeireiros (PFNM). Além disso, o fortalecimento das cadeias produtivas locais, como a produção de castanha e o cultivo em quintais agroflorestais, aumentou a disponibilidade de alimentos saudáveis e nutritivos, melhorando a segurança alimentar das comunidades indígenas beneficiadas.
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	NÃO	O projeto não conseguiu inserir diretamente os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional. No entanto, ele deixou um legado significativo ao fortalecer a capacidade das comunidades indígenas para gerenciar de forma autônoma seus recursos naturais e produzir alimentos de maneira sustentável. A implementação de SAFs e a capacitação em práticas agrícolas sustentáveis criaram uma base sólida para a continuidade das ações de segurança alimentar, promovendo uma maior resiliência das comunidades e preparando-as para futuras oportunidades de integração em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional

The background is a vibrant, stylized illustration of a tropical jungle. In the bottom left corner, a jaguar with orange and black spots is partially visible, looking towards the center. In the upper right, a toucan with a large blue and yellow beak is perched on a branch. Two parrots, one red and one blue, are flying in the upper right. The background is filled with various green leaves and plants. A large, semi-transparent rectangle with a repeating geometric pattern is centered over the image, containing the title text.

II - Avaliação de Efetividade do Projeto Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas - Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

Ficha do projeto

Título do projeto:	Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras indígenas
Entidade responsável:	Centro de Trabalho Indigenista – CTI
Período do projeto:	Fevereiro de 2017 a março de 2021
Abrangência territorial:	TIs Vale do Javari (AM), Andirá Marau (AM/PA), Krikati, Governador (MA), Nova Nacundá (PA)
Beneficiários:	Povos que habitam a TI Vale do Javari (de língua Pano – Marubo, Matis, Matsés, Kulina, Korubo – e de língua Katukina – Kanamari); povos Timbira que habitam a TI Krikati (Krikati) e a TI Governador (Krikati e Gavião Pykobjê); povos de língua Tupi que habitam a TI Andirá Marau (Sateré Mawé) e a TI Nova Jacundá (Guarani Mbyá).
Objetivo:	Fortalecer a gestão territorial e ambiental de terras indígenas por meio da Implementação de dois PGTAs referentes às TIs (i) Vale do Javari, (ii) Krikati e Governador e elaborar dois PGTAs referentes às TIs (i) Andirá Marau e (ii) Nova Jacundá
Valor total do projeto:	R\$ 11.858.546,84
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	100 % Fundo Amazônia

Fonte: Adaptado pelos consultores a partir de informações coletadas no site do Fundo Amazônia: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Consolidando-a-Gestao-Territorial-e-Ambiental-em-Terras-Indigenas/>

1. Resumo do Projeto

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI) implementou o projeto *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas* em cinco Terras Indígenas (TIs). Esse projeto apoiou a implementação de dois Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), da (i) TI Vale do Javari, no estado do Amazonas, e (ii) do povo Timbira das TI Krikati e TI Governador, no Maranhão, além da elaboração de dois PGTAs, um na TI Andirá Marau, no Amazonas e Pará, e outro na TI Nova Jacundá, no Pará.

Na implementação do projeto, destaca-se a TI Vale do Javari, que tem 85.440 km², sendo a segunda maior do país. Lá habitam os povos de língua Pano – Marubo, Matis, Matsés, Kulina, Korubo –, e de língua Katukina – Kanamari. Também é onde vive o maior número de povos indígenas em isolamento voluntário no mundo.

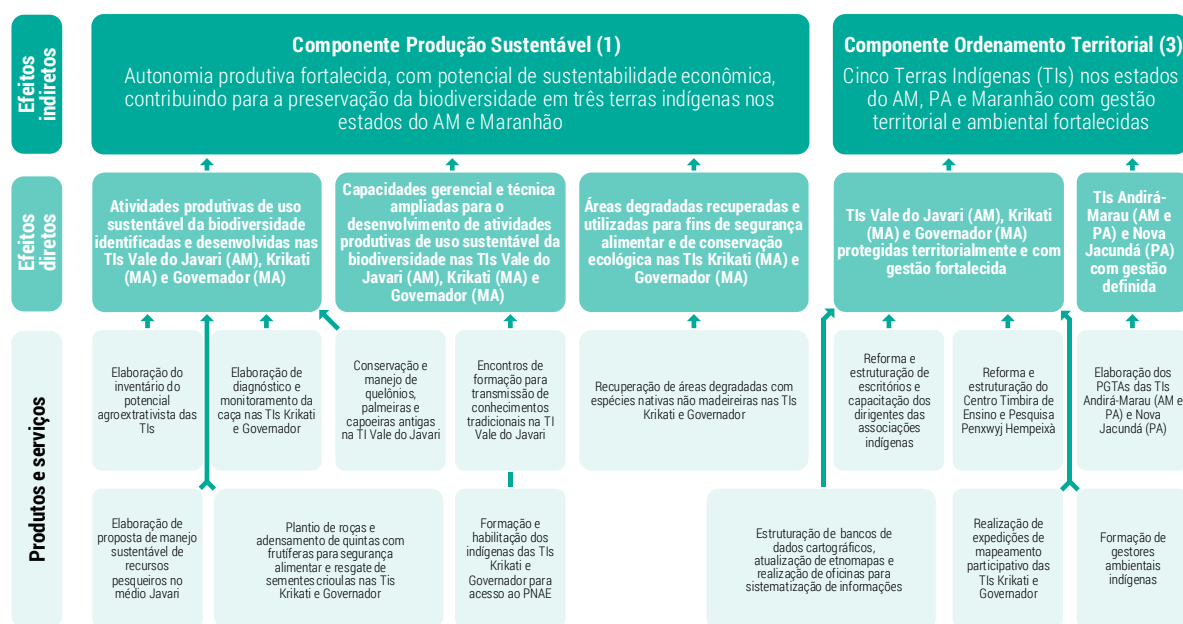
Já Timbira é o nome que designa diversos povos, entre eles os Krikati e os Gavião Pykobjê⁵⁹. A TI Krikati é habitada pelo povo de mesmo nome e tem superfície de 1450 km². A TI Governador é habitada pelos povos Gavião Pykobjê e Krikati e tem 420 km². A TI Andirá Marau é habitada pelo povo Sateré Mawé e tem a superfície de 789 km². Por sua vez, a TI Jacundá é habitada pelo povo Guarani Mbyá.

2. Lógica da Intervenção

No Quadro Lógico do Fundo Amazônia, o projeto *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas* encontra-se inserido nas componentes Produção Sustentável (1) e Ordenamento Territorial (3).

59. ISA. Instituto Socioambiental. Povo Timbira. *Povos Indígenas no Brasil* [online], 2024. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Timbira>, Acesso em: 22 maio 2024.

Figura 6: Árvore de objetivos do projeto *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas* – CTI



Fonte: Termo de Referência da Avaliação temática de efetividade de projetos voltados a povos indígenas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES (2023)

3. Metodologia

A metodologia de avaliação deste projeto teve como elemento norteador o conjunto de critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), já descritos no item 4 do relatório principal da avaliação temática de projetos indígenas.

Visando obter informações para responder às perguntas avaliativas, procedeu-se a análise dos documentos apresentados à consultoria. Foram realizadas reuniões *online* com a participação de representantes da instituição executora –Centro de Trabalho Indigenista (CTI) – e visita numa missão de campo realizada no período de 27 a 28 de março de 2024.

Nessa missão, foi realizada uma visita à sede da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA), onde foi realizada uma reunião com a coordenação da referida organização indígena e lideranças da região, além de reuniões virtuais com representantes indígenas de outros povos e instituições beneficiárias.

Também foi realizada uma entrevista com equipe técnica do BNDES que acompanhou a implementação e o monitoramento do projeto.

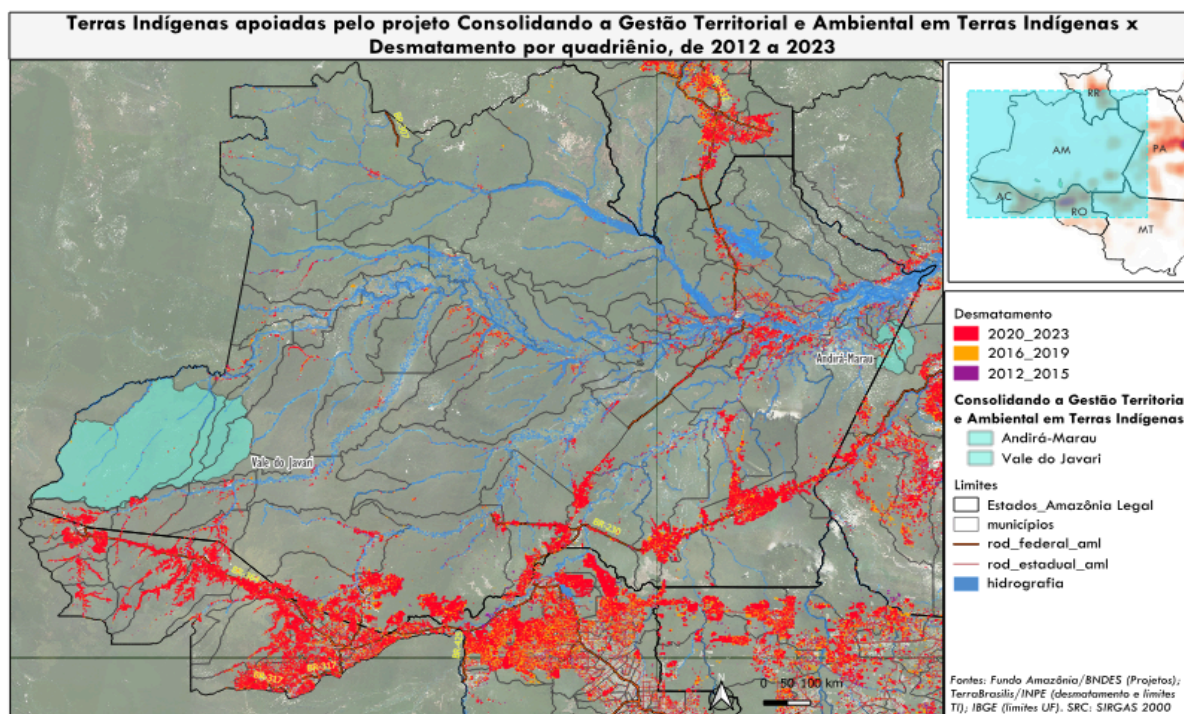
Para avaliar o desmatamento na área de implementação desse projeto, foram realizadas análises que tiveram como fonte os dados do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes).

4. Avaliação dos Resultados

O modo de vida dos povos indígenas colabora para evitar os desmatamentos de suas terras. Contudo, diante das pressões externas, faz-se necessário o apoio de políticas governamentais para que as TIs não sejam impactadas por ações de terceiros estranhos às comunidades.

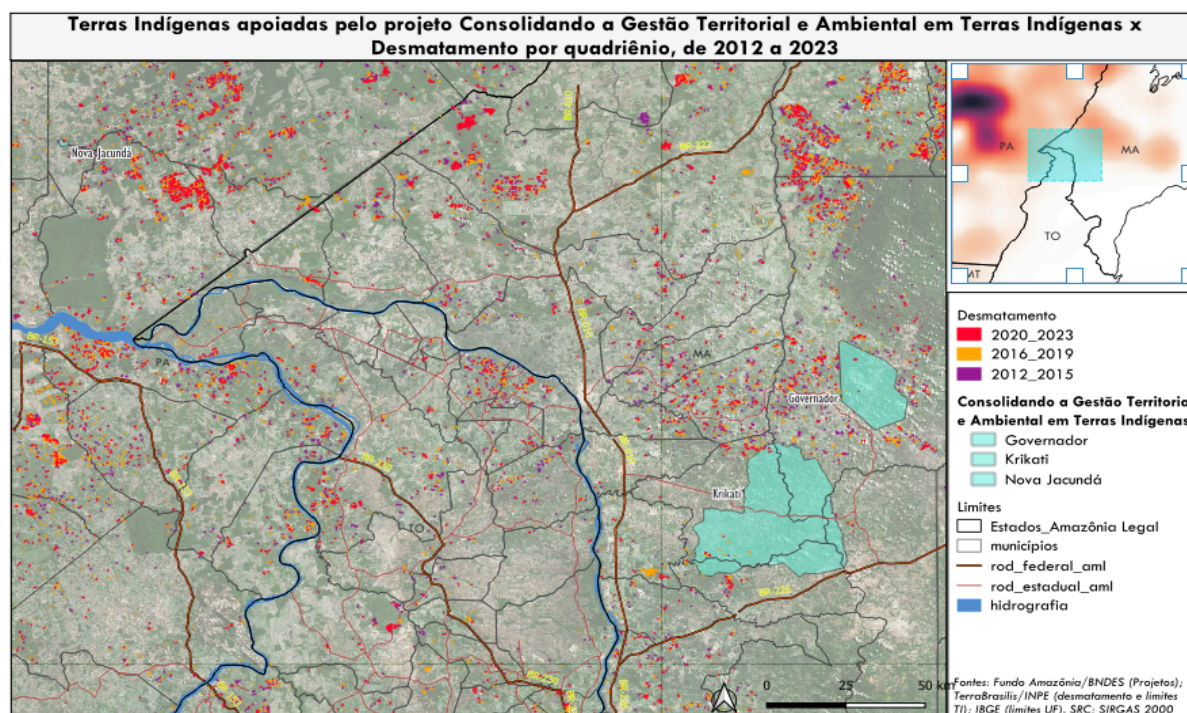
A análise dos dados sobre o desmatamento entre os anos de 2012 e 2023 demonstram variações, o que pode estar relacionado às peculiaridades da situação de cada TI e às políticas governamentais voltadas à proteção das TIs ou ao incentivo da exploração ilegal de suas riquezas naturais. Os dados da Figura 7 demonstram a importância desse projeto para evitar o desmatamento nas terras contempladas.

Figura 7: Terras indígenas apoiadas pelo projeto e desmatamento por quadriênio.



Fonte: Elaboração dos consultores (2024)

Figura 8: Terras Indígenas apoiadas pelo projeto *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas x Desmatamento* por quadriênio



Fonte: Elaborado pelos consultores (2024)

A TI Vale do Javari, no extremo sudoeste do Amazonas, sofre principalmente com a invasão de garimpeiros ilegais, que buscam ouro na região, causando desmatamento, contaminação dos rios e conflitos com os indígenas. Outras ameaças incluem a pesca e caça ilegais, a extração de madeira e o narcotráfico. Os invasores chegam à região principalmente pelos rios e pistas de pouso clandestinas. De 2012 a 2015 houve quedas seguidas do desmatamento na região, passando de 1,49 para 0,38 km² anuais. Em 2016 e 2017, essa tendência foi revertida com o aumento para mais de 0,8 km² desmatados por ano até chegar no pico de 2,87 km² desmatados em 2019, taxas superiores a 1 km² em 2020 e 2021 e cerca de 2 km² em 2022. Em 2023, houve uma queda vertiginosa no desmatamento na TI Vale do Javari, para cerca de 0,07 km². (Gráfico 3)

A TI Andirá-Maraú está localizada na divisa entre Amazonas e Pará, abrangendo parte de seis municípios, três em cada estado. Entre eles, destacam-se Itaituba e Aveiro (PA) e Barreirinha e Maués (AM). A atividade agropecuária tem se expandido significativamente nessa região, com a abertura significativa de novas áreas. A presença de grandes empresas do agronegócio na região também tem sido associada a outras questões e impactos socioeconômicos negativos, evidenciando um cenário complexo de desafios.

No período de 2012 a 2016, que antecede o projeto, a TI já enfrentava altas no desmatamento, com média anual de 3 km², chegando a 4,81 km² em 2016. Em 2018, o desmatamento caiu para 1,9 km², mas a tendência de fortes altas em 2019 se confirmou, elevando a perda da floresta para 4,08 km² naquele ano. Entretanto, diferente da maioria dos casos, 2019 não foi o pico do desmatamento, que continuou com fortes altas e atingiu 6,15 km² em 2022. A tendência de reversão observada em 2023 sim foi confirmada, com uma queda para 1,12 km². (Figura 8)

A TI Nova Jacundá, uma das menores, com apenas 4 km² de extensão, é também a menos afetada pelo desmatamento. Ela está localizada em Rondon do Pará (PA) e praticamente não teve

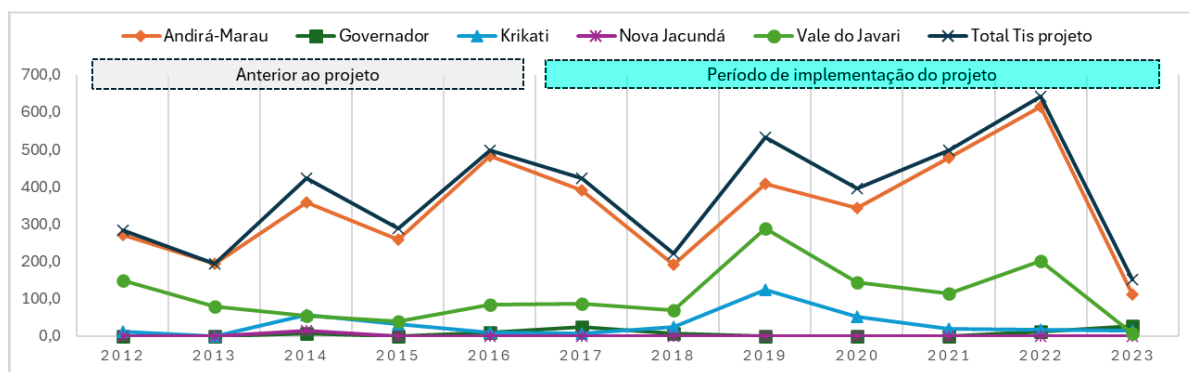
oscilações no desmatamento durante o período analisado. Somente no ano de 2014 foi detectado desmatamento no interior da TI, de apenas 0,13 km². Em todos os anos seguintes, que incluem o período de execução do projeto, não foi observado desmatamento a corte raso.

A TI Governador, localizada em Amarante do Maranhão, apresenta baixas taxas de desmatamento, apesar da sua área de cerca de 420 km². No período que antecede o projeto, houve desmatamento em 2014 e 2016, que foram menores que 0,1 km². As maiores taxas foram observadas em 2017 e 2023, com cerca de 25 hectares no ano. Observa-se que não houve registro de desmate entre 2019 e 2021.

A TI Krikati também tem parte da sua área em Amarante do Maranhão, além de outros quatro municípios maranhenses, especialmente Montes Altos. Nessa TI, a realidade é mais desafiadora, com a pressão por abertura de novas áreas agropecuárias e extração ilegal levado a uma oscilação do desmatamento. Entre 2012 e 2015, os incrementos anuais variaram entre 0 e 0,3 km². Já no período de 2017 a 2023, observaram-se incrementos de desmatamento entre 0,7 km², em 2017, e 1,23 km², em 2019, a maior alta da série para esta TI. Entretanto, a partir de 2021, observou-se uma tendência de queda, que se confirmou em 2022 e 2023, chegando ao patamar de 0,13 km² anuais. (Tabela 2).

O Gráfico 3 apresenta a evolução do desmatamento nas TIs atendidas pelo projeto *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas* de 2012 a 2023 e a Tabela 2 o incremento anual do desmatamento na região no mesmo período.

Gráfico 3: Desmatamento nas TIs apoiadas pelo projeto



Fonte: Elaborado pelos consultores (2024)

Tabela 2: Incremento anual do desmatamento em km²

Terra Indígena	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Andirá- Marau	2,71	1,95	3,57	2,57	4,82	3,91	1,91	4,09	3,43	4,78	6,15	1,12
Governador	0,00	0,00	0,07	0,00	0,08	0,24	0,07	0,00	0,00	0,00	0,11	0,26
Krikati	0,12	0,00	0,57	0,31	0,08	0,07	0,24	1,23	0,52	0,20	0,16	0,13
Nova Jacundá	0,00	0,00	0,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vale do Javari	1,50	0,78	0,54	0,38	0,84	0,87	0,69	2,88	1,43	1,15	2,01	0,08
Total TIs projeto	2,83	1,95	4,22	2,88	4,98	4,22	2,22	5,32	3,95	4,97	6,42	1,52
Todas TIs Amazônia	13,5	14,4	8,6	7,0	10,1	12,9	25,2	49,4	42,7	36,0	32,5	13,2

Fonte: Elaborado pelos consultores a partir de dados do Prodes/INPE (2024)

Na soma do desmatamento das TIs abrangidas pelo projeto, a média oscilou menos do que em outras áreas da Amazônia, saindo de 3,37 km² para 4,8 km². A média do desmatamento no período de implementação na região atendida pelo projeto foi de 21% superior aos cinco anos anteriores, enquanto, no conjunto das TI da Amazônia, o aumento foi de 182% no mesmo período. A redução do desmatamento em 2023, comparada ao período de implementação do projeto, foi ligeiramente maior nas 5 TIs apoiadas, com redução de 61%, contra 56% no conjunto das TI da Amazônia.

Esses resultados demonstram avanços e desafios. É notável que a atuação do projeto contribuiu para que os povos indígenas dos territórios tivessem acesso a recursos para elaboração e implementação de PGTAs. Por outro lado, o avanço do desmatamento/, deixa clara a emergência de se implementar PGTAs para garantia de segurança territorial, autonomia dos povos indígenas e contribuição a consolidação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

4.1. Efeito Indireto - Produção sustentável: Autonomia produtiva fortalecida, com potencial de sustentabilidade econômica, contribuindo para a preservação da biodiversidade em três TIs no AM e MA

O projeto realizou um acordo de manejo de quelônios pelo povo Marubo do Rio Ituí, o qual foi relevante para a conservação desses animais, que fazem parte da dieta alimentar das comunidades e representam uma preocupação dos indígenas quanto ao futuro de tais espécies⁶⁰. Foi realizado um acordo de pesca compreendendo três microrregiões do médio Javari. Esse acordo teve o pirarucu como principal pescado, considerando o impacto positivo para a conservação das demais espécies lacustres do mesmo ambiente.

Foram resgatadas 09 variedades alimentares e medicinais tradicionais a partir de visitas a capoeiras antigas no Vale do Javari, destacando-se a pupunha. As equipes de visitas eram formadas por anciões, jovens, mulheres e homens, proporcionando o ensinamento aos mais novos sobre as práticas tradicionais relacionadas à agrobiodiversidade.

Nas TI Krikati e Governador, foram implementadas atividades agroecológicas, por meio do fortalecimento dos quintais produtivos e roças familiares tradicionais, que serviram especialmente para a segurança alimentar e nutricional das comunidades. Foi realizado o reflorestamento de 32 hectares com espécies nativas, que priorizou a conservação dos recursos hídricos e a proteção da biodiversidade.

Foram realizados cursos sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas TIs Krikati e Governador, visando facilitar o acesso aos recursos desse fundo. No total, foram formados 45 indígenas, sendo 15 mulheres. Considerando a importância de acesso aos mercados institucionais e em continuidade à formação de indígenas nesse tema, através de articulação e participação de técnicos das Coordenações Técnicas Locais da Funai Krikati e Gavião e da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão (AGERP), foram realizadas atividades de formação junto às lideranças Krikati nos programas de compras governamentais: Programa de Aquisição de alimentos (PAA) e seus instrumentos para acesso ao financiamento da produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar. Como resultado, foram realizados mutirões

60. . LADEIRA, Maria Elisa (org.). *Os Marubo e os bichos de casco do rio Ituí*. Brasília, DF: Centro de Trabalho Indigenista, 2021. Série Estudos Socioambientais, pág 43 e segs., setembro 2020.

pela Coordenação Técnica Local - CTL/FunaiTL Krikati e a AGERP para emissão das Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP Indígena em benefício dos indígenas interessados.

Foram formados 132 agentes ambientais indígenas, sendo 18 mulheres, nas TIs Vale do Javari (AM) e das TIs Krikati e Governador (MA); qualificando-os em instrumentos da gestão territorial e ambiental. Os agentes ambientais indígenas passaram a ser referências para o desenvolvimento das atividades do projeto nas TIs e estão qualificados para seguirem executando atividades nessa mesma linha, o que demonstra sustentabilidade da iniciativa. Além disso, 90 indígenas foram capacitados em ferramentas de registro audiovisual.

As atividades do projeto foram realizadas a partir de diálogos, cursos e oficinas que buscaram reunir os conhecimentos técnicos e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas sobre a floresta. Além da formação e a participação dos agentes ambientais indígenas, foram contemplados pelas atividades de formação lideranças, anciões, jovens, mulheres e homens, fortalecendo as lutas coletivas.

Observe-se que a implementação do projeto, no que se refere aos PGTAs das TIs Vale do Javari, Krikati e Governador, trouxe importantes impactos positivos. Foi aberto um caminho que demonstra como se pode fazer o manejo sustentável da agrobiodiversidade e da pesca.

Considerando especialmente a extensão das terras envolvidas, verifica-se que é constante a necessidade de recursos financeiros, técnicos e logística, com barcos e combustível, para a continuidade dos avanços conquistados, bem como o alcance das aldeias e dos territórios indígenas em sua totalidade. A distância entre as comunidades e os deslocamentos de lideranças para participarem de reuniões de articulação com suas organizações tem altos custos.

Observe-se que, de um modo geral, há dificuldades para que os recursos provenientes de políticas públicas, programas e projetos cheguem até às comunidades. Nesse contexto, observa-se que a implementação desse projeto beneficiou as comunidades, mostrando que é possível fazer os recursos chegarem até as TIs.

Outro desafio observado refere-se à migração dos indígenas para a cidade, o que foi evidenciado no depoimento de uma liderança indígena que declarou: “por falta de políticas públicas se fragiliza os direitos territoriais, o vínculo com a natureza, a cultura e a espiritualidade. São as próprias comunidades que protegem a floresta e diante da insuficiência de políticas públicas para manter os indígenas em suas terras, os setores que praticam a pesca predatória e ilegal, invadem os lagos e rios, resultando na vulnerabilidade e escassez dos bichos de casco e peixes. Nesse sentido, é importante considerar que os povos indígenas têm concepção própria sobre a gestão territorial e ambiental, que relaciona esse setor com as áreas de saúde e a educação, para garantir de fato a sustentabilidade das TIs.”⁶¹

A partir desse depoimento, se constata a necessidade de garantir programas transversais nas áreas de saúde e educação para permitir uma gestão territorial e ambiental consistente e a sustentabilidade das TIs.

Em que pese a realização de importantes atividades não executadas, o projeto deixou de realizar o manejo de palheiros na TI Vale do Javari, a elaboração de diagnóstico da caça e a elaboração do

61. Depoimento de liderança indígena coletado na missão de campo realizada ao município de Atalaia do Norte/AM em março de 2024

inventário do potencial agroextrativista das TIs Krikati e Governador em consequência da pandemia do covid-19, que limitou o ingresso nas terras indígenas.

4.2 Efeito Indireto - Ordenamento territorial: Cinco TIs nos estados do AM, PA e MA com gestão territorial e ambiental fortalecidas

No Ordenamento Territorial, o projeto contemplou a elaboração de dois PGTA's referentes às TIs Andirá-Amarau (AM e PA) e Nova Jacundá (PA). O Projeto apoiou a mobilização e a participação das comunidades Sateré Mawé e Guaraní no processo de elaboração e validação dos referidos PGTA's.

A implementação do PGTA no Território Indígena Xingu incluiu as seguintes ações: realização de oficinas para a definição de prioridades; duas chamadas públicas no âmbito da iniciativa Apoio a Iniciativas Comunitárias (AIC), que apoiou pequenos projetos na área da agroecologia; apoio a projetos de fortalecimento cultural; oficinas de formação em audiovisual; construção de infraestrutura; aquisição de sete embarcações e equipamentos de informática, serviços de vigilância indígena e monitoramento territorial.

Os PGTA's elaborados oferecem um diagnóstico detalhado das pressões e ameaças enfrentadas pela TIs, como desmatamento, invasões por madeireiros e garimpeiros e a necessidade de práticas sustentáveis de manejo. Nesses planos tem-se um conjunto de propostas estratégicas para mitigar esses desafios, incluindo o fortalecimento da vigilância territorial, a promoção de sistemas agroflorestais e a conservação da biodiversidade.

Nesses planos, merece destaque a descrição de um conjunto de práticas tradicionais dos povos indígenas, que são soluções baseadas na natureza e que contribuem para a resiliência do ecossistema e para a manutenção de recursos naturais.

Para os territórios, os PGTA's significam a reafirmação do direito dos povos indígenas de gerir suas terras de acordo com suas tradições e conhecimentos ancestrais. Ele é um reflexo da autodeterminação dos povos indígenas e da resistência contínua frente às pressões externas, sendo um meio para garantir a continuidade de sua cultura, sustentabilidade e segurança alimentar para as gerações futuras.

Ainda no âmbito do componente Ordenamento Territorial, foi realizada a reforma da sede da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA), localizada na área urbana do município de Atalaia do Norte (AM). O escritório da UNIVAJA abriga suas organizações de base:

- Associação Kanamari do Vale do Javari (AKAVAJA),
- Organização das Aldeias Marubo do Rio Ituí – OAMI,
- Organização Geral Mayuruna (OGM),
- Associação Indígena Kulina do Vale do Javari (AIKUVAJA),
- Associação Desenvolvimento Comunitário alto Rio Curuçá (ASDEC), e a
- Coletivo de Mulheres Indígenas Artesãs (MAI); e a
- Cooperativa de Manejo dos Kanamari (COPEAKA)

A reforma do escritório representou um importante passo para o fortalecimento institucional da UNIVAJA e de suas organizações de base. O fato de ter um espaço físico próprio facilita as atividades de planejamento, arquivo de documentos, realização de reuniões e cursos, em síntese, fortalece a gestão interna da UNIVAJA e suas organizações de base. (Figura 9)

Figura 9: Sede da UNIVAJA



Fonte: Imagens realizadas pelos consultores nas visitas de campo (2024)

O projeto *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras indígenas* colaborou para o fortalecimento político, social e cultural dos povos indígenas do Vale do Javari a partir da estruturação de malocas na TI Vale do Javari. Elas constituem importantes espaços coletivos nas aldeias, onde são realizadas reuniões, encontros, transmissão dos saberes tradicionais, entre outras atividades de natureza política, social e cultural.

Uma das atividades prevista nesse projeto era a reforma e estruturação do Centro Timbira de Pesquisa Penxwj Hempeixa. Essa atividade não foi realizada pelo fato de que a titularidade do imóvel não atender às condicionantes contratuais necessárias para a execução física e financeira da reforma.

Foi realizado um mapeamento participativo das TIS Krikati e Governador, a partir do qual foram produzidos 20 mapas. As atividades foram realizadas como parte do ciclo de formação dos agentes ambientais Krikati e Gavião. Em paralelo, ocorreu a estruturação de dados cartográficos, atualização de etnomapas e realização de oficinas para sistematização de informações. Também foi estruturado o banco de dados cartográficos destinado a apoiar atividades de monitoramento territorial, que envolveu a realização de oito oficinas de sistematização de informações, além de incluir diversas viagens de campo para a elaboração dos etnomapas.

O projeto também colaborou para a formação de dirigentes de nove organizações indígenas e de instancias tradicionais de governança. No total, foram capacitados 142 indígenas, sendo 38 mulheres.

5. Conclusão

O projeto *Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas* apresentou importantes resultados. No que se refere aos efeitos indiretos foram realizados acordos de manejo de quelônios e pescado; construção e estruturação das sedes de organizações indígenas; curso de etnomapeamento e produção de mapas; qualificação de agentes ambientais e lideranças indígenas, incluindo a participação das mulheres indígenas; adensamento de quintais e cultivo de roças e produção de alimentos para o consumo das comunidades. Também foram elaborados dois PGTA's, o que permite que duas TIs possam buscar e acessar recursos para realizar a gestão territorial e ambiental de seu território.

Assim, o projeto colaborou para a efetivação da PNGATI, ainda que em um período em que o governo federal reduziu significativamente o orçamento para atividades relacionadas à proteção das terras, do meio ambiente e das comunidades indígenas.

Ressalta-se a importância do projeto também no sentido de assegurar o desenvolvimento e fortalecimento da autonomia dos povos indígenas beneficiários. A participação dos beneficiários em parceria com a instituição executora gerou conhecimentos e experiências que podem ser utilizados pelos beneficiários e suas organizações, como exemplo a UNIVAJA, para elaborar e apresentar projeto próprio ao Fundo Amazônia.

A chegada de madeireiros, garimpeiros e setores do agronegócio às aldeias, frequentemente oferecendo cestas básicas ou recursos financeiros para agricultura comercial, destaca a vulnerabilidade social das comunidades indígenas e a demora na implementação de políticas públicas eficazes. Diante desse cenário, o projeto se mostrou crucial para cumprir suas finalidades ao fornecer suporte direto e fortalecer as comunidades indígenas, reduzindo sua dependência de agentes externos que exploram ilegalmente os recursos naturais das TIs.

Através de ações estratégicas e de capacitação, o projeto promoveu o fortalecimento institucional e a valorização dos saberes tradicionais, criando uma barreira contra a entrada de exploradores ilegais e garantindo que as políticas públicas cheguem antes, oferecendo alternativas sustentáveis e seguras para as comunidades. Assim, o projeto não só alcançou seus objetivos iniciais, mas também se estabeleceu como um modelo de resistência e resiliência para a proteção das TIs.

6. Lições Aprendidas e Recomendações

Dentre as lições aprendidas com a implementação do projeto, estão:

- O diálogo entre a instituição executora e o Fundo Amazônia serviu para uma relação respeitosa e colaborativa entre esses dois setores, proporcionando aprendizados sobre a burocracia e a gestão do projeto.
- Os conhecimentos científicos somados com os conhecimentos tradicionais são fundamentais para fortalecer a gestão territorial e ambiental, como exemplo a elaboração dos etnomapas.

Recomendações

Recomendação	Executores	Governos Subnacionais	Fundo Amazônia	Governo Federal	Doadores
Apoiar a continuidade do Projeto junto à instituição Executora, povos e organizações indígenas beneficiárias, inclusive no sentido de realização de pesquisa aplicada, produção de informações destinadas a execução da PNGATI			✓		
Aumentar o orçamento anual destinado à execução da PNGATI. Essa ampliação de recursos deve ser direcionada especificamente para apoiar a implementação dos PGTAs				✓	
Articular a PNGATI com políticas públicas nas áreas de educação e saúde		✓	✓	✓	✓
Fomentar a capacidade das organizações indígenas e apoiar também os Fundos Indígenas como exemplo o Fundo Podáli, FIRN, Timbira, inclusive iniciativas de mulheres indígenas. Criar modalidades de carta convite para as organizações indígenas apresentarem propostas			✓	✓	✓
Garantir Assento para a sociedade civil e povos indígenas no Comitê Gestor da PNGATI				✓	
Apoiar a elaboração de Projeto próprio das organizações indígenas que manifestaram interesse e capacidade, como é o caso da UNIVAJA.	✓	✓	✓	✓	✓
Apoiar a continuidade do fortalecimento institucional das organizações dos povos indígenas, o que inclui, mas não se limita, apoio a construção de sedes, contratação de equipe técnica, realização de reuniões, cursos, qualificações, consultorias, logística	✓	✓	✓	✓	✓

Apoiar com o pagamento de bolsa ou salário a categoria dos Agentes Ambientais Indígenas, para seguirem desenvolvendo trabalhos com as aldeias e contratar consultores indígenas, para implementar os projetos	✓	✓	✓	✓	✓
Desenvolver ações nas terras indígenas em articulação com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)				✓	
Futuros editais do Fundo Amazônia/ BNDES deveriam contemplar o desenvolvimento de ações ou arranjos institucionais com as áreas de saúde e educação					

7. Salvaguardas de Cancun (REDD+)

Salvaguarda	Atende	Observação
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes		
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	SIM	Encontra-se em sintonia com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), visto que uma das políticas públicas que norteou a chamada para estes projetos foi a revisão do plano de ação do PPCDAm.
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	SIM	Encontra-se alinhados as seguintes políticas: • Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm); • Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI); • Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); • Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG).
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	SIM	Esse projeto foi implementado em uma área com forte pressão do desmatamento. O projeto contribui para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal de forma direta e indireta. De forma direta, por meio da implementação de sistemas agroflorestais (SAFs), restauração de áreas degradadas e capacitações em manejo sustentável de recursos naturais. Indiretamente, ao fortalecer organizações comunitárias e promover práticas sustentáveis que reduzem a pressão sobre as florestas.

2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional

Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	EM PARTE	- Setor Público: Funai e Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão (AGERP). - Comunidades Locais: Associações indígenas das Terras Indígenas (TIs) apoiadas. - Instâncias de Governança Compartilhada: Rede de Agentes Ambientais Indígenas.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	SIM	Implementou um conjunto de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA)

3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	SIM	O projeto influenciou os direitos constitucionais dos povos indígenas à posse permanente e ao usufruto exclusivo das riquezas do solo, rios e lagos nela existente
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	SIM	O projeto tem como princípio o uso sustentável dos recursos naturais. Foram desenvolvidas ações voltadas à agricultura ecológica e ao manejo de recursos pesqueiros (peixes e quelônios); assim como implementados viveiros e reflorestamento.
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	SIM	Os sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais dos povos indígenas foram considerados e respeitados ao: - Integrar conhecimentos tradicionais nas práticas de manejo de peixes e quelônios; - Incluir a participação ativa de lideranças indígenas e mulheres nas etapas de planejamento, implementação e gestão dos projetos.
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	SIM	Organização Social: Ao fortalecer a governança local e a gestão territorial, promovendo maior autonomia e reconhecimento das comunidades. Econômica: Através da implementação da agricultura ecológica que promove a segurança alimentar e nutricional. Uso de Espaços e Recursos: Ambos, com o reflorestamento e o uso sustentável de recursos naturais, fortalecendo a resiliência e sustentabilidade ambiental.

4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16

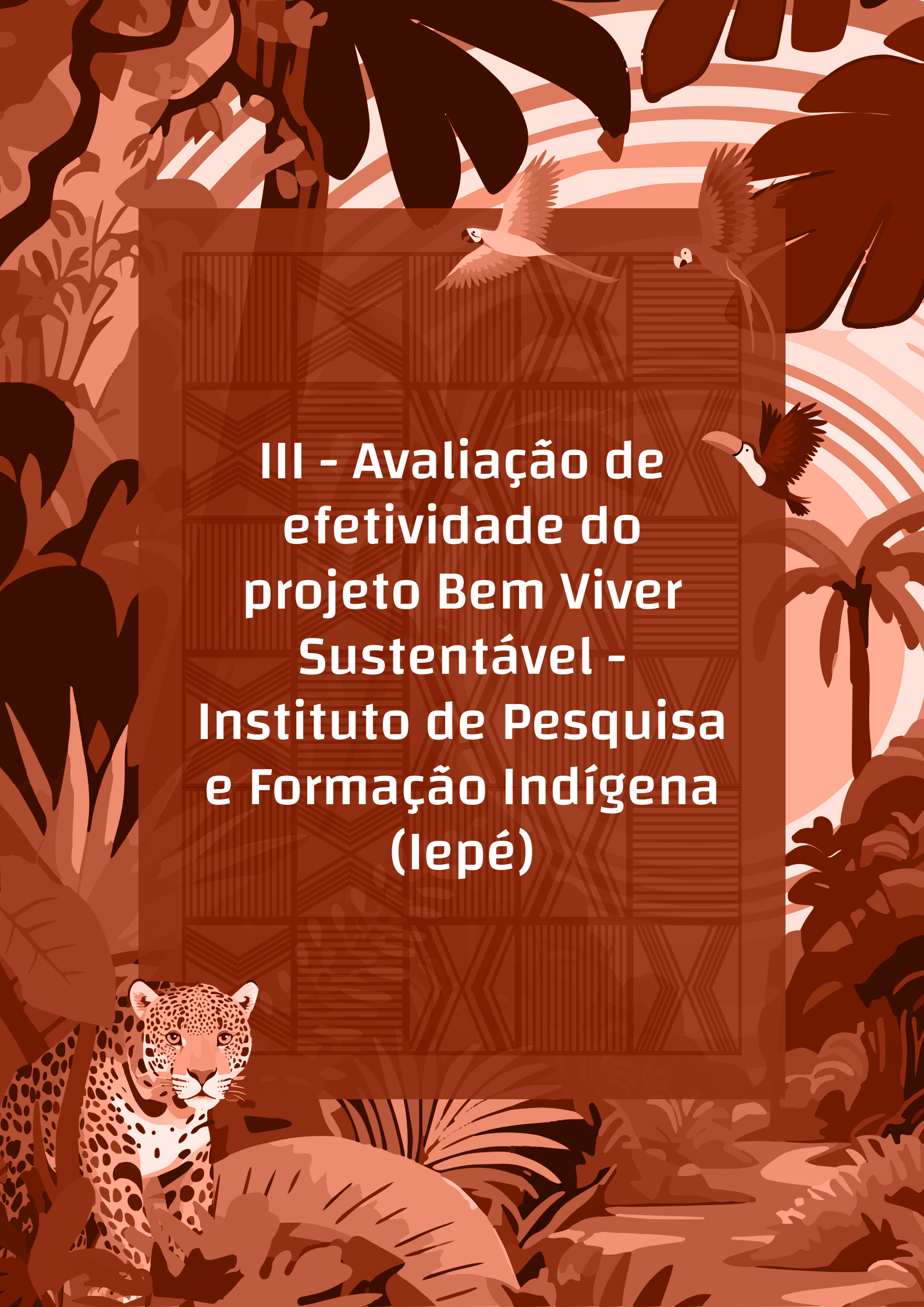
De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	SIM	- Foram realizadas consultas prévias antes do início das atividades para assegurar o consentimento informado e a participação dos beneficiários; - Participação Ativa com o envolvimento direto das lideranças indígenas e comunitárias no planejamento e implementação das atividades, assegurando que as escolhas refletissem a vontade das comunidades e o - Fortalecimento da Governança Local, a partir do apoio à criação e fortalecimento de instâncias comunitárias e organizações locais para legitimar a representatividade e garantir a continuidade do consentimento ao longo do projeto.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	SIM	Foram realizados reuniões e cursos que permitiram a ampla participação das lideranças dos povos indígenas e de suas organizações no planejamento e gestão do projeto.

Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	NÃO SE APLICA	Não se aplica por não se tratar de projetos com fins econômicos.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	SIM	Em todo o processo de implementação, ocorreu uma abordagem participativa com a realização de monitoramento contínuo envolvendo as organizações indígenas beneficiárias. Foram realizadas reuniões regulares para o planejamento e execução das atividades.
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	SIM	O projeto estabeleceu um sistema de monitoramento contínuo, envolvendo diversas partes interessadas (Funai e organizações indígenas). Os resultados do projeto foram sistematicamente monitorados e discutidos em reuniões regulares de avaliação e planejamento, permitindo ajustes e alinhamento com os objetivos.
5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16⁶² não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais		
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	SIM	O projeto contribuiu através da implementação de capacitação de agentes ambientais e fortalecimento da governança territorial indígena.
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	SIM	Com o projeto, foram reflorestados 32 hectares, incluindo a proteção dos recursos hídricos.
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	SIM	O projeto criou um viveiro e fez o reflorestamento com espécies nativas.
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?	SIM	O projeto colaborou para a sustentabilidade econômica das comunidades e não a partir de uma visão de mercado.
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?	SIM	Os fatores que constituem riscos incluem desmatamento ilegal e invasão de garimpeiros, madeireiros, pescadores e narcotraficantes. O projeto enfrenta tais riscos fortalecendo a governança territorial indígena, capacitando agentes ambientais e fortalecendo as organizações indígenas.
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	SIM	Não foi identificado a partir das ações do projeto o deslocamento de emissões evitadas para outras áreas.

62. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.

8. Critérios Transversais

Critérios transversais		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	SIM	O projeto foi orientado para manter a floresta em pé, fazendo o uso sustentável dos recursos naturais. Como exemplo, foram realizados os acordos de manejo do pescado e de quelônios.
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	SIM	Colaborou a partir da produção de produtos da agricultura ecológica.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Em parte	No que se refere as atividades econômicas, o projeto foi votado a sustentabilidade das comunidades.
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	SIM	O Movimento de Mulheres Artesãs do Vale do Javari funcionou como um coletivo e foi inserido nas discussões dos projetos, incluindo a participação no ATL e posicionamentos políticos. Desde a implementação dos projetos financiados pelo Fundo Amazônia, foi estabelecido um quantitativo mínimo para a participação de mulheres, garantindo sua inclusão nas atividades.
	Como os projetos contribuiu para a equidade de gênero?	SIM	O Movimento de Mulheres Artesãs do Vale do Javari funcionou como um coletivo e foi inserido nas discussões dos projetos, incluindo a participação no ATL e posicionamentos políticos. Desde a implementação dos projetos financiados pelo Fundo Amazônia, foi estabelecido um quantitativo mínimo para a participação de mulheres, garantindo sua inclusão nas atividades.
Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	EM PARTES	No tocante a políticas públicas no âmbito nacional, isso ficou evidenciado. Como exemplo, as estratégias que se relacionam com a formação o Programa Nacional de Alimentação Escolas (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Também fez parte da formação orientações para obter a Declaração de Aptidão Indígena ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP-I/PRONAF).
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	SIM	Foram produzidos produtos da agrobiodiversidade que colaboraram para a segurança alimentar e nutricional.
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	NÃO	Foram realizados cursos sobre o PNAE e o PAA. Também fez parte da formação orientações para obter a Declaração de Aptidão Indígena ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP-I/PRONAF).

The background is a stylized illustration of a jungle. In the bottom left, a leopard is sitting and looking towards the viewer. In the upper right, two parrots are flying, and a toucan is perched on a branch. The background is filled with various tropical plants and trees. A central rectangular area contains a repeating geometric pattern.

III - Avaliação de efetividade do projeto Bem Viver Sustentável - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé)

Ficha do projeto

Título do projeto:	Bem Viver Sustentável
Entidade responsável:	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – Iepé
Período do projeto:	01/2016 a 01/2020
Abrangência territorial:	(i) Complexo Tumucumaque (TIs Parque do Tumucumaque e Rio Paru d’Este) (PA, AP) e (ii) TI Zo’e (PA).
Beneficiários:	(i) Povos que habitam as TIs Parque do Tumucumaque e Rio Paru d’Este falantes de língua Karib (Tiriyó, Katxuyana, Wayana, Aparai Txikiyana, Kahyana, Akuriyó e outros) e alguns de famílias Tupi (Wajãpi) e Arawak (Mawayana); e (ii) o povo Zo’e que habita a TI Zoé
Objetivo:	(i) Implementar o PGTA das TIs Parque do Tumucumaque e Rio Paru d’Este, e (ii) elaborar o PGTA para a TI Zo’e, no âmbito da PNGATI.
Valor total do projeto:	R\$ 12.404.198,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	R\$ 11.858.793,87

Fonte: Adaptado pelos consultores a partir de informações coletadas no site do Fundo Amazônia: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Bem-Viver-Sustentavel/>

1. Introdução

O Instituto de Pesquisa e Formação Indígena Iepé implementou o projeto *Bem Viver Sustentável*, que tinha como objetivos centrais: a implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) das TIs Parque do Tumucumaque e Rio Paru d’Este e a elaboração do PGTA da TI Zoé.

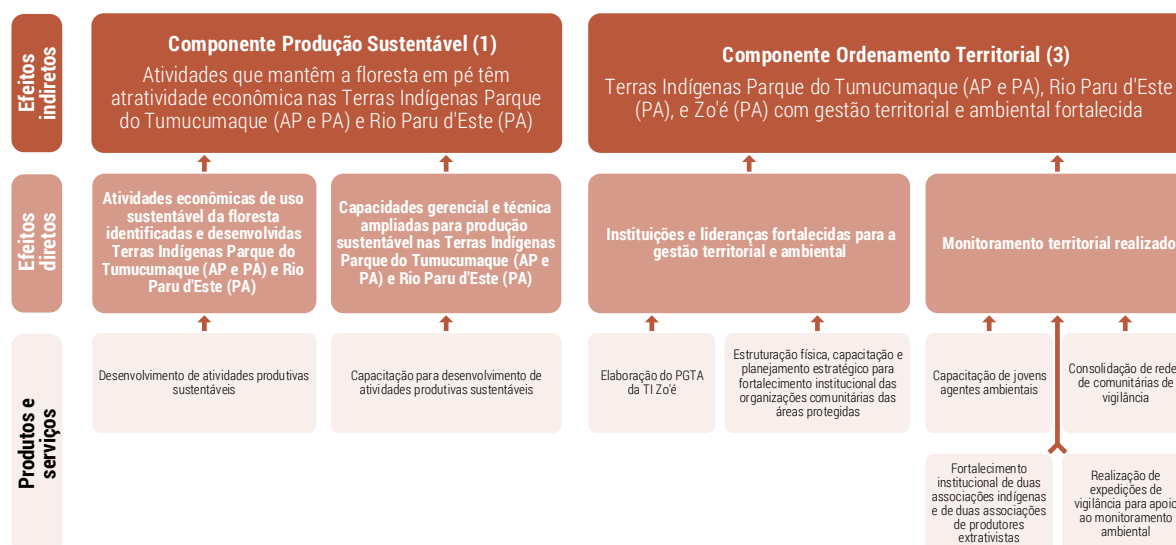
Foram desenvolvidas as seguintes atividades contempladas na implementação do PGTA das TIs Parque Tumucumaque e Rio Paru d’Este: controle e proteção territorial; manejo e uso sustentável dos recursos naturais; capacitação e formação para gestão territorial e ambiental; e governança do PGTA, o que incluiu a formação de lideranças indígenas, o fortalecimento de organizações indígenas, a articulação regional e a gestão compartilhada.

Na elaboração do PGTA da TI Zo’é, diversas ações foram realizadas, incluindo uma articulação efetiva entre a equipe do Iepé, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o povo Zo’é. O processo envolveu pesquisa bibliográfica e de campo, bem como a realização de oficinas direcionadas aos indígenas, nas quais foram desenvolvidas metodologias específicas e apresentados subsídios adequados às necessidades desse povo, que é de recente contato. Todo esse trabalho culminou na pactuação do PGTA da TI Zo’é

2. Lógica da Intervenção

No Quadro Lógico do Fundo Amazônia, o projeto *Bem Viver Sustentável* encontra-se inserido nas componentes Produção Sustentável (1) e Ordenamento Territorial (3). (Figura 10)

Figura 10: Árvore de objetivos do projeto *Bem Viver Sustentável* (Iepé)



Fonte: Termo de Referência da Avaliação temática de efetividade de projetos voltados a povos indígenas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES (2023)

3. Metodologia

A metodologia para avaliação deste projeto teve como elemento norteador o conjunto de critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), já descritos no item 4 do relatório da avaliação temática de projetos indígenas. Visando obter informações e responder às perguntas avaliativas, procedeu-se a análise dos documentos apresentados à consultoria.

Foram realizadas reuniões online com a participação de representantes do IEPE. Também foi realizada uma reunião virtual com lideranças indígenas do Parque do Tumucumaque, que se manifestaram sobre a implementação do projeto junto às suas comunidades. Nesse encontro, teve-se a participação de aproximadamente 20 indígenas. (Figura 11)

Figura 11: Imagem da reunião virtual com beneficiários do projeto

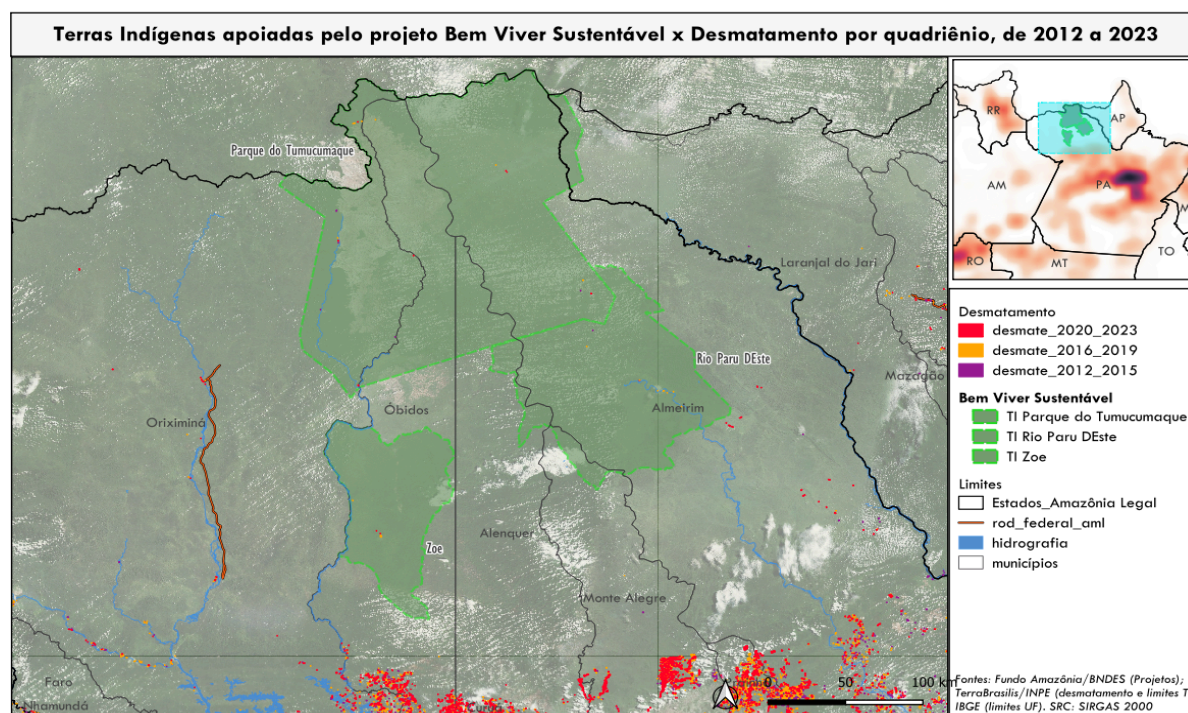


Fonte: Imagens realizadas pelos consultores (2024)

4. Avaliação de Resultados

Na TI Parque do Tumucumaque é um dos maiores parques florestais tropicais do mundo, cobrindo 70% do Amapá.⁶³ Entre 2012 e 2023, a análise do desmatamento nas três Terras Indígenas (TIs) apoiadas pelo projeto *Bem Viver Sustentável* revela uma presença mínima de desmatamento em seu interior. (Figura 12)

Figura 12: TIs apoiadas pelo projeto *Bem Viver Sustentável* x Desmatamento por quadriênio 2012 a 2023



Fonte: Elaborado pelos consultores (2024)

Dentre essas áreas, a TI Parque do Tumucumaque apresentou as maiores taxas de desmatamento antes do início do projeto, embora raramente ultrapassassem 0,20 anuais, um valor considerado pequeno na escala amazônica. Em comparação, é comum encontrar polígonos de desmatamento superiores a 50, 100 e até 1.000 hectares em outras áreas da Amazônia. Esses dados sugerem que o desmatamento observado nas TIs do projeto está relacionado principalmente a pequenas atividades familiares produtivas, reforçando a importância do monitoramento e da gestão sustentável desses territórios.

A TI Parque do Tumucumaque apresentou dois incrementos de desmatamento superiores à média observada anteriormente ao ano de 2016. Nos anos de 2019 e 2021, o desmatamento superou os 0,3 e os 0,5 km² respectivamente, mas, em seguida, voltou a ficar próximo de zero. O desmatamento ocorreu principalmente na parte oeste da TI, à beira do rio, no município de Oriximiná, e na parte noroeste próximo a faixa da fronteira com Suriname.

A TI Rio Paru d'Este apresentou desmatamento sempre abaixo de 10 hectares, sendo a única exceção o ano de 2019, quando 0,52 km² foram desmatados, na parte centro-sul da TI, próximo às aldeias. Logo após esse pico, praticamente não se observou novos desmatamentos.

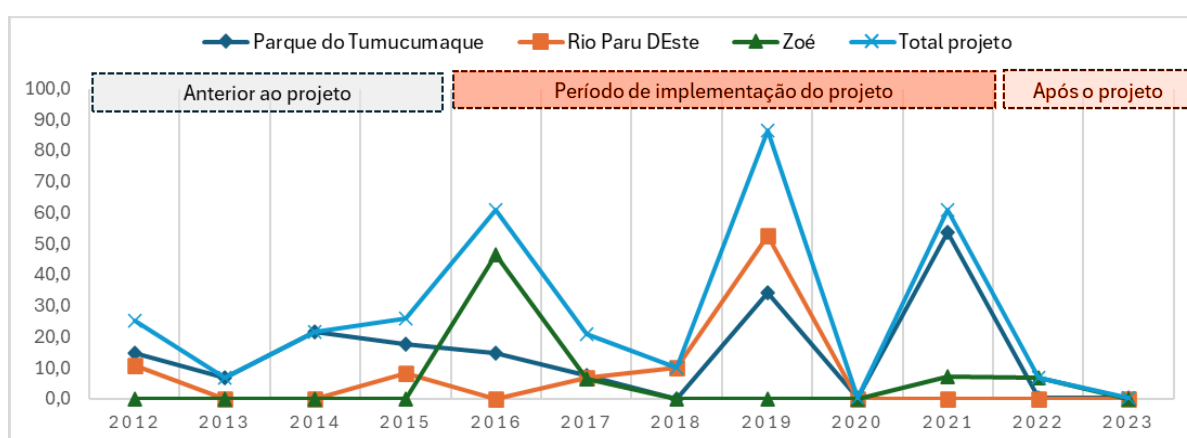
63. HANUSCH, M. *Equilíbrio delicado para a Amazônia Legal Brasileira: Um memorando econômico*. Washington D.C: BID/Banco Mundial, 2023

A TI Zoé apresenta taxas de desmatamento próximo a zero na maior parte dos anos observados. Houve um pico em 2016, com 0,46 km², mas logo reduziu-se novamente para zero entre 2018 e 2020 e teve pequenos desmates, de 0,7 e 0,6 km², em 2021 e 2022.

Das três TIs apoiadas pelo projeto *Bem Viver Sustentável*, a Zoé foi a única que teve o pico de desmatamento no início do período, em 2016. As outras duas TIs tiveram altas durante o período crítico de aumento do desmatamento da Amazônia, entre 2019 e 2022.

O Gráfico 4 apresenta a evolução do desmatamento nas TIs atendidas pelo projeto *Bem Viver Sustentável* de 2012 a 2023 e a Tabela 3 o incremento anual do desmatamento na região no mesmo período.

Gráfico 4: Desmatamento anual nas TIs do projeto Bem Viver Sustentável



Fonte: Elaborado pelos consultores (2024)

Tabela 3: Incremento anual do desmatamento em km², TIs Projeto Bem Viver Sustentável:

Terra Indígena	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Parque do Tumucumaque	0,15	0,07	0,21	0,18	0,15	0,07	0,00	0,34	0,00	0,54	0,00	0,00
Rio Paru DEste	0,11	0,00	0,00	0,08	0,00	0,07	0,10	0,52	0,00	0,00	0,00	0,00
Zoé	0,00	0,00	0,00	0,00	0,46	0,06	0,00	0,00	0,00	0,07	0,07	0,00
Total TIs projeto	0,25	0,07	0,21	0,26	0,61	0,21	0,10	0,87	0,00	0,61	0,07	0,00
Todas TIs Amazônia	13,5	14,4	8,6	7,0	10,1	12,9	25,2	49,4	42,7	36,0	32,5	13,2

Fonte: Elaborado pelos consultores (2024)

Na soma do desmatamento das três TIs do projeto *Bem Viver Sustentável* a média ficou sempre abaixo dos 0,4 km², considerado baixo desmatamento.

A média do desmatamento no período de implementação do projeto foi 101% superior aos quatro anos anteriores, enquanto, no conjunto das TIs da Amazonia, o aumento foi de 169% no mesmo período. A redução do desmatamento após a implementação do projeto também foi mais significativa nas três TIs apoiadas, com redução de 91% contra 22% no conjunto das TIs da Amazonia. (Tabela 4)

Tabela 4: Variação do desmatamento médio (km²) TIs do projeto Bem Viver Sustentável X TIs Amazônia Legal

Terras Indígenas	Média 2012_2015	Média 2016_2022	Var (%)	2022_2023	Var (%)
Tis Projeto Bem viver Sustentável	0,20	0,40	↑ 101%	0,03	↓ -91%
Todas TIs da Amazônia Legal	10,9	29,4	↑ 169%	22,9	↓ -22%

Fonte: Elaborado pelos consultores (2024)

4.1. Componente 1- Produção sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica nas TIs do Parque do Tumucumaque (AP e PA) e Rio Paru d´Este (PA)

A Componente 1 - Produção Sustentável foca em atividades econômicas que promovem a conservação florestal, demonstrando que a floresta em pé pode ter um valor econômico significativo. Ter iniciativas de produção sustentável tem se mostrado economicamente atrativo, incentivando práticas que mantêm a floresta intacta e beneficiam diretamente as comunidades locais.

No âmbito do projeto *Bem Viver Sustentável*, foi possível desenvolver um conjunto de iniciativas produtivas sustentáveis, com destaque para a meliponicultura e apicultura. As abordagens dessas duas práticas desenvolvidas na TI do Parque do Tumucumaque representaram uma das principais atividades produtivas sustentáveis do projeto.

Em 2018, essa atividade resultou na produção de 798 litros de mel, gerando uma receita de R\$ 39.900,00 para aquele ano. A criação comunitária de abelhas nativas sem ferrão foi um avanço significativo, promovendo uma abordagem sustentável e assegurando a continuidade dessa prática.

Já a capacitação e o treinamento de jovens e mulheres foram fundamentais para o sucesso e a sustentabilidade da atividade. O envolvimento desses grupos nas atividades não só ampliou suas habilidades produtivas, mas também fomentou o desenvolvimento de novas lideranças, promovendo um senso de valorização e empoderamento. Esse engajamento estratégico foi essencial para fortalecer capacidades locais e garantir a sustentabilidade das iniciativas, criando um impacto em termos de inclusão social e desenvolvimento comunitário.

Adicionalmente, a atividade produtiva sustentável demonstrou intersectorialidade e sinergia, especialmente ao integrar componentes de juventude e gênero. Essas iniciativas não apenas promoveram a inclusão de jovens e mulheres em atividades produtivas, mas também ajudaram na proteção territorial. Por exemplo, para a coleta de mel em algumas áreas, foram organizadas expedições autônomas de proteção territorial, evidenciando a complementaridade entre a conservação ambiental e as atividades econômicas sustentáveis.

A proteção da biodiversidade deve ser promovida por meio de estratégias abrangentes que integrem atividades econômicas à conservação ambiental, garantindo que o uso dos recursos naturais seja sustentável e beneficie tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais. Essas abordagens integradas são essenciais para equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação dos ecossistemas, criando sinergias entre crescimento econômico e conservação da natureza.

No entanto, a implementação das atividades enfrentou desafios consideráveis, tais como:

- a necessidade de obtenção de licenciamento ambiental junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a extração de recursos naturais, o que exigiu tempo e articulação com as autoridades competentes;
- a certificação e comercialização do mel, com a necessidade de desenvolver uma identidade visual atraente para o produto e obter as certificações necessárias para garantir sua qualidade e autenticidade. Esses processos eram fundamentais para expandir a comercialização, permitindo que o produto alcançasse um público mais amplo e conquistasse novos mercados consumidores.

Uma das realizações do projeto foi a publicação do *Wanë: o livro do mel*, que documenta práticas produtivas sustentáveis nas TIs Parque do Tumucumaque e Rio Paru d’Este, com foco na meliponicultura e apicultura. O livro aborda o conhecimento indígena sobre o uso e manejo do mel, destacando sua importância cultural, medicinal e econômica. Essa publicação visou não apenas divulgar a riqueza desses conhecimentos, mas também reforçar a importância da meliponicultura na promoção e conservação da biodiversidade.

Aplicando os critérios de avaliação da OCDE, a publicação desse livro reflete um efeito positivo duradouro ao preservar e difundir o conhecimento tradicional, promovendo práticas sustentáveis e valorizando o diálogo intercultural. Isso demonstra um impacto, evidenciado pela capacidade de transformar a prática local em uma referência para outras comunidades e projetos similares.

O efeito direto “capacitação para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis” nas intervenções apoiadas pelo projeto *Bem Viver Sustentável* se efetivou a partir da capacitação de duas turmas de jovens, representando todas as aldeias envolvidas. As formações ocorreram de maneira intensiva durante seis semanas, utilizando a metodologia da alternância, que intercala atividades práticas entre os módulos presenciais. Essa metodologia “foi de grande importância para os processos de formação das atividades produtivas, pois permitiu uma combinação equilibrada entre os estudos e a prática, facilitando a aplicação imediata dos conhecimentos adquiridos no contexto local dos participantes.”⁶⁴ Além disso, “promoveu o empoderamento dos jovens, transformando-os em agentes ativos na implementação de práticas que mantêm a floresta em pé e geram renda, alinhando-se aos princípios da bioeconomia.”⁶⁵

Os temas abordados nessas capacitações estão descritos na Figura 13.

64. Depoimento de uma liderança indígena beneficiária do projeto coletado em entrevista realizada em abril de 2024.

65. Depoimento de um dos coordenadores do projeto *Bem Viver Sustentável*, coletado em entrevista realizada em março de 2024.

Figura 13: Temas abordados nas capacitações



Fonte: Elaborado pelos consultores (2024)

Esses processos de formações são fundamentais para o fortalecimento de atividades produtivas sustentáveis que preservam o meio ambiente e promovem a proteção territorial. Compreender e proteger os direitos indígenas é essencial para garantir a autonomia sobre seus territórios e recursos naturais, enquanto o fortalecimento da governança permite que as comunidades gerenciem de forma mais eficaz suas próprias iniciativas. A capacitação em vigilância é vital para que os indígenas protejam seus territórios contra ameaças, como invasões e desmatamento ilegal.

O manejo sustentável dos recursos naturais assegura que as práticas produtivas não degradem o ambiente, possibilitando o uso contínuo e sustentável da floresta, promovendo assim a bioeconomia, que integra a proteção ambiental com o desenvolvimento econômico.

Ao longo da execução do projeto, além das capacitações em temas específicos, foi implementada uma estratégia pedagógica com as associações locais, que envolveu a transferência de pequenos recursos para que pudessem gerenciar seus custos básicos. As associações, com sede em Macapá, receberam apoio para sua estrutura física e para processos de capacitação. Essa experiência incentivou-as a acessar editais de cooperação internacional para executar seus próprios projetos, o que representa um avanço importante em termos de protagonismo dos povos indígenas, capacitando-os a liderar suas próprias iniciativas e a buscar financiamento independente.

Ainda como parte da estratégia de capacitação, ocorreu a inserção de representantes indígenas do Tumucumaque e Rio Paru d'Este no projeto Mosaico da Amazônia Oriental, o primeiro mosaico de áreas protegidas do Brasil que inclui terras indígenas.

Outro elemento transversal identificado na estratégia de capacitação foi a promoção de intercâmbios relevantes, incluindo a experiência com a TI do Iapoque, onde agentes socioambientais participaram de trocas de experiências, além do curso Diálogos Agroecológicos, realizado na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Brasília, e do Encontro Regional de Mulheres Indígenas na Terra Indígena Wajãpi. Essas atividades ilustram as sinergias e a transversalidade das ações, que se relacionam diretamente com os critérios de sustentabilidade e impacto, promovendo uma rede de aprendizado e colaboração entre diferentes comunidades e projetos.

As sinergias criadas através da transversalidade das atividades – capacitações, intercâmbios e fortalecimento institucional – refletem os critérios de sustentabilidade segundo a OCDE. Essas sinergias promovem a sustentabilidade a longo prazo ao integrar e fortalecer diferentes

dimensões do desenvolvimento local e da gestão de recursos naturais. A complementaridade das ações demonstra como as diferentes atividades interconectadas podem contribuir para um resultado mais robusto e sustentável, beneficiando diretamente as comunidades envolvidas e promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

4.2. Componente 3 – Ordenamento Territorial: TIs Parque do Tumucumaque (AP e PA), Rio Paru d´Este (PA) e Zo´é (PA) com gestão territorial e ambiental fortalecida

Como parte das atividades relativas à Componente Ordenamento Territorial, foi elaborado o PGTA do povo Zo´é, o que foi fundamental para proteger o território desse povo, que frequentemente se encontram em áreas cobiçadas e ameaçadas por atividades ilegais, como caça, extração de madeira e mineração. Além disso, mesmo sendo terras amplas, os grupos familiares dos Zo´é circulam sistematicamente entre aldeias e roças, conforme formas tradicionais de mobilidade territorial, o que assegura a proteção do território e promove o uso sustentável dos recursos. Portanto, o PGTA ajudou a reforçar essa dinâmica de ocupação, garantindo que as terras sejam mantidas sob controle e uso indígena, preservando o ambiente e a biodiversidade e protegendo-as contra invasões externas.

Para povos de recente contato como os Zo´é, a elaboração desse instrumento foi “uma forma de exercer sua autodeterminação e controlar como desejam interagir com o mundo externo. Foi uma experiência que não se restringiu apenas à consulta, mas foi uma vivência e um diálogo profundo e contínuo, onde a comunidade pode expressar suas prioridades, preocupações e visões para o futuro.”⁶⁶

Um dos achados dessa avaliação sobre a elaboração deste PGTA é que, para povos de recente contato, esse processo exigiu uma abordagem sensível e adaptada às suas realidades. Isso envolveu compreender profundamente suas dinâmicas culturais, linguísticas e territoriais.

Finalmente, para os povos de recente contato, um PGTA é um reconhecimento formal de sua existência e direitos sobre suas terras. Ele não apenas legitima suas reivindicações, mas também é um passo importante para garantir a sustentabilidade de seus modos de vida e a preservação de suas tradições culturais. Portanto, a elaboração de um PGTA para esses povos foi muito mais que um processo burocrático, foi um meio de garantir a continuidade de sua existência, cultura e autonomia dentro de um contexto de constantes ameaças externas, assim como um documento estratégico e político, que pode ser utilizado para reivindicar direitos e obter apoio tanto do governo federal, como de governos subnacionais e outras organizações indigenistas ou indígenas.

O projeto *Bem Viver Sustentável* desempenhou um papel no fortalecimento institucional de duas associações indígenas:

- a Associação dos Povos Indígenas Wayana e Apalai (Apiwa); e
- a Associação dos Povos Indígenas Tiriyó, Kaxuyana, Txikuyana (Apitikatxi).

Desde o início, houve um esforço consistente para capacitar essas organizações em direitos indígenas, resultando na criação de um protocolo de consulta. Essa capacitação foi essencial para a estruturação e organização das associações no contexto da governança territorial, consolidando-as

66. Depoimento de um dos coordenadores do projeto *Bem Viver Sustentável*, coletado em entrevista realizada em março de 2024.

como atores-chave integrados às dinâmicas locais. Esse fortalecimento institucional tem um impacto duradouro, pois aumenta a capacidade das associações de governar e defender seus territórios de forma independente, promovendo a sustentabilidade e a resiliência de suas comunidades. Esse processo de fortalecimento responde ao critério de sustentabilidade da OCDE, que avalia a continuidade dos benefícios após o término do apoio do projeto.

A infraestrutura física fornecida pelo projeto, como a construção de espaços multiuso nas aldeias Bona e Missão Tiriyo, foi importante para o desenvolvimento organizacional, proporcionando locais adequados para reuniões, treinamento e planejamento. Ter uma infraestrutura apropriada, significa que as associações podem operar de maneira mais eficiente, acolhendo reuniões comunitárias, programas de capacitação e outras atividades essenciais para sua continuidade e fortalecimento.

Além disso, o projeto incentivou a criação de redes de mulheres dentro das organizações existentes, o que resultou em uma representatividade mais disseminada e inclusiva dentro do território. Essa inclusão garantiu que a questão de gênero fosse incorporada nos processos decisórios das associações. As mulheres, embora inicialmente interessadas em formar suas próprias associações, optaram por integrar-se às organizações existentes, destacando-se na elaboração de projetos e na captação de recursos. A inserção das mulheres indígenas em espaços de decisão fortalece a governança e promove a igualdade de gênero, refletindo um avanço significativo em termos de equidade e participação democrática.

Um dos desdobramentos positivos dessa capacitação foi a formação de um núcleo técnico para a implementação do PGTA das TIs Parque do Tumucumaque e Paru de Leste, o que permitiu uma execução participativa e transparente do orçamento do projeto. Mesmo após o término do projeto, esse núcleo técnico continua ativo, utilizando recursos captados anualmente pelas próprias organizações indígenas, demonstrando um fortalecimento em termos de autonomia e governança. Essa continuidade de atividades e capacidade de autossuficiência responde ao critério de eficácia da OCDE, que considera o grau em que os objetivos do projeto foram alcançados.

Já no período pós-projeto, em 2024, uma das associações obteve um orçamento de R\$ 1,2 milhão de dois projetos: Floresta+ e um edital do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá. Além disso, as associações também garantiram recursos adicionais através de um edital financiado pela Embaixada da Noruega. Esse foi o primeiro financiamento direto acessado pelas associações, marcando um avanço em termos de autonomia financeira e capacidade de gestão de recursos, o que se alinha ao critério de relevância, que avalia a pertinência do projeto para as prioridades e necessidades das beneficiárias.

Desde 2022, em parceria com a Nia Tero e do Iepé, foram consolidadas ações de implementação dos PGTA nas Terras Indígenas do complexo Tumucumaque e da TI Zo'é, incluindo o trabalho para a criação do Fundo Indígena Pacará, com previsão de lançamento em 2024. Com uma governança indígena, esse fundo busca garantir a sustentabilidade financeira contínua do território, baseando-se nas estratégias discutidas no PGTA e no protocolo de consulta. A criação desse fundo é um passo fundamental para a sustentabilidade a longo prazo das comunidades indígenas, garantindo recursos financeiros contínuos para apoiar suas atividades de governança e desenvolvimento sustentável.

A capacitação para jovens dentro do projeto *Bem Viver Sustentável* foi uma realização significativa para o fortalecimento da governança indígena e a promoção de práticas sustentáveis. Com a

capacitação de 67 jovens indígenas, a iniciativa não só reforçou a participação comunitária na gestão de seus territórios, mas também integrou conhecimentos tradicionais e modernos sobre vigilância e proteção territorial, nutrição, saúde e fortalecimento cultural.

Esse processo formativo incluiu também conhecimentos sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), criando uma base sólida para a atuação desses agentes no desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.

A implementação de uma estratégia de consolidação de redes comunitárias de vigilância na TI do Parque do Tumucumaque foi outro resultado significativo do projeto. A dificuldade da Funai em realizar vigilância e monitoramento efetivos, devido às limitações orçamentárias, foi parcialmente superada pela parceria estabelecida com o projeto. Ter a Funai, como parceira reforça a legitimidade e a eficácia das ações, garantindo maior apoio institucional.

A rede de comunicação, inicialmente baseada em radiofonia, e posteriormente aprimorada para internet, abrangeu cerca de 60 aldeias, proporcionando os meios necessários para uma vigilância integrada e eficaz. A construção de oito bases de controle e vigilância, superando a meta inicial de quatro, criou pontos estratégicos para reuniões, formação de jovens e atualização do monitoramento territorial e ambiental. Essa rede facilitou a coordenação de ações integradas de vigilância, permitindo uma fiscalização eficiente de atividades ilegais, como o garimpo e outras ameaças.

A experiência das redes comunitárias de vigilância territorial demonstrou ser fundamental para apoiar estratégias de redução do desmatamento e para a inclusão transversal do tema de mitigação dos impactos das mudanças climáticas nas atividades do projeto. Essa inserção não se deu por meio de uma ação direta, mas sim através de um conjunto de estratégias que fortaleceram a proteção territorial e o uso sustentável dos recursos naturais. A importância dessas experiências reside na sua capacidade de promover a sustentabilidade ambiental, engajar as comunidades locais na proteção de seus territórios e reforçar a resiliência diante das mudanças climáticas.

5. Gestão e Monitoramento

O Iepé já possuía uma experiência consolidada em gestão e monitoramento de projetos, adquirida ao longo de anos de financiamento da cooperação internacional. Essa experiência trouxe familiaridade com instrumentos de gestão e monitoramento alinhados com a metodologia do marco lógico, amplamente utilizada para o planejamento e avaliação de projetos. No entanto, ao avançar para a implementação de um projeto financiado pelo Fundo Amazônia, surgiram desafios relacionados à adequação desses instrumentos de monitoramento à realidade específica dos projetos indígenas.

Durante a fase de aprovação do projeto, houve uma pressão política interna do BNDES para acelerar o processo, o que resultou em uma negociação rápida dos detalhes técnicos e deixou pouco espaço para uma discussão aprofundada sobre o marco lógico do projeto. Essa discussão acabou ocorrendo apenas após a aprovação do projeto. Embora essa abordagem tenha sido eficiente em termos de tempo, ela se mostrou inadequada para capturar a realidade e os objetivos específicos dos projetos em TIs.

O marco lógico do projeto focava principalmente em indicadores relacionados ao desmatamento e outras ameaças, que não refletiam a realidade de preservação e bem viver nas TIs da região. As

mensurações de área desmatada, por exemplo, não capturavam a complexidade da gestão territorial indígena e o fortalecimento de suas organizações. Essa inadequação dos instrumentos de monitoramento ao contexto específico limitou a relevância dos dados coletados para avaliar o impacto real do projeto.

6. Conclusão

O projeto *Bem Viver Sustentável* gerou um conjunto de resultados nas TIs Parque do Tumucumaque, Rio Paru d'Este e Zo'é, fortalecendo a gestão territorial e ambiental e promovendo a autonomia e o protagonismo das comunidades indígenas envolvidas.

O projeto destacou-se pela capacidade de integrar diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável, combinando conservação ambiental com inclusão social e valorização cultural. A capacitação de jovens e mulheres, a promoção de práticas produtivas sustentáveis, como a meliponicultura e apicultura, e a criação de redes comunitárias de vigilância foram elementos-chave que fortaleceram a governança indígena e promoveram a resiliência das comunidades frente às mudanças climáticas e ameaças externas.

O fortalecimento institucional de duas organizações indígenas e a semente que fora deixada com a possibilidade de criação de um fundo indígena com governança própria representaram avanços importantes em termos de autonomia financeira e capacidade de gestão de recursos. Esse aspecto político de fortalecimento institucional é muito válido, pois proporciona às comunidades indígenas a capacidade de continuar desenvolvendo suas próprias iniciativas de forma independente, garantindo a sustentabilidade de suas atividades a longo prazo.

Aplicando os critérios da OCDE, tem-se o seguinte quadro avaliativo.

CRITÉRIOS	RESULTADOS
Relevância	O projeto <i>Bem Viver Sustentável</i> foi relevante para as necessidades das comunidades indígenas, abordando a proteção territorial, o manejo sustentável dos recursos naturais e a capacitação para gestão territorial e ambiental. O fortalecimento das associações indígenas e a inclusão de representantes indígenas em processos de governança demonstram a relevância do projeto para a autonomia e gestão indígena. As experiências de financiamento direto acessadas pelas associações indígenas representam um avanço em termos de autonomia financeira e capacidade de gestão de recursos. Assim, o acesso direto ao financiamento não apenas fortalece a autonomia das associações, mas também demonstra a relevância do projeto ao atender às necessidades e prioridades definidas pelas próprias comunidades indígenas.
Eficácia	A capacitação resultou na criação de um núcleo técnico para a implementação do PGTA das TIs Parque do Tumucumaque e Paru de Leste, permitindo uma execução participativa e transparente do orçamento do projeto. Mesmo após o término, o núcleo técnico permanece ativo, utilizando recursos captados pelas próprias organizações indígenas, demonstrando eficácia ao alcançar os objetivos de autonomia e governança definidos pelo projeto.

Eficiência	A formação de redes comunitárias de vigilância e a criação de bases de controle e vigilância superaram as metas iniciais, indicando uma boa utilização dos recursos disponíveis. A capacitação de jovens e mulheres para atividades produtivas sustentáveis demonstrou uma eficiente aplicação de recursos na formação e no fortalecimento de capacidades locais.
Impacto	O fortalecimento das associações indígenas e a capacitação contínua dos agentes ambientais indígenas demonstram um impacto duradouro em termos de governança e gestão territorial indígena. A publicação do livro do mel gerou um impacto significativo ao preservar e difundir o conhecimento tradicional, promovendo práticas sustentáveis e fortalecendo o diálogo intercultural, transformando a prática local em um modelo de referência para outras comunidades e projetos.
Sustentabilidade	As sinergias entre capacitações, intercâmbios e fortalecimento institucional promovem a sustentabilidade a longo prazo, ao integrar e fortalecer diversas dimensões do desenvolvimento local e da gestão de recursos naturais, resultando em um efeito mais robusto e duradouro para as comunidades envolvidas. A continuidade das ações a partir do alinhamento com as políticas públicas da Funai. Essas iniciativas não apenas promoveram a sustentabilidade e o desenvolvimento local, mas também criaram um modelo replicável que pode ser adaptado e ampliado para outras TIs e contextos.

7. Recomendações e Lições Aprendidas

As principais lições aprendidas com a implementação do projeto foram:

- O diálogo entre a instituição executora e o Fundo Amazônia serviu para uma relação respeitosa e colaborativa entre esses dois setores, proporcionando aprendizados sobre a burocracia e a gestão do projeto;
- Para o êxito do projeto, é relevante a experiência e conhecimentos da executora na sua atuação no território junto aos povos indígenas, que antecede a elaboração e execução do projeto;
- Os conhecimentos científicos somados com os conhecimentos tradicionais são fundamentais para fortalecer a gestão territorial e ambiental, como exemplo tem-se a elaboração dos etnomapas e atividades relacionadas a agroecologia dos povos indígenas;
- O apoio para a realização de reuniões, logística e cursos contribuiu para a governança do território;
- Adoção de metodologia adequada para a participação de povo de recente contato na elaboração do PGTA fortaleceu a autonomia do referido povo indígena para decidir sobre a gestão de seu território;
- O fortalecimento da capacidade institucional das organizações indígenas é fundamental para o êxito do projeto;
- Para alcançar êxito na implementação de projetos relacionados a PNGATI e os objetivos do Fundo Amazônia, ou seja, redução do desmatamento, é fundamental a destinação de recursos técnicos e financeiros para a atuação de organizações não-governamentais, dos povos e de organizações indígenas.

Recomendações

Recomendação	Executores	Governos Subnacionais	Fundo Amazônia	Governo Federal	Doadores
Apoiar a continuidade do Projeto junto à instituição Executora, povos e organizações indígenas beneficiárias, inclusive no sentido de realização de pesquisa aplicada e produção de informações destinadas à implementação da PNGATI	✓		✓	✓	✓
Incluir no orçamento anual recursos específicos para a implementação da PNGATI, o que implica em apoiar os PGTA's regionais				✓	
Incentivar e apoiar financeiramente a articulação da PNGATI com políticas públicas nas áreas de educação e saúde	✓	✓	✓	✓	✓
Garantir Assento para a sociedade civil e povos indígenas no Comitê Gestor da PNGATI.				✓	
Apoiar a continuidade do Fortalecimento Institucional das organizações dos povos indígenas, o que inclui, mas não se limita, apoio a construção de sedes, contratação de equipe técnica, realização de reuniões, cursos, qualificações, consultorias, aquisição de equipamentos e logística.	✓	✓	✓	✓	✓

8. Salvaguardas de Cancun (REDD+)

Salvaguarda	Atende	Observação
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes		
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	SIM	Encontra-se em sintonia com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), visto que uma das políticas públicas que norteou a chamada para estes projetos foi a revisão do plano de ação do PPCDAm.
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	SIM	Encontra-se alinhados as seguintes políticas: • Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm); • Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI); • Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); • Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG).
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	SIM	O projeto <i>Bem Viver Sustentável</i> contribuiu diretamente através da implementação de práticas de manejo sustentável, controle e proteção territorial e capacitação de comunidades indígenas em técnicas que promovem a conservação florestal.
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional		
Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	SIM	Os projetos promoveram articulação significativa entre diversos atores, incluindo o setor público (Funai) e organizações indígenas. Utilizaram instâncias de governança compartilhada, como o desenvolvimento e implementação dos PGTA e a criação de redes comunitárias de vigilância, fortalecendo a colaboração e a governança territorial.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	SIM	Ao implementar e elaborar PGTA, que ajudaram a consolidar a gestão territorial indígena. Além disso, promoveram capacitações em vigilância e manejo sustentável, criando redes comunitárias de vigilância e fortalecendo a governança local, o que aumentou a eficácia na proteção de territórios e no combate ao desmatamento ilegal.
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas		
Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	SIM	Ao fortalecer a autodeterminação das comunidades indígenas por meio da elaboração e implementação de PGTA. Esses planos ajudaram a garantir o controle indígena sobre seus territórios, protegendo-os contra invasões e atividades ilegais, e reforçaram a legitimidade das reivindicações territoriais das comunidades envolvidas.
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	SIM	Ao promover práticas como a meliponicultura e o manejo sustentável de recursos florestais. Capacitações específicas em técnicas de manejo e vigilância ajudaram as comunidades a implementarem atividades produtivas sustentáveis, garantindo a conservação da biodiversidade e a manutenção da floresta em pé.
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	SIM	As atividades foram desenvolvidas em estreita colaboração com as comunidades, utilizando metodologias adaptadas às suas realidades culturais e linguísticas, como evidenciado na elaboração dos PGTA e na valorização de práticas tradicionais sustentáveis, promovendo um diálogo intercultural e a autodeterminação das comunidades.

Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	SIM	Os projetos geraram efeitos que interferem de forma predominantemente positiva no modo tradicional de vida dos grupos beneficiários. Promoveram a organização social, ao fortalecer lideranças e capacitar jovens e mulheres, e influenciaram positivamente a economia local, com a introdução de práticas produtivas sustentáveis. No entanto, a necessidade de adaptação a novas formas de gestão e governança também trouxe desafios que exigiram mudanças na dinâmica social e no uso de espaços e recursos
--	------------	---

4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16

De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	SIM	Ao realizar consultas amplas e contínuas com as comunidades indígenas, utilizando protocolos de consulta adaptados às suas realidades culturais. Essas consultas permitiram a participação ativa das comunidades na tomada de decisões, assegurando que suas vozes fossem ouvidas e que as lideranças fossem escolhidas de acordo com seus próprios sistemas socioculturais
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	SIM	Os projetos aplicaram instrumentos participativos, como a elaboração dos PGTAs e a criação de redes comunitárias de vigilância, que envolveram diretamente as comunidades no planejamento e na gestão. Foram realizadas oficinas e consultas que permitiram a participação ativa dos beneficiários na tomada de decisão, garantindo que as ações fossem alinhadas às necessidades e prioridades locais
Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	SIM	Sim, os benefícios econômicos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários. As atividades produtivas sustentáveis, como a meliponicultura, foram desenvolvidas com participação comunitária e os recursos foram distribuídos de maneira que evitou a concentração, promovendo a inclusão de jovens e mulheres e fortalecendo a coesão social nas comunidades
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	SIM	Por meio de consultas amplas, reuniões comunitárias.
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	EM PARTE	O projeto possuía um sistema de monitoramento de resultados e impactos, porém enfrentaram desafios para adequar os instrumentos de monitoramento às realidades específicas das comunidades indígenas

5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16⁶⁷ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais

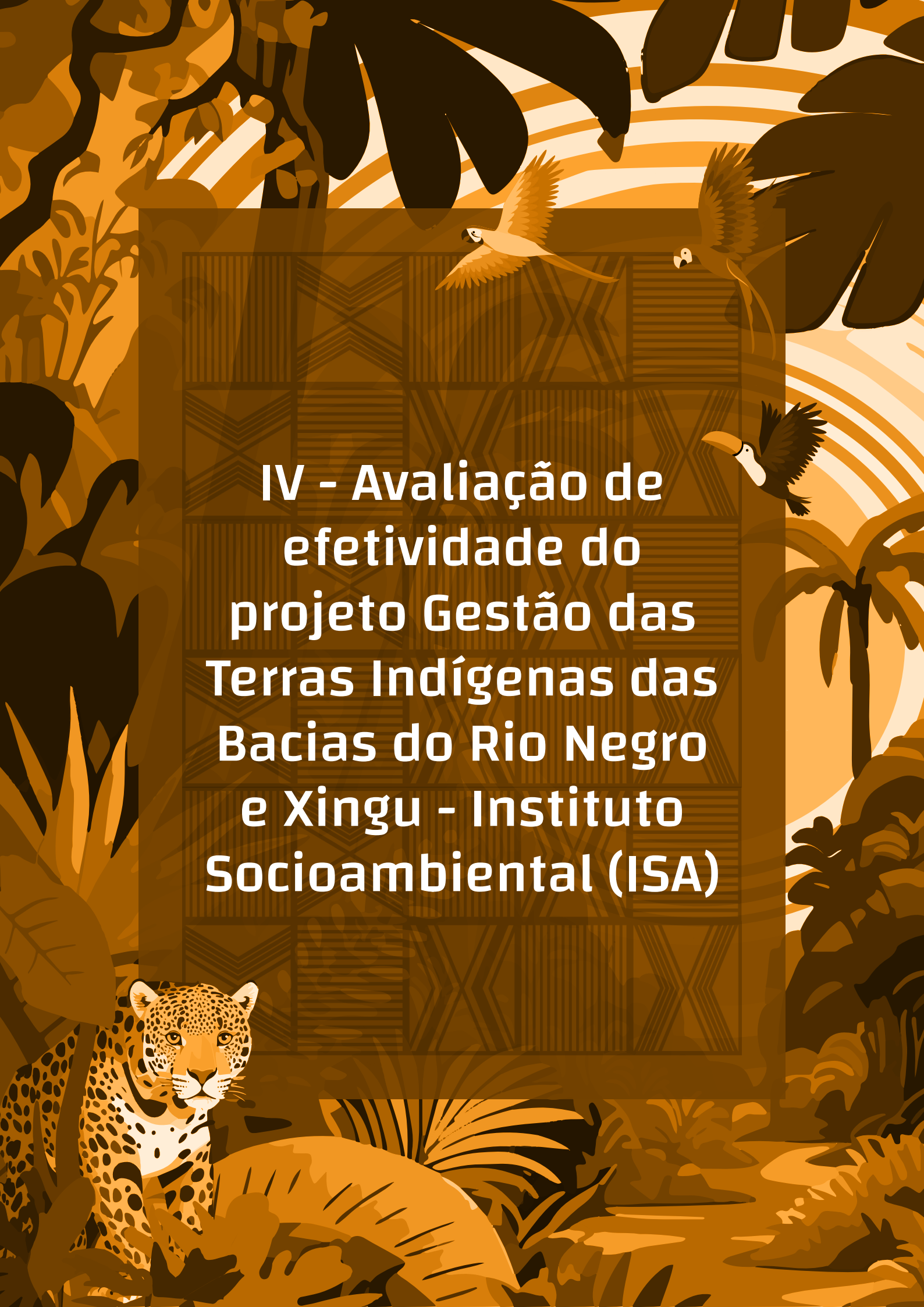
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	SIM	Ao implementar PGTAS, reduzir o desmatamento, fortalecer a governança indígena e promover atividades de vigilância e manejo sustentável dos recursos naturais
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	SIM	A partir da capacitação de comunidades indígenas em técnicas de manejo sustentável e práticas de conservação. A promoção de atividades produtivas sustentáveis, como meliponicultura e apicultura, ajudou na recuperação ambiental ao incentivar a polinização e o restabelecimento da flora local.
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	SIM	Todas as metodologias utilizam espécies nativas para promover a regeneração natural e fortalecer a biodiversidade local.

67. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.

Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?	SIM	Os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico ao implementar práticas sustentáveis, como meliponicultura, que promoveram a regeneração ambiental e geraram renda para as comunidades indígenas.
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?	SIM	Os principais riscos incluem desmatamento ilegal e invasões. Os projetos os abordaram por meio de fortalecimento da governança indígena, vigilância comunitária e capacitação em manejo sustentável.
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	NÃO	Não foi identificado a partir das ações do projeto o deslocamento de emissões evitadas para outras áreas.

9. Critérios Transversais

Critérios transversais		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	SIM	Ao promover a meliponicultura e capacitar comunidades em práticas de manejo sustentável, gerando renda enquanto conservam os recursos naturais.
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	SIM	Ao gerar oportunidades de renda sustentável, fortalecer capacidades locais e promover a participação de mulheres e jovens em atividades produtivas.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	SIM	Por meio de manejo sustentável, incentivando a comercialização de mel.
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	SIM	Ao promover a inclusão e empoderamento de mulheres em atividades produtivas e de governança comunitária.
	Como os projetos contribuiu para a equidade de gênero?	SIM	Ao incentivar a participação ativa das mulheres em atividades econômicas, capacitações e processos decisórios comunitários.
Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	EM PARTES	Somente as políticas do governo federal. Não houve articulação com as políticas estaduais ou municipais
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	SIM	Ao promover práticas de manejo sustentável e diversificação de culturas, produção de mel
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	NÃO	

The background is a stylized illustration of a jungle. In the bottom left, a leopard is sitting and looking towards the viewer. In the top right, a toucan is perched on a branch. Two parrots are flying in the upper center. The background is filled with various tropical plants and trees. A large, semi-transparent rectangle with a geometric pattern is in the center, containing the text.

IV - Avaliação de efetividade do projeto Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu - Instituto Socioambiental (ISA)

Ficha do Projeto

Título do projeto:	Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu
Entidade responsável:	Instituto Socioambiental – ISA
Período do projeto:	3º trimestre de 2016 a 2º trimestre de 2021
Abrangência territorial:	(i) Na bacia do rio Xingu, Território Indígena do Xingu (TIX), formado por quatro terras indígenas (Parque Indígena do Xingu e TIs Batovi, Wawi e Pequizal Naruvôtu), localizadas no Mato Grosso; (ii) Na bacia do Rio Negro, região conhecida como cabeça do cachorro, abrangendo sete TIs (Alto Rio Negro, do Rio Apaporis, Cué-Cué-Marabitanas, Balaio, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e do Rio Téae) e a TI Yanomami, localizada nos estados do Amazonas e Roraima
Beneficiários:	(i) 16 povos indígenas que habitam o Território Indígena do Xingu (TIX); (ii) 23 povos habitantes das sete TIs da região do Alto Rio Negro; e (iii) 2 povos que habitam a TI Yanomami (Yanomami e Ye'Kuana).
Objetivo:	(i) Implementar o PGTA do Parque Indígena do Xingu (PIX) e (II) elaborar PGTA's para a região do Alto Rio Negro e da TI Yanomami.
Valor total do projeto:	R\$ 12.302.481,90
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	11.685.843,14

Fonte: Adaptado pelos consultores a partir de informações coletadas no site do Fundo Amazônia: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Bem-Viver-Sustentavel/>

1. Introdução

O Instituto Socioambiental implementou o projeto *Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu*, o que incluiu (i) a implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) no Território Indígena Xingu (TIX) e (ii) a elaboração de PGTA's para as TIs do alto Rio Negro e TI Yanomami.

Em relação à bacia do rio Xingu, foi implementado o PGTA no Território Indígena do Xingu (TIX), formado por quatro TIs (Parque Indígena do Xingu e TIs Batovi, Wawi, e Pequizal Naruvôtu), que ocupam um total de 2.825.470 hectares. Com cerca de 140 aldeias, localizadas no Mato Grosso, são habitadas por 16 povos indígenas, com população aproximada de 7 mil pessoas.

A implementação do PGTA no Território Indígena Xingu incluiu as seguintes ações: realização de oficinas para a definição de prioridades; duas chamadas públicas no âmbito da iniciativa Apoio a Iniciativas Comunitárias (AIC), que apoiou pequenos projetos na área da agroecologia; apoio a projetos de fortalecimento cultural; oficinas de formação em audiovisual; construção de infraestrutura; aquisição de sete embarcações e equipamentos de informática, serviços de vigilância indígena e monitoramento territorial.

Na região do Alto Rio Negro, é expressiva a população indígena que habita as áreas urbanas dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Izabel e Barcelos, bem como as TIs Alto Rio Negro, Rio Apaporis, Cué-Cué-Marabitanas, Balaio, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, e do Rio Tae. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a população indígena dessa região era de 48.133, o que correspondia a 6% da população indígena do país e 30% do Amazonas⁶⁸

68. Relatório de Avaliação de Resultados. Gestão e Governança de Terras Indígenas nas Bacias do Rio Negro e Xingu. Instituto Socioambiental. Período de implantação do projeto: 3º trimestre/2016 a 2º trimestre/2021. Data: 19/06/2021

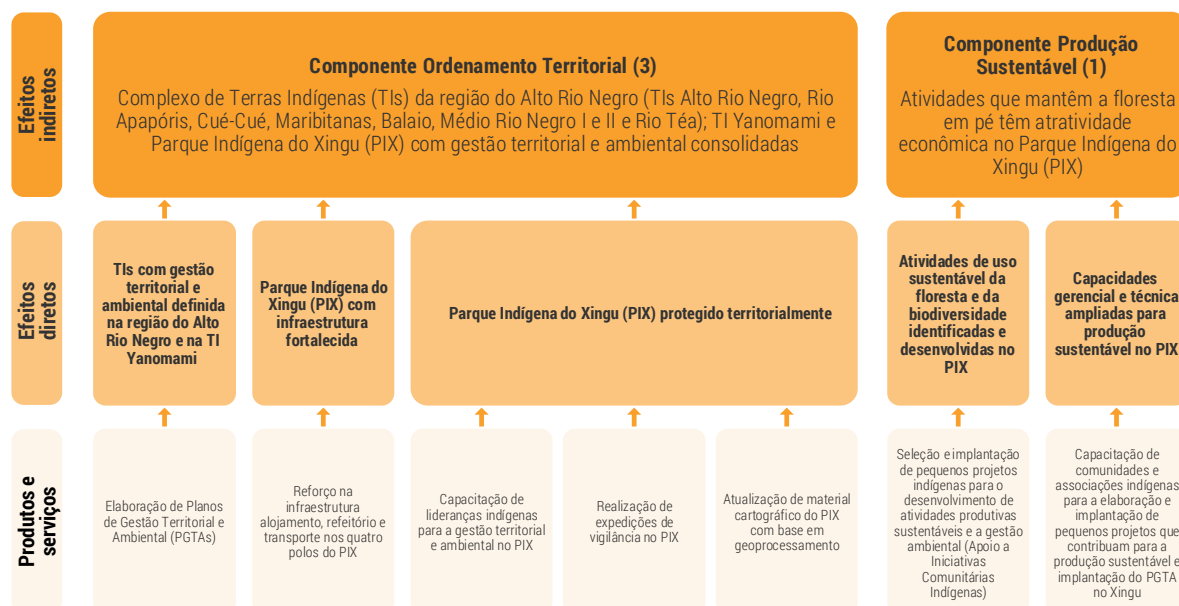
A TI Yanomami, com 9.664.975 hectares, é a maior terra indígena do país. Localizada nos estados do Amazonas e Roraima, possui aproximadamente 270 aldeias, totalizando 26.780 pessoas, sem contar com a população dos “Yanomami isolados”. A elaboração do PGTA da TI Yanomami envolveu a criação de um fórum para a participação de lideranças, produção de material bilingue (português e yanomami) e pactuação.

A elaboração dos PGTA's referentes às TIs do Alto Rio Negro envolveu a sistematização de dados já existentes sobre as TIs dessa região, a mobilização de animadores, pesquisadores indígenas e não indígenas e um amplo processo de consulta, consolidação e pactuação.

2. Logica da Intervenção

No Quadro Lógico do Fundo Amazônia, o projeto *Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu* encontra-se inserido nas componentes Produção Sustentável (1) e Ordenamento Territorial (3). (Figura 14)

Figura 14: Árvore de objetivos do projeto Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro



Fonte: Termo de Referência da Avaliação temática de efetividade de projetos voltados a povos indígenas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES (2023)

3. Metodologia

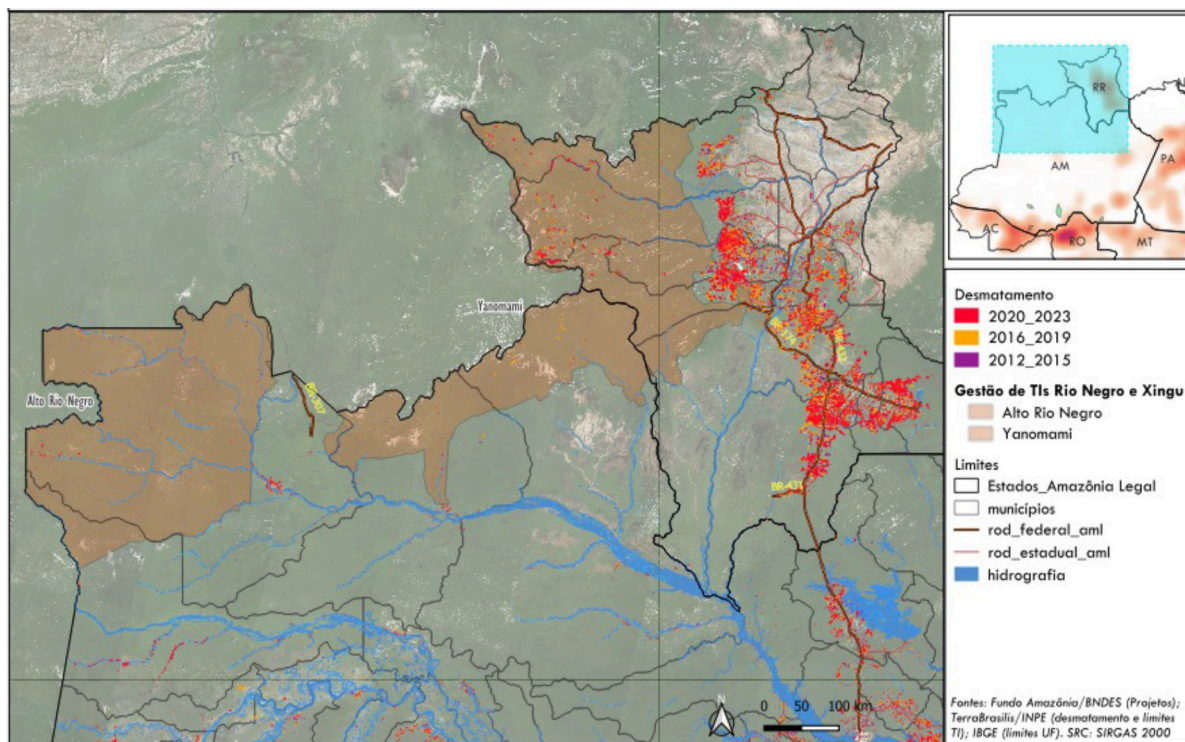
A metodologia para avaliação deste projeto teve como elemento norteador o conjunto de critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), já descritos no item 4 do relatório da avaliação temática de projetos indígenas. Visando obter informações e responder às perguntas avaliativas, procedeu-se a análise dos documentos apresentados à consultoria.

Foram realizadas reuniões online com a participação de representantes do ISA. Também foi realizada uma reunião presencial com lideranças indígenas do Parque Indígena do Xingu. Essa conversa deu-se de forma presencial quando um grupo de indígenas esteve em Brasília para participar do Assentamento Terra Livre 2024 (ATL).

4. Avaliação de Resultados

O projeto apoiou três TIs, sendo duas na bacia do Rio Negro (Alto Rio Negro e Yanomami) e uma na bacia do rio Xingu (Parque do Xingu). (Figura 15)

Figura 15: TIs apoiadas pelo projeto *Gestão de Terras Indígenas: Rio Negro e Xingu* x desmatamento por quadriênio de 2012-2023



Fonte: Elaborado pelos consultores (2024)

A TI Alto Rio Negro apresenta a menor taxa de desmatamento entre as três. Possivelmente, sua localização remota contribui para esse fator. De 2012 a 2018, o desmatamento reduziu de 0,8 para 0,2 4 km². Entretanto, entre 2019 e 2022, foram desmatados mais de 10 km² no total agregado destes anos, com taxas anuais superando os 3 km² em 2019 e os 4 km² em 2021. Em 2022, essa taxa voltou a ficar abaixo dos 2 km² hectares e, em 2023 para 0,7 km².

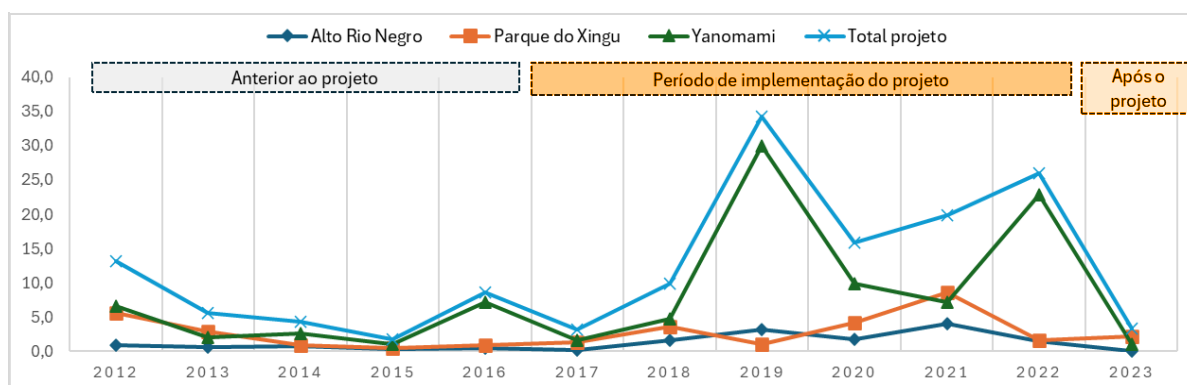
A TI Yanomami vive uma realidade mais complexa, com várias frentes de desmatamento detectadas, principalmente no estado de Roraima. A mineração ilegal de ouro é uma das principais ameaças, sendo os rios, como o Mucajaí e o Uraricoera, e as pistas de pouso clandestinas as principais vias de acesso para essa atividade ilegal. A grilagem de terras e a exploração ilegal de madeira também são fatores de pressão presente na TI Yanomami. Entre 2012 e 2018, o desmatamento oscilava bastante entre os 1 e os 7 km² anuais. No entanto, o desmatamento observado somente no ano de 2019 foi de quase 30 km². Como comparação, o desmatamento somado nos cinco anos que antecederam o projeto foi de cerca de 20 km². Em 2020 e 2021 a perda de floresta voltou a ficar abaixo dos 10 km², mas em 2022 foi detectado novo pico de alta, com mais de 22 km² desflorestados. Em 2023 houve redução brusca do desmatamento, para 7 km². o que ainda representa uma perda significativa de floresta. Esta redução é devida principalmente às operações federais de fiscalização, combate a mineração ilegal e desintrusão.

A TI do Parque do Xingu, rodeada por diversos municípios produtores de soja, no Mato Grosso, já vinha sendo desafiada pelo desmatamento. Em 2012 e 2013, observaram-se altas taxas, com 5,65 e 2,93 km² desmatados respectivamente. Entretanto, a principal alta de desmatamento ocorreu em 2021, já dentro do período crítico para a Amazônia, com 856 hectares. Diferente das demais TIs, em 2023, a TI Parque do Xingu não viu o desmatamento reduzir, tendo ainda uma ligeira alta se comparada a 2022, de 1,65 para 2,16 km², embora ainda menor do que o observado no período crítico.

Entre os principais vetores do aumento do desmatamento na TI Parque do Xingu está a forte expansão da agropecuária em municípios próximos, como Gaúcha do Norte e Querência, que utilizam principalmente as rodovias BR-159 e MT-242 para escoar sua produção, conectando essas cidades aos portos de Miritituba (PA) e Santarém (PA) e a outras cidades da região. Além disso, há um projeto em desenvolvimento para utilizar a hidrovia do Araguaia para escoar a produção de soja da região. Esse tipo de projeto estimula a expansão, que, aliada ao descaso de governos e enriquecimento da fiscalização, geram o atual cenário de pressão.

O Gráfico 5 apresenta a evolução do desmatamento nas TIs atendidas pelo projeto *Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu* de 2012 a 2023 e a Tabela 5 o incremento anual do desmatamento na região no mesmo período.

Gráfico 5: Desmatamento anual nas TIs do projeto *Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu*



Fonte: Elaborado pelos consultores (2024)

Tabela 5: Incremento anual do desmatamento km², nas TIs apoiadas pelo projeto

Terra Indígena	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Alto Rio Negro	0,89	0,58	0,71	0,31	0,45	0,20	1,62	3,20	1,74	4,04	1,51	0,74
Parque do Xingu	5,65	2,93	0,91	0,43	0,94	1,35	3,59	1,11	4,17	8,56	1,65	2,16
Yanomami	6,57	2,10	2,65	1,08	7,24	1,65	4,74	29,93	9,95	7,20	22,80	1,12
Total Tis projeto	13,10	5,60	4,27	1,81	8,63	3,21	9,96	34,25	15,87	19,80	25,96	4,02
Todas Tis Amazônia	13,5	14,4	8,6	7,0	10,1	12,9	25,2	49,4	42,7	36,0	32,5	13,2

Fonte: Elaborado pelos consultores (2024)

Na soma do desmatamento das três TIs atendidas pelo projeto *Gestão de Terras Indígenas no Rio Negro* a média ficou oscilou de 6,68 para 18km2, considerado um desmatamento significativamente alto.

A média do desmatamento no período de implementação do projeto foi 172% superior aos cinco anos anteriores, enquanto no conjunto das TI da Amazonia, o aumento foi de 209% no mesmo período. A redução do desmatamento após a implementação do projeto foi ligeiramente maior nas cinco TI apoiadas, com diminuição de 78% contra 60% no conjunto das TI da Amazonia. (Tabela 6)

Tabela 6: Variação do desmatamento médio km², entre períodos: comparação com TIs da Amazônia Legal.

Terras Indígenas	Média 2012_2015	Média 2016_2022	Var (%)	2023	Var (%)
Tis Projeto Gestão de Tis Rio Negro e Xingu	6,68	18,17	↑ 172%	4,02	↓ -78%
Todas TIs da Amazônia Legal	10,7	33,1	↑ 209%	13,2	↓ -60%

Fonte: Elaborado pelos consultores (2024)

4.1. Componente 1- Produção sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica no Parque Indígena do Xingu (PIX)

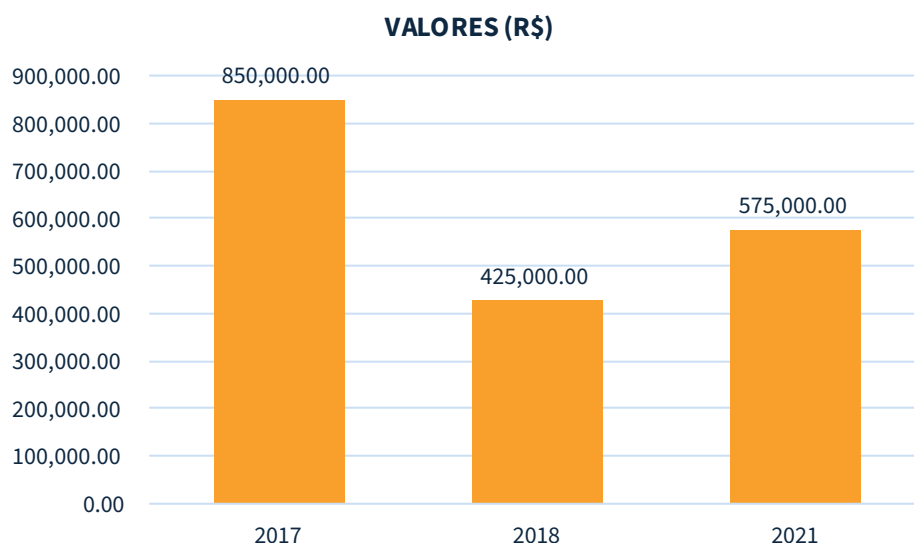
No contexto da Componente 1, que previa a promoção de atividades produtivas sustentáveis, o projeto possibilitou o Apoio a Iniciativas Comunitárias (AIC), um fundo para pequenos projetos criado e financiado no âmbito do projeto *Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu*.⁶⁹ Esse fundo foi concebido para atender à necessidade de ações específicas voltadas para os 16 povos e 150 aldeias do Território Indígena do Xingu (PIX), funcionando como suporte financeiro complementar à implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) do Xingu. Os projetos financiados pelo AIC deveriam focar em temas centrais como: soberania alimentar, fortalecimento cultural e desenvolvimento de alternativas econômicas.

O Fundo Amazônia apoiou o AIC inicialmente através de dois editais, lançados em 2017 e 2018. Após a conclusão do projeto financiado pelo Fundo Amazônia, um novo aporte de recursos foi feito em 2021 sem um novo edital, contratando iniciativas que já haviam sido pré-aprovadas nos editais anteriores, devido ao alto número de propostas recebidas.

Ao todo, 65 projetos foram apoiados, beneficiando 75 comunidades e envolvendo 12 povos indígenas, com um investimento total de R\$ 1,85 milhões (Gráfico 6). O aumento no número de projetos apoiados ao longo dos anos demonstra uma crescente demanda por esse tipo de apoio, refletindo uma maior mobilização das comunidades para acessar recursos e implementar iniciativas locais. Esse aumento também sugere um fortalecimento da capacidade das comunidades indígenas de formular projetos e buscar apoio externo, o que tem implicações econômicas significativas, como a diversificação das fontes de renda e a promoção de práticas sustentáveis que contribuem para a autonomia financeira dessas comunidades.

69. INESC. **Quanto custa tirar um PGTA do papel? Possibilidades de financiamento para os Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos. 2023

Gráfico 6: Valores dos editais apoiados pelo AIC (2017-2021).



Fonte: Elaboração própria dos consultores (2024).

Em 2023, a gestão do AIC passou do ISA para a Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX), uma organização indígena, o que representa um passo importante na autogestão de fundos por parte dos próprios povos indígenas. A governança indígena sobre o fundo reflete um movimento em direção à autonomia e ao empoderamento, permitindo que as próprias comunidades indígenas definam suas prioridades e estratégias de uso dos recursos. Ter um fundo gerido pelos próprios indígenas para seus povos significa um controle mais direto sobre os processos de financiamento, garantindo que os recursos sejam aplicados de maneira que respeite e valorize as tradições e necessidades locais, além de fortalecer a autossuficiência e a capacidade de gestão das organizações indígenas.

Esses fundos comunitários indígenas são importantes devido ao seu papel como alternativa viável aos métodos tradicionais de financiamento climático.⁷⁰ Acessar um fundo como o AIC é uma oportunidade de organizações locais exercitarem a linguagem dos projetos, editais e todos os aspectos relativos à sua gestão.⁷¹

A abordagem inclusiva do AIC também foi um fator muito importante para seu sucesso. Ao permitir que as propostas fossem enviadas tanto por escrito quanto por meio de vídeos, a iniciativa respeitou a tradição de oralidade desses povos e garantiu que mesmo as comunidades mais remotas e tradicionalmente excluídas de processos burocráticos pudessem participar. Essa flexibilidade na apresentação de propostas ajudou a democratizar o acesso aos fundos e promover uma distribuição mais equitativa dos recursos, fortalecendo o tecido social e organizacional das comunidades indígenas.

A simplificação dos processos de acesso a recursos e a formação das comunidades no gerenciamento de prestação de contas pelo AIC foram fundamentais para seu impacto positivo. A desburocratização e simplificação dos processos permitiram um acesso mais inclusivo e eficaz aos

70. TIERNEY, J. **Funding Indigenous Peoples: Strategies for Support**. [s.l.] Grant Craft, c2015.

71. GRUPIONI, L.D.B. *et al.* **Em busca do bem viver: Experiências de elaboração de planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas**. São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica- RCA, 2020.

recursos, beneficiando comunidades indígenas que poderiam ser marginalizadas em outros contextos de financiamento. O impacto econômico e social dessas iniciativas foi significativo, resultando na melhoria das condições de vida, aumento da capacidade produtiva e fortalecimento das organizações locais.

Em termos de sustentabilidade, o AIC foi bem-sucedido ao garantir a continuidade dos recursos a longo prazo por meio de um planejamento estratégico robusto. A governança do fundo, que inclui negociações para novos aportes financeiros e a preparação cuidadosa de editais futuros, assegura que o apoio às comunidades indígenas seja mantido. Além disso, o AIC se destacou em termos de eficiência e eficácia, demonstrando que fundos adaptados às particularidades culturais e necessidades específicas das comunidades indígenas não só são viáveis como também replicáveis para outras iniciativas.

4.2. Componente 3- Complexo de TIs da região do Alto Rio Negro (TIs Alto Rio Negro, Rio Apapóris, Cué-Cué, Marabitanas, Balaio, Médio Rio Negro I e II e Rio Teá); TI Yanomami e Parque Indígena do Xingu (PIX) com gestão territorial e ambiental consolidadas.

Dentro da Componente 3, de Ordenamento Territorial, o projeto possuía uma atividade focada no fortalecimento da infraestrutura e na capacitação das comunidades indígenas no PIX. As intervenções realizadas nos pólos de Leonardo, Diauarum, Wawi e Pavuru, bem como na sede da ATIX em Canarana, foram projetadas para atender às necessidades específicas de cada comunidade, reforçando tanto a infraestrutura física quanto a capacidade institucional de articulação e defesa dos direitos indígenas.

A construção de novas instalações, como auditórios equipados, escritórios e áreas de convivência, e a melhoria no sistema de energia e comunicação têm desempenhado um papel fundamental na organização comunitária, na mobilização política e na implementação de atividades produtivas sustentáveis. Essas melhorias infraestruturais não apenas proporcionam um ambiente mais adequado para o desenvolvimento das comunidades, mas também fortalecem a capacidade organizacional e operacional da ATIX, criando um horizonte promissor para o crescimento contínuo e a sustentabilidade dessas ações.

Mesmo após a finalização do projeto, todas as infraestruturas implementadas continuam em pleno funcionamento, demonstrando a sustentabilidade das intervenções realizadas. As instalações, que incluem melhorias nas infraestruturas, como auditórios com cozinhas e escritórios, são amplamente utilizadas para capacitações em políticas públicas, reuniões com órgãos governamentais e treinamentos voltados para atividades produtivas sustentáveis. A nova sede da ATIX em Canarana, inaugurada em julho de 2024, agora funciona como um centro de apoio e coordenação, consolidando a presença institucional da ATIX e ampliando sua capacidade de articulação e defesa dos direitos indígenas. O fortalecimento das infraestruturas apoia diretamente o fortalecimento das instituições indígenas, como a ATIX, ao proporcionar locais apropriados e equipados para a formação, o diálogo e a mobilização política.

A sustentabilidade dessas ações é assegurada pela capacidade contínua das infraestruturas de servirem como pontos de apoio logístico e institucional para a coordenação de atividades e iniciativas comunitárias. De acordo com os critérios de avaliação da OCDE, ter uma adequação das infraestruturas às necessidades das comunidades indígenas é de extrema relevância. Já a eficácia

é demonstrada pela utilização contínua e multifuncional das instalações; a eficiência é refletida na otimização dos recursos para atender a múltiplas demandas; o impacto é evidente no fortalecimento da capacidade organizacional e operacional da ATIX e das comunidades; e a sustentabilidade é garantida pelo uso contínuo e pela manutenção das infraestruturas mesmo após o término do projeto.

No contexto do projeto *Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu*, a implementação de estratégias de vigilância e monitoramento territorial desempenhou um papel importante para o fortalecimento da proteção das TIs. Nesse sentido, foram desenvolvidas diversas ações relacionadas à temática de vigilância e monitoramento, incluindo capacitações, expedições e elaboração de material cartográfico.

As capacitações tiveram como objetivo engajar um número significativo de indígenas na vigilância e monitoramento, com uma meta inicial de 2 participantes, que foi amplamente superada, alcançando 150 ao final do projeto e mantendo esse número no período pós-projeto.

Essas atividades formativas viabilizaram a criação de um grupo de trabalho de vigilância e proteção coordenado pela ATIX e com a participação das comunidades locais e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), que foi um passo importante nesse processo. Esse grupo não apenas planejou e executou as atividades de vigilância e monitoramento, mas também se tornou um fórum de capacitação contínua, reunindo-se cinco vezes durante o período do projeto para coordenar ações executivas e realizando três oficinas de capacitação voltadas para o uso e domínio de ferramentas tecnológicas de monitoramento e georreferenciamento.

Além disso, o grupo de trabalho ofereceu assessoria técnica para a elaboração de cartas temáticas que guiaram as expedições e para a espacialização das informações coletadas durante os planejamentos desenvolvidos. O apoio à vigilância territorial implica não apenas na proteção contra invasões e atividades ilegais, mas também na capacitação das comunidades para o uso de tecnologias avançadas, na coleta e análise de dados e na tomada de decisões informadas sobre a gestão de seus territórios. Mesmo após a finalização do projeto, o grupo de trabalho continua ativo no território sob a coordenação da ATIX, o que demonstra um impacto positivo nas práticas de gestão territorial e um fortalecimento das capacidades locais para monitoramento e vigilância contínuos.

Durante a execução do projeto, foram realizadas 22 expedições de vigilância indígena, abrangendo uma área total de 27.974 km² do PIX. A realização dessas expedições de vigilância teve um impacto significativo, promovendo a participação ativa das comunidades indígenas na proteção de suas terras e na manutenção da segurança territorial.

O projeto também proporcionou apoio logístico às brigadas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e às comunidades locais nas atividades de manejo do fogo, incluindo ações de prevenção e combate a incêndios florestais. Essa colaboração reforçou a implementação de políticas públicas de manejo integrado do fogo, criando sinergias entre as comunidades indígenas e as autoridades governamentais.

Complementando as estratégias de vigilância, o projeto promoveu atividades de mapeamento e cartografia com base em técnicas avançadas de geoprocessamento que resultaram na atualização do material cartográfico do PIX. A meta inicial era produzir 300 novos mapas, no entanto, ao final do projeto, foram produzidos 312 mapas, número que aumentou para 330 no período pós-projeto.

Essa atualização cartográfica é um elemento fundamental para a gestão territorial eficaz, pois fornece dados atualizados que são essenciais para o planejamento estratégico, a delimitação de áreas de proteção e o monitoramento contínuo das condições ambientais e territoriais. A expansão do número de mapas produzidos além da meta inicial evidencia a eficiência do projeto e sua capacidade de adaptabilidade e continuidade, fortalecendo ainda mais as capacidades locais para a gestão sustentável e proteção dos territórios indígenas.

Como atividades do projeto, foram elaborados dois PGTA, um para a região do Alto Rio Negro e outro da TI Yanomami. O PGTA da TI Yanomami gerou resultados significativos nos aspectos político, social e territorial. Politicamente, o PGTA fortaleceu a autonomia dos povos Yanomami e Ye'kwana. Socialmente, o plano promoveu a organização interna das comunidades, envolvendo lideranças masculinas e femininas de diversas regiões. Esse processo de construção coletiva permitiu o fortalecimento das associações indígenas locais, que agora têm maior capacidade de gestão e representação política. Além disso, o PGTA enfatiza a valorização e a proteção dos conhecimentos tradicionais, incluindo a preservação das línguas indígenas e dos saberes culturais, o que contribui para a coesão social e identidade cultural.

Territorialmente, o PGTA da TI Yanomami estabeleceu estratégias claras para o uso sustentável dos recursos naturais, a proteção da biodiversidade e a restauração das áreas degradadas dentro do território Yanomami. As diretrizes do plano promovem práticas de manejo florestal sustentável, apicultura e outras atividades que ajudam na manutenção do equilíbrio ecológico e no aumento da resiliência ambiental. Isso não apenas preserva o meio ambiente, mas também assegura a segurança alimentar e a continuidade das práticas culturais ligadas à terra.

Já o PGTA da TI do Alto Rio Negro fortaleceu a governança indígena ao promover a participação ativa das comunidades na elaboração e implementação do plano. Ele integra as lideranças indígenas, organizações e associações de base, facilitando a tomada de decisões coletivas e articuladas, e estabelece um canal de comunicação estruturado com o Estado, permitindo que as comunidades indígenas encaminhem recomendações específicas para a implementação de políticas públicas adequadas às suas realidades. Esse diálogo favorece o reconhecimento e a inclusão das especificidades culturais e territoriais nas políticas governamentais.

O plano da TI do Alto Rio Negro também incorpora mecanismos de proteção e salvaguardas para garantir os direitos territoriais e culturais das comunidades indígenas, o que é fundamental para a preservação de suas tradições e modos de vida. Além disso, promove a participação ativa de mulheres e jovens, reconhecendo sua importância na gestão territorial e na continuidade das práticas tradicionais, incluindo programas específicos de capacitação e fortalecimento de lideranças femininas e jovens.

O PGTA da TI do Alto Rio Negro também orienta práticas sustentáveis de uso do solo e manejo dos recursos naturais, como a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) e a proteção de áreas de floresta. Propõe ações que promovam um uso ordenado e sustentável do território, considerando as especificidades de cada sub-região e as diferentes necessidades das comunidades. Isso inclui a definição de áreas de uso restrito, de uso sustentável e de proteção integral.

Há ainda, no plano da TI do Alto Rio Negro, um eixo específico focado em atividades de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, como o manejo sustentável de florestas, a recuperação de áreas degradadas e a promoção de práticas agrícolas que aumentem a resiliência das comunidades às mudanças climáticas.

5. Gestão e Monitoramento

No contexto da implementação de um projeto apoiado pelo BNDES e no decorrer do processo uma pandemia, foram identificados pelos gestores do projeto alguns desafios que exigiram adaptações constantes e uma gestão cuidadosa, além de um planejamento detalhado e um olhar muito atento às suas atividades.

Para garantir o sucesso na execução, foi contratada uma consultoria especializada para apoiar no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades. Para isso, foi realizado um processo de planejamento que envolveu toda a equipe numa atividade de imersão, na qual se teve a oportunidade de revisar e ajustar tarefas, assegurando a divisão adequada de responsabilidades para cumprir os objetivos estabelecidos.

O processo de implementação ocorreu em territórios com sérias interferências externas, como invasões de terras, garimpos ilegais, desmatamento e desafios logísticos. Além desses desafios, houve também interferências políticas significativas durante o período de 2019 a 2023 que impactaram o andamento das atividades. A necessidade de adaptação e ajustes de cronogramas foi constante em todo o processo de implementação.

A experiência de gestão e monitoramento desse projeto evidenciou a necessidade de um olhar atento e adaptável, capaz de responder prontamente aos imprevistos e de promover ajustes nas estratégias conforme necessário. A implementação enfrentou desafios significativos, mas também proporcionou avanços importantes graças ao apoio contínuo e a boa relação com o BNDES, que foi marcada por uma parceria sensível e compreensiva. O banco mostrou-se aberto a remanejamentos e ajustes necessários, reconhecendo que um projeto dessa natureza raramente segue o planejamento inicial sem alterações.

6. Conclusão

O projeto *Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu* conseguiu alcançar resultados significativos na promoção da gestão territorial sustentável e na valorização da autonomia indígena. Ao longo de sua implementação, o projeto contribuiu para o fortalecimento das capacidades locais de gestão ambiental, ampliou a governança indígena e promoveu práticas de uso sustentável dos recursos naturais em diversas TIs na Amazônia.

Os resultados do projeto também incluem a capacitação de indígenas em técnicas de vigilância e monitoramento territorial, o que fortaleceu a proteção contra invasões e atividades ilegais, como a mineração e a grilagem de terras. Além disso, o apoio a iniciativas produtivas sustentáveis contribuiu para a segurança alimentar e a diversificação das fontes de renda das comunidades, promovendo um desenvolvimento econômico alinhado com a conservação ambiental. O projeto também facilitou a participação ativa das comunidades indígenas na elaboração de políticas públicas e na defesa de seus direitos, fortalecendo a representação política e social das organizações indígenas.

Em termos de sustentabilidade, o projeto estabeleceu uma estrutura de governança robusta que permitirá a continuidade das ações e o fortalecimento da autogestão indígena no longo prazo. A transferência da gestão do AIC para organizações indígenas, como a ATIX, foi um passo importante para assegurar a autonomia financeira e a capacidade de tomada de decisão das comunidades

envolvidas. No entanto, os desafios relacionados ao desmatamento e às pressões externas continuam a exigir atenção e esforços contínuos para garantir a preservação das TIs e o bem-estar das populações que nelas habitam.

Aplicando os critérios da OCDE tem-se o seguinte quadro avaliativo.

CRITÉRIOS	RESULTADOS
Relevância	Financiar pequenos projetos específicos voltados para os 16 povos indígenas e 150 aldeias do Território Indígena do Xingu (PIX), focando em soberania alimentar, fortalecimento cultural e desenvolvimento de alternativas econômicas. Isso atendeu diretamente às necessidades das comunidades indígenas locais. A transferência da gestão do AIC do ISA para a ATIX foi um passo importante para a autogestão dos fundos por parte dos próprios povos indígenas, refletindo a relevância do projeto em promover autonomia e empoderamento. O AIC permitiu que as propostas fossem enviadas tanto por escrito quanto por meio de vídeos, respeitando a tradição de oralidade dos povos indígenas. Essa abordagem inclusiva garantiu a participação de comunidades mais remotas e tradicionalmente excluídas de processos burocráticos.
Eficácia	A meta inicial de engajar 20 indígenas na vigilância e monitoramento foi amplamente superada, com 150 participantes ao final do projeto. Esse aumento mostra a eficácia do treinamento e da mobilização das comunidades para a proteção de seus territórios. A criação de um grupo de trabalho de vigilância territorial que permanece ativo após a conclusão do projeto indica que as ações implementadas foram eficazes na criação de capacidades locais sustentáveis para o monitoramento contínuo e proteção territorial. A realização de oficinas de capacitação voltadas para o uso de ferramentas tecnológicas de monitoramento e georreferenciamento fortaleceu a capacidade das comunidades de coletar e analisar dados para a gestão territorial. A eficácia dessas capacitações é evidenciada pelo uso contínuo das tecnologias e pela produção de mapas e cartas temáticas.
Eficiência	A gestão do projeto mostrou-se eficiente ao adaptar-se aos desafios logísticos e políticos, como invasões de terras, garimpos ilegais e desmatamento. A flexibilidade e o suporte contínuo do BNDES permitiram ajustes necessários durante o processo de implementação. O AIC simplificou os processos burocráticos, permitindo um acesso mais inclusivo e eficaz aos recursos para as comunidades indígenas. Essa abordagem reduziu os custos administrativos e aumentou a eficiência na distribuição dos fundos. A infraestrutura implementada continua a ser usada de forma multifuncional para capacitações, reuniões e coordenação de atividades comunitárias, demonstrando uma utilização otimizada dos recursos investidos.
Impacto	Fortalecimento das capacidades organizacionais e operacionais contribuíram para um impacto significativo na autonomia e empoderamento das comunidades indígenas, permitindo uma governança mais direta e adaptada às suas necessidades. A promoção da valorização e proteção dos conhecimentos tradicionais, incluindo línguas e saberes culturais, contribuiu para a coesão social e identidade cultural das comunidades indígenas. O projeto implementou práticas de manejo sustentável dos recursos naturais e proteção da biodiversidade, contribuindo para a conservação ambiental e resiliência das comunidades às mudanças climáticas.

Sustentabilidade

Mesmo após a finalização do projeto, as infraestruturas construídas continuam em pleno funcionamento e o grupo de vigilância territorial permanece ativo, demonstrando a sustentabilidade das intervenções realizadas.

A transferência da gestão do AIC para uma organização indígena e o desenvolvimento de capacidades locais para monitoramento e vigilância contínuos mostram um caminho sustentável para a autossuficiência das comunidades.

O PGTA da TI Yanomami e o PGTA da TI do Alto Rio Negro estabeleceram estratégias para o uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental, garantindo a sustentabilidade das práticas culturais e ecológicas a longo prazo.

7. Lições Aprendidas e Recomendações

- As principais lições aprendidas com a implementação do projeto foram: O diálogo entre a instituição executora (Instituto Socioambiental – ISA) e o Fundo Amazônia serviu para uma relação respeitosa e colaborativa entre esses dois setores, proporcionando aprendizados sobre a burocracia e a gestão do projeto.
- Para o êxito do projeto, é relevante a experiência e conhecimentos da executora na sua atuação no território junto aos povos indígenas, que antecede a elaboração e execução do projeto.
- Os conhecimentos científicos somados com os conhecimentos tradicionais são fundamentais para fortalecer a gestão territorial e ambiental, como exemplo a elaboração dos etnomapas.
- O apoio para a realização de reuniões, logística e cursos contribuiu para o fortalecimento de acordo internos e governança do território.
- Adoção de procedimento adequado para a participação de lideranças indígenas na elaboração do PGTA fortaleceu a autonomia dos povos indígenas para decidirem sobre como querem seguir vivendo em seus territórios.
- É fundamental o apoio a mecanismos que facilitem o acesso aos recursos financeiros para comunidades indígenas locais que geralmente não têm acesso aos recursos públicos ou privados, como é o caso do Apoio às Iniciativas Comunitárias (AIC), desenvolvida pela executora junto às comunidades indígenas do Xingu.
- O fortalecimento da capacidade institucional das organizações indígenas é fundamental para o êxito do projeto.
- Para alcançar êxito na implementação de projetos relacionados a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e os objetivos do Fundo Amazônia, ou seja, a redução do desmatamento, é fundamental a destinação de recursos técnicos e financeiros para atuação das organizações não-governamentais, dos povos e das organizações indígenas.

Recomendações

Recomendação	Executores	Governos Subnacionais	Fundo Amazônia	Governo Federal	Doadores
Fortalecer a capacidade das organizações indígenas e apoiar diretamente os Fundos Indígenas		✓	✓	✓	✓
Fomentar recursos que possibilite a replicação de experiências exitosas, como o Apoio às Iniciativas Comunitárias (AIC), desenvolvido junto às comunidades indígenas do Xingu	✓	✓	✓	✓	✓
Apoiar iniciativas lideradas por mulheres indígenas. Esse apoio deve incluir tanto recursos financeiros quanto capacitação técnica, visando promover o desenvolvimento institucional, a sustentabilidade e a autonomia dessas organizações na gestão de seus próprios projetos e iniciativas.	✓	✓	✓	✓	✓
Aumentar o financiamento para atividades de infraestrutura			✓		

8. Salvaguardas de Cancun (REDD+)

Salvaguarda	Atende	Observação
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes		
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	SIM	Encontra-se em sintonia com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), visto que uma das políticas públicas que norteou a chamada para estes projetos foi a revisão do plano de ação do PPCDAm.
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	SIM	Encontra-se alinhados as seguintes políticas: - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm); - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI); - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); - Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG)
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	SIM	Por meio de vigilância e monitoramento territorial, promoção de atividades produtivas sustentáveis, implementação e elaboração de PGTAs.

2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional

Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	SIM	O projeto promoveu articulação entre diversos atores, principalmente por meio da criação e fortalecimento de instâncias de governança compartilhada, como o grupo de trabalho de vigilância e proteção coordenado pela ATIX. O projeto facilitou a colaboração com órgãos governamentais, como a Funai, e estabeleceu parcerias com organizações indígenas e associações locais para a implementação de atividades de monitoramento territorial, manejo sustentável e fortalecimento cultural, além de promover diálogos estruturados para a inclusão de especificidades culturais nas políticas públicas e facilitar o acesso a fundos como o Apoio a Iniciativas Comunitárias (AIC).
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	SIM	O projeto capacitou comunidades indígenas para o monitoramento ambiental e a vigilância territorial, integrando tecnologias de georreferenciamento e mapeamento, e incentivou a criação de instâncias de governança compartilhada com a participação de órgãos governamentais, como a Funai, reforçando a coordenação e execução de políticas públicas adaptadas às realidades locais, o que resultou na ampliação da capacidade de gestão e proteção dos territórios indígenas.

3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	SIM	Ao fortalecer a governança indígena e promover a vigilância e proteção dos territórios, assegurando o reconhecimento e a defesa dos direitos territoriais das comunidades indígenas na área de atuação, especialmente através dos PGTAs e da colaboração com órgãos como a Funai
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	SIM	Os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais ao promover práticas de manejo florestal sustentável.
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	SIM	Foram realizadas oficinas e consultas para garantir a participação ativa das comunidades, valorizando a oralidade e os conhecimentos tradicionais na elaboração e implementação das atividades, o que fortaleceu a governança indígena e promoveu a autonomia e o fortalecimento cultural dessas comunidades.
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	SIM	Positivamente, fortaleceram a organização social e a governança e promoveram a valorização cultural e o uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo para a autonomia econômica das comunidades.

4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16

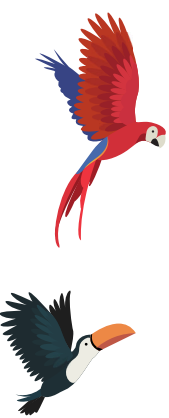
De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	SIM	Ao realizar consultas amplas e oficinas participativas com as comunidades indígenas. Essas atividades envolveram lideranças locais e respeitaram os processos de decisão interna, assegurando que as decisões fossem tomadas de acordo com as práticas culturais e sociais de cada grupo, promovendo a participação ativa e informada nas etapas de planejamento e implementação das ações.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	SIM	Foram desenvolvidas ferramentas específicas para o monitoramento e a gestão dos projetos.

Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	SIM	A criação do fundo Apoio a Iniciativas Comunitárias (AIC) e a gestão participativa permitiram a distribuição equilibrada dos recursos, atendendo às necessidades de diversas comunidades e promovendo a inclusão de grupos menos favorecidos, com mecanismos de governança que asseguraram a participação igualitária e a transparência no acesso aos benefícios.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	SIM	Por meio de oficinas, reuniões de consulta, materiais bilíngues e produção de conteúdos audiovisuais. Essas estratégias facilitaram a comunicação e garantiram que as informações fossem transmitidas de forma clara, respeitando as tradições orais e os idiomas locais, promovendo uma compreensão ampla e inclusiva das atividades e dos resultados dos projetos.
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	SIM	Realizando análises regulares e ajustes nas estratégias conforme necessário. O monitoramento foi realizado de forma sistemática, com reuniões periódicas, além da elaboração de relatórios atualizados, que foram divulgados aos beneficiários e partes interessadas, assegurando transparência e acompanhamento contínuo dos efeitos das ações implementadas.
5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16⁷² não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais		
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	SIM	Ao fortalecer a governança indígena e promover a vigilância e proteção dos territórios, assegurando o reconhecimento e a defesa dos direitos territoriais das comunidades indígenas na área de atuação, especialmente através dos PGTA e da colaboração com órgãos como a Funai
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	NÃO SE APLICA	
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	NÃO SE APLICA	
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?	NÃO SE APLICA	
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?	SIM	Os fatores que constituem riscos à permanência dos resultados de REDD+ incluem invasões de terras, mineração ilegal, desmatamento e desafios políticos e logísticos.
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	NÃO	

72. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.

9. Critérios Transversais

Critérios transversais		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	SIM	Essas atividades foram fomentadas por meio de fundos específicos, capacitações e fortalecimento de organizações locais, promovendo a diversificação de fontes de renda e a autonomia econômica das comunidades, enquanto preservam e valorizam o meio ambiente e seus recursos naturais.
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	SIM	A capacitação e apoio a iniciativas produtivas, aumentaram a geração de renda e a segurança alimentar, enquanto a participação inclusiva de mulheres e jovens fortaleceu a coesão social e promoveu uma distribuição mais equitativa dos benefícios.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	NÃO SE APLICA	
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	SIM	A valorização do papel das mulheres nas comunidades fortaleceu sua liderança, contribuiu para a equidade de gênero e possibilitou uma distribuição mais justa dos benefícios, aumentando a resiliência social e econômica das famílias e comunidades envolvidas.
	Como os projetos contribuiu para a equidade de gênero?	SIM	Ao incluir mulheres em todas as etapas de planejamento e execução das ações, promovendo sua participação em capacitações e atividades produtivas. Também incentivou o fortalecimento de lideranças femininas e a criação de espaços para discussão de temas de interesse das mulheres, garantindo uma abordagem inclusiva e sensível às questões de gênero, o que resultou em maior reconhecimento e valorização das mulheres nas comunidades.
Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	EM PARTES	Somente com o governo federal.
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	SIM	O AIC apoiou iniciativas focadas em segurança alimentar e nutricional
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	NÃO	



APÊNDICE 4 - Lista de Entrevista



	Nomes	Organizações
1	Ana Paula Donato	BNDES
2	Carla Dias	ISA
3	Carlos Sousa	IEB
4	Claudia Nessi	BNDES
5	Cris	IEB
6	Décio Yokota	Iepé
7	Denise Fajardo	Iepé
8	Derick	IEB
9	Dominique Tilkin Gallois	Iepé
10	Gersen Baniwa	Universidade de Brasília – UnB
11	Helena Ladeira	CTI
12	Jayme Siqueira	CTI
13	João Lucas Moraes Passos	MPI
14	Jonas	Liderança Indígena TI
15	Letícia Daidone	Iepé
16	Marcela Menezes	IEB
17	Marcia Catarina David	MMA
18	Mariazinha Baré	
19	Paulo	ISA
20	Priscila Chianca	CTI
21	Raul Xavier de Oliveira	Consultor
22	Renata	GIZ
23	Sara Gaia	IEB
24	Yuri	Funai



ANEXO I - Conceituação dos Critérios e Perguntas Avaliativas

Critérios de avaliação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

CRITÉRIOS	PERGUNTAS SUGERIDAS
Relevância	• O projeto foi desenhado e planejado de forma a responder às necessidades e prioridades das Terras Indígenas e suas organizações? • O projeto contribuiu em conjunto e de forma agregada para o alcance dos objetivos do Fundo Amazônia?
Eficácia	• As metas previstas pelo projeto foram alcançadas? É possível termos uma atualização dos indicadores do projeto atualmente? • O projeto foi ajustado para resolver quaisquer preocupações e maximizar a eficácia? • Houve monitoramento das ações implementadas pelo projeto? • Quais resultados específicos foram alcançados em relação aos objetivos iniciais do projeto? • Em comparação com as metas estabelecidas no início do projeto, em que medida os resultados esperados foram atingidos? Houve algum desvio significativo entre os resultados planejados e os alcançados?
Eficiência	• Qual foi a relação custo-eficácia das diferentes atividades do projeto? Em outras palavras, como a alocação de recursos se correlacionou com os resultados alcançados em termos de eficácia? • Existiram processos ou procedimentos no projeto que poderiam ter sido otimizados para melhorar a eficiência? Em caso afirmativo, quais são esses aspectos e como poderiam ser aprimorados? É possível descrever inovações desenvolvidas especificamente para este projeto? • De que maneira o projeto utilizou parcerias locais para melhorar a eficiência na implementação das atividades? • Como a gestão do projeto e a tomada de decisões influenciaram a eficiência na utilização dos recursos? Existiram práticas de gestão que se destacaram por contribuir para uma maior eficiência? • Como o projeto se adaptou a desafios inesperados ou mudanças de contexto para manter a eficiência? Ex: desafios logísticos, invasões a Tis, garimpos ilegais, danos ao patrimônio ambiental e mudanças do clima
Efetividade/ Impacto	• Quais são os feitos a longo prazo dos projetos? • Houve inovações ou aprendizados significativos gerados pelos projetos que possam ser aplicados ou replicados em outros contextos semelhantes? • Quais foram os principais efeitos agregados dos projetos? Houve impactos agregados?
Sustentabilidade	• Os efeitos alcançados pelo projeto de forma agregada são duradouros? • A sustentabilidade foi alcançada? • Qual a situação dos insumos e equipamentos adquiridos a partir do projeto apoiado? E os demais instrumentos de planejamento que foram apoiados, ainda permanecem?



ANEXO II - Termo de Referência da Avaliação

Projeto:	Cooperação com o Fundo Amazônia/ BNDES
PN:	15.2132.7-001.00
Output + atividade:	3 + 3.5
Objetivo:	Avaliar a efetividade de projetos voltados a povos indígenas apoiados pelo Fundo Amazônia, medindo seus resultados e impactos alcançados de forma temática e individual, levando em consideração a relevância, eficiência, eficácia e a sustentabilidade das mudanças geradas por eles.

Avaliação temática de efetividade de projetos voltados a povos indígenas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES

1. INTRODUÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

Um das ações apoiadas pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ) no projeto de cooperação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)/Fundo Amazônia (FA), é a avaliação de efetividade *ex-post* dos projetos, com o objetivo de dar visibilidade aos resultados e lições aprendidas desses projetos, além de promover a aprendizagem institucional do próprio FA. Além disso, atende à demanda de doadores e atores da cooperação internacional por ações de monitoramento e avaliação independentes.

Até o momento, foram realizadas 28 avaliações individuais e 20 avaliações, divididas por temas, cujos resultados estão disponíveis ao público no *website* do [Fundo Amazônia](#). Além disso, em 2019, foi realizada a [Avaliação de Meio Termo da Efetividade do Fundo Amazônia](#) por uma equipe de consultores independentes, com a coordenação técnica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e da Organização das Nações Unidas (ONU). Concomitante à avaliação, foram elaborados dois estudos temáticos complementares, que serviram de subsídios para a avaliação: o [Estudo de Distribuição de Benefícios do Fundo Amazônia](#) e o [Estudo Temático dos Projetos de Cadastro Ambiental Rural \(CAR\) apoiados pelo Fundo Amazônia](#).

O presente Termo de Referência (TdR) prevê a contratação de uma consultoria para realizar avaliação temática e individual de projetos voltados a povos indígenas no âmbito do Fundo Amazônia. Eles se enquadram nas componentes “Produção Sustentável” (1) e “Ordenamento Territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia⁷³.

O objetivo é avaliar a efetividade de projetos encerrados do Fundo Amazônia, considerando as iniciativas que tiveram por objetivo apoiar a elaboração e implementação de Planos de Gestão Ambiental e Territorial (PGTA) em Terras Indígenas, e de apoiar e fortalecer iniciativas de produção sustentável. Para aumentar a eficiência, os projetos serão avaliados de forma temática, dessa

73. Disponível em: [Quadro Lógico Fundo Amazônia 2017 \(fundoamazonia.gov.br\)](#).

forma, espera-se ampliar o entendimento acerca dos resultados alcançados em conjunto, principalmente seus impactos agregados.

A avaliação temática engloba cinco projetos executados entre 2016 e 2023, todos selecionados no âmbito da Chamada Pública de Apoio à Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas⁷⁴, lançada em 2014. Os projetos são os seguintes:

1. **Projeto Bem Viver Sustentável**, executado pelo Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé);
2. **Projeto Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas**, executado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI);
3. **Projeto Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu**, executado pelo Instituto Socioambiental (ISA);
4. **Projeto Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas**, executado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB);

Observa-se a avaliação temática como oportunidade para ampliar a eficiência da avaliação, e o entendimento sobre os resultados e impactos alcançados, principalmente os impactos agregados dos projetos. Ela permitirá ainda a geração de recomendações e sistematização de lições aprendidas aos executores, gestores, e demais atores envolvidos no âmbito de projetos de apoio a povos indígenas.

1.1 Contexto dos projetos

As Terras Indígenas (TIs) abrangem cerca 13% do território brasileiro, sendo que 98% delas estão localizadas na Amazônia Legal. Nos territórios ocupados pelas cerca de 271 etnias indígenas no Brasil, os modos de vida dessas populações promovem a conservação ambiental e da biodiversidade nos biomas, além de agir como barreiras ao desmatamento e grilagem de terras.

Entre os anos de 2013 e 2021, verificou-se um aumento de aproximadamente 35 km² por ano no desmatamento ocorrido dentro das TIs da Amazônia Legal, o que representa um aumento de 129%. Em contraste, fora das TIs, o desmatamento registrou um crescimento de cerca de 900 km² por ano, totalizando um aumento de 137%⁷⁵. É interessante observar que a ordem de grandeza do aumento do desmatamento dentro e fora TIs é semelhante, mesmo que esses territórios sejam protegidos. Grande parte dos vetores destes desmatamentos são de origem externa às TIs, voltados a exploração madeireira, mineral e de outros recursos naturais, notadamente de forma ilegal, além de invasões a esses territórios.

As populações indígenas sofrem diversas pressões externas e o desmatamento é um dos principais obstáculos para a garantia dos seus direitos e de sua reprodução sociocultural. Nesse sentido, a formulação e implementação de políticas públicas são fundamentais para assegurar os direitos dessas populações. No âmbito das políticas públicas indigenistas, foi lançada em 2012 a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI⁷⁶, cujo objetivo principal é:

74. Disponível em: [Chamada Pública de projetos voltados ao apoio a PGTAs \(fundoamazonia.gov.br\)](https://fundoamazonia.gov.br/).

75. [SILVA-JUNIOR, Celso HI et al. Brazilian Amazon indigenous territories under deforestation pressure. Scientific Reports, v. 13, n. 1, p. 5851, 2023.](#)

76. A PNGATI representa um marco importante para a gestão ambiental e territorial de TIs e para as políticas públicas indigenistas como um todo. Para sua implementação são utilizados instrumentos como etnomapeamento e diagnóstico participativo, etnozonoamento e o Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTAs).

“Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente”⁷⁷.

A consolidação da gestão territorial, ambiental e da sustentabilidade passa pelas práticas tradicionais de uso e manejo da terra, que são parte integrante do patrimônio cultural e social dos povos indígenas, preservando sua identidade, e desempenhando um papel crucial para a segurança alimentar e geração de renda. Nesse contexto, o Fundo Amazônia apoiou, entre 2016 e 2023, os cinco projetos a serem avaliados por meio deste TdR. Os projetos promoveram a gestão territorial e ambiental, e fomentaram a produção sustentável.

Figura 1. Linha do tempo dos projetos.



Fonte: Fundo Amazônia. Elaboração própria.

Executado pelo Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) de 2016 a 2021, o projeto Bem Viver Sustentável teve como objetivo “contribuir para a implementação PGTA TIs Parque do Tumucumaque (AP e PA) e Rio Paru d’Este (PA) e para a elaboração de PGTA para a TI Zo’é (PA), no âmbito da PNGATI”. Para tanto, foram realizadas atividades como controle e proteção territorial; manejo e uso sustentável dos recursos naturais; capacitação e formação para gestão territorial e ambiental; e governança do PGTA, compreendendo a formação de lideranças indígenas, o fortalecimento de organizações indígenas, a articulação regional e a gestão compartilhada. Para a elaboração de PGTA foram realizadas atividades de sensibilização e mobilização; levantamentos e pesquisas de campo; discussão, elaboração, pactuação e apresentação do PGTA e definição de subsídios e diretrizes operacionais para povos indígenas de recente contato⁷⁸.

O projeto atuou em TIs localizadas nos municípios de Alenquer, Almeirim, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná, no oeste do Pará, e Laranjal do Jari/AP, voltado a fortalecer as organizações e lideranças indígenas para a gestão territorial e ambiental, publicar o PGTA da TI Zo’é, apoiar a produção e comercialização de mel (798kg) e produtos agroflorestais, e realizar oficinas de capacitação para a produção sustentável.

77. BRASIL. Decreto n. 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília: 06 jun. 2012 (a), Seção 1, p. 9-11.

78. <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Bem-Viver-Sustentavel/>

Já na região sul do Amazonas, oito TIs (Boca do Acre, Apurinã, Água Preta/Inari, Caititu, Jiahui, Nove de Janeiro, Ipixuna e Tenharim do Igarapé Preto) receberam apoio por meio do projeto Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas, executado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), com o objetivo de “apoiar (i) a implementação dos PGTA das TIs na bacia do rio Purus (Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari e Caititu) e na bacia do rio Madeira (Jiahui, Nove de Janeiro e Ipixuna), no sul do Amazonas; e (ii) a elaborar o PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto na bacia do rio Madeira”. O projeto foi voltado a promoção de capacitações em temas diversos para fortalecer a gestão territorial e a produção sustentável, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), expedições para monitoramento dos territórios, excursão de etnomapeamento, e aquisição equipamentos eletrônicos e maquinário, instalação de internet em TIs e construção de casa de vigilância e de barracões para armazenamento de castanha⁷⁹.

Com isso, entre os resultados alcançados pelo projeto, estão a participação de 12 lideranças indígenas na XI Assembleia Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), formação de indígenas para o monitoramento do desmatamento nas TIs por meio do Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG), com a participação de 122 pessoas, capacitadas em recuperação de áreas degradadas, gestão de recursos hídricos e sistemas agroflorestais (SAFs), realização do terceiro módulo de formação continuada para gestores indígenas, com o objetivo principal de implementar a PNGATI, formação continuada de 184 Agentes Ambientais Indígenas (AAIs) do Madeira e do Purus e curso de adubação orgânica e aquisição de kits de beneficiamento do artesanato para as TIs Apurinã e TI Boca do Acre. Foram implantadas 31 estruturas para o artesanato e beneficiamento da produção agroextrativista, 6 barracões para armazenamento da castanha, construção de uma casa de vigilância e reforma da casa na TI Boca do Acre. PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto foi concluído e enviado aos Tenharim para apreciação à distância.

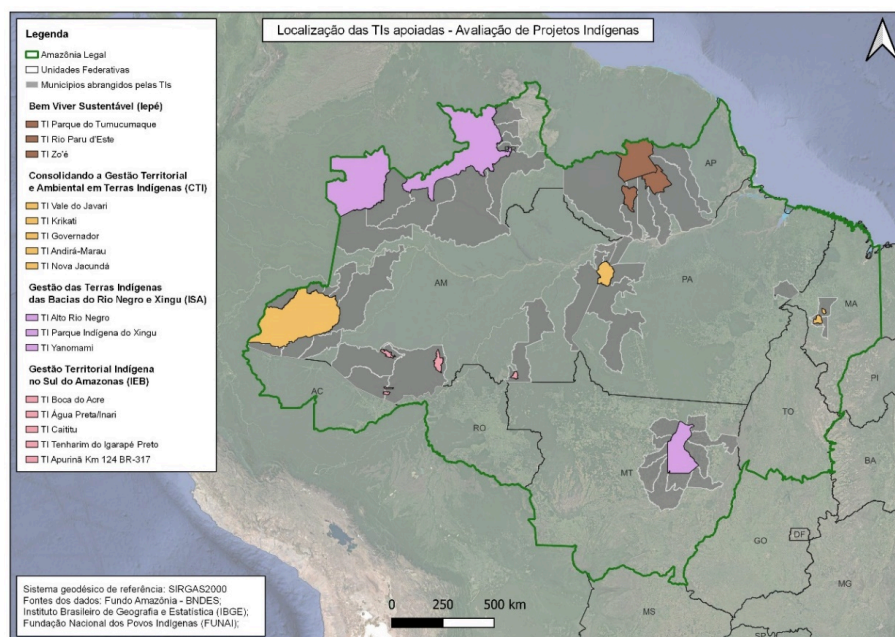
O projeto Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu, realizado entre 2017 e 2022, apoiou 9 TIs no Mato Grosso, Roraima e Amazonas, com cerca de 60 mil indígenas. Ele foi executado pelo Instituto Socioambiental (ISA), tendo por objetivo “apoiar a implementação do PGTA do Parque Indígena do Xingu e a elaboração de PGTA para as TIs Yanomami e da região do Alto Rio Negro, com a sistematização do conhecimento e fortalecimento de estruturas de governança locais e das organizações indígenas”. O projeto promoveu atividades em dois eixos, o primeiro apoiou a implementação de ações do PGTA do Parque Indígena do Xingu, e o segundo promoveu a elaboração de PGTA em TIs na Região do Alto Rio Negro e na TI Yanomami.

O primeiro eixo consistiu no apoio à implementação de ações do PGTA do Parque Indígena do Xingu por meio de encontros e oficinas com a participação de cerca de 1.600 indígenas. Abordou ações de restauração florestal e fiscalização do território e desenvolvimento de alternativas econômicas. Foram lançadas duas chamadas públicas que apoiaram 35 pequenos projetos de 11 povos indígenas, com valores entre R\$ 10 mil e R\$ 50 mil por pequeno projeto implementados por associações e comunidades indígenas, com atuação nas áreas de integridade cultural, segurança alimentar, manejo de recursos estratégicos e alternativas econômicas. Destacam-se ainda atividades como a construção de novos imóveis, incluindo um auditório para a Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX) em Canarana/MT, e conjuntos de auditório, escritório e cozinha para os polos Kikatxi e Pavuru.

79. <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Gestao-Territorial-Indigena-no-Sul-do-Amazonas/>

O segundo eixo, de elaboração de PGTAs e planos de gestão macrorregionais indígenas, envolveu a realização de cursos, reuniões, oficinas e consultas para debater a gestão territorial, ambiental e cultural. Foram elaborados 9 PGTAs com base em informações levantadas durante o processo participativo⁸⁰. Houve também melhorias em imóveis utilizados por associações indígenas, aquisição de veículos e equipamentos para os polos do Território Indígena do Xingu, incluindo expedições de vigilância e atividades de monitoramento de agrotóxicos.

Figura 2. Localização das TIs apoiadas pelos projetos.



Elaboração: Guido Melo. Fonte dos dados: Fundo Amazônia.

O projeto Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, executado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), atendeu 5 TIs no Amazonas, Maranhão e Pará, com objetivo de “apoiar a implementação do PGTA da TI Vale do Javari/AM, e do PGTA das TIs Krikati e Governador/MA; e a elaboração de PGTA da TI Andirá- Marau (PA e AM), e da TI Nova Jacundá/PA, no âmbito da PNGATI”. Para isso, foram realizadas atividades técnicas especializadas, dentre elas, o manejo e conservação de espécies nativas, atualização de etnomapas, manejo de áreas degradadas e recuperação florestal, apoio à produção de alimentos, manejo e conservação de recursos pesqueiros.

O projeto apoiou, dentre outros resultados, o manejo e conservação de tracajás e tartarugas nas comunidades indígenas Marubo no rio Ituí, a atualização de etnomapas nas TIs Vale do Javari, Krikati, Governador, Andirá-Marau e Nova Jacundá, oficinas de sistematização e qualificação de informações territoriais nas comunidades Krikati, Gavião Pykobjê e Guarani de Nova Jacundá, manejo e conservação de capoeiras antigas junto ao povo Mayuruna/Matsés no rio Jaquirana, recuperação de áreas degradadas e produção de mudas nas TIs Krikati e Governador⁸¹.

Em suma, os projetos apoiaram a implementação dos PGTAs e buscaram fortalecer organizações indígenas para a geração de alternativas econômicas sustentáveis, defesa da cultura indígena e fortalecimento da vigilância e monitoramento territorial. A seguir é possível observar outros detalhes dos projetos.

80. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Gestao-das-Terras-Indigenas-das-Bacias-do-Rio-Negro-e-Xingu/>

81. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Consolidando-a-Gestao-Territorial-e-Ambiental-em-Terras-Indigenas/>

Quadro 1. Resumo dos projetos

Título do projeto	Instituição implementadora	Período	Objetivo	Valor de apoio do Fundo Amazônia	Escopo territorial: terras indígenas
Bem Viver Sustentável	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé)	janeiro 2016 - outubro 2023	Contribuir para (i) a implementação do PGTA das Terras Indígenas (TIs) Parque do Tumucumaque (AP e PA) e Rio Paru d'Este (PA) e para (ii) a elaboração de PGTA para a TI Zo'é (PA), no âmbito da PNGATI.	R\$ 11.858.793,87	Parque do Tumucumaque (AP e PA), Rio Paru d'Este (PA) e Zo'é (PA)
Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas	Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	fevereiro 2017 - em aberto	Apoiar a implementação do PGTA da Terra Indígena (TI) Vale do Javari (AM), e do PGTA das TIs Krikati e Governador (MA); e a elaboração de PGTA da TI Andirá- Marau (PA e AM), e da TI Nova Jacundá (PA), no âmbito da PNGATI.	R\$ 11.934.540,00	Vale do Javari (AM), Krikati e Governador (MA), Andirá- Marau (PA e AM) e Nova Jacundá (PA)
Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu	Instituto Socioambiental (ISA)	agosto 2016 – outubro 2022	Apoiar: (i) a implementação dos PGTA das TIs na bacia do rio Purus (Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari e Caititu) e na bacia do rio Madeira (Jiahui, Nove de Janeiro e Ipixuna), no sul do Amazonas; e (ii) a elaboração do PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto na bacia do rio Madeira.	R\$ 11.712.000,00	Parque Indígena do Xingu, Yanomami e da região do Alto Rio Negro
Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	dezembro 2016 – maio 2023	Apoiar: (i) a implementação dos PGTA das TIs na bacia do rio Purus (Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari e Caititu) e na bacia do rio Madeira (Jiahui, Nove de Janeiro e Ipixuna), no sul do Amazonas; e (ii) a elaboração do PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto na bacia do rio Madeira.	R\$ 11.448.505,00	Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari e Caititu (na bacia do Rio Purus) e Tenharim do Igarapé Preto (bacia do rio Madeira)

2. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

O objetivo principal dessa avaliação temática de efetividade é medir os resultados e impactos alcançados pelos projetos e seus efeitos, levando em conta a relevância, eficiência, eficácia e a sustentabilidade das mudanças geradas pelos sete projetos de apoio a municípios no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES.

Todos os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia seguem um quadro lógico individualizado no qual são definidos resultados (produtos e serviços a serem entregues ou *outputs*), efeitos diretos da intervenção (objetivos específicos ou *outcomes*) e efeitos indiretos (objetivos gerais ou *impacts*) a serem alcançados. Trata-se da lógica de intervenção do projeto, também chamada de teoria de mudança, por representar um modelo de pensamento que explica como se espera que o projeto ocasione uma mudança desejada. Os quadros lógicos dos projetos podem ser visualizados no tópico 3.2 ou no *website* do [Fundo Amazônia](#).

São objetivos específicos das avaliações:

- Auxiliar o Fundo Amazônia na prestação de contas aos seus doadores sobre o tipo de projeto apoiado e seus efeitos;
- Possibilitar a aprendizagem institucional do Fundo Amazônia, contribuindo para melhorar a qualidade dos projetos e a priorização dos investimentos, subsidiando, assim, a tomada de decisões;
- Verificar a observância pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia das salvaguardas de Cancun acordadas no âmbito da UNFCCC para ações de REDD+;
- Verificar o alinhamento dos projetos com o PPCDam e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento;
- Analisar as fortalezas e fragilidades da intervenção do projeto;
- Identificar desafios e lições aprendidas; e
- Constatar em que medida o projeto é relevante, eficiente, eficaz, sustentável e gera impactos relevantes.

2.1. Descrição da tarefa: objeto e foco da avaliação

Para alcançar os objetivos identificados no tópico anterior, serão observados projetos implementados entre 2016 e 2023, suas áreas de intervenção dos projetos e a observação de seus efeitos diretos e indiretos explicitados nos quadros lógicos dos projetos.

2.2. A lógica de intervenção

Os quadros lógicos dos projetos a serem avaliados dão origem às respectivas árvores de objetivos, que apresentam os efeitos indiretos, diretos e produtos e serviços de cada um, facilitando a visualização para o acompanhamento e avaliação. Seguem abaixo as árvores de objetivos dos projetos a serem avaliados.

Figura 3. Árvore de objetivos do Projeto Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas (IEB).

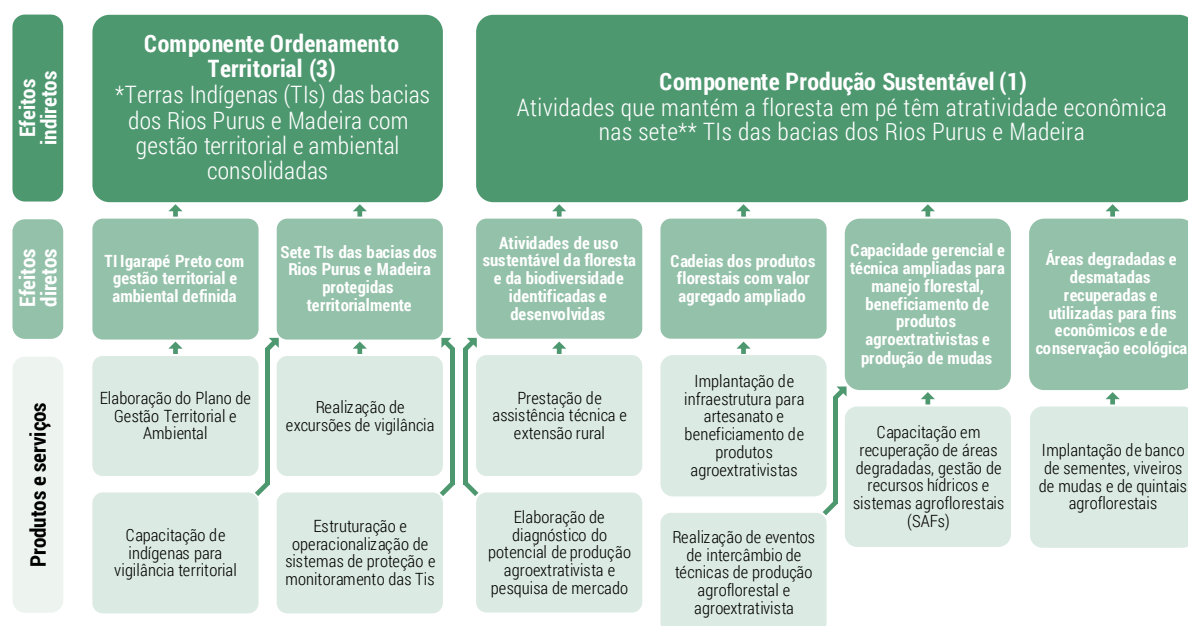


Figura 4. Árvore de objetivos do Projeto Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (CTI)

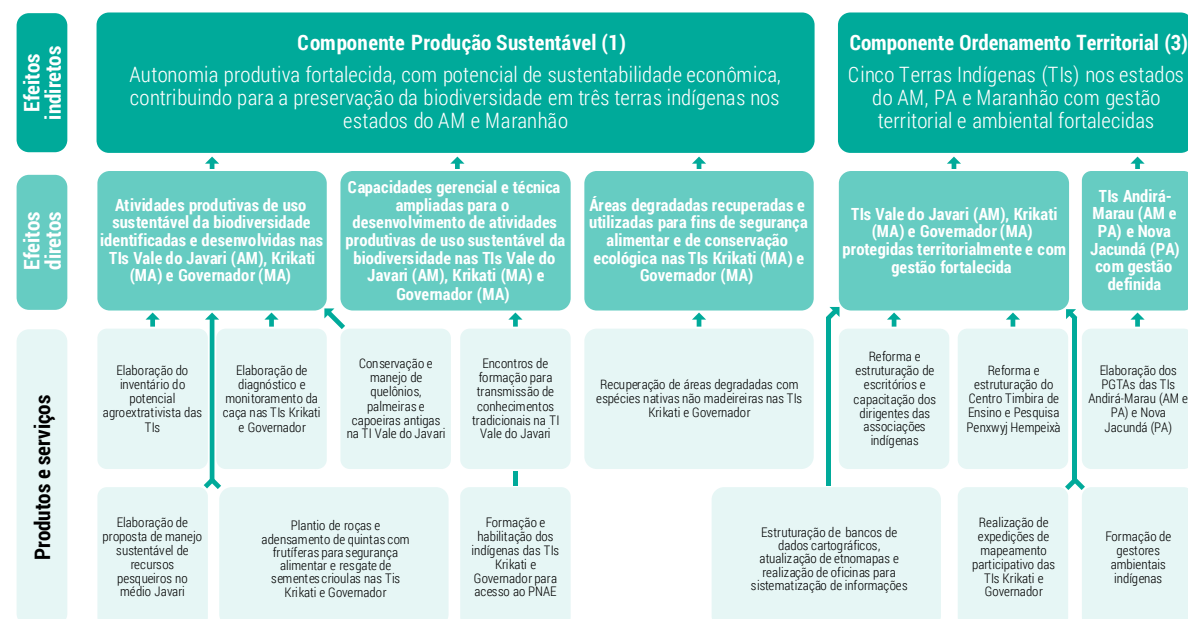


Figura 5. Árvore de objetivos do Projeto Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu (ISA).

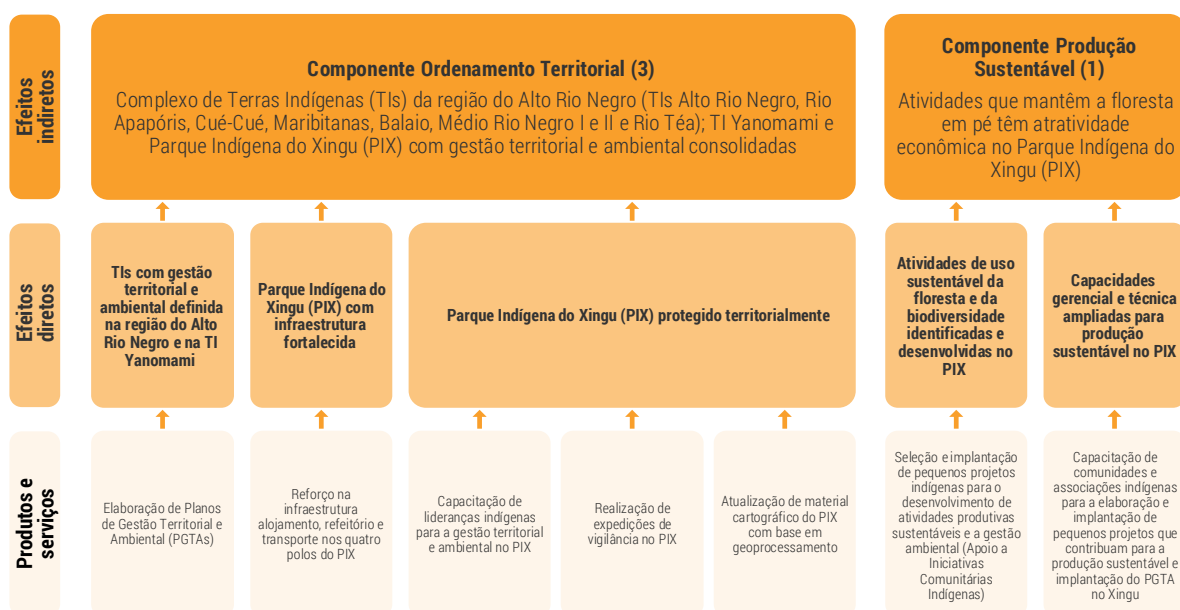
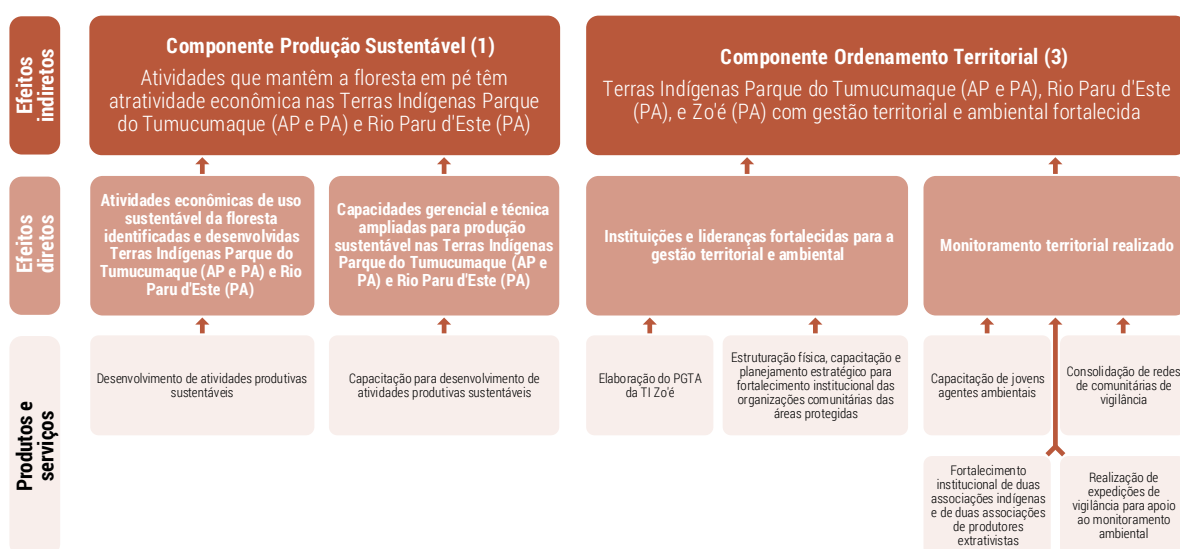


Figura 6. Árvore de objetivos do Projeto Bem Viver Sustentável (Iepé)



2.3. Perguntas-chave e critérios de avaliação

A avaliação obedecerá orientações e critérios especificados no documento “[Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia – Marco Conceitual](#)” e no seu respectivo [Adendo](#). A metodologia proposta está baseada nos critérios para avaliação de projetos definidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e nas salvaguardas de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), que foram definidas pela Convenção-Quadro (no Anexo I da Decisão 1/CP 1641 e as orientações da Decisão 12/CP 17), e nos critérios transversais selecionados. Cada critério adota um roteiro básico de perguntas orientadoras a serem aplicadas e respondidas na avaliação dos projetos e que deverão ser complementadas no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade (1º Produto a ser entregue pelo/as avaliadores/as).

As perguntas orientadoras devem ser selecionadas de acordo com os objetivos de cada projeto e avaliação. A consultoria pode complementar ou incluir perguntas específicas por projeto, se julgar necessário. A seguir são apresentados os critérios que devem orientar a avaliação.

2.3.1. Critérios da OCDE, Temas Transversais e Questões Avaliativas

CRITÉRIOS	PERGUNTAS ORIENTADORAS
Relevância	- Em que medida os objetivos do projeto ainda são válidos no momento da sua finalização? - As atividades e os resultados imediatos do projeto são coerentes com o alcance dos objetivos definidos para o projeto? - As atividades e os resultados imediatos do projeto são coerentes com os efeitos e os impactos esperados?
Eficácia	- Os objetivos diretos (específicos) do projeto foram ou serão cumpridos? - Quais são os principais fatores que influenciam o cumprimento ou não dos objetivos diretos (específicos)?
Eficiência	- Qual é a relação custo-benefício das atividades realizadas? - Os meios aplicados se encontram em uma relação razoável com os resultados obtidos? - Os objetivos foram alcançados dentro do prazo? - Existem formas alternativas de obter os mesmos resultados com menos custos/ meios?
Impacto	- Quais foram as principais mudanças geradas como resultado do projeto? - Quais principais efeitos alcançados que contribuíram no alcance do objetivo? - Que ações ou eventos externos ao projeto contribuíram para o alcance das mudanças observadas? - O projeto fez alguma diferença para os/as beneficiários/as? - O projeto tem escala na região ou influencia outras iniciativas?
Sustentabilidade	- Em que medida os benefícios do projeto perduram após o término do financiamento do Fundo Amazônia? - Quais foram os principais fatores que influenciaram o alcance ou não da sustentabilidade do projeto? - Quais os riscos que devem ser monitorados para garantir a sustentabilidade alcançada?
Critérios transversais	
Redução da pobreza	Em que medida o projeto influenciou positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos/as beneficiários/as que vivem na sua área de atuação?
Equidade de gênero	- O projeto conseguiu integrar questões de gênero nas suas estratégias e intervenções ou tratou do assunto de forma isolada? Como? - Havia separação por gênero na coleta de dados para o planejamento e o monitoramento do projeto? - Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?

2.3.2. Salvaguardas de REDD+ e Questões Avaliativas

CRITÉRIOS	PERGUNTAS ORIENTADORAS
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes	• O projeto mostrou estar alinhado com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento? • A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais o projeto demonstrou alinhamento? Em quais aspectos? • O projeto contribuiu ou poderá vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional.	• Em que medida o projeto promoveu a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais? • Em que medida o projeto contribuiu para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.	• Em que medida o projeto influenciou os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação? • Em que medida o projeto influenciou o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação? • Se o projeto teve como beneficiários/as diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo do projeto? • Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16	• De que forma o projeto garantiu o consentimento prévio, livre e informado, e a forma local ou tradicional de escolha dos/as representantes dos/as seus(suas) beneficiários/as (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)? • Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão o projeto aplicou durante a tomada de decisão? • Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos do projeto foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos/as beneficiários/as, evitando uma concentração de recursos? • Em que medida o projeto proporcionou ao público em geral e aos(as) seus(suas) beneficiários/as o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações do projeto? • O projeto conseguiu montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? O projeto monitorou e divulgou de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?

5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16 ⁸² não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais	• Como o projeto contribuiu para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas? • Como contribuiu para a conservação de florestas naturais e biodiversidade? • Os investimentos em projetos de geração de renda foram proporcionais ao aumento de áreas sob regime de manejo e, efetivamente, contribuíram para evitar desmatamentos? • O projeto contribuiu para a recuperação de áreas desmatadas e/ou degradadas? • Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas? • Em que medida o projeto contribuiu para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+	• Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como o projeto os abordou? Existe uma estratégia de monitoria contínua desses resultados?
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas	• Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações do projeto para outras áreas?

3. METODOLOGIA

A metodologia aplicada na avaliação deverá ser baseada nos critérios e objetivos contidos no documento [“Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia - Marco Conceitual”](#) e seu respectivo [adendo](#), já mencionados no tópico 2.3.

Espera-se que sejam gerados os seguintes produtos: o Relatório de Desenho da Avaliação e o Relatório de Avaliação de Efetividade dos Projetos Indígenas e ainda, em uma etapa intermediária, um Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade, produto a ser utilizado na Rodada de Consulta.

Abaixo, segue a metodologia proposta para cada fase e suas respectivas fase:

3.1. Preparação

Planejamento da avaliação: deverão ser identificados, junto ao BNDES e às organizações responsáveis pela execução dos projetos, os documentos, dados e relatórios que serão utilizados para a realização da avaliação. A equipe de avaliação realizará, de forma sistemática, uma coleta de dados de fontes secundárias, que tem como objetivo compor um “memorandum” que servirá de fonte de referência, nivelamento e ajuda-memória de todas as informações relativas aos projetos a serem avaliados.

Em seguida, deverá ser apresentada uma proposta metodológica para a avaliação temática baseada no documento “Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia – Marco Conceitual” e no seu Adendo, incluindo métodos de levantamento que contribuam ao entendimento da efetividade dos projetos conforme realidade de cada um deles; indicações para

82. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.

opções dos melhores locais para missões de campo (considerando os locais com mais alta e mais baixa efetividade); análise prévia do diálogo e riscos entre indicadores de efetividade dos projetos e dos componentes do FA e lista de atores a serem entrevistados. Todos esses elementos metodológicos deverão estar detalhados no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.

3.2. Implementação

Desenho da avaliação e ferramentas: o Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade a ser elaborado pelos/as avaliadores/as deverá apresentar o roteiro do trabalho de avaliação, a metodologia detalhada, a indicação das áreas de campo a serem visitadas e as ferramentas que serão utilizadas durante o trabalho de avaliação. Devem compor o roteiro os seguintes itens:

- a. Dados básicos dos projetos;
- b. Introdução;
- c. Análise do TdR;
- d. Divisão de tarefas e seu detalhamento, Plano de Trabalho e Logística;
- e. Desenho/Metodologia (devem ser consideradas especificidades sobre as áreas geográficas de atuação dos projetos);
- f. Anexos (as especificidades dos projetos devem ser levadas em consideração, eventualmente com perguntas orientadoras e métodos de levantamento específicos).

3.2.1. Coleta e análise de dados. A metodologia deve ter formato diversificado, utilizando as seguintes formas de coleta de dados: i) Não-reativa (fontes secundárias: documentação dos projetos, dados públicos e científicos disponíveis na área de atuação dos projetos, além dos documentos-chave já organizados na fase de preparação); ii) Enquete (pesquisa de campo: aplicação de questionários quantitativos/qualitativos padronizados, condução de entrevistas qualitativas com indivíduos ou grupos, uso de ferramentas de análise situacional); e iii) Observação (durante as visitas, participativa ou individual; poderá ser utilizada uma abordagem contrafactual, ou seja, comparando com casos semelhantes fora dos projetos).

Essa é a primeira fase de levantamento dos dados, que tem como objetivo gerar uma análise da lógica da intervenção, dos produtos e serviços realizados pelos projetos e dos resultados alcançados. Nela, é importante levantar as dúvidas e questões que precisam ser respondidas pelos/as executores/as e beneficiários/as, pois isso servirá de insumo para a próxima etapa, a missão de campo.

Também devem ser definidos, na elaboração do relatório de desenho, projetos ou áreas semelhantes às de atuação dos projetos, mas que não receberam apoio do FA, e não passaram por intervenções ou apoio de outras iniciativas de grande porte, para realização de uma análise contrafactual. Com essa análise espera-se determinar as diferenças entre casos semelhantes fora dos projetos.

3.2.2. Missões de campo: serão realizadas viagens para a coleta presencial de dados primários, considerando uma amostra representativa do universo de atuação dos projetos, em sua região de atuação e entornos. A equipe de avaliação definirá os locais a serem visitados e o tempo necessário (a ser detalhado no Relatórios de Desenho). Nessas visitas, além da observação dos resultados e benefícios físicos dos projetos, também poderão ser entrevistados/as técnicos/as e beneficiários/as que atuaram diretamente com os projetos

no período de referência da avaliação. A missão de campo também poderá ser complementada com entrevistas a serem realizadas de forma virtual por meio de videoconferência.

3.2.3. Relatório Preliminar: após as missões de campo, os/as avaliadores/as deverão complementar a análise com os dados coletados. Para tanto, deverá ser gerado Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade dos projetos. Esse relatório deverá incluir uma análise dos resultados alcançados, dos impactos agregados atingidos pelos projetos à luz dos indicadores do componente do Fundo Amazônia correspondente, e análises individuais dos projetos avaliados, de forma a gerar recomendações para as organizações executoras, para o FA, COFA, Estado etc.

3.2.4. Rodada de consulta: será realizada uma apresentação das análises encontradas e sistematizadas no Relatório Preliminar, pela equipe de avaliadores/as, para de representantes do BNDES, MMA, representantes e beneficiários/as das instituições avaliadas, além pares – especialistas que detêm conhecimento relevante sobre temas abordados pelos projetos avaliados. Observa-se que a metodologia da oficina deverá ser descrita no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade (ver 1ª Etapa).

3.3. Finalização e Disseminação

Relatório da avaliação de efetividade: com os insumos complementares recebidos na Rodada de Consulta, a equipe de avaliação deverá complementar as análises do Relatório Preliminar a partir dos comentários e justificativas apresentados pelos/as participantes da Rodada de Consulta. A metodologia e a composição dos Relatórios de Avaliação de Efetividade dos projetos, estão especificadas no documento “Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia – Marco Conceitual”, nos itens 5.3 e 5.4, e no seu Adendo.

3.3.1. Divulgação dos resultados: o Relatório de Avaliação de Efetividade dos projetos e seu resumo executivo serão publicados no website do Fundo Amazônia.

4. ATIVIDADES, PRODUTOS E PRAZOS (observação. Esses prazos passaram por ajustes devido a necessidades para visitas de campo)

O cronograma a seguir apresenta o roteiro básico para realização da avaliação dos projetos municipais. A tabela contém as atividades, os serviços e produtos, assim como os prazos do processo.

	Atividades	Responsável	Dias úteis	Prazos	Produtos
1	Divulgar TdR.	GIZ (responsável pela contratação)	07	04/10/2023	
2	Receber e organizar propostas de consultoras/es, contratar selecionados/as e formar equipe de avaliação (consultores/as + GIZ).	GIZ	31	10/11/2023	Consultoria contratada e equipe formada.
3	- Preparar encontro inicial da equipe com o Fundo Amazônia; - Contatar as instituições responsáveis pelos projetos a serem avaliados; - Analisar documentos relevantes; - Consolidar metodologia da avaliação elaborada e proposta pela consultoria externa; Consolidar proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade; - Entregar Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade ao BNDES; - Apresentação do Relatório ao BNDES.	GIZ	20	08/12/2023	Proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.
4	Comentar proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.	GEMAV/BNDES DEFAM/BNDES	3	13/12/2023	Proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade com comentários.
5	Revisar Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.	Equipe de avaliação	3	19/12/2023	Relatório de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade revisado.
6	Aprovar relatório revisado.	GEMAV/BNDES DEFAM/BNDES	3	23/12/2023	Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade (final).
7	Implementar avaliação: - Levantar e analisar dados secundários; e - Realizar missão de campo.	Equipe de avaliação	55	24/02/2024	Dados dos projetos coletados e analisados.

8	<u>Preparar e entregar Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.</u>	Equipe de avaliação	10	16/03/2024	Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.
9	Apresentar resultados (Rodada de Consultas).	Equipe de avaliação	1	26/03/2024	Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade com considerações relatadas na Rodada de Consultas.
10	Comentar Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.	GEMAV/BNDES DEFAM/ BNDES Organizações responsáveis por cada projeto	5	01/04/2024	Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade com comentários enviados posteriormente a Rodada de Consultas.
11	Preparar relatório final de avaliação	Equipe de avaliação	5	05/04/2024	Relatório de Avaliação de Efetividade.
12	Incorporar os conteúdos complementares de apresentação, prefácio e revisão final ao Relatório de Avaliação de Efetividade	Equipe de avaliação	3	09/04/2024	Relatório da Avaliação de Efetividade (final).
13	<u>Entregar Relatório Final de Avaliação de Efetividade.</u>	Equipe de avaliação	1	10/04/2024	Relatório de Avaliação de Efetividade.
14	Diagramação do Relatório Final de Avaliação de Efetividade e seus anexos (versão 1: português)	Diagramador/ Equipe de avaliação	15	26/04/2024	Relatório da Avaliação de Efetividade diagramado em formato para divulgação (português).
15	Divulgar e distribuir o Relatório da Avaliação de Efetividade.	Equipe do Fundo Amazônia	-		<i>Upload no website</i> do Fundo Amazônia/ BNDES
16	Tradução, diagramação e divulgação do Relatório Final de Avaliação de Efetividade e seus anexos (versão 2: inglês).	Tradutor/ Diagramador/ Equipe de avaliação	40	10/06/2024	Relatório da Avaliação de Efetividade diagramado em formato para divulgação (inglês). <i>Upload no website</i> do Fundo Amazônia/BNDES

5. EQUIPE DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por uma consultoria externa após chamada de contratação divulgada na [Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação](#). Observa-se que, caso sejam identificadas a oportunidade de estudos complementares, a avaliação poderá contar com outros especialistas, incluindo pessoas autodeclarados/as indígenas. Além disso, haverá o acompanhamento de dois/duas assessores/as técnicos/as da GIZ para a verificação da aderência da avaliação ao definido no TdR e nos demais documentos publicados que regem as avaliações de efetividade de projetos do Fundo Amazônia. A consultoria externa deverá ter o seguinte perfil:

- Sênior ou pleno/a, com conhecimentos em políticas públicas nacionais e estaduais, de preferência no contexto das que são direcionadas a populações indígenas na Amazônia Legal. É obrigatória a e com experiência em trabalhos em monitoramento e avaliação de políticas em projetos ou programas. É desejável, experiência no tema de gestão territorial e ambiental e produção sustentável.

As qualificações da consultoria incluem as seguintes exigências:

- **Conhecimento técnico.** De forma multidisciplinar, deverá ter experiência com trabalhos desenvolvidos no âmbito de projetos ou de atividades produtivas sustentáveis e conhecimento sobre políticas nacionais e estaduais relacionadas a povos indígenas, a gestão territorial e ambiental, de produção sustentável, políticas ambientais e sustentabilidade no contexto da Amazônia Legal, além de ter experiência em monitoramento e avaliação dessas políticas e projetos nos temas tratados.
- **Conhecimento metodológico.** Conhecimento nas metodologias que serão utilizadas para avaliação dos projetos, em especial, às relacionadas à coleta e análise de dados, à medição do alcance de resultados e qualificação dos efeitos alcançados junto aos gestores dos projetos. Além disso, é importante conhecer instrumentos que permitam a combinação de métodos para triangular a coleta dos dados, de forma a aumentar a confiabilidade dos resultados.
- **Conhecimento regional.** Deverá ter conhecimento sobre as questões da região amazônica e que são tratadas no âmbito dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, como dinâmica social, econômica, invasões por madeireiros e garimpeiros, grilagem, desmatamentos e questões legislativas e jurídicas, logística etc. É desejável ter experiência profissional na Amazônia.

A consultoria contratada não pode ter nenhum envolvimento anterior ou vínculo particular com os projetos a serem avaliados. A consultoria trabalhará sem interferência externa, terá acesso aos dados dos projetos a serem avaliados e obterá apoio para levantar todas as informações necessárias. Os/as assessores/as da GIZ e a consultoria devem tratar toda a documentação do Fundo Amazônia e dos projetos a serem avaliados com confidencialidade e sigilo, ressalvadas as informações que deverão constar do Relatório de Avaliação de Efetividade.

6. RELATORIA, COORDENAÇÃO E RESPONSABILIDADES

Serão produzidos dois relatórios durante o processo de avaliação: o Relatório de Desenho da Avaliação e o Relatório de Avaliação de Efetividade dos Projetos. O conteúdo desses relatórios seguirá o estabelecido no tópico 8.1.7 do documento Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia – Marco Conceitual.

- a. A avaliação de efetividade dos projetos será acompanhada por um grupo de referência dos projetos, com a seguinte composição:
- b. Representantes do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia do BNDES;
- c. Representantes da Gerência de Monitoramento e Avaliação da Área de Planejamento do BNDES;
- d. Representantes da GIZ, no âmbito do projeto de cooperação em vigor;
- e. Representantes dos projetos e parceiros, responsáveis pela execução dos projetos a serem avaliados; e
- f. Integrantes da equipe de avaliação.

A coordenação do trabalho de avaliação será realizada pela GIZ. As responsabilidades de cada parte que compõem o grupo de referência estão definidas no tópico 5.1 do documento Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia – Marco Conceitual.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

a. Direitos autorais

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto desse contrato terão os direitos autorais revertidos para a GIZ. A reprodução total ou parcial requer expressa autorização, reconhecendo-se a propriedade intelectual. Serão dados os devidos créditos de autoria de mapas, fotos, filmes e demais registros que venham a ser usado para fornecer informações sobre o estudo, a critério da instituição contratante.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização para a GIZ.

b. Código de conduta

A gestão interna da GIZ visa promover a equidade de oportunidade e de perspectivas, independente da identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade. A diversidade de seu pessoal, assim como um ambiente corporativo regado pelo respeito e apreço mútuos, representa para a GIZ um sinal de êxito e excelência em seu trabalho. A GIZ prioriza a indicação de mulheres, de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersex), pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência para palestras, representações, entrevistas e até mesmo vagas de emprego.

Assim, o/a consultor/a ou empresa selecionado/a deverá respeitar a diversidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, classe social, religião e idade e assumir atitudes que, com efeito multiplicador, ajudará a promover a igualdade entre os diversos atores envolvidos na consultoria desse TdR, adotando as seguintes posturas:

Postura pessoal

- Escute e dê crédito a ideias de suas e seus colegas de trabalho, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade, mantenha a atenção para situações de vulnerabilidade, respeite sua oportunidade de fala e apoie as ideias de suas colegas de trabalho;
- Fale sobre assuntos relacionados a gênero, escute e tenha empatia com quem é prejudicada/o pelas desigualdades – em especial as mulheres, leia sobre o tema e incentive essa discussão nos espaços que circula, seja na empresa, organização, reuniões ou palestras;
- Questione e combata o assédio sexual, seja um exemplo de respeito às mulheres e não se cale diante da denúncia ou testemunho a um assédio;

- Questione a ideia de que existem atividades de homens e atividades de mulheres, evite atribuir certas atividades apenas a mulheres, simplesmente porque são tidas como “atividades femininas”;
- Respeite a cultura, os usos e costumes dos povos indígenas.

Ao prestar o serviço

- Seja um exemplo de respeito aos direitos das mulheres, de LGBTI, das pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e idosas para colegas de trabalho. Evite piadas que degradem esses grupos;
- Procure estar sempre informada/o sobre as políticas de promoção da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho, busque divulgá-las e respeitá-las. A implementação de estratégias de promoção de equidade de gênero visa uma transformação de cultura interna e pode impactar também externamente;

Orientações corporativas

- Apoie iniciativas de acesso e permanência de mulheres, de LGBTI, pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência no campo do desenvolvimento sustentável, que encontram inúmeros obstáculos para ocuparem espaços de decisão e poder em nossa sociedade.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2024.

Christian Lauerhass

Diretor de Projeto

Cooperação com o Fundo Amazônia/BNDES

Programa Biodiversidade, Florestas e Clima

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



Por meio da:



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

